

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

TIAGO CONTE

**FORMAÇÃO HISTÓRICA DE NELSON WERNECK SODRÉ: UMA ANÁLISE DE SUA  
PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA**

Porto Alegre  
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

TIAGO CONTE

**FORMAÇÃO HISTÓRICA DE NELSON WERNECK SODRÉ: UMA ANÁLISE DE  
SUA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Murari

Porto Alegre

2021

## Ficha Catalográfica

C761f Conte, Tiago

Formação histórica de Nelson Werneck Sodré : uma análise de sua produção historiográfica / Tiago Conte. – 2022.

234 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Murari.

1. Nelson Werneck Sodré. 2. história da historiografia. 3. historiografia do Brasil. I. Murari, Luciana. II. Título.

TIAGO CONTE

**FORMAÇÃO HISTÓRICA DE NELSON WERNECK SODRÉ: UMA ANÁLISE  
DE SUA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para  
a obtenção do título de Doutor em História.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Murari.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães – UERJ

---

Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira – UFOP

---

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa César – UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha – UNESP Marília

Porto Alegre  
2021

## AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela concessão da bolsa sem a qual este Doutorado não teria sido possível;

À orientadora Luciana, pela leitura sempre atenta dos originais e pelas sugestões de leituras ao longo destes quatro anos;

Aos meus pais, Benjamin e Marcia, pelo apoio em todos os sentidos que me dão até hoje. Ao Marcelo, meu irmão, pelo pouso que me ofereceu em Porto Alegre;

Aos professores e colegas que me ampliaram as perspectivas do que pode ser história;

Às bibliotecas da PUCRS, da Unisinos e da UCS, pelos sistemas de empréstimos e por possuírem a bibliografia necessária para este trabalho;

Ao professor Cláudio Elmir, *in memoriam*;

Por fim, quero deixar registrado que grande parte desta tese foi elaborada durante a pandemia da Covid-19, que até este dia em que escrevo ceifou a vida de mais de 612 mil brasileiros e outras 4,5 milhões de pessoas pelo mundo.

O acontecimento mais importante da história do Brasil ainda não aconteceu.  
(NELSON WERNECK SODRÉ, conferência)

## RESUMO

Esta tese analisa a historiografia produzida por Nelson Werneck Sodré (1911-1999) até 1964, quando o autor foi preso e teve seus direitos políticos cassados com o golpe de Estado. Conhecido como militar e intelectual de filiação marxista, a produção de Sodré se estendeu por mais de meio século, entre obras históricas, de crítica literária, memórias e colaborações na imprensa. Nesta vasta bibliografia, a tese se concentra em avaliar as transformações que Sodré efetuou entre os trabalhos de caráter histórico, publicados nos anos 1930 e 1940, e suas obras das décadas de 1950 e 1960. Afinal, a partir das diferenças entre os dois conjuntos, nota-se que Sodré realizou uma transição para o marxismo e as posições do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujas relações com o autor são tratadas no primeiro capítulo. No entanto, embora Sodré seja considerado um dos principais intelectuais ligados ao PCB, essa relação se deu a partir de uma época e de um programa político específicos, do qual o autor nem sempre esteve próximo. Assim, no segundo capítulo são avaliadas as obras do período anterior ao maior contato de Sodré com o marxismo, cujas referências apresentam autores distantes do materialismo histórico como Oliveira Viana, por exemplo. Já no terceiro capítulo, analisam-se as principais obras de cunho marxista do autor e suas teses mais características, como a da revolução brasileira e a existência de formas feudais no Brasil; tanto num quanto noutro conjunto de produções, examinam-se os fundamentos teóricos e as concepções de história encampadas pelo autor, aspectos que as reflexões de Reinhart Koselleck, quanto à transformação da antiga *Historie* na moderna *Geschichte*, ajudam a elucidar diferenças e semelhanças entre as duas fases da historiografia produzida por Sodré.

**Palavras-chave:** Nelson Werneck Sodré; história da historiografia; historiografia do Brasil.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the historiography produced by Nelson Werneck Sodré (1911-1999) until 1964, when the author was arrested and had his political rights revoked after the coup d'état. Known as a military man and intellectual of Marxist affiliation, Sodré's production spanned over half a century, including historical works, literary criticism, memoirs and articles in the press. In this vast bibliography, the thesis focuses on evaluating the transformations that Sodré made between the historical works published in the 1930s and 1940s and his works of the 1950s and 1960s. After all, from the differences between the two sets, it can be seen that Sodré made a transition towards Marxism and the positions of the Brazilian Communist Party (PCB), whose relations with the author are dealt with in the first chapter. However, although Sodré is considered one of the main intellectuals linked to the PCB, this relationship was based on a specific era and political program, to which the author was not always close. Thus, the second chapter evaluates the works from the period before Sodré's greater contact with Marxism, whose references present authors far from historical materialism, such as Oliveira Vianna, for example. In the third chapter we analyze the author's main Marxist works and his most characteristic theses, such as the Brazilian revolution and the existence of feudal forms in Brazil. In both works, we examine their theoretical foundations and the conceptions of history embraced by the author, and Reinhart Koselleck's reflections on the transformation of the old *Historie* into the modern *Geschichte* help us to elucidate the differences and similarities between the two phases of the historiography produced by Sodré.

**Keywords:** Nelson Werneck Sodré; history of historiography; historiography of Brazil.



## RESUMEN

Esta tesis analiza la historiografía producida por Nelson Werneck Sodré (1911-1999) hasta 1964, cuando el autor fue detenido y se le revocaron sus derechos políticos tras el golpe de Estado. Conocido como militar e intelectual de filiación marxista, la producción de Sodré se extendió durante más de medio siglo, incluyendo obras históricas, críticas literarias, memorias y artículos en la prensa. En esta amplia bibliografía, la tesis se centra en evaluar las transformaciones que Sodré realizó entre las obras históricas publicadas en los años 30 y 40 y sus obras de los años 50 y 60. Al fin y al cabo, de las diferencias entre ambos conjuntos se observa que Sodré hizo una transición hacia el marxismo y las posiciones del Partido Comunista Brasileño (PCB), cuyas relaciones con el autor se tratan en el primer capítulo. Sin embargo, aunque Sodré sea considerado como uno de los principales intelectuales vinculados al PCB, esta relación se produjo a partir de una época y un programa político concreto, al que el autor no siempre fue af n. Así, el segundo capítulo evalúa las obras del período anterior al mayor contacto de Sodré con el marxismo, cuyas referencias presentan autores alejados del materialismo histórico como Oliveira Viana, por ejemplo. En el tercer capítulo, se analizan las principales obras marxistas del autor y sus tesis más características, como la revolución brasileña y la existencia de formas feudales en Brasil. En ambos conjuntos de producciones, examinamos sus fundamentos teóricos y las concepciones de la historia abrazadas por el autor, aspectos que las reflexiones de Reinhart Koselleck sobre la transformación de la *Historie* antigua en la *Geschichte* moderna nos ayudan a dilucidar diferencias y similitudes entre las dos fases de la historiografía producida por Sodré.

**Palabras clave:** Nelson Werneck Sodré; historia de la historiografía; historiografía de Brasil.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 NELSON WERNECK SODRÉ E O PCB: UMA RELAÇÃO DE CONVERGÊNCIA .....</b>	<b>28</b>
2.1 MATRIZES DA TEORIA DA REVOLUÇÃO NO PCB E EM SODRÉ.....	32
2.2 PCB, SODRÉ, NACIONALISMO E DEMOCRACIA, UM PROCESSO DE APROXIMAÇÃO .....	45
2.3 UM PERÍODO DE REVISÕES E AUTOCRÍTICAS .....	59
2.4 A CONVERGÊNCIA EM TORNO DE UMA INTERPRETAÇÃO E UM PROJETO DE BRASIL .....	67
<b>3 “INDIGNOS DE REEDIÇÃO”, OS LIVROS DOS ANOS 1930 E 1940 .....</b>	<b>80</b>
3.1 PANORAMA DO SEGUNDO IMPÉRIO: ENTRE “LAIVOS REACIONÁRIOS” E UM ENSAIO DE ANÁLISE ESTRUTURAL .....	80
3.2 FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E OS SINAIS DA “HETEROCRONIA” .....	112
<b>4 DEFININDO UM REFERENCIAL MARXISTA: OS TRABALHOS DOS ANOS 1950 E 1960 .....</b>	<b>139</b>
4.1 INTRODUÇÃO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA – REVISÕES TEÓRICAS E REESCRITAS DA HISTÓRIA .....	139
4.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL .....	174
4.2.1 As teses sobre o feudalismo em <i>Formação histórica do Brasil</i> .....	185
4.2.2 Uma reescrita historiográfica sob o conceito de formação .....	210
<b>5 BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>217</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>221</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>222</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Após um período de relativo ostracismo nos meios acadêmicos, as pesquisas em torno de Nelson Werneck Sodré e suas obras têm aumentado nos tempos mais recentes. Seja num sentido de “resgate” de seu pensamento quanto à sociedade brasileira ou em estudos que o relacionam com as instituições em que atuava, os trabalhos sobre Sodré parecem se inserir numa tendência mais ampla de reavaliar autores considerados de segundo plano, ou malvistas diante de um certo cânone de pensadores brasileiros<sup>1</sup>. Nesse conjunto de novos estudos, Rodrigo de Paula Morais aponta ao menos três veios de análise: os que inserem Sodré na história do marxismo no Brasil; os que tratam de seu ideário político, como a defesa do nacionalismo; e trabalhos referentes ao ensino de história e historiografia, outra das preocupações do autor. Contudo, Morais pondera que essas linhas de pesquisa mais se entrecruzam do que se separam, ainda mais ao se considerar que Sodré era um intelectual que procurava unir teoria e prática:

Ao pensar a produção de Sodré, deve-se levar em conta o referencial marxista que tanto marcou sua escrita, o arcabouço teórico que fundamentou a perspectiva de análise. Ao mesmo tempo, essa produção foi a forma como se engajou na disputa pelo político, ou talvez sua principal arma. Assim como sua produção foi marcada pelo objetivo de convencer e de mobilizar o leitor numa perspectiva que se pode chamar de cultural-pedagógica, com vistas a colocar em prática o projeto de sociedade que tanto defendeu (MORAIS, 2015, p. 16).

Outra abordagem comum consiste em levantar os vínculos entre sua obra e os programas de certas instituições, sobretudo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Afinal, alguns dos trabalhos mais conhecidos de Sodré foram elaborados no período em que ele foi membro do ISEB, entre meados da década de 1950 até 1964, quando o golpe de Estado extinguiu o instituto.

Já a relação de Sodré com o PCB é mais difícil de definir, pois ao mesmo tempo em que o autor era um intelectual declaradamente marxista e considerado por muitos como um dirigente cultural do PCB, Sodré nunca se afirmou filiado ao partido. Em comum, tanto o ISEB quanto

---

<sup>1</sup> Fábio Franzini e Rebeca Gontijo (2009, p. 156-157) mencionam essa revisão de autores e pressupostos quanto à formação de uma historiografia brasileira moderna, cujas origens costumam ser indicadas nas obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Um exemplo famoso dessa interpretação está no prefácio de Antonio Candido a *Raízes do Brasil*, no qual esse trio de autores foi considerado a chave para a criação de um novo pensamento social brasileiro a partir de 1930. Em contraste, os estudos sobre autores como Sodré, Octávio Tarquínio de Sousa e Manoel Bonfim, entre outros, indicam a diversidade da historiografia brasileira nesse período e os contatos mútuos entre os pesquisadores, o que os balanços de nomes “mais importantes” dificilmente deixam perceber (FRANZINI; GONTIJO, 2009, p. 142).

o PCB defendiam uma plataforma nacionalista e reformista para o desenvolvimento autônomo do Brasil, programa que também era endossado por Sodré.<sup>2</sup>

No entanto, por mais que aqueles vínculos sejam fundamentais para uma análise da produção de Sodré nesse período, muitos trabalhos deixam a historicidade dessas relações em segundo plano. Afinal, como se verá adiante, Sodré passou mais de uma década sem lançar trabalhos mais extensos até a publicação de *Introdução à revolução brasileira*, em 1958. E ainda que o autor já utilizasse referenciais marxistas em trabalhos anteriores, o próprio Sodré faz uma distinção entre as obras que publicou até 1945 e sua produção posterior, da qual *Introdução à revolução brasileira* foi o primeiro exemplo de fôlego. Portanto, a imagem de Sodré como um intelectual que “sempre” foi marxista e nacionalista se consolidou a partir de um período específico, após uma revisão de pressupostos teóricos.

Em um sentido semelhante, tampouco o ISEB e o PCB defenderam um programa reformista e nacionalista desde suas fundações. Desse modo, embora este trabalho não se concentre sobre o ISEB, é comum a observação de fases diferentes no instituto, no qual a defesa daqueles projetos se deu, sobretudo, durante o governo de João Goulart.<sup>3</sup> No caso do PCB, a inflexão do partido para essas posições se deu a partir do suicídio de Vargas e do relatório Krushev sobre os crimes do stalinismo, cujo impacto mudou as orientações dos partidos comunistas por todo o mundo. Assim, a Declaração de Março de 1958, considerada o principal documento da nova política do PCB, também foi resultado de um debate e de um momento específicos, cujas posições e as de Sodré se mostraram convergentes.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> A ênfase na defesa do nacionalismo e nas relações de Sodré com outros intelectuais do ISEB é um ponto comum aos trabalhos de André Moysés Gaio (2000), Daniela Conte (2010) e Rodrigo de Paula Morais (2015), por exemplo, considerando as obras que Sodré publicou nesse período, como o “ciclo revolucionário” de sua produção (Gaio), destacando o engajamento de Sodré nos debates acerca do desenvolvimento brasileiro (Morais) levantando uma trilogia de livros principais (Conte), esse período é considerado decisivo para definir o perfil intelectual de Sodré.

<sup>3</sup> Em seu conhecido trabalho sobre o ISEB, Caio Navarro de Toledo (1977) aponta para três fases na história do instituto, cuja ideologia nacional-desenvolvimentista foi, paulatinamente, enfatizando o primeiro aspecto do binômio e posicionando-se cada vez mais à esquerda política. Angélica Lovatto (2006) traz um resumo dessas diferentes fases, que, grosso modo, acompanharam os governos JK e Jango. Cabe destacar que Sodré foi dos poucos membros a permanecer no ISEB desde sua fundação, em 1955, até seu fechamento com o golpe de 1964. Sobre sua participação, as disputas internas e as campanhas na opinião pública contra o instituto, ver *A verdade sobre o ISEB*, em Sodré (1987).

<sup>4</sup> Ainda que Sodré não negasse a influência de Stálin mesmo décadas depois, como em *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*: “Numa exposição meramente didática, destinada a principiantes, o antigo chefe do governo soviético – cujo nome batiza, hoje, tudo o que se aprecia como erro ou heresia – apresentou os modos de produção na sequência natural, isto é, aquela ocorrida, concretamente, no Ocidente europeu, que foi, em suma, aquela que ficou estabelecida no nível conceitual” (SODRÉ, 1990, p. 25). E tampouco a Declaração de Março representou uma superação completa do antigo marxismo-leninismo, como se pode observar na leitura de Gildo Marçal Brandão (1997).

Dessa forma, permanece a questão de *como* Sodré se utilizou de categorias marxistas e formulou suas teses sobre a formação econômica e social do Brasil com base naqueles pressupostos. E, em vez de tomar essa filiação por evidente, procuramos levantar as referências, os conceitos e as transformações dentro da obra sodreana. Afinal, mesmo em trabalhos que se dedicam a avaliar sua historiografia, persiste uma tendência em considerá-la como exemplo das relações de Sodré com o marxismo, o nacionalismo ou o ISEB, enquanto as referências teóricas e os conceitos apresentados pelo autor permanecem num segundo plano.<sup>5</sup>

Entre os diversos ramos da pesquisa histórica no Brasil, a história da historiografia tem sido tema de um volume crescente de trabalhos nos últimos anos. Em um âmbito institucional, esse aumento no número de pesquisadores e produção estimulou a criação da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), em 2009. Em seu site, a Sociedade justifica sua formação nos seguintes termos:

Nenhuma historiografia pode ser considerada sólida sem que em sua matriz disciplinar a área de teoria e história da historiografia tenha se desenvolvido de modo pleno e autônomo. Suas subdisciplinas contribuem para a formação da autoconsciência do campo, a integração de suas agendas de pesquisa, o processamento das tradições e a história dos problemas de investigação que ao longo das gerações conformam a massa crítica sob a qual a pesquisa pode inovar<sup>6</sup>.

Autoconsciência, processamento de tradições, história dos problemas de investigação: nesses aspectos, a pesquisa se torna um movimento reflexivo não apenas quanto ao objeto ou tema da pesquisa como também aos procedimentos do pesquisador. No âmbito brasileiro, esse movimento tem levado à reavaliação dos cânones historiográficos e ao surgimento de trabalhos relativos a personagens menos conhecidos, quando não hostilizados em relação àqueles. E, apesar de suas obras terem chegado a diversas reedições, acredita-se que Nelson Werneck Sodré ainda se encontra no segundo grupo.

Porém, não se trata aqui de “restabelecer” Sodré em um cânone de autores, como se a historiografia brasileira comportasse uma espécie de ranking entre eles, pois, para analisar a historiografia sodreana, torna-se mais relevante levantar as referências e os diálogos que Sodré estabeleceu com eles nos momentos em que elaborou suas obras. Dessa forma, a imagem tão

<sup>5</sup> *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira* (2001) reúne artigos nesse sentido, assim como alguns dos trabalhos como *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena* (2006). André Moysés Gaio (2000) trata da categoria “Revolução brasileira” nas obras de Sodré, enquanto a historiografia sodreana é uma referência comum em diversos textos relativos ao autor.

<sup>6</sup> Texto de apresentação da Sociedade disponível em: <http://www.sbthh.org.br/pb/sobre/>. Acesso em: 26 mar. 2019.

recorrente de Sodré como autor ortodoxo e esquemático, quase um porta-voz do PCB, mostra-se mais complexa, e suas posições marxistas se apresentam como resultado de um processo. Guardadas as diferenças, trata-se de um trabalho semelhante ao que Maria Stella Bresciani realizou em relação a Oliveira Viana:

Esse procedimento, ao recusar compor o “contexto” como quadro explicativo, permite compor o campo acadêmico, intelectual e político como teia de inter-relacionamentos que esclarecem posições assumidas perante uma questão comum e em meio a um debate datado. Permite, ainda, questionar a noção de “clássico” – autor ou obra – quando considerado “inquestionável”, ou seja, dizer que é criador de conclusões válidas mesmo fora de *seu tempo* (BRESCIANI, 2009, p. 161-162).

Então, sem desconsiderar a importância de situar Sodré na época e nos locais em que atuou, com essa abordagem procura-se não atribuir ao contexto o sentido último dos textos, a exemplo de trabalhos anteriores sobre a historiografia brasileira.<sup>7</sup> Afinal, a ênfase excessiva no contexto arrisca generalizar os textos a ponto de reduzir suas especificidades, como se as obras de Sodré se explicassem apenas como uma justificativa para os programas defendidos pelo PCB ou o ISEB, por exemplo. Tais questões certamente são importantes para a produção do autor, que era declaradamente engajado com os debates de seu tempo. Contudo, ao esboçar um panorama da cultura e da política brasileira nas décadas de 1950 e 1960, pretende-se avaliar as posturas específicas de Sodré no debate sobre desenvolvimento, nacionalismo e o caráter do capitalismo no Brasil.

No universo da produção sodreana, aquele período se mostra relevante na medida em que alguns de seus trabalhos mais conhecidos vieram a público, como *Introdução à revolução brasileira*, *Formação histórica do Brasil* e *História da burguesia brasileira*. A partir deles, Sodré lançou suas análises sobre a formação social do Brasil, o surgimento do capitalismo e as medidas necessárias para um desenvolvimento nacional autônomo. E foi também a partir deste momento que Sodré passou a ser visto como um teórico do PCB, ligado às vertentes mais ortodoxas do marxismo. No entanto, por mais que a imagem de Sodré como intelectual marxista

---

<sup>7</sup> Manoel Luiz Salgado Guimarães (2005) menciona Carlos Guilherme Mota, José Amaral Lapa e Nilo Odália como exemplos desse procedimento, comum às análises historiográficas na década de 1970. De acordo com Guimarães (2005, p. 38), essa busca pelo contexto visava fundar um discurso em dados concretos e verificáveis, assegurando o “efeito de real”, conceito que o autor toma de Roland Barthes. Ao mesmo tempo, cabe notar que nenhum desses trabalhos avaliava a produção sodreana, sendo que Carlos Guilherme Mota inclusive a repudiava, como se pode ler nas breves menções em *Ideologia da cultura brasileira*.

tenha se firmado desde então, busca-se demonstrar que ela resultou de um processo de autocrítica e revisões teóricas, inclusive com a rejeição de obras anteriores.<sup>8</sup>

Ao avaliar a história do PCB no período anterior a 1964, Gildo Marçal Brandão menciona uma “fisionomia intelectual” comum entre partido, grupos e instituições como o ISEB, as revistas *Brasiliense* e *Civilização Brasileira*, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Centro Popular de Cultura (CPC), entre outros (BRANDÃO, 1997, p. 250). Expressão que também se encontra em Leandro Konder, ao tratar dos intelectuais brasileiros nos anos 1950, quando identifica três tendências marcantes. Primeiro, um grupo de autores conservadores, cujas obras ressaltavam a continuidade entre Brasil e Portugal. A seguir, uma vertente nacional-desenvolvimentista que defendia a superação do passado colonial através de um desenvolvimento capitalista autônomo, concentrada sobretudo no ISEB. E um grupo com referenciais marxistas onde se inseria Nelson Werneck Sodré: “O historiador marxista afinado com a perspectiva do PCB que se destacou e alcançou respeitabilidade nos anos 50” (KONDER, 1998, p. 370).

Num levantamento das tendências da historiografia brasileira, José Honório Rodrigues também situa Sodré em um conjunto de autores e publicações marxistas, como Caio Prado Jr., os *Cadernos do povo brasileiro*, e as obras de Rui Facó e Leôncio Basbaum, por exemplo. De acordo com Rodrigues, esses autores faziam parte de um “revisionismo marxista” que procurava renovar a historiografia brasileira, aproximando-a das questões do presente. Sem ser exclusividade desse grupo, as tendências renovadoras traziam outros enfoques quanto aos personagens da história nacional, numa perspectiva mais crítica das produções anteriores:

Estas correntes examinam os mitos, pessoais ou sociais, discutem o papel da liderança e do povo no processo histórico brasileiro, tentam captar as aspirações nacionais, insurgem-se contra os quadros de ferro da historiografia nacional, que aplaude sempre os vencedores, evita os vencidos e se recusa a julgar ou responsabilizar as elites e as lideranças sucessivas, antes biografiza a história para personalizá-la em “estadistas” (RODRIGUES, 1966, p. 54).

No entanto, não se tratavam de divisões rígidas. Afinal, isebianos como Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier também se utilizavam de Marx em suas obras, enquanto Sodré atuou no Departamento de História do ISEB, por exemplo. Se havia uma tendência comum entre essas

---

<sup>8</sup> A tese de Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha (2001) talvez seja o principal trabalho sobre o período de formação profissional e intelectual de Sodré anterior a 1945, ressaltando as origens tenentistas do autor. Porém, Cunha afirma que o marxismo de Sodré naquele período era mais próximo dos modelos da Segunda Internacional do que com o marxismo-leninismo, pontos que se consideram discutíveis.

vertentes, era a disposição para reexaminar a história e a sociedade brasileira, para além dos aspectos factuais, e um esforço pela transformação do país numa nação desenvolvida e autônoma. Lúcia Lippi Oliveira menciona uma “redescoberta” do Brasil nesse período, quando as dicotomias pelas quais se interpretava o país se modificam:

Na comparação com outros países do mundo, é construída uma nova categoria – a de *subdesenvolvido* – que passa a substituir a de país *atrasado*. [...] Igualmente relevantes foram as transformações no campo político-ideológico que fizeram a questão nacional, originalmente atrelada a movimentos de direita, tornar-se o eixo central do pensamento das esquerdas (OLIVEIRA, 2001, p. 140).

Influenciada pelas teorias da CEPAL, que tinha em Celso Furtado um de seus principais expoentes, a noção de subdesenvolvimento implicava novas interpretações quanto às sociedades latino-americanas. Afinal, em lugar de ver esses países como “atrasados”, em relação a um processo linear e evolutivo de crescimento, do qual os países europeus e os Estados Unidos seriam os modelos, o subdesenvolvimento era considerado como um produto específico do sistema capitalista. Para superar a antiga divisão internacional do trabalho, que mantinha os países subdesenvolvidos como fornecedores de matérias-primas às nações mais ricas, as teorias cepalinas defendiam a industrialização do continente, projeto central na obra de Celso Furtado<sup>9</sup> (OLIVEIRA, 2001, p. 146).

Contudo, as interpretações da sociedade brasileira, como marcada por dicotomias e dualidades, não se restringiam ao plano econômico nem às teorias cepalinas. Na defesa de um desenvolvimento nacional autêntico, que conjugasse tanto a dimensão econômica quanto a cultural e política, os intelectuais do ISEB percebiam divisões internas no país que correspondiam a grupos sociais e ideologias opostos entre si. E ainda que essas formulações não mencionassem conflitos de classe,

A sociedade passa a ser pensada através de uma clivagem que separa nitidamente os setores tradicionais, parasitários, atrasados, estáticos, decadentes, que destilam ideologias retrógradas e, de outro, os modernos, dinâmicos, produtivos, que secretam uma ideologia progressista (TOLEDO, 1977, p. 13).

---

<sup>9</sup> Celso Furtado foi superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), entre 1959 e 1964, e Ministro do Planejamento, entre 1962-1963, sendo autor do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social implementado no governo Jango. Além disso, vale destacar que Furtado foi dos primeiros cassados após o golpe de 1964, passando a se dedicar à docência e à pesquisa no exterior, de onde só retornou ao Brasil com a anistia de 1979. Maiores informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-monteiro-furtado>. Acesso em: 6 abr. 2019.



Conforme essas interpretações, caberia aos intelectuais serem os porta-vozes dos setores mais avançados da sociedade, propondo uma aliança entre as diferentes classes para romper com o subdesenvolvimento que mantinha o país dependente.<sup>10</sup>

Dessa forma, o Brasil era apresentado sob ao menos duas contradições principais e complementares entre si: num plano interno, o país se dividia entre uma parte arcaica e outra moderna, o que, grosso modo, correspondia aos setores agroexportador e industrial. Em um plano externo, a contradição se dava com os países imperialistas, que importavam produtos agrícolas brasileiros enquanto vendiam seus manufaturados ou instalavam as próprias indústrias aqui, numa relação econômica sempre desigual. Nessas condições, “a solução para esse estado de coisas – o passado entavando por dentro e o presente oprimindo de fora – seria o desenvolvimento industrial interno, autônomo” (REIS, 2000a, p. 165).

Esse diagnóstico da sociedade brasileira e o projeto para transformar as condições em que se encontrava eram comuns aos diversos grupos e autores que formavam aquela “fisionomia intelectual” do período. No entanto, vale observar que as teorias do subdesenvolvimento e a defesa do nacionalismo não foram exclusivas do Brasil nesse período, o que aqueles intelectuais também percebiam. Na África e na Ásia, essas teses ganharam impulso com a descolonização após a Segunda Guerra (OLIVEIRA, 2001, p. 146), enquanto Estados Unidos e União Soviética disputavam a hegemonia global em meio à Guerra Fria (KONDER, 1998, p. 366), apoiando diferentes movimentos nacionalistas e anti-imperialistas no chamado “terceiro mundo”.

Entre a intelectualidade brasileira da época, a imagem do Brasil dividido entre setores e regiões arcaicos e modernos também se baseava nas obras de autores estrangeiros que repercutiram no meio. Wilson Martins cita o exemplo de *Tristes trópicos*, “biografia intelectual” de Claude Lévi-Strauss que apresentou uma nova forma de avaliar o sentido e significado da realidade:

---

<sup>10</sup> Ainda que Sodré não avaliasse a sociedade brasileira nos mesmos termos de outros isebianos, suas interpretações também se baseavam em dicotomias, ao afirmar uma divisão entre a burguesia nacional e um setor burguês ligado aos mercados externos. Em obras como *As classes sociais no Brasil e Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, a defesa de um programa reformista e nacionalista aparece como principal critério para apresentar uma distinção entre “forças progressistas” e setores retrógrados, contrários às reformas. No entanto, de acordo com Caio Navarro Toledo, esse esquema não refletia sobre a composição das diferentes classes sociais que formariam essa frente reformista, num modelo que padecia de simplificações (TOLEDO, 1977, p. 119-120). A problemática da relação entre o esquema interpretativo de Sodré com o marxismo, que ressalta as diferenças e lutas entre as classes, é analisada no primeiro capítulo deste trabalho.

A história deixava de ser sucessiva para ser sincrônica, não apenas porque as populações primitivas coexistiam materialmente com e na civilização do século XX, mas também porque a noção enriquecedora de tempos simultâneos vinha concorrer com a ideia convencional do tempo cronológico e linear (MARTINS, 1996, p. 389).

Outra obra de destaque nesse sentido foi *Os dois Brasis*, de Jacques Lambert, onde se afirmava que o país era desenvolvido de forma desigual, e que coexistiam diversos tempos de sua formação colonial em diferentes regiões (LEÃO; OGAMA, 2017, p. 246-248). E, semelhante aos diagnósticos anteriores, a liquidação dessa dualidade se daria através do desenvolvimento industrial, que unificaria as regiões mais arcaicas às técnicas e modos de vida das regiões modernas.<sup>11</sup>

No caso de Sodré e suas análises, os temas e debates em voga podem ter se refletido no termo “contemporaneidade do não coetâneo”, que Sodré utilizava para descrever a coexistência de diferentes regimes de produção no Brasil. Ao fundamentar essa expressão no conceito de regimes de produção, também compreendidos como modos de produção, Sodré mantém a base marxista de seus argumentos. Ao mesmo tempo, a visão de um país dividido em regimes e tempos distintos e simultâneos remete às dicotomias entre o arcaico e o moderno, mencionadas anteriormente:

Coexistem, no Brasil, regimes de produção diferentes, de tal sorte que geram antagonismos por vezes profundos entre regiões do País. Quem percorre o nosso território do litoral para o interior, marcha, no tempo, do presente para o passado, conhece, sucessivamente, formas capitalistas de produção e formas feudais ou semif feudais, e pode mesmo conhecer a comunidade primitiva onde os indígenas conservam o tipo de sociedade peculiar, o mesmo que os colonizadores encontraram no século XVI (SODRÉ, 1962, p. 4).

As teses sobre a existência de relações feudais no Brasil talvez sejam as mais polêmicas dentro da historiografia sodreana, ainda que não fossem exclusivas do autor. Afinal, os documentos do PCB na época também afirmavam haver feudalismo no país, aspecto em que alguns autores viram uma relação quase instrumental entre o autor e a linha política do partido.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> A repercussão dessa obra exerceu efeitos no campo da política, pois Wilson Martins relaciona o lançamento de *Os dois Brasis* com os debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a criação da SUDENE, entre o fim dos anos 1950 e começo dos 1960 (MARTINS, 1996, p. 414-415).

<sup>12</sup> Porém, Sodré não abandonou essas teses mesmo quando o PCB entrou em declínio. Assim, em *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, lê-se que “os documentos políticos do partido do proletariado brasileiro sempre se referiam, até algum tempo atrás, a relações feudais ou semif feudais cuja superação se fazia necessária”, mas Sodré considera que existiram diferentes formas de feudalismo ao longo da história, sendo o caso brasileiro “um feudalismo não-codificado” (SODRÉ, 1990a, p. 19-22). Desse modo, Sodré argumenta que o surgimento do feudalismo no Brasil não seguiu os modelos clássicos europeus, ponto em que rebate as acusações de apenas aplicar a sequência stalinista dos cinco modos de produção ao país. Os fundamentos teóricos da teoria feudal em Sodré são analisados no terceiro capítulo deste trabalho.

No entanto, por ora cabe observar que essas teorias também se baseavam nas ideias correntes de um Brasil dividido entre arcaísmo e modernidade, assim como na defesa do desenvolvimento econômico nacional como chave para superar aquela condição.

Outro aspecto fundamental a se considerar na produção intelectual e nos debates da época é a questão do nacionalismo. Com diferentes posições políticas, a defesa de um projeto de desenvolvimento brasileiro era relativamente comum, diferindo-se quanto aos meios para alcançar aquele objetivo. No caso do ISEB, por exemplo, essas diferenças marcaram a passagem do nacional-desenvolvimentismo no governo JK para a defesa das reformas de base no governo Jango, entre intelectuais favoráveis à presença de investimentos externos para industrializar o país e os que defendiam a prevalência de capital nacional nesse processo<sup>13</sup>.

Além das teorias do subdesenvolvimento e de uma postura mais crítica quanto a antigas teorias que procuravam explicar o Brasil, a defesa do nacionalismo implicava um engajamento político por parte dos intelectuais. Um grande exemplo nesse sentido foi a campanha pela criação da Petrobrás, cujo *status* nacional e estatal foi considerado imprescindível pelas esquerdas do período.<sup>14</sup> E esse engajamento, por sua vez, se reforçava e era reforçado com as crises e disputas políticas do tempo, como afirma Leandro Konder:

Um dos fatores mais efetivos de fortalecimento das tendências nacionalistas veio da “carta-testamento” que o presidente Getúlio Vargas deixou, em 1954, denunciando a ação de empresas estrangeiras poderosas no agravamento da crise econômica brasileira. A partir daquele instante, houve uma vigorosa confluência de comunistas, trabalhistas e socialistas moderados na defesa do nacionalismo (KONDER, 1998, p. 366).

No caso do PCB, o partido passou de uma oposição extremada ao governo Vargas para a formação de uma aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nas eleições legislativas de 1954 e presidenciais de 1955, além de advogar um programa de reformas nacionais e

---

<sup>13</sup> No primeiro caso, o nacionalismo era de caráter “instrumental”, um recurso para criar as instituições necessárias ao desenvolvimento do país sem com isso rejeitar recursos externos. Essa posição era defendida por autores como Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes e Guerreiro Ramos. Já em Álvaro Vieira Pinto e Sodré, o nacionalismo representava uma força de libertação das antigas metrópoles e das massas trabalhadoras, condição para um desenvolvimento autônomo que não beneficiasse somente uma minoria. Essas diferenças entre uma “direita” e uma “esquerda” isebiana em torno do nacionalismo são comentadas em Toledo (1977, p. 129-140) e Oliveira (2001, p. 150-151).

<sup>14</sup> Em *Memórias de um soldado*, Sodré comenta as campanhas de opinião pública pela criação da Petrobras e os impactos dessas disputas nos meios militares da época, divididos entre uma ala nacionalista e outra favorável à participação norte-americana na exploração do petróleo. Além disso, a participação de Sodré na chapa que venceu as eleições para o Clube Militar, em 1950, e as perseguições que o autor passou a sofrer dentro do Exército se deram também em torno desta questão.

democráticas, segundo João Quartim de Moraes (2007a, p. 76).<sup>15</sup> De acordo com as memórias de Sodré, a carta-testamento representou um “libelo terrível contra o imperialismo e seus agentes internos” (1988, p. 156), enquanto o suicídio de Getúlio evitou um golpe contra as instituições democráticas. E a percepção de que o nacionalismo passou a ser uma bandeira encampada pelas esquerdas do período também foi notada por críticos da época, como Wilson Martins:

A prova está no processo de “esquerdização” ideológica a que foi submetido o ex-presidente, para que se adaptasse aos novos tempos e pudesse sobreviver a própria morte; não raro, os mesmos que até há pouco o haviam furiosamente acusado de fascismo passavam a enaltecê-lo como responsável pela política esquerdista que desejavam ver estabelecida. Em mais de um sentido, as eleições de 1955 implantaram o nacionalismo esquerdista que ia predominar na década seguinte e que, claro está, era mais esquerdista do que nacionalista (MARTINS, 1996, p. 345-346).

Em um panorama da cultura brasileira entre 1955 e 1964, Marcos Napolitano observa que o nacionalismo passou a ser defendido pelos chamados “setores progressistas”, embora as origens desse nacionalismo remontassem a projetos políticos diferentes.<sup>16</sup> Temas e categorias como “autenticidade”, “alienação” e “nacional-popular” tornaram-se correntes nos debates de então, especialmente no ISEB. De acordo com Napolitano, o ISEB foi a “grande ponte” entre as décadas de 1950 e 1960, quando o nacionalismo assumiu um sentido reformista e revolucionário. Além do instituto, essa mudança de interpretação também foi resultado da nova política cultural do PCB, quando o partido procurou elaborar “uma cultura nacional-popular que tentava conciliar o reformismo e a tradição revolucionária” (NAPOLITANO, 2014, p. 425). A última fase do ISEB, com a hegemonia do partido no instituto, se explicaria por essa leitura de um potencial revolucionário no nacionalismo.

Em seu trabalho sobre a relação entre os intelectuais e a política no Brasil, Daniel Pécaut afirma que nesse período o nacionalismo passou a significar mobilização das massas e resistência ao imperialismo. Pois, diferente dos debates anteriores em torno do tema, não se questionava mais a existência efetiva de uma nação brasileira ou se procurava seus fundamentos

<sup>15</sup> Documentos e manifestos do PCB indicando essas mudanças de posição podem ser consultados no livro organizado por Edgard Carone (1982).

<sup>16</sup> Napolitano aponta para ao menos quatro pontos de partida, do modernismo às políticas culturais do Estado Novo, passando pelo discurso anti-imperialista do PCB e as perspectivas folcloristas. Com matrizes tão distintas entre si, “em outras palavras, o nacional-popular dos anos 1950 não surgiu de um projeto ideológico imposto por um grupo de pensadores oficiais, mas disseminou-se por um ambiente intelectual e político propício e adensado pelas discussões anteriores” (NAPOLITANO, 2014, p. 419).

em sinais como o “caráter” ou “temperamento” da população, por exemplo. Diante dos países mais poderosos, frequentemente associados ao imperialismo,

A nação estava ali, constituída em torno de seus interesses econômicos, de sua cultura e de sua vontade política. Ela se experimenta a si mesma, afirmando-se dia a dia contra as nações dominantes. O sentimento de identidade é substituído pelo de confronto; o advento do povo como sujeito político liga-se à sua mobilização a serviço da soberania nacional (PÉCAUT, 1990, p. 99).

Nessas condições, os intelectuais assumiram um papel pedagógico, como autores de uma ideologia que os permitiria “ir às massas”, assumindo um papel de vanguarda na luta contra o imperialismo e em defesa de um projeto nacional (OLIVEIRA, 2001, p. 147). E sabe-se que um dos objetivos do ISEB era a formulação de uma ideologia do desenvolvimento nacional, termo que talvez reúna as palavras-chave da “fisionomia intelectual” do período. Contudo, Sodré se destacava dos demais isebianos por não considerar o nacionalismo uma ideologia e sim uma solução espontânea, aspecto que lhe garantiria legitimidade.<sup>17</sup> O que não impediu Sodré de assumir a defesa do nacionalismo em termos próximos ao vocabulário da época:

Corresponde a um quadro real, a necessidades concretas – não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, não vive da teoria, mas da prática. [...] O teor de paixão que o acompanha, sinal positivo de sua força e não sintoma de fraqueza, assinala a generalidade e a profundidade de seus efeitos: revela que o Nacionalismo é popular, o que não pode surpreender a ninguém, uma vez que só é nacional o que é popular (SODRÉ, 1967, p. 181).

Pécaut (1990, p. 105-106) afirma que esse nacionalismo se tornou um idioma político eficaz, “na medida em que conseguiu mobilizar o imaginário e criar uma nova sociabilidade para além dos ambientes restritos das militâncias partidárias e dos cientistas políticos”.<sup>18</sup> Discutido na imprensa, em cursos e publicações diversas, entre projetos distintos e muitas vezes

<sup>17</sup> Caio Navarro de Toledo assinala o distanciamento de Sodré em relação aos outros membros do ISEB, a ponto de o autor não citar nem ser citado por eles nos seus respectivos trabalhos. E destaca a origem marxiana do conceito de ideologia em Sodré, considerada como falsa consciência a serviço dos interesses das classes dominantes, justificando sua dominação social (TOLEDO, 2001, p. 49).

<sup>18</sup> De acordo com Cândido Mota Filho, um dos fundadores do ISEB, o instituto “[...] faria o papel que as universidades brasileiras não asseguraram até o presente, ou seja, a compreensão crítica da realidade brasileira e a elaboração de instrumentais teóricos adequados que permitam interpretar o desenvolvimento nacional e tornem possível sua simulação e projeção” (MOTA FILHO apud PEREIRA, 1998, p. 50). O ISEB oferecia cursos ao público em geral que eram muito prestigiados pelos universitários da época (PEREIRA, 1998, p. 53), e entre eles estava o curso de Formação Histórica do Brasil, ministrado por Sodré.

antagônicos entre si, a difusão do nacionalismo pelas esquerdas remete ao clima de efervescência e “redescoberta” do Brasil, mencionado por Leandro Konder e Lúcia Oliveira.

Nesse ambiente de disputas, Pécaut observa que a esquerda nacionalista estava segura de ser hegemônica a partir de meados dos anos 1950, reivindicando-se um papel de *intelligentsia* capaz de se dirigir ao “povo”; semelhantes aos nacionalistas de direita na década de 1930, seus intelectuais estavam convencidos de que desempenhavam um papel decisivo na transformação do Brasil (PÉCAUT, 1990, p. 103). Nesse sentido, o otimismo que chegou a se atribuir às análises de Sodré não parece ter sido um fenômeno isolado, mas a percepção de que o Brasil atravessava uma etapa de transformações decisivas e passíveis de serem orientadas em benefício do povo. E Wilson Martins (1996, p. 394) chega a considerar Sodré “o ideólogo do momento” quando da publicação de *Introdução à revolução brasileira*, pois entre as esquerdas afirmava-se a perspectiva de uma revolução que iria muito além de um programa reformista.<sup>19</sup>

Assim, nota-se que Sodré se engajou com os debates do tempo por meio de sua atividade intelectual, seja através de artigos para a imprensa, seja em sua atividade docente ou em sua produção bibliográfica.<sup>20</sup> Contudo, por mais que suas posições fossem marcadamente situadas à esquerda, também se observa que a defesa do engajamento dos intelectuais com as questões do momento, do nacionalismo e de um programa de reformas não foram exclusivas do autor. As disputas entre as diferentes correntes políticas pareciam se dar quanto ao significado dessas pautas, sendo que nem entre as esquerdas elas apresentavam um sentido unívoco.

Em sua apresentação de Nelson Werneck Sodré, José Paulo Netto distingue dois momentos na trajetória intelectual e na produção do autor, delimitados a partir da participação de Sodré na chapa nacionalista que dirigiu o Clube Militar e pelo ingresso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O caráter decisivo desses eventos, ocorridos na década de 1950, é confirmado pelo próprio Sodré em suas memórias, mas Netto (1992, p. 19-20) adverte que

---

<sup>19</sup> No primeiro capítulo, avaliam-se as implicações políticas do conceito de revolução em Sodré, enquanto no terceiro concentram-se mais em sua elaboração historiográfica pelo autor. Com base no artigo de Perry Anderson (1986), Marcos Napolitano avalia a relação entre os projetos revolucionários em voga com a modernização do Brasil, entre o fim dos anos 1950 e a primeira metade da década de 1960, especialmente na área cultural. E Daniel Pécaut (1990, p. 149-150) avalia que “o PCB oscilou entre a defesa da legalidade e a chance de sua ruptura no governo Goulart, de modo que o partido se encontrava dividido diante do movimento nacionalista e democrático”.

<sup>20</sup> Embora não seja objeto de análise deste trabalho, uma amostra da produção jornalística de Sodré pode ser levantada no *Arquivo Nelson Werneck Sodré* (2012). Além disso, vale notar que Sodré não possuía formação acadêmica, o que não impediu a recepção de suas obras enquanto trabalhos de crítica literária, historiografia e ciências sociais, numa época em que a formação de intelectuais nas universidades ainda não estava totalmente definida. Os textos de Fábio Franzini e Rebeca Gontijo (2009), de Giselle Martins Venâncio (2016) e o livro de Thiago Nicodemo, Pedro Afonso dos Santos e Mateus Henrique Pereira (2018) abordam o processo de modernização da historiografia do Brasil nesse período, ainda que não tenham Sodré como foco.

entre os dois momentos não houve um “corte” e sim uma revisão de pressupostos teóricos que levou o autor a reelaborar suas análises. Num sentido semelhante, Paulo Ribeiro da Cunha (2001, p. 30) afirma que a passagem de Sodré para o marxismo representou uma “ruptura com continuidade” em relação às origens tenentistas do autor, cuja posição política de esquerda ainda se encontrava pautada pela “moralidade do compromisso”.

Na produção bibliográfica de Sodré, essa transição foi marcada por um hiato de mais de uma década, entre *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1945) até a publicação de *Introdução à revolução brasileira*, em 1958. De acordo com José Paulo Netto, esse lapso não foi casual nem mero resultado de suas tarefas militares, mas um momento em que Sodré alcançou a síntese de suas “vocações” profissionais e intelectuais, após um reexame de seus pressupostos teóricos e ideológicos:

É o período, em suma, em que o estudioso da história do Brasil pode reformular as bases e os objetivos da sua pesquisa: a construção de uma compreensão abrangente da história brasileira a partir de uma posição política fundada na perspectiva da revolução (NETTO, 1992, p. 23).

Portanto, mesmo resumida, esta breve apresentação do percurso intelectual de Sodré demonstra que este não foi um mero signatário das teorias soviéticas, ainda que o projeto de revolução brasileira defendido pelo autor tenha sido derrotado em 1964. E embora as influências do marxismo-leninismo sejam evidentes, percebe-se que Sodré procurou compreender a particularidade histórica brasileira, os processos econômicos, políticos, sociais e culturais que se conjugaram para a formação de nossa sociedade. Essa preocupação em definir o que era específico do Brasil se mostrava comum entre diversos intelectuais, mas a abordagem materialista do autor conduziu a um enfoque distinto da maioria, de acordo com André Moysés Gaio:

É importante enfatizar que nossa singularidade não se definia por uma essência nacional, uma identidade, abordagem tão ao gosto dos intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX, dos autoritários aos modernistas. Tal singularidade, para Sodré, só pode ser encontrada em um processo histórico determinado e cujo foco de atenção privilegiada deve ser o povo, a participação deste na produção e apropriação da riqueza e na distribuição do poder político (GAIO, 2004, p. 63).

Porém, como será avaliado adiante, o conceito de “povo” e a busca por sua definição também se deram a partir de um momento histórico específico e relacionado aos debates políticos do tempo, inclusive com o programa do PCB após 1958. Pois, ao apresentar o povo como o conjunto das classes sociais que realizariam a revolução brasileira (MORAIS, 2015, p.

109), Sodré corresponde ao destaque dado às “forças progressistas” em vez de “classe operária” na Declaração de Março, como observa Daniela Conte (2010, p. 49). Essa mudança de ênfase visava à formação de uma frente única, uma organização suprapartidária e pluriclassista em favor de reformas estruturais em amplos setores, programa que, apesar de suas limitações, alcançou sua maior expressão e influência nas vésperas do golpe de 1964.

No primeiro capítulo deste trabalho, examinam-se as relações entre Sodré e o marxismo no Brasil, além de seus vínculos com o PCB. Visto por muitos como um porta-voz das posições do partido, a fortuna crítica de Sodré pareceu variar conforme a influência do PCB, que passou de uma atuação ampla, nos anos JK e Jango, para as críticas e dissidências a partir de 1964. Tanto pelas direitas quanto pelas esquerdas, Sodré foi apontado como o principal intelectual – ou ideólogo, para alguns – a sustentar as teorias do PCB sobre a burguesia nacional, o feudalismo no Brasil e o caráter democrático-burguês da revolução brasileira. E nessa mesma medida ele foi criticado por equívocos de análise que teriam induzido a derrota das esquerdas no golpe.<sup>21</sup>

Assim, não se pretende questionar ou buscar desde quando se estabeleceram as relações entre autor e partido, mas constatar que elas se constituíram de maneira definida a partir de um período e um programa teórico-político específico, quando o PCB abandonou o sectarismo anterior em busca de uma participação mais relevante na sociedade brasileira. Não há como subestimar a importância do relatório Krushev e do XX Congresso do PC soviético nessa mudança de orientação, mas sustenta-se que entre Sodré e o PCB houve uma convergência de projetos para o Brasil, mais do que uma simples instrumentalização entre um e outro.

Ao final da década de 1950, depois da participação na diretoria do Clube Militar e enquanto membro do ISEB, Sodré reorientou suas análises e se engajou num projeto de transformação da sociedade brasileira que levasse a mudanças estruturais no país em benefício do povo. Nesse sentido, André Moysés Gaio (2004, p. 47) considera a produção de Sodré durante o período no ISEB como o “ciclo revolucionário” de sua bibliografia, enquanto José Paulo Netto avalia que as análises sodreanas, quanto à formação social brasileira, passaram a se orientar nessa perspectiva a partir de então:

---

<sup>21</sup> André Moysés Gaio (2004, p. 48) menciona um episódio em que “O ambiente era tão adverso a Sodré que ele, na visita à França, em 1968, para rever a filha, foi objeto de reprovações públicas, em Paris, por parte de militantes comunistas e asilados políticos”. Por outro lado, nas *Memórias de um soldado* (1988), Sodré faz várias críticas ao “esquerdismo” que dividiu a frente pelas reformas ao radicalizar suas posições políticas, como nos episódios envolvendo os sargentos e os “generais do povo”, durante o governo Goulart.



Com efeito, na resultante da inflexão assinalada pela década de cinquenta, a compreensão da particularidade histórica brasileira se coloca, para Sodré, como condição para desvendar a *revolução brasileira*, entendida como “o processo de transformação que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e de estar incompleta a revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico” (NETTO, 1992, p. 21).

Ao mesmo tempo, afirmar a historicidade da identificação entre Sodré e o PCB implica reconhecer que o autor nem sempre se orientou por referenciais marxistas. Dessa forma, no segundo capítulo deste trabalho, avaliam-se duas obras publicadas nos anos 1930 e 1940, aposentadas por Sodré nos anos seguintes por se encontrarem fora daquele marco teórico. E a partir desta parte, as reflexões serão baseadas em Reinhart Koselleck (2006) sobre a nova experiência do tempo e um novo conceito de história surgidos com a modernidade, processos que se estabeleceram com mais nitidez na Europa em meados do século XVIII. Pois, apesar das grandes diferenças de contexto,

nosso conceito moderno de história [*Geschichte*] resultou da reflexão iluminista sobre a crescente complexidade da “história de fato” ou da “história em si” [*Geschichte überhaupt*], na qual os pressupostos e condições da experiência escapam, de forma crescente, a essa mesma experiência (KOSELLECK, 2006, p. 16-17).

Compreendida como um “singular coletivo” a partir das revoluções políticas, sociais e culturais daquele momento, do qual o caso francês foi o mais paradigmático, a história passou a ser considerada como um processo de alcance universal que abrangia as diversas histórias particulares. Desse modo, se até então toda história era história de um sujeito, fosse uma batalha ou um reino, a “história em si” reunia a todas em um mesmo sentido, voltado para o futuro e passível de ser direcionado pela ação humana. Daí se passou a conceber a ideia de que somos capazes de “fazer a história”, o que impactou em sua escrita:

Passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz – em lugar de sequências cronológicas – os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento casual uma ordem interna (KOSELLECK, 2006, p. 51).

Essa preocupação se verifica desde as primeiras obras históricas de Sodré, ainda que seus referenciais fossem distantes do marxismo. Desse modo, apesar das diferenças de cunho teórico, percebe-se certo conceito do fazer historiográfico e de seus possíveis usos ao longo da obra sodreana.

Assim, a partir da história dos conceitos estabelecida por Koselleck, pretende-se realizar uma analítica de sua historicidade, pois se cada obra de história acarreta certos horizontes temporais, “o trabalho de melhor conhecer a historiografia não pode se encerrar na sua descrição, mas deve avançar hermeneuticamente (...) para atingir as condições que permitem a própria descrição” (ARAÚJO, 2013, p. 43). Desse modo, evita-se o risco de naturalizar representações e objetos históricos como sinônimo de história, quando são antes relações que o historiador estabelece com ela.

Nesse sentido, também avaliam-se as transformações e reescritas da história por parte de Sodré, razão pela qual, o terceiro capítulo, trata de suas principais obras publicadas entre o fim dos anos 1950 e começo dos 1960, quando o emprego de conceitos marxistas, como o de “modo de produ o”, ao estudo e escrita da história do Brasil foi definido pelo autor. Escolheu-se esse período como limite do escopo de análise não apenas pelas implica es do golpe de 1964 em sua trajetória, mas também porque, no período anterior, Sodré estabeleceu as bases de sua interpreta o do Brasil, cujas premissas considerou válidas até o fim da vida.<sup>22</sup>

Entre as teses mais polêmicas de Sodré a partir desse período, está a afirma o da existência de formas semifeudais no país; suas origens remontariam ao período colonial, em regiões de popula o esparsa e economia de subsistência, cujos resquícios ainda poderiam ser percebidos na atualidade.

Contudo, mais do que avaliar ou refutar a validade dessas teses, o interesse aqui está em historicizar o processo de sua elabora o pelo autor. Isso porque a primeira obra de Sodré a conter essas afirma es foi *Forma o histórica do Brasil* (1962), resultado de uma revisão nas teses e conceitos que orientaram sua produ o anterior. Sendo assim, se *Introdu o   revolu o brasileira* trouxe o tema da revolu o, compreendida não como uma insurrei o armada e sim como uma mudança de rela es e forças de produ o, agora se tratava de levantar as origens dos entraves ao desenvolvimento daquelas forças.

---

<sup>22</sup> Uma sugestão importante nesse sentido veio da leitura de *A evolu o da consciência política dos marxistas brasileiros*, de João Quartim de Moraes, onde o autor trata das mudanças de concep o política no PCB. Sem tomar “evolu o” num sentido teleológico ou como progresso contínuo, Moraes (2007a, p. 62) busca “a análise das sucessivas adapta es da teoria e da prática comunista às condi es objetivas da sociedade e da cultura de nosso país”. Segundo o autor, esse processo manteve a perspectiva revolucionária até 1964, quando o partido não só se esfacelou em sucessivas organiza es como abandonou seu programa no processo da redemocratiza o.   possível ver certo paralelo entre a evolu o do partido e de Sodré, mas cabe constatar que o autor manteve suas convic es políticas e o materialismo histórico enquanto matriz teórica mesmo com a abertura política.

Além disso, para Sodré, o feudalismo no Brasil não apenas sucedeu como conviveu com o escravismo durante séculos. Enquanto nas regiões açucareiras e mineradoras, ligadas à exportação, a exploração do trabalho escravo foi predominante, em regiões mais distantes a produção se concentrava para a subsistência, em relações de trabalho estabelecidas por laços de dependência pessoal. Essa simultaneidade de modos de produção não seria um caso singular ou um desvio da teoria marxista, segundo Sodré, pois

desde quando limites políticos ou geográficos interferiram no sentido de separar áreas de modos de produção diferentes? Pois, a aparente e controversa singularidade, de que o caso brasileiro foi apenas um dos exemplos, mostra como a realidade escapa das classificações ligadas a paradigmas adotados e repetidos. Os diversos modos de produção, como a sucessividade deles, devem ser estudados à luz dos paradigmas conceituais, mas também à luz da realidade concreta. O que importa é o método, não o paradigma (SODRÉ, 1990a, p. 17).

A imagem do país com relações de produção distintas em regiões diferentes, por sua vez, remete aos conceitos de “heterocronia” e da “contemporaneidade do não coetâneo”, de acordo com o autor (SODRÉ, 1990a, p. 10). Esses conceitos também eram próximos ao de “dualidade”, aos “dois Brasis”, do litoral e do interior, da cidade e do campo, cuja tradição remonta a pensadores da virada do século XIX e XX, como aponta Carlos Alberto Dória (1998). E embora esse conceito fosse retrabalhado numa interpretação marxista posterior, Paulo Ribeiro da Cunha (2001, p. 83) aponta uma possível influência do materialismo vulgar e de Oliveira Viana na década de 1940. Portanto, apesar das controvérsias, a tese do feudalismo no Brasil elaborada por Sodré remete a uma gama de referências distintas; sem negar a importância dos autores marxistas nem se reduzir a eles, trata-se de avaliar a complexidade dessa tese em Sodré.

Se as teses sodreanas, muitas vezes, foram criticadas por sua estreita relação com o contexto político da época, especialmente após 1964, considera-se secundário reavaliar em que medida elas estavam equivocadas, como se o golpe se explicasse sobretudo em função disso. E tampouco se trata de buscar uma “reabilitação” de Sodré, como se suas teorias formuladas na década de 1960 fossem válidas ainda hoje. Em vez disso, através de uma análise de seus fundamentos, verifica-se que suas obras repercutiam questões discutidas pelos intelectuais brasileiros de então. E se por muito tempo a obra de Sodré foi cercada por uma “muralha de

preconceitos” (NETTO, 1992, p. 27), isso não o impediu de produzir mesmo num ambiente adverso, em que procurou atuar por meio de suas obras.<sup>23</sup>

De acordo com o depoimento de outro militar, a partir de 1964 Sodré passou a ser criticado nos círculos universitários por sua falta de formação acadêmica, enquanto parte das esquerdas o rejeitava por sua origem castrense. Mesmo tendo seus direitos políticos cassados pela ditadura, Sodré “levava, assim, adiante o destino de ser um eterno estranho no ninho; na vida militar, o soldado de passo errado em um batalhão de anticomunistas obcecados; na vida civil, o intruso general das letras” (COSTA, 2006, p. 21). No entanto, o fato de ser um intelectual sem formação universitária, participando dos debates quanto ao desenvolvimento do Brasil, não se explica somente pela trajetória individual de Sodré numa visão mais imediatista. Pois como notou Gildo Marçal Brandão,

um estudo sobre a fisionomia intelectual da esquerda brasileira e do PC é, indiretamente, um estudo sobre uma intelectualidade fascinada com a possibilidade de se constituir numa *intelligentsia*, coincidindo o seu declínio com intensa transformação nas condições de existência desta, com a criação de importante indústria cultural, intervenção em larga escala do Estado na área da cultura, assalariamento maciço dos intelectuais e profissionais liberais e extensa profissionalização e institucionalização das atividades intelectuais. A formação de uma *intelligentsia* pressupõe, como se sabe, a existência de massa de intelectuais marginalizada do mundo da produção e a inexistência de institucionalidade democrático-burguesa plenamente constituída, situação só possível em grande escala em países cujas burguesias foram incapazes, atrasaram-se ou resolveram em sentido reacionário as “tarefas” da revolução nacional e democrática (BRANDÃO, 1997, p. 27).

Dessa forma, o estudo da produção e do percurso intelectual de Sodré também remete ao caráter do desenvolvimento capitalista no Brasil, tema tão caro às análises do autor.

---

<sup>23</sup> Nesse sentido, Vanessa Clemente Cardoso (2013, p. 96) observa que “Sodré não foi um intelectual isolado do político e do social, sua luta sempre se fez em espaços institucionais (como no ISEB), de modo que elaborou um diálogo com a sociedade mediada pelas instituições”. E Sodré reconhece em suas memórias que suas atividades não foram interrompidas, apesar de prejudicadas, pela repressão após 1964: “Fui cassado e fui preso; livros meus foram apreendidos; em documentos policiais e judiciários, fui acusado disto ou daquilo. Mas tive minha condição de general preservada e, portanto, meu meio de vida, meu ganha-pão, não foi tocado” (SODRÉ, 1994, p. 91). Sodré passou para a reserva do Exército em 1961, mas esteve na lista dos cidadãos cassados pelo AI-1, promulgado dias após o golpe.

## 2 NELSON WERNECK SODRÉ E O PCB: UMA RELAÇÃO DE CONVERGÊNCIA

Nelson Werneck Sodré (1911-1999) é autor de uma obra tão extensa quanto variada, que abarca da historiografia e crítica literária como colaborações na imprensa, obras memorialísticas e volumes relativos ao marxismo e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Composta por quase 60 livros e mais de 2.600 artigos para jornais e revistas, sua produção se estendeu ao longo de quase seis décadas, entre fins dos anos 1930 até meados da década de 1990.<sup>24</sup> Nessas condições, torna-se arriscado resumir uma obra tão extensa a poucos aspectos considerados principais, pois o próprio Sodré reelaborou suas análises em novas obras e reedições, enquanto relegou parte de seus trabalhos por considerá-los frágeis teoricamente.

De maneira semelhante, a trajetória pessoal e intelectual de Sodré, nos diversos locais e instituições em que atuou, se mostra mais complexa para ser compreendida apenas em função de uma posição política de esquerda, ainda que ela estivesse definida a partir dos anos 1950-1960. Na conhecida apresentação de José Paulo Netto (1992, p. 9), Sodré se afirmou como militar e escritor “num processo em que estas duas “vocações” se desenvolvem com ritmos e exigências próprias, mas acabando por sintetizar-se mediadas por uma instância muito determinada, a política”. Contudo, por mais que a trajetória pessoal de Sodré seja relevante para se avaliar seu percurso intelectual, o propósito neste trabalho é analisar as diferentes teorias e autores nos quais o autor se embasou para elaborar sua produção historiográfica até meados da década de 1960, resistindo à tentação de considerar esse percurso como uma sucessão de etapas rumo a uma interpretação do Brasil determinada desde um princípio específico, seja pela formação militar do autor seja pelos contatos com autores marxistas em sua juventude.<sup>25</sup>

Em suas memórias, Sodré se apresenta em um processo crescente de desalienação, de tomada de consciência a respeito das causas que impediam o desenvolvimento do Brasil. Não

---

<sup>24</sup> Dois trabalhos de referência fundamentais para o levantamento dessa produção são: o *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré* (2008), com verbetes de diversos autores quanto à bibliografia de Sodré, e o *Arquivo Nelson Werneck Sodré* (2012), um catálogo de toda a produção jornalística do autor.

<sup>25</sup> Nas *Memórias de um soldado*, Sodré afirma que seus primeiros contatos nesse sentido se deram quando aluno do Colégio Militar, na década de 1920: “Por essa época, conheci o trabalho de Plekhanov sobre o materialismo histórico e uma brochura francesa com o estudo de Lênin sobre o esquerdismo. Não foi Isnard Dantas Barreto quem me empresou nem um nem outro; comprei-os eu mesmo” (SODRÉ, 1986, p. 41). Barreto foi um professor de história muito influente na formação de Sodré, como ele mesmo admitiu em entrevista: “SingULARMENTE, ele não me emprestava livros marxistas, embora fosse marxista. [...] Ele me iluminou o caminho para o marxismo e para o materialismo histórico, particularmente” (CUNHA, 2001, p. 78). No entanto, não consideramos que em trabalhos posteriores de Sodré, como o projeto da *História nova*, “o autor recupera e propicia a substância teórica para aquele contorno conceitual que, em tese, penso que foi gestada nesse cenário e a partir dessas influências” (CUNHA, 2001, p. 103), como se a obra de Sodré nos anos 1950-1960 estivesse latente nas décadas anteriores.

por coincidência, isso se fez acompanhar por uma participação política mais explícita, especialmente a partir das eleições para o Clube Militar, em 1950. Nesse mesmo sentido, o autor procurou conjugar teoria e prática, o diagnóstico dos problemas na sociedade brasileira, que remontavam ao passado, com a defesa de políticas que os solucionassem no presente. Essa postura exigia um engajamento do intelectual com as questões de seu tempo, ao mesmo tempo em que deveria atuar de maneira organizada.<sup>26</sup>

Dentre as diversas instituições em que atuou como intelectual, talvez a mais conhecida em sua época tenha sido o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), onde Sodré ministrava cursos de história do Brasil. Filiado ao ISEB desde sua fundação, em 1955, até a extinção com o golpe de 1964, foi nessa época em que Sodré elaborou algumas de suas obras mais destacadas.<sup>27</sup> Seu trabalho passou a repercutir não somente por seus fundamentos teóricos e sua interpretação do Brasil, como também por alcançar um público mais amplo, de acordo com Netto:

[...] no Iseb ele encontrou, num ambiente de investigação e pesquisa, condições para avançar nos seus estudos e no seu magistério, interagindo com intelectuais de posições teóricas e ideológicas muito diferenciadas e com um público com o qual ele nunca contactara diretamente antes. Creio que não é um exagero afirmar que é trabalhando no Iseb que Sodré – escritor já respeitado quando o convidam para atuar na instituição – vai conquistar a audiência nacional que seu exercício intelectual consolidará na década de sessenta (NETTO, 1992, p. 15).

<sup>26</sup> Essa atuação de Sodré também se fez em outras instituições. Entre 1959 e 1963, ele participou do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, de onde faziam parte intelectuais como Eugênio Gudin, Gustavo Corção, Otávio Bulhões e Roberto Campos, entre outros. Ao se questionar o porquê de aceitar o cargo diante de intelectuais com posições tão opostas às suas, Sodré afirma que: “A recusa ao debate é posição quase sempre indefensável. [...] E por que não aceitar o convívio com aquelas figuras, que constituíam rigorosa seleção do que o pensamento conservador, e ainda o pensamento reacionário do país apresentava de mais destacado?” (SODRÉ, 1992, p. 63). Além disso, vale destacar que Sodré trabalhou na *Última Hora* “onde, além da seção literária, escrevia os editoriais” (SODRÉ, 1988, p. 201). Jornal conhecido por suas posições getulistas e nacionalistas, ele foi dos primeiros alvos da repressão que se seguiu ao golpe de 1964, sendo vendido após grave crise financeira. Mais informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>. Acesso em: 04 jan. 2019.

<sup>27</sup> Sobre o ISEB, referência fundamental é o livro de Caio Navarro de Toledo (1977), que também é autor de outros textos referentes às relações entre o instituto, Sodré, o marxismo e o nacionalismo. Ainda, em seu trabalho, Rodrigo de Paula Morais (2015) toma o período no ISEB como recorte para selecionar o conjunto da produção sodreana analisada, enquanto Daniela Conte se refere ao instituto como a principal rede de sociabilidade do autor (CONTE, 2010, p. 22). Além disso, o próprio Sodré escreveu a respeito do instituto, como em *História da história nova* (1987) e *A ofensiva reacionária* (1992), por exemplo. No entanto, apesar da bibliografia disponível, optou-se por não analisar a produção de Sodré em função do ISEB, mas avaliar o processo de sua elaboração historiográfica até esse período, inclusive porque o próprio Sodré considerava sua posição no instituto secundária em proporção aos seus referenciais marxistas.

Por mais polêmicas que fossem, as teses de Sodré passaram a servir não apenas como um modelo teórico para analisar a história e a sociedade brasileiras, mas sustentaram uma plataforma política reformista e nacionalista conforme aos programas do PCB na época. Assim, o golpe de 1964 marcou não somente a derrota política das esquerdas, como também o declínio de um projeto para o país. Considerado seu principal teórico nesse sentido, Sodré sofreu tanto a prisão e perda de direitos políticos pela ditadura quanto a crítica de parte das esquerdas, que lhe apontaram incongruências de análise que levaram a erros de avaliação. Sobretudo sua tese da revolução brasileira, que removeria os “restos feudais” no campo através de uma agenda de reformas com o apoio de diversas classes, entre as quais a burguesia nacional, foi vista como uma aplicação mecânica do modelo russo, e Sodré tomado como um autor “etapista” e marxista ortodoxo.

Em linhas gerais, as críticas a Sodré coincidem nessas avaliações, variando entre si conforme o tema em questão e o grau do debate teórico envolvido.<sup>28</sup> Muito ligadas às disputas políticas dos anos 1950-1960, as teses de Sodré passaram a ser rejeitadas na medida em que os movimentos inspirados no programa reformista defendido pelo autor foram aliados do poder. E essa relação do autor com as questões do tempo presente não se verifica apenas em sua participação nas diversas instituições, como também inflectiu na elaboração de suas obras, especialmente a partir de meados da década de 1950. De acordo com Rodrigo de Paula Moraes, trabalhos como *Introdução à revolução brasileira* e *Formação histórica do Brasil* foram estruturados de maneira semelhante, a saber: “A narrativa do passado tinha o objetivo de justificar um certo diagnóstico proposto pelo autor acerca dos problemas do presente com vistas a propor caminhos para superação desses problemas – no caso, daquilo que chamou de Revolução Brasileira” (MORAIS, 2015, p. 110).

Esse propósito militante é afirmado pelo próprio Sodré nos prefácios, quando refere uma “tentativa de esclarecimento político” em *Introdução à revolução brasileira* (SODRÉ, 1967, p. 9) e de um livro que não derivava de “mera especulação”, mas de uma posição política, no caso de *Formação histórica do Brasil* (SODRÉ, 1962, p. IX). Sodré se insere nos debates do tempo e toma posição em defesa de posições nacionalistas e contra o que identifica como os principais obstáculos ao desenvolvimento autônomo do Brasil: o imperialismo no plano externo e o

---

<sup>28</sup> José Carlos Reis (2000a) traz críticas de autores como Fernando Henrique Cardoso, Guido Mantega e Ciro Cardoso a respeito da burguesia brasileira, da tese feudal e do modo de produção no Brasil colonial, respectivamente. Já Carlos Guilherme Mota, em *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974*, refere-se a Sodré como autor de um “marxismo cristalizado”, de perspectiva “ortodoxa e linear” e de “parâmetros pedestres”, sem ultrapassar a desqualificação (MOTA apud NETTO, 1992, p. 27).

latifúndio no plano interno. Esses entraves estariam associados entre si, o que demandaria um conjunto de medidas que os atacassem para levar ao crescimento das forças produtivas no país e sua capitalização.

Como será visto adiante, esse programa era quase idêntico ao defendido pelo PCB na época, o que sustentou as interpretações que associavam Sodré ao partido, embora o autor jamais se declarasse como tal. Ao mesmo tempo, essa foi a época de maior relevância do PCB na conjuntura política brasileira, especialmente a partir da Declaração de Março de 1958, quando o partido passou a defender uma participação mais ampla no regime democrático. João Quartim de Moraes define essa plataforma como “programa nacional-democrático” e Guido Mantega fala em “Modelo Democrático-Burguês”, mas seja num sentido mais neutro ou mais crítico Sodré é apontado como o principal fundamento teórico das teses pecebistas.

Especialmente entre seus detratores, Sodré foi tomado como caudatário das posições do PCB, que, por sua vez, seguiria as diretrizes de Moscou referentes à existência de “traços feudais” no Brasil e à necessidade de uma revolução democrático-burguesa para superar aqueles entraves. Assim, antes de implantar o socialismo, o Brasil teria de passar por um desenvolvimento capitalista que desenvolvesse as forças produtivas a ponto de criar condições para a socialização dos meios de produção. Baseada sobretudo nas teses leninistas e nas orientações da III Internacional para os países coloniais e semicoloniais, desta tese da revolução surgiu o termo “etapista” com que Sodré e o PCB foram criticados inclusive por setores da esquerda.

Porém, grande parte das acusações ao projeto de revolução brasileira, como sendo mera imitação dos modelos soviéticos, deixa em segundo plano a questão nacional e democrática sustentada por ele. Na história do PCB, as afirmações sobre a existência de feudalismo no país vêm desde pelo menos a década de 1930, mas foi a partir da Declaração de Março que o partido reconheceu o desenvolvimento do capitalismo no país e defendeu a tese do “caminho pacífico” da revolução, que levaria o PCB a buscar alianças com outros setores e partidos em defesa de uma pauta de reformas específicas. Em Sodré, o nacionalismo e a democracia eram vistos como sinônimos, condições para as quais a revolução brasileira poderia ser conduzida em favor do povo, em vez de apenas em benefício da burguesia.

Além disso, Sodré não chegou a essa leitura do Brasil e das reformas necessárias para sua transformação, que teriam um sentido revolucionário, desde o princípio. Como adiante se verá, a inflexão do autor para o marxismo foi um processo relativamente longo e influenciou as



reedições de certas obras, além do abandono de outras. Mesmo seu primeiro livro, *História da literatura brasileira*: seus fundamentos econômicos, publicado originalmente em 1938, “se ressentia de um conhecimento insuficiente do materialismo histórico”, como afirma Sodré em suas memórias (1970, p. 88). E do conjunto de sua produção anterior a 1945, muitos trabalhos foram rejeitados pelo próprio Sodré, passando décadas sem serem reeditados.<sup>29</sup>

Dessa maneira, não se consideram suficientes as afirmações quanto à adesão de Sodré ao marxismo e ao PCB em meados da década de 1940, tomando como indícios nesse sentido a colaboração do autor com intelectuais comunistas na imprensa. Afinal, um livro como *Formação da sociedade brasileira*, elaborado nessa época, posteriormente foi rejeitado pelo autor por ser “uma obra anterior ao meu conhecimento de marxismo e, portanto, indigna de reedição” (SODRÉ apud CUNHA, 2001, p. 235).

## 2.1 MATRIZES DA TEORIA DA REVOLUÇÃO NO PCB E EM SODRÉ

Neste capítulo, pretende-se situar a obra de Nelson Werneck Sodré no contexto da teoria marxista no Brasil e analisar as relações do autor com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Embora sua obra seja vasta, levantar as relações de Sodré com o marxismo e o partido não é das tarefas mais simples, dada a clandestinidade em que o PCB esteve durante a maior parte de sua história e os posicionamentos cautelosos do autor, que nunca se declarou publicamente comunista. Disso decorre certa ambiguidade, pois enquanto a produção sobre Sodré o apresenta como intelectual ligado ao PCB e suas plataformas políticas, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, o próprio Sodré se esquivava de tal definição, embora afirme suas preferências pelo materialismo histórico em mais de uma passagem. Contudo, um exame da obra de Sodré não pode deixar de apontar a proximidade entre as teses do autor sobre a formação social brasileira e as políticas defendidas pelo PCB no período em questão, ainda que essa relação não fosse declarada pelas partes.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> De *Panorama do Segundo Império*, publicado em 1939, Sodré afirma que o livro apresentava uma “flagrante superficialidade na análise do processo histórico” (SODRÉ, 1970, p. 219); sobre *Oeste*, de 1941, o autor diz que “O que os meus recursos científicos e de informação escrita me permitiram descrever ou reconstituir, não merece ser retomado” (Ibidem, p. 245), e por isso jamais teve interesse em reeditá-lo. *Orientações do pensamento brasileiro*, de 1942, reunia ensaios fracos, que “refletiam o nível de conhecimento a que eu conseguira atingir, as deficiências do método que eu adotara” (Ibidem, p. 255). Todas as referências são de *Memórias de um escritor*, de 1970.

<sup>30</sup> Embora tenha escrito inclusive sobre o partido, como em *Contribuição à história do PCB e A tentativa comunista de 1935*, Sodré jamais se declarou filiado ao PCB. Numa carta de 1996, o autor nega que uma obra

Em texto sobre a evolução da consciência política dos marxistas brasileiros, João Quartim de Moraes (2007a, p. 82) considera as teses de Sodré “fundamento teórico das posições programáticas do PCB”, embora afirme que ele nunca exerceu funções como dirigente no partido. Entre suas teses mais polêmicas, estavam a do latifúndio como entrave ao desenvolvimento econômico nacional, num regime onde ainda se observavam “restos feudais”, e da existência de um setor burguês favorável ao desenvolvimento autônomo do Brasil, contrapondo-se ao latifúndio e seus aliados imperialistas. Tomado como símbolo do pensamento pecebista, que conduziu as esquerdas para a derrota em 1964, Sodré foi considerado um marxista esquemático, etapista, imitativo, um autor que confundiu vontade política com análise do processo brasileiro.

Relacionado entre os “intérpretes do Brasil” por José Carlos Reis, Sodré é considerado o principal teórico marxista brasileiro dos anos 1950, ainda que não fosse o único historiador marxista de relevo. Suas teorias sobre a formação da nossa sociedade e seu projeto de “revolução brasileira” o situavam numa tradição de redescobrimto do Brasil (2000a, p. 147). Afinal, em vez da imagem negativa do povo, presente nas obras de historiadores como Varnhagen e Capistrano, Sodré valorizava o povo brasileiro enquanto agente capaz de efetuar as transformações que ele percebia estarem em curso no país. E nesse sentido, Rodrigo de Paula Moraes também identifica a presença de uma imagem positiva que Sodré faz do processo histórico brasileiro, ao contrário de outros historiadores:

O que Sodré difere dos demais, em relação ao que foi exposto, parece ser o otimismo, a crença de que o projeto de futuro por ele defendido, longe de ser impossível tarefa, estava em vias de realizar-se. O autor demonstrou plena convicção de que vivia em um momento da história do Brasil em que seria possível superar de forma definitiva os entraves ao desenvolvimento nacional e alcançar um patamar superior em termos políticos, econômicos e sociais (MORAIS, 2015, p. 110-111).

Essa convicção estava relacionada com a defesa que Sodré fazia de uma história declaradamente militante, a ponto de o autor declarar no prefácio de uma de suas principais obras: “Não é este, pois, um livro de mera especulação: trata-se de uma posição política. “Não ter uma posição política justa, disse alguém, é como não ter alma”” (SODRÉ, 1962, p. IX).

---

como *Formação histórica do Brasil* tenha marcado sua adesão ao partido, assim como nega uma influência recíproca entre ele e o PCB: “Em tempo algum, o PCB ditou normas ao que eu escrevia, em tempo algum o PCB exerceu influência sobre as minhas posições na interpretação da história brasileira. [...] Os meus pontos de vista nada têm com a suposta adesão ao PCB e essa suposta adesão, portanto, não me impôs nenhuma mudança de concepções” (BARROS, 2011, p. 89-90). Neste ponto, Sodré parece querer demonstrar sua autonomia enquanto intelectual sem com isso rechaçar as posições defendidas pelo partido.

Nessas afirmações, é possível levantar uma série de conceitos mobilizados pelo autor e na análise sobre ele: povo, revolução brasileira, desenvolvimento e nacionalismo, além de certa concepção sobre o fazer histórico e de seus possíveis usos.

Procurando situar Sodré na trajetória do marxismo brasileiro, José Carlos Reis o coloca entre uma primeira fase, quando a teoria era aplicada sem maiores considerações sobre as especificidades do país, e uma fase mais autônoma, quando seus autores elaboraram uma leitura mais adequada da sociedade brasileira. Essa é uma questão especialmente importante, pois, no âmbito do marxismo, a teoria precisa estar adequada à realidade para orientar uma ação historicamente mais eficaz. O que Lênin considerava essência do marxismo, “a análise concreta da situação concreta”, não representava uma oposição à teoria, mas o momento em que ela se converte em *práxis* e se realiza, de acordo com Lukács (2012, p. 106). Ao mesmo tempo, essa periodização do marxismo no Brasil não implica necessariamente uma “evolução”, se entendida como progresso em relação a um cenário anterior. João Quartim de Moraes alerta para o risco de tomar essa evolução num sentido teleológico, sobrepondo a lógica subjetiva da ação humana à lógica objetiva do processo histórico em questão:

Seríamos ingênuos se supuséssemos que cada nova forma de consciência política conduz a um patamar superior da compreensão da realidade social, isto é, se assimilássemos a evolução intelectual de um movimento político ao processo individual de aprendizagem escolar. (...) A consciência política pode acertar ou errar a solução do sempre renovado enigma que a interpela: discernir o necessário (que inclui o impossível, isto é, o que necessariamente não será), o meramente possível (isto é, aquilo que, podendo vir a ser, não está inscrito na dinâmica tendencial do processo histórico) e o provável (o devir para o qual apontam as tendências determinantes do curso espontâneo da história) (MORAES, 2007a, p. 61-62).

Nesse sentido, evolução deve ser entendida como adaptação da teoria e prática às condições da sociedade e da cultura do Brasil, mantendo-se no sentido da revolução. Para Moraes (2007a), essa evolução pode ser identificada até 1964, quando o golpe e o conseqüente esfacelamento do PCB levaram ao declínio de sua influência e à perda de sua identidade política, com o abandono da perspectiva revolucionária.

As obras mais conhecidas de Sodré e seu período de maior atuação vêm de antes desse momento, porém. José Carlos Reis considera Sodré um intelectual típico do período entre 1920 e 1950, “quando o PCB procurava agitar as massas e se articular com seus líderes burgueses populistas” (REIS, 2000a, p.151). Sua análise da sociedade brasileira, assim como seus projetos de revolução, grosso modo, corresponderiam ao período pecebista anterior a 1964, quando a

principal plataforma do partido era a defesa de uma revolução democrático-burguesa no Brasil. Por sua vez, o caráter dessa revolução se baseava numa leitura que identificava a presença de “restos” ou “traços” de relações feudais ou semifeudais no campo, entraves ao desenvolvimento que mantinham o Brasil numa situação colonial ou semicolonial.

A discussão sobre o feudalismo no Brasil ultrapassaria os limites deste capítulo, sendo necessário retomá-la mais adiante. Contudo, ao se avaliar a relação de Sodré com o marxismo no Brasil, cabe destacar que essas teses remetem à Terceira Internacional Comunista (IC), especialmente em seu VI Congresso (1928). Nos congressos anteriores, as estratégias a serem aplicadas na América Latina se baseavam nos exemplos das colônias inglesas e francesas na África e na Ásia, numa aplicação mecanicista da teoria a um contexto muito diferente de suas origens (ZAIDÁN, 1991, p. 92). O VI Congresso foi o primeiro a dedicar um capítulo especial para a região, delineando as estratégias a serem adotadas pelos respectivos partidos comunistas.

De acordo com as “Teses sobre o movimento revolucionário das colônias e semicolônias”,

(...) o imperialismo costuma aliar-se com as camadas dominantes da ordem social anterior, vale dizer, com os *senhores feudais* e com a *burguesia comercial e usurária*. Portanto, o imperialismo reforça as formas pré-capitalistas de exploração (especialmente no campo) que travam o desenvolvimento das forças produtivas e impedem a industrialização (MANTEGA, 1995, p. 149).

Dado o baixo desenvolvimento das forças produtivas e o predomínio da população rural, submetida a relações pré-capitalistas, a revolução primeiro teria de desenvolver as forças produtivas capitalistas para estabelecer condições a uma futura implantação do socialismo. Ao mesmo tempo, essa revolução seria diferente dos exemplos europeus, uma vez que ela se vinculava à libertação nacional do jugo estrangeiro, a exemplo do que ocorria em países como China e Índia. Da análise das condições, a IC passou para a orientação das estratégias, considerando que ainda existiam fortes resíduos de feudalismo e relações pré-capitalistas nesses países.

Nesse cenário, a revolução democrático-burguesa era uma etapa que preparava os pressupostos para a revolução socialista. Identificadas as condições e o caráter da revolução nesses países, a IC delineou as tarefas a serem realizadas, tendo o imperialismo como adversário principal:

(...) rompimento dos laços de dependência com o imperialismo, através da nacionalização das concessões, ferrovias, bancos, etc. (...) Enfatiza-se ainda a importância da revolução agrária como forma de libertação dos camponeses da dominação pré-capitalista, colonial e escravista, e propõe-se a nacionalização dos subsolos, além da necessidade de ampliar os sindicatos operários e fortalecer os partidos comunistas (ZAIDÁN, 1991, p. 95-96).

Em relação ao PCB, as teses da IC tiveram influência decisiva no III Congresso do partido, realizado entre 1928 e 1929. A partir delas, o Brasil foi caracterizado como um país semicolonial de economia agrária, baseada na grande propriedade e exploração das massas camponesas. O desenvolvimento autônomo das forças produtivas se apresentava entravado pelas forças imperialistas, que mantinham o domínio econômico do país, apesar da independência política. Nesse contexto, a revolução não seria a mera derrubada do regime oligárquico, mas a solução do problema agrário e a libertação do capital estrangeiro.

Essas teses representavam uma ruptura com a linha política anterior, quando o PCB chegou a integrar uma frente política de massas como o Bloco Operário Camponês (BOC).<sup>31</sup> Marcos Del Roio ressaltava que “Essa conclusão política advinha do fato de ter sido o imperialismo elevado à categoria de imediato inimigo principal, e a burguesia nacional, segundo essa mesma análise, haver capitulado diante desse inimigo” (DEL ROIO, 2007, p. 82). A revolução deixou de ser “democrático pequeno-burguesa”, uma teoria que os marxistas brasileiros vinham elaborando, para se tornar “democrático-burguesa” e anti-imperialista sob as novas orientações da IC. Dessa forma, o cerne das alianças passou da pequena-burguesia urbana para as massas camponesas, levando o PCB a se afastar também do movimento tenentista da época. Contudo, essa alteração na linha política se mostrou infrutífera:

Era evidente que, no contexto da sociedade brasileira dos anos 20, essa brusca mudança de linha conduziria inevitavelmente o PCB ao isolamento político, uma vez que, jogado para uma irreal e fictícia aliança com as “massas agrícolas” do país, os comunistas ficavam à margem do movimento real da história (ZAIDÁN, 1991, p. 101).

---

<sup>31</sup> Apesar de o BOC já existir na ocasião, Del Roio afirma que o III Congresso do PCB consagrou os termos “camponês” e “campesinato”, que até então eram desconhecidos no vocabulário sociológico e político do Brasil. Já no VI Congresso da IC, o BOC foi criticado como uma versão brasileira do “*Guomindang*”, partido nacionalista chinês, pelo “risco permanente de que elementos burgueses possam rodeá-lo” (ZAIDÁN, 1991, p. 97).

No caso brasileiro, apesar de ser um país politicamente independente, de acordo com as análises marxistas, ele ainda se encontrava numa condição semicolonial e semifeudal sob domínio do latifúndio e do imperialismo, tomados como inimigos associados. E essa análise do país é predominante na obra de Sodré a partir de seu contato com o marxismo.

Em consequência, grande parte das leituras sobre a produção de Sodré o vinculam com as teses da III Internacional, cujas relações seriam “explícitas e diretas”, segundo José Carlos Reis. Dessa interpretação também veio a associação entre Sodré e o marxismo soviético, leninista e stalinista. Afinal, as teses sobre a necessidade de uma revolução democrático-burguesa anterior à revolução socialista baseavam-se no livro *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, escrito por Lênin após a derrota da revolução de 1905. Num país onde o processo de industrialização se concentrava em poucos centros e onde ainda vigoravam relações feudais no campo, que concentrava a maioria da população russa, Lênin afirmava antes que era preciso desenvolver o capitalismo no país:

O grau de desenvolvimento econômico da Rússia (condição objetiva) e o grau de consciência e de organização das grandes massas do proletariado (condição subjetiva indissolúvelmente ligada com a objetiva) tornam impossível a imediata e absoluta libertação da classe operária. Só os mais ignorantes podem passar por cima do caráter burguês da revolução democrática que se está desenvolvendo; só os mais cãndidos otimistas podem esquecer o pouco que a massa operária ainda conhece dos fins do socialismo e dos métodos para realização do mesmo (LÊNIN, 1975, p. 14).

Dessa maneira, a prioridade daquele momento seria a liquidação do czarismo, recusando quaisquer propostas de constituição ou reforma que mantivessem o poder monárquico. Diante de um regime que se apoiava numa aristocracia latifundiária e que não reconhecia os direitos políticos da maioria absoluta da população, Lênin afirmava a existência de uma “burguesia democrático-revolucionária” capaz de se aliar aos trabalhadores para a instauração de uma república. Ao mesmo tempo, Lênin alertava que esse apoio não deveria deixar os trabalhadores a reboque da burguesia, pois a revolução para derrubar o czarismo era necessária aos interesses do proletariado. A participação de operários e camponeses no processo garantiria que as transformações realizadas fossem profundas, sem dar margem de retorno a formas anteriores:

Eis o sentido em que esta tese é indiscutível: para a burguesia é conveniente apoiar-se em alguns restos do antigo, contra o proletariado; por exemplo, na monarquia, no exército permanente, etc. Para a burguesia convém que a revolução burguesa não elimine de um modo excessivamente decisivo todas as reminiscências do antigo,

deixando em pé algumas delas, isto é, é vantajoso que a referida revolução não seja completamente consequente, não chegue até o fim, não seja decisiva e implacável. [...] Pelo contrário, para a classe operária convém que as transformações necessárias no sentido democrático-burguês se introduzam não por meio de reformas, mas pela via revolucionária, pois o caminho reformista é o caminho das dilatações, dos adiamentos, de agonia dolorosa e lenta dos membros apodrecidos do organismo popular (LÊNIN, 1975, p. 37).

Caso o poder ficasse sob controle da burguesia, a social-democracia<sup>32</sup> acabaria “diluída” numa democracia burguesa, como aconteceu nos países da Europa ocidental. Lênin chega a afirmar que somente o povo – entendido como o proletariado e os camponeses – seria capaz de vencer o czarismo em definitivo, pois a burguesia não tinha interesse numa transformação decisiva. Portanto, não se tratava de celebrar acordos com a burguesia, mas de conquistar espaços para a organização e conscientização dos trabalhadores, o que não era possível no regime czarista. A revolução burguesa beneficiaria os interesses econômicos dessa classe, mas seria ainda mais benéfica ao proletariado, pois lhe possibilitaria avançar rumo ao socialismo.

Essa análise da sociedade russa em começos do século XX serviu de modelo para as teorias da revolução na III Internacional, onde predominaram as questões nacionais e coloniais. Nos países atrasados, onde o proletariado e a burguesia nacional se mostravam frágeis, seria necessária uma aliança entre essas classes para derrotar as forças feudais, aliadas do imperialismo. Daí o caráter “etapista” da teoria, pois ela preconizava um estágio capitalista prévio ao socialismo, sem o qual as revoluções fracassariam. De acordo com José Carlos Reis, essa orientação conduziu o pensamento marxista brasileiro entre 1922-64, período em que Sodré foi seu principal expoente (REIS, 2000a, p. 153).

Apesar das bases para essa teoria se apresentarem desde o fim dos anos 1920, foi a partir da década de 1950 que essa interpretação ganhou vulto, naquilo que Guido Mantega chamou de Modelo Democrático-Burguês. Inspirado nos textos clássicos do marxismo e nos exemplos históricos do bloco socialista, esse modelo produziu uma teoria marxista da Revolução Brasileira, tema que estaria muito presente na produção de Sodré entre as décadas de 1950 e 1960.<sup>33</sup> E, assim como Reis, Mantega considera Sodré o principal artífice daquele modelo

<sup>32</sup> Lênin era membro do Partido Operário Social Democrata da Rússia, de onde vem as alusões à “social democracia” no livro. *Dois táticas* foi escrito após seu III Congresso, quando já existiam as divergências entre bolcheviques e mencheviques. As “duas táticas” referidas no título, e que definiam as duas alas do partido, eram entre insurreição ou participação numa Assembleia Constituinte a ser convocada pelo czar. A essa última estratégia Lênin chama “cretinismo parlamentar” (LÊNIN, 1975, p. 51).

<sup>33</sup> No entanto, Mantega identifica uma diferença entre a defesa que o PCB fazia da industrialização nos anos 50 com a teoria da revolução burguesa em Lênin, “onde ele propõe a revolução democrático-burguesa para a Rússia czarista com o objetivo explícito de conquistar as liberdades democráticas viáveis numa sociedade burguesa,

interpretativo. De acordo com Mantega, o Modelo Democrático-Burguês alcançou sua expressão mais fundamentada dentro do PCB com a Declaração de Março de 1958, e na produção de Sodré ele estaria consolidado em três trabalhos, *Introdução à revolução brasileira* (1958), *Formação histórica do Brasil* (1962) e *História da burguesia brasileira* (1964).

Em linhas gerais, Sodré identificava a persistência de uma estrutura colonial e dependente no Brasil dos anos 1950, mas que se transformava mediante o avanço dos processos de industrialização. Com a maioria da população trabalhando na agricultura, o setor rural, onde predominavam as grandes propriedades, ainda era o mais importante. Nessas regiões, a mão de obra disponível mantinha a remuneração baixa, enquanto a concentração da terra em poucas propriedades mantinha a escassez da produção para o mercado interno, uma vez que os latifúndios se voltavam para a exportação.

Além dos desestímulos para o aumento da produtividade no campo, o principal entrave estava no predomínio de relações pré-capitalistas no campo, do trabalho gratuito dos pequenos agricultores em troca do uso de terras dos senhores até as várias formas de trabalho em parceria, não remuneradas em dinheiro; situação que retardava o avanço do capitalismo no Brasil, ao mesmo tempo em que mantinha o setor agrícola fragmentado e dependente, pois

(...) os interesses externos, realmente, deformaram a evolução natural da produção agrícola, gerando o antagonismo entre a agricultura que, acompanhando a evolução da economia nacional, expandia-se e se diversificava em função do mercado interno, a agricultura de subsistência, lutando sempre com enormes dificuldades, com limitações de toda ordem; e a agricultura que visa ao exterior com a sua produção, absorvendo sempre a maior parte dos recursos públicos e privados, caracterizando o sistema conhecido como da *grande lavoura*. Enquanto a primeira padece de uma crise crônica de subprodução, a segunda atravessa crises frequentes de superprodução (SODRÉ, 1962, p. 358-359).

Ao mesmo tempo em que levantava contradições e entraves ao desenvolvimento no campo, Sodré observava um processo de industrialização que minava essa estrutura, sobretudo a partir da Segunda Guerra. Porém, esse processo era limitado pela permanência de relações pré-capitalistas no país e pela influência do setor agroexportador nas políticas econômicas

---

quais sejam, a liberdade de organização sindical e partidária, liberdade de expressão, sufrágio universal e demais franquias políticas, sem nunca ter aconselhado aos militantes comunistas que se empenhassem na defesa dos interesses econômicos da burguesia, vale dizer, que lutassem pela industrialização da Rússia, não obstante reconhecesse que isso até favoreceria a organização política do proletariado” (MANTEGA, 1995, p. 162-163). Nas críticas que Mantega faz do Modelo, o apoio do PCB a uma burguesia nacional foi apontado como um dos equívocos de avaliação que levaram à derrota das esquerdas em 1964.



governamentais. E, além das dificuldades internas, também havia o interesse do capital estrangeiro em manter a indústria nacional frágil, direcionada para a produção de produtos supérfluos, enquanto mantinha suas remessas de lucros em volumes superiores ao montante investido. Dessa maneira, também a burguesia nacional se via prejudicada e precisava se unir aos setores interessados no desenvolvimento do país, pois não dispunha de base política o suficiente para conduzir sozinha aquelas mudanças. No Brasil dos anos 1950, Sodré observava um contraste entre formas políticas e forças econômicas, impasse que naquele momento adquiriria um caráter decisivo para o futuro próximo:

O Brasil já era praticamente burguês e tinha que conviver com o obstáculo do latifúndio. A burguesia já dominava o Estado, mas ainda não conseguira eliminar o latifúndio. E se não podia fazê-lo era porque ele tinha uma força poderosa a sustentá-lo: o imperialismo. Ao imperialismo interessava manter o Brasil no feudalismo. O passado feudal estava incrustado no presente capitalista, e este, para desenvolver-se sem peias, deveria eliminá-lo. Se a burguesia brasileira quisesse livrar-se desse passado, ela não tinha outra saída senão aliar-se ao proletariado e ao campesinato (REIS, 2000a, p. 164).

Latifúndio e imperialismo, assim, aparecem associados com os principais obstáculos a serem removidos num primeiro momento. O desenvolvimento industrial autônomo, em bases nacionais, seria a saída para essa situação, unindo as diferentes classes em torno de um projeto comum naquele momento:

É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha em consciência a cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta o Nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra (SODRÉ, 1967, p. 181-182).

Com o golpe de 1964, essa leitura da sociedade brasileira e das perspectivas de revolução foi rechaçada inclusive nas esquerdas, vista como aplicação mecânica de um modelo explicativo baseado em outros países. Não se trata aqui de discutir a validade das teorias de Sodré no quadro político da época, mas de verificar suas relações com as teorias marxistas. Nesse sentido, o conceito de Revolução Brasileira se aproxima do modelo defendido por Lênin em *Dois táticas* e nas diretrizes da III Internacional:

Como Revolução Brasileira, entendemos o processo de transformação, que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e de estar incompleta a revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico. Tal processo, que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda se antepõem em parte, ao desenvolvimento do país (SODRÉ, 1967, “Advertência”).

Apresentada como um processo que remontava desde pelo menos a década de 1930, a Revolução Brasileira não era sinônimo de insurreição armada ou golpe de Estado, inclusive porque entre suas características estava a defesa do regime democrático. Essa orientação não se aproximava somente do proposto por Lênin, como também das diretrizes expostas na “Declaração de Março de 1958”, documento onde o PCB passou a defender a participação no regime democrático da época através de alianças com as chamadas “forças progressistas” da sociedade, apesar de o PCB ainda ser mantido na ilegalidade. Neste caso, vale cotejar trechos da Declaração com passagens das obras de Sodré para levantar semelhanças, inclusive nos termos utilizados. Na Declaração, ao caracterizar a sociedade brasileira da época e o caráter da revolução em curso, o PCB apresenta o seguinte quadro:

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. (...) Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática (CARONE, 1982, p. 183-184).

Em Sodré, o diagnóstico econômico e o projeto político se apresentam muito próximos do posicionamento pecebista:

A contradição fundamental, assim, é entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos, que se desenvolve paralela e intimamente associada à contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra que as entrava. (...) A defesa do regime democrático, no processo da Revolução Brasileira, não se prende, assim, ao supersticioso respeito a uma legalidade formal, mas na compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento (SODRÉ, 1962, p. 400; 404).

Assim como Lênin advertia para os riscos de celebrar acordos com a burguesia como simples defesa do capitalismo, Sodré afirmava que a democracia era válida por se tratar do

regime onde as mudanças econômicas, sociais e políticas correspondiam ao avanço das forças produtivas. E além de apresentar relação com as teses de Lênin e as plataformas do PCB, nas comparações acima, também se observa a base materialista do pensamento de Sodré, dado que a revolução é concebida antes de tudo como uma mudança nas forças de produção de onde as formas políticas importam, na medida em que colaboram para a condução do processo.

No entanto, após 1964, a obra de Sodré passou a ser criticada como esquemática e pouco original. Suas leituras sobre a formação social brasileira e a teoria da Revolução Brasileira foram tomadas como errôneas, meramente tributárias das orientações do PCB na época. Ao avaliar as teses sobre o feudalismo no Brasil, Rodrigo de Paula Morais afirma que Sodré passou a defendê-las a partir da Declaração de Março, dadas as congruências entre o documento e as análises de Sodré nesse período, como nos trechos citados acima. Assim, ainda que Sodré não tenha participado de sua elaboração, “pode-se afirmar que parte do conteúdo da Declaração de Março de 1958 foi encampado por Sodré em sua produção” (MORAIS, 2015, p. 114).

Contudo, não se considera que a produção historiográfica de Sodré se explique somente a partir de uma orientação partidária, embora suas análises sobre a formação social brasileira sejam muito próximas às do PCB. Sobre a filiação de Sodré e as críticas que recebeu após 1964, André Moysés Gaio afirma que “Sodré, sem nunca ter ocupado postos de direção e nunca ter escrito sequer um documento para o partido, acabou sendo considerado o responsável intelectual pelos erros do PCB” (GAIO, 2004, p. 48)<sup>34</sup>. Nesse mesmo sentido, Paulo Ribeiro Cunha levanta a questão sobre a autoria da Declaração de Março, que seria obra de outros intelectuais:

Na verdade, quem bem recupera a fundamentação teórica desse modelo e sua instrumentalização política no Brasil (...) é Jacob Gorender, quando afirmou ser esta uma obra conjunta de quadros intelectuais do PCB, e de dirigentes como Giocondo Dias, Mário Alves, Alberto Passos Guimarães, Armênio Guedes e ele próprio. A participação de Sodré nesse processo foi inexistente, aspecto este confirmado por Armênio Guedes em entrevista com o autor (CUNHA, 2001, p. 33).

---

<sup>34</sup> Quanto ao papel de Sodré no partido, Gildo de Marçal Brandão (1997, p. 211) afirma que “Como se sabe, Werneck Sodré é o grande dirigente *cultural* do PC nesses anos, o que não lhe será perdoado nem pela direita nem pela esquerda, no pós-64”. Grosso modo, o período de referência abarca entre meados da década de 1950 e meados dos anos 1960. Brandão situa Sodré num conjunto de intelectuais marxistas de matriz comunista, cujas produções teóricas tiveram pouco contato com as visões oficiais ou majoritárias do PCB, pois “de fato, quase todo o trabalho especificamente intelectual era realizado individualmente ou à margem da *organização*, sendo filtrado por três ou quatro figuras do Comitê Central intelectualmente estratégicas” (BRANDÃO, 1997, p. 211). Assim, mesmo após a renovação que se deu sob o impacto do XX Congresso do PCUS e a Declaração de Março de 1958 persistia uma concepção ativista e anti-intelectual da ação política, sendo a atividade intelectual reduzida a um “guia para a ação” ou como divulgação do saber universal (marxista, certamente).

Rodrigo de Paula Morais (2015, p. 14; 34) aponta que o conceito de feudalismo não estava presente em obras anteriores de Sodré, como *Formação da sociedade brasileira* e *As classes sociais no Brasil*. Portanto, sua presença em *Formação histórica do Brasil* se explicaria pelo alinhamento de Sodré com as teses da Declaração de Março, onde afirma a existência de “sobrevivências feudais” que impediam o desenvolvimento da agricultura e acentuavam as disparidades entre as regiões agrícolas e as áreas mais industrializadas do país (CARONE, 1982, p. 177). E o próprio Sodré daria sinais dessa mudança no prefácio daquela obra, ao afirmar que ela “deve muito, em consequência, a uma crítica rigorosa, sincera, multilateral, que lhe exigiu alterações, uma delas pelo menos essencial, quando submetido à discussão com alguns companheiros de estudos da realidade brasileira” (SODRÉ, 1962, p. IX). Para Morais (2015, p. 111), essa alteração essencial seria a afirmação da existência de feudalismo no Brasil.

No entanto, deve-se considerar que as teses sobre o feudalismo e a revolução democrático-burguesa vêm desde pelo menos a década de 1930, portanto eram muito anteriores a uma guinada de Sodré nesse sentido. E não só por orientação da Terceira Internacional, sendo inclusive uma leitura presente em uma fase anterior do PCB. No texto “O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa”, publicado em 1928, o dirigente do PCB, Octávio Brandão, defendia a formação de uma ampla frente antioligárquica, tendo os exemplos recentes da Rússia e da China como parâmetro:

Nessa fase, seria desejável uma “aliança ideológica e orgânica até um certo limite com os revoltosos pequeno-burgueses”, sendo sensível a sugestiva influência do Guomintang chinês. Feito isso, a luta deveria se concentrar no combate ao imperialismo, à grande burguesia e aos restos do feudalismo. Somente, então, poder-se-ia projetar a construção da “república proletária”, pela ação do proletariado urbano e rural aliado à fração revolucionária da pequena burguesia (DEL ROIO, 2007, p. 79-80).

Como já mencionado, após o VI Congresso houve uma intervenção da IC nos partidos comunistas latino-americanos (DEL ROIO, 2007, p. 82), desautorizando as análises de dirigentes como Octávio Brandão e Astrojildo Pereira quanto ao tipo de revolução a ser implantada no Brasil. Além do afastamento de fundadores do PCB, a nova linha política de “classe contra classe” pôs a figura do intelectual sob suspeita, pois ela foi considerada sinônimo de “pequeno-burguês” distante do perfil do revolucionário. Como observa Marisângela Martins, além desses procedimentos foi comum a substituição dos dirigentes por operários,

mesmo que estes não tivessem a formação teórica e a disponibilidade necessárias para as tarefas de direção (MARTINS, 2015, p. 70).

A formação de uma ortodoxia marxista-leninista, sob orientação soviética, e a proletarianização dos militantes levou ao isolamento do PCB na década de 1930. E a repressão após o levante de 1935 e durante o Estado Novo praticamente destruiu o partido no começo dos anos 1940 (DEL ROIO, 2007, p. 90). Contudo, uma leitura dos documentos do PCB após sua “refundação” mostra que persistia uma imagem feudal da sociedade brasileira, ainda que o partido passasse a se mostrar aberto para alianças com outros setores:

Antes da guerra, nós, comunistas, lutávamos contra a democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista. Hoje, o problema é outro, a democracia burguesa volta-se para a esquerda, a classe operária tem a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com a parte democrata e progressista da burguesia nacional contra a minoria reacionária e aquela parte igualmente reacionária do capital estrangeiro colonizador (CARONE, 1982, p. 29).

E mesmo numa fase posterior, quando o PCB adota uma política insurrecional depois de ter seu registro oficial cassado, a relação entre latifúndio e imperialismo é reiterada. Num informe de 1949, após caracterizar o governo Dutra como um “governo de traição nacional”, a radicalização das massas trabalhadoras é explicada como resultado da penetração do capital norte-americano, “que se faz com a conservação dos restos feudais, a conservação no país de uma estrutura econômico-social arcaica e decadente, que entrava de maneira violenta o desenvolvimento das forças de produção” (CARONE, 1982, p. 94).

Dessa maneira, nota-se que as teses pecebistas sobre o feudalismo, como entrave ao desenvolvimento brasileiro e associado ao imperialismo estrangeiro, têm uma origem muito anterior à Declaração de Março e à produção de Sodré. E embora existam congruências entre a produção do autor e as posições do partido, isso não implica que Sodré tenha simplesmente seguido as diretrizes do PCB numa relação de mão única.

Nesse aspecto, Marcelo Ridenti observa que a relação entre os intelectuais e o partido não era meramente instrumental, havendo contrapartidas que os mantinham na órbita de influência partidária, como canais de publicação para suas produções. Noutro sentido, não se tratava de simples manipulação dos intelectuais pelos dirigentes, “mas de uma relação intrincada com custos e benefícios para todos os agentes envolvidos, implicando ainda uma dimensão utópica que não se reduz ao cálculo racional” (RIDENTI, 2010, p. 57). E Marisângela

Martins (2015, p. 79) alerta para os riscos que essa relação implicava, “pois esse vínculo também foi motivo de perseguições e estigma para as carreiras de certos intelectuais”.

## 2.2 PCB, SODRÉ, NACIONALISMO E DEMOCRACIA: UM PROCESSO DE APROXIMAÇÃO

Ao levantar as diferentes análises do PCB a respeito do Brasil e buscar paralelos com a produção de Sodré, verifica-se que a correspondência entre ambos vem de um período específico, entre as décadas de 1950 e 1960. E mesmo assim não se tratou de um simples processo de assimilação do intelectual pelo partido ou do partido encampando as teses de Sodré, numa relação direta e vertical, pois além de Sodré jamais se declarar filiado, em suas memórias há mais de uma crítica às posições de esquerdismo e sectarismo. Essas críticas veladas, que em muitas passagens parecem se dirigir aos grupos de esquerda dissidentes do PCB, por vezes, também podem ser direcionadas ao próprio partido e às posições que adotou em certas conjunturas, como logo após o suicídio de Vargas.

No âmbito do PCB, é possível afirmar que o programa expresso na Declaração de Março de 1958 foi elaborado com base em leituras e teorias sobre o Brasil discutidas pelo menos desde o segundo governo Vargas. Sem negar a importância do relatório de Krushev sobre os crimes do stalinismo e as críticas ao “culto à personalidade”, divulgado no XX Congresso do PC soviético em 1956, a mudança de linha política no PCB de certa maneira foi a confirmação teórica de uma prática que o partido já realizava, ao participar na organização das greves de 1953 ou quando expressou apoio à chapa Kubitschek-Goulart nas eleições de 1955. Contudo, a discrepância entre o programa que o PCB sustentava e suas práticas, além das críticas ao dogmatismo stalinista que vigorava no partido, levaram a mudanças na direção partidária após 1958.

Em pelo menos dois ensaios, João Quartim de Moraes levanta a elaboração do que chamou de “programa nacional-democrático” do PCB. Esse programa, que ditou a linha de ação do partido entre os anos 1950 e 1960, tem seus fundamentos em meados da década de 1940, embora tenha sido abandonado no período entre a cassação do registro legal do PCB, em 1947, e o suicídio de Getúlio. Moraes ressalta que esse programa não significava uma defesa incondicional da democracia, uma vez que para os marxistas as instituições políticas são uma superestrutura que não representa o princípio de explicação das sociedades; no entanto, ao

mesmo tempo ele representou uma contribuição dos marxistas para a teoria e a prática da democracia no Brasil (MORAES, 1998, p. 161).

Nesse processo, Moraes identifica o discurso de Luís Carlos Prestes no estádio de São Januário, pronunciado pouco após sua libertação do cárcere, como exemplo da visão que os comunistas brasileiros tinham da democracia no Brasil. O autor destaca que “democracia” naquele momento significava o oposto de “fascismo”, num contexto em que a Segunda Guerra Mundial e o Estado Novo chegavam ao fim. E apesar de Prestes ser aliado de Getúlio naquele momento, Moraes observa que isso se deu após a guinada antifascista de Vargas, quando o Brasil entrou na guerra contra os países do Eixo (MORAES, 1998, p. 163).

Na história do PCB, o discurso de Prestes correspondia a um programa de união nacional em defesa da democracia em aliança com outras forças progressistas. A anistia então promulgada é apresentada como uma conquista do povo e uma vitória da democracia. Nas novas condições históricas que se apresentavam no mundo, a união com outras classes e partidos em prol de uma agenda reformista e da abertura política deviam se sobrepor às diferenças de momento: “Só assim alcançaremos a verdadeira *união nacional* sem a qual seremos presa fácil do fascismo que, na defesa de seus interesses, fomenta a desordem e prega a desunião, geradora do caos e da guerra civil que precisamos a todo transe evitar” (PRESTES apud CARONE, 1982, p. 31).

Moraes afirma que Prestes empregava “democracia” num sentido estritamente político, assim como para caracterizar seus adversários. Dessa maneira, os fatores econômicos não eram levados em conta, o que permitia incluir entre os aliados potenciais da democracia os “patrões progressistas” e os “fazendeiros democratas”. Por sua vez, os apelos a setores progressistas na indústria e agricultura visavam defender a liberdade sindical e uma nova legislação sobre os latifúndios improdutivos, enquanto muitos camponeses permaneciam sem acesso à terra. Assim, a ênfase no aspecto político da democracia se justificava pela possibilidade de mudar o arranjo das forças produtivas no Brasil:

Longe pois de ser tratada como mero expediente tático, a democracia é erigida, no discurso de Prestes, em objetivo programático central dos comunistas brasileiros. [...] Nela fundamenta a nova visão comunista da revolução brasileira: não mais a do assalto frontal ao poder de Estado e sim a das reformas sociais orientadas pelo interesse convergente do povo e da nação (MORAES, 1998, p. 165).

Além disso, no discurso de Prestes a revolução adquiria um caráter evolutivo, como aceleração de um processo em curso na sociedade. Esse conceito de revolução como aceleração da evolução, por sua vez, pode ser encontrado na “Advertência” de *Introdução à revolução brasileira*, onde Sodré afirma que:

Discriminando as origens das forças interessadas no processo nacional, e mostrando o que existe ainda de negativo no quadro brasileiro, procuramos realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo, que tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático, de um lado, e a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica das nossas riquezas, de outro lado (SODRÉ, 1958, p. 5).

Moraes (1998) adverte que a adesão do PCB à democracia pode ser questionada pela recaída do partido numa postura sectária após a cassação de seu registro, além das várias referências no discurso de Prestes a Stalin. No entanto, o novo programa do partido ao final do Estado Novo apresentava uma “visão do Brasil” coerente com a democracia. Após a deposição de Getúlio e as eleições de 1945, o PCB elegeu Prestes senador e mais catorze deputados, além de ter obtido 10% dos votos na eleição presidencial. Contudo, já em 1946 o partido passou a ser alvo de processos no Tribunal Superior Eleitoral que visavam sua cassação, além da repressão que o governo Dutra promoveu contra sindicatos onde o PCB exercia influência. Assim, apesar de pareceres contrários à cassação, o registro do PCB foi revogado e os mandatos dos parlamentares eleitos foram extintos pelo TSE ao final de 1947, o que levou o partido a abandonar o programa nacional-democrático por alguns anos.<sup>35</sup>

Ao breve período de legalidade do partido seguiu-se uma guinada radical para a esquerda, como se pode ler nos manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950. Além de representar uma reação do PCB à perseguição de que foi alvo, a nova linha política foi elaborada sob influência de novas ameaças no cenário mundial, como a Guerra Fria e a Guerra da Coreia. O risco de um confronto entre potências com armas nucleares e a precariedade da democracia brasileira deram o tom das revisões e autocríticas no período. Porém, o que poderia ser

---

<sup>35</sup> Nesse período, os discursos de Prestes e da direção do PCB consideravam os agressores “resíduos do fascismo estado-novista” (MORAES, 1998, p. 174), numa imagem coerente com o programa de união nacional defendido pelo partido. Contudo, a ilegalidade a que o PCB foi lançado pode ser interpretada como índice de uma problemática mais ampla, como sustenta Gildo Marçal Brandão. Para Brandão, esse processo demonstrou que o PCB não tinha como ser incorporado ao sistema partidário do período, no qual “a presença legal de um grande partido societário, de base operária, independente do Estado e dotado de forte liderança popular, não só contrasta fortemente com toda a história anterior, como introduz um elemento complicador e, naquela altura, provavelmente incompatível com o compromisso então engendrado entre uma ordem política liberal e a estrutura sindical corporativa, cuja funcionalidade em relação ao controle da classe como à acumulação, além do mais, acabava de ser descoberta pela própria burguesia industrial” (BRANDÃO, 1997, p. 47-48).



explicado apenas pela conjuntura política foi ocasião para que o partido reavaliasse seu programa anterior:

A correlação de forças sociais no país, onde cresce o proletariado, sem que a burguesia se reforce nem econômica nem politicamente, já que as posições fundamentais da economia nacional estão cada vez mais em poder do imperialismo [...] criam, evidentemente, a possibilidade de um desenvolvimento não capitalista que leve diretamente ao socialismo. Mas, além disto, a revolução democrático-burguesa dos dias de hoje, nos países coloniais e atrasados, é parte integrante da revolução do proletariado e, justamente por isso, é violentamente combatida pelo imperialismo e jamais poderá ser realizada sob a direção da burguesia, cada vez mais dependente dos trustes e monopólios internacionais (CARONE, 1982, p. 99).

Assim, o PCB afirmava tanto a necessidade de a classe operária dirigir a revolução, numa concepção próxima às antigas doutrinas da Terceira Internacional, quanto discutia o significado das instituições políticas brasileiras, pois seu caráter democrático-burguês não foi posto em questão e sim o significado histórico e concreto dessa categoria.

De acordo com a leitura que o PCB fazia da conjuntura brasileira, “a democracia burguesa, numa sociedade em que preponderam o latifúndio e o imperialismo, não passa de uma frágil superestrutura institucional permanentemente sujeita a manipulações e truculências reacionárias” (MORAES, 1998, p. 182). Diante da fragilidade da burguesia brasileira naquele momento, caberia às classes populares a responsabilidade de cumprir as mudanças da revolução.

Num plano interno, a nova linha do PCB se orientou por manifestações contra a participação do Brasil na Guerra da Coreia e em defesa da exploração nacional do petróleo, nas campanhas que levaram à criação da Petrobras. Essas posturas coincidiam com as posições de Sodré sobre os temas, como se pode ler em suas memórias.<sup>36</sup> No movimento operário, as novas diretrizes defendiam a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho, mobilizando uma militância independente dos sindicatos oficiais. Contudo, a consequência prática dessa nova política levou mais uma vez o PCB ao isolamento, com a perda da maioria de seus inscritos e o afastamento de diversos intelectuais do partido (MORAES, 1998, p. 188).

Como oficial do exército brasileiro nessa época, compreende-se que Sodré não tenha se manifestado publicamente a respeito das posições pecebistas e suas consequências. No entanto,

---

<sup>36</sup> Em *Memórias de um soldado* – do Estado Novo à Ditadura Militar, os debates em torno desses temas e as disputas políticas quanto ao Clube Militar se encontram especialmente na seção “A luta nacionalista”.

enquanto a defesa da exploração do petróleo em bases nacionais e as críticas ao governo Dutra coincidiam com a plataforma política do PCB, há mais de uma passagem em que Sodré critica as posições esquerdistas e sectárias no partido, embora sem citar nomes.

Nos quartéis, a disputa se dava em torno das eleições para o Clube Militar, entre uma chapa nacionalista, encabeçada pelo general Newton Estillac Leal, e uma chapa pró-Estados Unidos. O grupo nacionalista venceu as eleições em 1950, mas a nova direção foi alvo de críticas na imprensa e entre setores militares, sob a acusação de estar infiltrada por comunistas. O estopim de uma nova crise se deu com a publicação do artigo “Considerações sobre a Guerra da Coréia”, na edição 107 da *Revista do Clube Militar*, a primeira a ser lançada sob a direção da chapa.<sup>37</sup>

Embora Sodré rebatesse as acusações de influência comunista e denunciasse uma campanha coordenada contra a diretoria do clube, importa aqui levantar as ponderações do autor sobre o esquerdismo nos meios militares. Sem especificar o significado de “esquerda”, que Sodré usa num sentido convencional “que se presta, na verdade, a muitas confusões”, o autor passa a uma crítica da leitura que certos setores faziam das condições políticas do momento, quando a conjuntura mundial se alterara.

Reconhecendo a importância da pequena burguesia na sociedade e nas organizações políticas do Brasil, Sodré ao mesmo tempo aponta sua influência como responsável por erros de leitura, como ao presumir que caberia a ela o papel de vanguarda. Num plano programático, o autor criticou essa postura pelo abandono da política anterior, que levou o setor nacionalista a se isolar. Neste ponto, é possível ler a crítica ao esquerdismo como também uma crítica à linha política do PCB, ainda que em nenhum momento Sodré o mencionasse:

Em pequena escala, [...] as condições impunham e até facilitavam a organização da ampla frente que, opondo-se ao governo Dutra [...] assegurasse a normalidade da sucessão presidencial, que o alijaria, e se constituísse em base política para compelir

---

<sup>37</sup> Nesse artigo, cujo autor jamais foi identificado, criticava-se a intervenção de tropas norte-americanas no país, além da possibilidade de militares brasileiros participarem do conflito. Essas posições coincidiam com a linha política do PCB naquela época, que por sua vez remetia ao contexto da Guerra Fria que se acirrava naquele momento (MORAES, 1998, p. 186-187). Quanto à questão da autoria, Paulo Ribeiro da Cunha afirma que “Há indícios comprobatórios da hipótese de que Sodré tivesse sido o autor, ou ao menos, alguma responsabilidade em sua elaboração” (2001, p. 316), uma vez que Sodré era diretor do Departamento Cultural do Clube Militar, ao qual a Revista estava subordinada. Contudo, em suas memórias Sodré afirma que estava no Rio Grande do Sul quando o artigo foi publicado, encontrando o caso como um “fato consumado” ao retornar para o Rio de Janeiro (SODRÉ, 1988, p. 20). Além disso, Sodré criticou a publicação do artigo como um gesto de radicalização que isolou o Clube Militar na defesa da posse de Vargas, em quem as correntes militares nacionalistas não confiavam (SODRÉ, 1988, p. 52-54).

o novo governo, de conteúdo quantitativamente diferente, a exercer a sua ação com liberdade para as iniciativas nacionalistas e democráticas [...]. De imediato, entretanto, tais objetivos apresentaram-se, às facções extremadas, como mesquinhos, indignos de esforço, caracterizadores do oportunismo e até enganadores. [...] A pequena burguesia brasileira, já desconhecendo as diferenças estabelecidas no quadro internacional, reputava demasiado modestos objetivos como o da defesa de instituições que conhecia como injustas, esquecendo que ainda não se apresentara a necessidade histórica de substituí-las (SODRÉ, 1988, p. 49).

Pelo que se trouxe até o momento, esse trecho é significativo porque se presta a mais de uma interpretação sobre a relação entre Sodré e o PCB. Por um lado, ao criticar a influência da pequena burguesia e seu pretensão papel de vanguarda, Sodré se alinhava à leitura que o partido fazia do processo revolucionário, que deveria ser realizado pelas massas operárias e camponesas sob a direção do partido (CARONE, 1982, p. 101-102). Em contrapartida, ao criticar o sectarismo esquerdista, que recusava a criação de uma ampla frente, Sodré parece rejeitar a perspectiva insurrecional que o PCB sustentava na época.<sup>38</sup> Pois para o partido, a perspectiva de um novo governo Vargas era tachada como um retorno ao fascismo, semelhante ao governo Dutra. E a possibilidade de que um Getúlio eleito pelo voto popular buscasse uma posição mais ao centro do espectro político, como fez ao fim do Estado Novo, sequer foi considerada (MORAES, 1998, p. 185).

Contudo, a linha política desse manifesto mal chegou a ser aplicada, sobretudo por fatores internos. Para manter a ligação com suas bases sociais, o PCB foi levado a rever suas práticas antes de rever seus pressupostos teóricos, segundo Moraes (1998). Assim, a atuação do partido no movimento sindical foi fundamental para a organização da “greve dos trezentos mil”, em março de 1953, quando o PCB retomou contatos com os setores ligados ao getulismo (MORAES, 1998, p. 189).<sup>39</sup> E, diante das manifestações populares após o suicídio de Getúlio, o PCB foi forçado a reconhecer mudanças na conjuntura política, assumindo a possibilidade de

---

<sup>38</sup> Em sua tese sobre Nelson Werneck Sodré, Paulo Ribeiro Cunha afirma que o autor utilizou-se do espaço que tinha na imprensa para discordar da nova linha política do PCB em favor da formação de uma aliança com os setores liberais e progressistas. Tomando o episódio do III Congresso Brasileiro de Escritores (1949), quando diversos membros se afastaram ou foram excluídos da entidade por conta do sectarismo partidário, Cunha refere que as posições e críticas veladas de Sodré sobre o tema teriam respaldo entre outros intelectuais do PCB, como Graciliano Ramos. No entanto, o próprio autor salienta que essa discordância não era expressa publicamente, pois “a adesão ao PCB significava, em última instância, o acatamento militante à sua disciplina partidária” (CUNHA, 2001, p. 288).

<sup>39</sup> Assim, embora a linha oficial do partido se mantivesse antigetulista, “Deve-se dizer, no entanto, que o PC pôde liderar a greve porque operou previamente um realinhamento em sua política sindical, reaproximando-se dos trabalhistas e dos sindicatos oficiais e rompendo, neste ponto, com a estratégia maximalista e foquista que havia patrocinado experiências armadas no campo, (...) tendo novamente fracassado toda vez que tentou manipular o movimento, subordinando-o à “discursão política” tenuamente ligada às questões do momento e voltada para a derrubada do regime” (BRANDÃO, 1997, p. 179-180). Portanto, as greves se deram de “baixo para cima”, numa conjuntura em que o PCB encontrou condições favoráveis sem ter sido o principal responsável por elas.

participar de uma coalizão com trabalhistas e nacionalistas. Nesse sentido, o “Manifesto do Comitê Central: a ditadura Café Filho” e o artigo de Prestes “Comunistas e trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum” sinalizavam a nova inclinação do PCB para a formação de uma aliança com outras forças políticas.<sup>40</sup> Porém, esse processo não foi linear nem progressivo, feito sem recuos. Pois, apesar dos manifestos após a morte de Vargas sinalizando uma nova orientação,

quatro meses depois, em lugar de tirar conclusões mais consistentes do novo quadro político, o PCB, reunido no IV Congresso, vai aprovar uma política alheia ao país, enquanto a inserção na conjuntura continuará cada vez mais sendo o *locus* onde se irão acumular pressões para forçar uma orientação mais realista (SANTOS, 1991, p. 138-139).

Realizado em novembro de 1954, o IV Congresso do PCB teve pouco tempo para elaborar as consequências teóricas da nova linha política que o partido se viu impelido a adotar, segundo Moraes. Se a burguesia nacional aparece como possível aliada para a revolução e a perspectiva de luta armada é implicitamente abandonada, não se esclarece de que forma o novo regime seria construído sobre as ruínas do antigo (CARONE, 1982, p. 133-134). Jacob Gorender fez uma crítica mais direta a essa falta de orientação, que manteve uma linha política ineficaz como guia da ação dos comunistas:

No Quarto Congresso, nenhuma autocrítica foi feita pela direção e a linha ganhou confirmação integral. A modificação introduzida na redação definitiva do Programa se resumiu à substituição da proposta de derrubada do Governo de Vargas – então já sepultado – pela “*derrubada do atual governo*”. O “atual governo” podia ser o de Café Filho como o de seus sucessores (GORENDER, 1987, p. 22-23).

Se as manifestações contra as forças antigetulistas mostravam perspectivas de o PCB atuar dentro do regime democrático, “reconhecer aberta e convictamente tal possibilidade implicaria centrar a reflexão no aspecto processual da democracia e, portanto, deixar de concebê-la exclusivamente como *resultado* da revolução vitoriosa” (MORAES, 1998, p. 191). Contudo, essa nova postura não resultou de alguma revisão doutrinária, mas de uma imposição

---

<sup>40</sup> Uma análise das relações entre trabalhistas, comunistas e movimentos sindicais ao longo da história petebista se encontra em “*PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*”, de Lucilia de Almeida Neves Delgado. Na eleição de 1955, Gildo Brandão observa que o PCB selou o apoio a JK apenas três semanas antes do pleito: “Inicialmente, o PC preferia João Goulart como candidato, fazendo o acordo com Juscelino valendo-se do conteúdo que esta candidatura assumiu, atacada por todas as forças conservadoras, mas só no último momento” (BRANDÃO, 1997, p. 189).

de novas conjunturas ao partido, em um processo que não se fez sem resistências internas.<sup>41</sup> A dissonância entre as teses oficiais do partido e sua atuação permaneceu durante um período, até que, sob influxo da “desestalinização” após o XX Congresso do PC da União Soviética, se passou a uma nova elaboração teórica da democracia e da atuação do PCB no regime.<sup>42</sup>

Apesar das limitações inerentes ao gênero, os posicionamentos políticos de Sodré no período entre a cassação do PCB e a eleição de Juscelino podem ser rastreados em suas memórias. Feita a ressalva de que o autor jamais se declarou como sendo comunista, por vezes rejeitando essa definição, trata-se de verificar o grau de proximidade entre as visões programáticas do PCB com as interpretações do autor. Pois, apesar de ser relativamente conhecido e de colaborar regularmente com a imprensa na época, sua condição de militar parece ter sido determinante para afastá-lo de manifestações partidárias, mantendo-se de acordo com as normas de disciplina e hierarquia que a instituição declaradamente defendia.<sup>43</sup>

O governo Dutra, no qual o PCB perdeu seu registro legal, é chamado de “novo Estado novo, com disfarce constitucional” por Sodré. Pois além da repressão a opositores, e não só a comunistas, as propostas de reforma agrária foram inviabilizadas pela nova constituição. Nessa mesma época, os debates em torno da exploração do petróleo mobilizavam a opinião pública

---

<sup>41</sup> Em “*Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50*” (1991), Raimundo Santos afirma que, apesar da direção pecebista fixar a Declaração de Março de 1958 como marco da “nova política”, seu processo de elaboração remonta ao período entre 1954 e 1957, do qual a Declaração foi o resultado oficial. E, embora o núcleo dirigente da época tenha reivindicado a responsabilidade pela renovação partidária, ela foi produto da colaboração de muitos renovadores que acabaram derrotados e marginalizados dentro do partido. Nesse sentido, Leôncio Martins Rodrigues menciona o caso de Agildo Barata, que no artigo “Pela renovação e o fortalecimento do Partido” defendia a independência do PCB em relação à URSS e a defesa de um movimento capaz de integrar setores nacionalistas não marxistas, numa linha semelhante ao que o PCB viria a adotar. Contudo, em maio de 1957 Agildo rompeu com o partido ao ver suas teses rejeitadas pelo Comitê Central (RODRIGUES, 1996, p. 425).

<sup>42</sup> Contudo, a abertura do PCB para uma participação no regime democrático do período não se deu sem limitações. Exemplo disso foi a relação do partido com suas lideranças sindicais, mais dispostas a atuar no âmbito de empresas e categorias do que nas disputas por cargos de vereador ou eleições municipais. Conforme Gildo Marçal Brandão, “Diante desse quadro e em qualquer sentido que se considere, a influência ideológica do Partido Comunista sobre a frente nacionalista não pode ser considerada hegemônica – seu poder e capacidade decisória, ainda que crescentes, jamais deixaram de ser minoritários” (BRANDÃO, 1997, p. 191). Além disso, Brandão alega que mesmo em organizações intersindicais posteriores, cujo principal exemplo foi o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a orientação nacionalista e politizante do PCB manteve-se distante das reivindicações fabris, o que evidenciava tanto a debilidade estrutural quanto o caráter de cúpula que o partido manteve em relação à classe operária.

<sup>43</sup> Além das questões disciplinares, a discrição política de Sodré parece ter sido uma estratégia para angariar o apoio de setores legalistas do exército e isolar os grupos mais à direita. Essa posição devia ser ainda mais cautelosa na medida em que se subisse na hierarquia, dado que os militares identificados como nacionalistas e comunistas costumavam ser preteridos nas promoções, além da ameaça de serem presos e expulsos: “Para um deles, assumir a identidade de comunista ou sua filiação partidária (ou até tímidos posicionamentos de esquerda ou nacionalista) era um risco, seja na perspectiva de continuidade de uma carreira profissional, seja de sobrevivência pessoal (mesmo física, face às perseguições) que implicaria um risco como membro de um setor coletivo partidário” (CUNHA, 2001, p. 304). Como as memórias de Sodré afirmam, essa perseguição já ocorria nos anos 50 e foi intensificada após o golpe de 1964.

entre posições favoráveis ao investimento de capitais estrangeiros e posturas nacionalistas, que defendiam a exploração com base num modelo estatal. Enquanto o governo buscava empresas norte-americanas para o empreendimento, Sodré era a favor da “exploração petrolífera a partir de investimentos nacionais” (SODRÉ, 1986, p. 291-292). Nessa caracterização, nota-se que a imagem do governo Dutra se apresenta próxima ao governo de “traição nacional” do qual o PCB o acusava.

Embora os ministros procurassem manter as Forças Armadas distantes dessas questões, o debate em torno da exploração do petróleo chegou ao Clube Militar, que passaria por uma eleição em 1950. E assim como naquele debate, as chapas para essa eleição se formaram em torno de um polo nacionalista contra um grupo pró-Estados Unidos. Nesta passagem, Sodré apresenta dois temas recorrentes ao longo de suas memórias: a associação feita pelos opositores de Vargas entre nacionalismo e comunismo e o papel político das forças armadas no regime da época:

O anticomunismo, que fora explorado por Dutra para fechar o Partido Comunista, cassar o mandato de seus representantes e romper relações com a União Soviética, era estimulado agora, sob as formas mais soezes, para atemorizar os que tomavam posição em defesa dos interesses nacionais. (...) As eleições no Clube Militar influíram decisivamente no problema da sucessão presidencial e eram, por isso, acompanhadas com interesse pela imprensa, no Brasil e nos Estados Unidos (SODRÉ, 1988, p. 12).

Mais relevante para o tema deste trabalho é avaliar a leitura que Sodré fez da sucessão de Dutra, considerando que a eleição do clube era vista como uma prévia ao pleito presidencial. Uma vez caracterizado o imperialismo e seus aliados internos como inimigos principais, para Sodré as forças contrárias se agrupavam em torno de Vargas. Essas forças abarcavam de proletários e camponeses até a pequena burguesia e mesmo latifundiários afetados pela política de preços dos produtos que exportavam. E longe de considerar a disputa eleitoral irrelevante, Sodré defendia a união dessas forças em favor de uma plataforma democrática e delimitada:

Os objetivos que poderiam permitir uma aliança entre forças tão heterogêneas, separadas, as fundamentais, pela contradição de classe, eram visíveis: manutenção do regime político vigente, em primeiro lugar, impedindo a marcha para o golpe de força; solução nacionalista do problema do petróleo; defesa do preço de nossos produtos nos mercados externos. Qualquer proposição mais avançada correspondia a afastar da aliança forças ponderáveis, particularmente, e na ordem, a classe latifundiária, a burguesia e a pequena burguesia (SODRÉ, 1988, p. 47).

Como visto anteriormente, neste ponto, Sodré criticou a influência da pequena burguesia na esquerda, que impediu a formação de uma frente mais ampla por colocar a contradição de classe como principal. Segundo o autor, “as forças ideologicamente mais avançadas” acabaram por afastar outros setores, além de alimentar o anticomunismo que servia para desunir essas forças. Ainda que as críticas sobre a influência da pequena burguesia não sejam incomuns na história do partido, a defesa de uma plataforma política que agregasse diferentes setores destoava da linha pecebista da época. Pois, num informe de maio de 1949 a grande burguesia era apresentada como contrarrevolucionária, sem interesse em combater o feudalismo e o imperialismo, do qual se contentava em ser um sócio menor. Por isso, caberia ao proletariado realizar esse processo, rejeitando qualquer tendência conciliadora com a burguesia nacional:

Só a luta de massas, a aliança do proletariado com as mais amplas massas, especialmente as grandes massas de trabalhadores do campo, sob a direção do partido de vanguarda da classe operária será capaz de desarmar as forças feudais-burguesas, de destruir o aparelho de opressão estatal, de armar o proletariado e o povo para tomar o poder em suas mãos (In: CARONE, 1982, p. 103).

A campanha eleitoral no Clube Militar, a sucessão presidencial e o governo Vargas coincidiram com um período de dificuldades para Sodré. Ao final de 1950, ele foi demitido da Escola de Estado-Maior, onde desde 1948 era instrutor de História Militar (SODRÉ, 1986, p. 307). No ano seguinte, ele e outros membros da diretoria do clube foram transferidos para unidades distantes do Rio de Janeiro (SODRÉ, 1988, p. 60). Sodré foi enviado para um regimento em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1955. Portanto, durante o governo Vargas e a crise política que culminou no suicídio, Sodré viveu “exilado em meu próprio país”, como se referiu a esse período.

Embora tenha sido afastado dos grandes centros e do contato com militares conhecidos, Sodré tomou esse período como ocasião para reavaliar seus posicionamentos políticos e sua orientação dali por diante. Com a ressalva de ser um trecho de memórias escritas anos após os acontecimentos, nessa passagem, Sodré critica e revisa a prática política no Clube Militar. E começa por criticar o que denomina “misticismo” na política, que estaria ligado a características da pequena burguesia:

O sentido místico da política – que pode até engrandecer algumas ações e fixá-las na História – valoriza extraordinariamente posições e decisões individuais ou de minorias, que se pretendem superiores às condições do meio e do tempo, dotadas de força para modificá-las. [...] Contenta-se com o resultado imediato, colocando em

destaque a função precursora, a dos que veem primeiro a “terra prometida”, o “paraíso social”. Subestima, inexoravelmente, o “atraso” dos demais, sua incapacidade para compreender, aceitar e participar de ações de larga e imediata repercussão (SODRÉ, 1988, p. 78 – grifos do autor).

Em vez de tomar a política como ciência, os participantes da campanha do Clube Militar não mediram as consequências e os riscos de assumir determinadas posições naquele momento, assim como desprezaram o trabalho de base cotidiano em troca de posições aventureiras. E o que parecia uma demonstração de força acabou revelando as fraquezas do movimento, que assim acabou sendo isolado: “Ora, em política, o isolamento é o antípoda do êxito, asfixia as ações, desvaloriza os feitos, reduz as consequências” (SODRÉ, 1988, p. 79). Sem citar o PCB em momento algum, não considera-se descabido interpretar essas considerações como uma crítica ao sectarismo que dominava o partido naquela época.<sup>44</sup>

Quanto ao governo Vargas, as avaliações de Sodré o relacionam com as disputas em torno do setor militar e principalmente da campanha pelo petróleo. Além do afastamento da ala nacionalista, após a eleição do Clube Militar, as críticas de Sodré também se dirigiam à composição de seu ministério, que procurou conciliar elementos nacionalistas e reacionários dentro do governo. Nesse sentido, o termo “reacionários” indica posições mais alinhadas com os Estados Unidos, tanto na questão do petróleo quanto a respeito da assinatura de um acordo militar entre os dois países. Conforme o autor, a tática varguista de reunir posições diametralmente opostas dentro do governo acabou por enfraquecê-lo, pois ele se isolou de suas bases se apoio:

Assim, a aversão a Vargas crescia a cada passo; a pregação da imprensa oposicionista contra ele encontrava eco entre os militares nacionalistas. A aliança contra o golpismo ia, pois, se esfacelando. Na medida em que isso acontecia, Vargas era forçado a novas concessões. Na medida em que fazia novas concessões, mais dele se distanciavam forças democráticas, populares e nacionalistas (SODRÉ, 1988, p. 68).

Apesar dos erros de condução política que Sodré levanta, nota-se que para ele o governo Vargas se baseava numa plataforma nacionalista que tinha ressonância em setores da sociedade,

---

<sup>44</sup> Ao mesmo tempo, é possível interpretar essa passagem como uma crítica velada a outros grupos. Afinal, as *Memórias de um soldado* foram lançadas em 1967, ano em que o PCB realizou seu VI Congresso, quando vários dirigentes e militantes romperam com o PCB em defesa da luta armada para derrubar a ditadura. Ainda que os grupos armados não estivessem plenamente definidos na época, as críticas de Sodré contra as “ações de ressonância, de escândalo” com resultados superficiais podem ser lidas de acordo com a recusa do PCB em apoiar a luta armada. Uma lista dos grupos que surgiram após as dissidências do PCB nesse período pode ser vista em Rodrigues (1996, p. 432).



inclusive nas camadas populares. Uma leitura distinta do PCB, que, mesmo no Projeto de programa de 1953, se referia ao governo Vargas como de “traição nacional” e “inimigo do povo”, submisso aos Estados Unidos. Nessa conjuntura, a única forma de se chegar a “Um governo que fosse o legítimo representante das mais amplas camadas progressistas e anti-imperialistas” seria pela derrubada do governo Vargas, o que o partido expressava abertamente (CARONE, 1982, p. 118).

No entanto, observa-se que nesse período havia uma discrepância entre a linha oficial do partido e sua atuação, pois o PCB continuou a buscar formas de atuação que lhe conferissem cobertura institucional. Além da participação na “greve dos trezentos mil”, em São Paulo, o partido também atuou na campanha “O Petróleo é Nosso” e contra o acordo militar de 1952 entre o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo.<sup>45</sup> As contradições entre teoria e prática, porém, não foram examinadas sequer depois do suicídio de Getúlio e a eleição presidencial de 1955, conforme levantou-se a respeito da linha ratificada no IV Congresso do partido.

Enquanto o PCB seguiu numa postura antigetulista, para Sodré, a crise final do governo Vargas resultou das contradições cada vez mais insolúveis entre a defesa de uma plataforma nacionalista com as posições imperialistas que se faziam presentes em setores do governo. Essas considerações não constam somente em suas memórias, como podem ser lidas em *Formação histórica do Brasil*, cuja primeira edição é de 1962. Considerando o período do Estado Novo “uma tentativa de realizar a revolução burguesa sem o proletariado”, segundo Sodré, o varguismo representava uma fase na implantação do capitalismo no Brasil, uma recomposição de forças internas diferentes do período anterior a 1930. Contudo, esse processo acentuava os choques entre antigas e novas forças produtivas, entre a pressão por um desenvolvimento industrial em bases nacionais e o imperialismo que barrava sua ascensão. Durante o Estado Novo, essa contradição foi controlada pela extrema centralização política do período, em que Sodré criticou a repressão policial. Já em seu último mandato, o apoio popular deixou Vargas num impasse entre romper com as bases que o elegeram e assumir uma guinada nacionalista, que causaria sérias reações dos setores ligados ao imperialismo:

---

<sup>45</sup> No entanto, a participação do PCB nessas campanhas não fez com que o partido saísse da órbita soviética, segundo Gildo Marçal Brandão: “Bem vistas as coisas, até aquelas lutas tidas como “nacionais” (...) são travadas originariamente não por “nacionalismo” – este não passa então de “ideologia pequeno-burguesa” – mas por “internacionalismo proletário”, vale dizer, porque prejudicavam o imperialismo norte-americano e, *ipso facto*, beneficiavam os soviéticos” (BRANDÃO, 1997, p. 227). Vale destacar que, em suas memórias, Sodré sempre afirmou a defesa do nacionalismo, por vezes até rejeitando a atribuição de comunista que muitos lhe dedicaram em função de seu engajamento nas campanhas referidas acima.

O seu governo representa, desde o início, uma solução de compromisso que pretende atenuar ou omitir aquelas contradições, e esta solução é que, finalmente, leva o governo ao isolamento: enquanto se desacredita em um campo, o do imperialismo e o das forças internas que vivem da aliança com ele, desacredita-se também no outro campo, o que se opõe ao imperialismo. (...) Para Vargas, a opção era extremamente difícil: ou se apoiava em bases populares ou se divorciava delas; apoiar-se em bases populares significaria aprofundar as alterações e desafiar o imperialismo; apoiar-se em bases imperialistas significaria a sua destruição política (SODRÉ, 1962, p. 333-334).

Mais do que levantar os possíveis acertos e erros dessa interpretação, importa destacar que a relevância do componente político e democrático na análise de Sodré. O desenvolvimento das forças produtivas e suas contradi es são fundamentais para explicar o movimento da história, mas as formas pelas quais elas se relacionam e são conduzidas dependem dos atores políticos e de suas a es. Por isso João Quartim de Moraes considera que o marxismo de Sodré não se reduzia a uma abordagem economicista, “ao contrário,   central em seu pensamento a categoria de na o, lógico-historicamente articulada com o caráter objetivamente burguês do processo revolucionário em curso no Brasil de então” (MORAES, 2007a, p. 82).

Postura que se verifica inclusive em rela o ao Exército, pois ao analisar o “Memorial dos coronéis”, publicado em fevereiro de 1954, Sodré comenta: “O que era preciso compreender   que a Na o estava antes e acima do Exército; resolver os problemas daquela era o único caminho para resolver os problemas deste” (SODRÉ, 1988, p. 143).<sup>46</sup> Numa linha semelhante, Sodré criticava a precária forma o dos chefes militares, que se resumia na tese do apoliticismo da institui o. De acordo com o autor, a forma o alienada dos oficiais servia para mantê-los a serviço das forças dominantes, pois a política era apresentada como sinônimo de corrup o em que vez por outra cabia aos militares intervir, contanto que permanecessem distantes do assunto. Em um sentido oposto, Sodré defendia uma forma o ligada   realidade do país, sem que isso representasse uma quebra de hierarquia. Afinal,

---

<sup>46</sup> Sodré relaciona os eventos de 1954 com o golpe de 1964 através da referência ao *Boletim Cambial* de 29 de maio de 1964, edi o em que o “Memorial dos Coronéis” foi reproduzido. Essa rela o   indicada pelo próprio jornal, onde se l  que “Muitos dos signatários tomaram parte ativa no movimento que dez anos depois irá determinar novamente a queda do Sr. João Goulart, desta vez na Presidência da República”. Além de citar o periódico, Sodré traz uma rela o dos coronéis que assinaram o memorial, comentando que “como pr mio por todas essas a es e, particularmente, a de coroamento, com a implanta o da ditadura, foram largamente recompensados. O leitor poderá verific -lo, se consultar a lista de generais que ascenderam a esse posto, após a ditadura instalada” (SODRÉ, 1988, p. 144). Embora escape aos limites deste capítulo, a interpreta o de Sodré parece ver nos dois eventos uma disputa entre os mesmos grupos.

O que deve ser vedado ao militar é a participação em lutas partidárias, em países como o nosso e na qualidade de militares, isto é, utilizando a força de que são detentores eventuais. E isto representa, justamente, o sentido oposto do que acontece, via de regra, com as intervenções militares na ordem política formal, estrutural, porque representa a condenação da força como processo político (SODRÉ, 1988, p. 178).

Na transição entre o governo Vargas e a eleição de Kubitschek, o PCB não passou por uma revisão de seu programa teórico, embora na prática se posicionasse a favor da eleição de JK. De uma posição antigetulista até o 24 de agosto, o partido veio a considerar o governo de Café Filho uma “ditadura americana” a serviço dos interesses daquele país. Assim, os comunistas passaram a defender uma aliança com os trabalhistas em defesa das leis sociais vigentes e contra um adversário em comum:

Foram os acontecimentos, portanto, que nos colocaram no mesmo terreno de luta. Trabalhistas e comunistas, lutamos contra o mesmo inimigo que é o imperialismo norte-americano, lutamos contra seus agentes em nosso país – os generais fascistas e os politikeiros reacionários da UDN – somos todos interessados na preservação dos direitos constitucionais e na defesa das conquistas sociais dos trabalhadores (PRESTES apud CARONE, 1982, p. 124-125).

Nesse artigo de Prestes, publicado em outubro de 1954, ele defendia a formação de uma aliança para a eleição presidencial do ano seguinte “em torno de uma plataforma democrática e anti-imperialista”, embora as candidaturas não estivessem definidas. Uma vez determinados os candidatos dos respectivos partidos, o PCB apoiou a participação na campanha eleitoral e indicou o voto em Juscelino e Jango no Manifesto de agosto de 1955 (CARONE, 1982).

Nas memórias e na produção historiográfica de Sodré, a eleição de Kubitschek ocupa um espaço menor em relação aos movimentos políticos e militares que lhe garantiram a posse, especialmente a partir do general Henrique Lott. Sobre Juscelino, Sodré afirma que “nada apresentava de novo, era um político como outro qualquer”, e critica a “conciliação com o imperialismo” que caracterizou seu governo (SODRÉ, 1988, p. 212-213). Assim, menos do que o Plano de Metas e a plataforma desenvolvimentista, sua eleição se tornou importante para a manutenção do regime democrático, pois os grupos antigetulistas se opunham à candidatura JK. Apesar de ter começado “periclitante” mesmo dentro do partido a que pertencia,

Ao longo da campanha, e na medida dos obstáculos que a reação organizada, de posse do governo, levantava ao seu desenvolvimento, ganhava novas conotações, conquistava aspectos que antes não tinha nem pretendia ter. Depois das eleições, ela passara a representar algo qualitativamente diverso, tais as intercorrências, o afluxo

de novas componentes, a imantação de simpatias – defender a posse dos eleitos passou a constituir tarefa intransferível da democracia brasileira (SODRÉ, 1988, p. 184-185).

Em artigos publicados no jornal *Voz operária* logo após os eventos, o PCB declarou-se a favor da deposição de Carlos Luz e ao impedimento de Café Filho para garantir a posse de Juscelino (CARONE, 1982, p. 140-141). Em suas memórias, Sodré se mostra favorável a essas manobras, embora afirme que sua participação tenha sido reduzida diante dos líderes do movimento.

Contudo, o autor observa que a polarização entre os setores a favor e contra a posse de JK aprofundava as divergências políticas dentro do Exército. Coerente com sua interpretação do Exército como produto das condições em que a nação se encontrava, Sodré afirma que a polarização política crescente resultava do aprofundamento das contradições na sociedade brasileira (SODRÉ, 1988, p. 195).

### 2.3 UM PERÍODO DE REVISÕES E AUTOCRÍTICAS

Nesse cenário político e social instável, o PCB elaborou o seu programa nacional-democrático, como denomina João Quartim de Moraes. Esse processo não se deu por obra exclusiva da direção pecebista, mas foi produto de avanços e recuos, críticas e autocríticas com a militância do partido. Nas crises de 1954 e 1955, o PCB esteve mais a reboque dos acontecimentos do que num papel de vanguarda, ao contrário do que se poderia presumir a partir de seus programas e artigos, alguns tornados letra morta logo após a publicação.<sup>47</sup>

Em paralelo, a atuação de Sodré se alinha com os grupos nacionalistas do exército, especialmente a partir da eleição para o Clube Militar em 1950. Assim, nota-se que tanto Sodré quanto o partido se aproximam de uma plataforma nacionalista que toma o latifúndio e o imperialismo como os principais obstáculos ao desenvolvimento autônomo do Brasil. E o ano de 1958 pode ser tomado como um marco nesse sentido, tanto pela Declaração de Março do

---

<sup>47</sup> Apesar das nítidas orientações soviéticas presentes no Manifesto de 1950 e no programa do IV Congresso, a ação e o funcionamento interno do PCB também se baseavam na cultura política da época, segundo Moisés Vinhas: “Em sua formação, ajuda substancial provém das condições “nacionais”: a tradição caudilhesca, a política como negócio privado das elites, o golpismo como método de resolução dos problemas políticos permeiam e afetam o PCB, casando-se à perfeição com o sistema do “culto à personalidade” e ao dogmatismo em teoria” (VINHAS, 1982, p. 139).

PCB quanto pela publicação de *Introdução à revolução brasileira*, primeiro livro publicado por Sodré em mais de dez anos.<sup>48</sup>

Além dos fatores internos, o processo de elaboração de uma nova linha política no PCB se deu sob a influência determinante do relatório Krushev, divulgado no XX Congresso do PC soviético em 1956, que denunciava os crimes do período stalinista e o “culto à personalidade”. O impacto desse relatório nos demais partidos comunistas foi geral, considerando que as teses stalinistas embasavam a análise teórica e a atuação política em todos os países.

Apesar disso, durante meses, a direção do PCB manteve-se em silêncio, quando o relatório já era de conhecimento dos principais PCs e de ter sido divulgado na grande imprensa, como no Diário de Notícias e O Estado de São Paulo. A cobertura sobre a crise desencadeada pelo relatório se manteve esparsa até meados do ano, quando um relatório do secretário-geral do PC norte-americano e uma resolução do PCUS trouxeram a questão ao centro dos debates. As crises internas nos PCs se estendiam da Polônia e Hungria até a França, num movimento de crítica e de renovação que deixou as antigas direções em xeque.<sup>49</sup>

No Brasil, a direção se manteve a espera de Diógenes Arruda Câmara, enviado ao XX Congresso como representante do PCB. Diante das dúvidas sobre a veracidade do relatório divulgado na imprensa, em julho, Câmara voltou confirmando a autenticidade do documento, mas ainda assim a direção não se manifestou a respeito. Nessas condições, um grupo chamado “Sinédrio”, composto por intelectuais e jornalistas que trabalhavam na imprensa, tomou a iniciativa do debate à revelia da direção,<sup>50</sup> com o apoio de intelectuais como Jorge Amado.

<sup>48</sup> Na bibliografia de Sodré, entre 1945 e 1958, constam textos como *Joaquim Nabuco e o pan-americanismo* (1949), *As classes sociais no Brasil e O Tratado de Methuen* (1957), além de prefácios a *Sonhos d'ouro*, de José Alencar (1951) e a *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos (1954). O trabalho sobre Nabuco era um curto ensaio biográfico, enquanto *As classes sociais no Brasil* tinha por base conferências feitas no ISEB e *O Tratado de Methuen* reunia artigos publicados no jornal *Digesto Econômico*. Posteriormente, *As classes sociais* foi incluído em *Introdução à revolução brasileira*, enquanto *O Tratado de Methuen* integrou o volume *As razões da independência*, de 1965. Há referências de Sodré sobre esses trabalhos em *A luta pela cultura* (SODRÉ, 1990b, p. 189), além dos verbetes no *Dicionário crítico*.

<sup>49</sup> José Antônio Segatto menciona que as críticas, por vezes, se estenderam à burocratização e ao autoritarismo na sociedade soviética, questionando inclusive a universalidade desse modelo aos demais partidos comunistas, como fez Palmiro Togliatti, dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI) (SEGATTO, 1995, p. 48-50). No entanto, apesar da renovação programática, cabe observar que o PCB jamais foi tão radical nas críticas ao socialismo soviético.

<sup>50</sup> Leôncio Martins Rodrigues (1996, p. 423-424) traz uma relação dos principais membros do “Sinédrio”, aos quais se somaram no debate antigos dirigentes afastados do partido, como Leôncio Basbaum e Octávio Brandão. João Batista de Lima, autor do artigo que serviu de estopim para as discussões: “Não se pode calar uma discussão que está em todas as cabeças” – foi redator e diretor da *Voz Operária*, e depois rompeu com o partido. Segundo Osvaldo Peralva, o artigo causou a ira do Comitê Central, que acusou Batista de indisciplina (SILVEIRA, 2013, p. 293).

Pressionada pela militância, a direção enfim reconheceu as críticas do relatório Krushev e se abriu a debates internos no “Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do PC da URSS”, apresentado em outubro de 1956 (RODRIGUES, 1996, p. 423). Após se declarar chocada com a gravidade das denúncias reveladas no XX Congresso, a direção pecebista fez a crítica do “culto à personalidade” como desvio dos princípios marxistas:

Devemos examinar as causas que nos levaram a desenvolver e estimular o culto à personalidade de Stalin, assim como pôr a nu os erros que em consequência disto cometemos. O culto à personalidade é contrário ao marxismo-leninismo. É uma concepção idealista que freia a capacidade de iniciativa dos militantes do Partido e das massas, impede o desenvolvimento criador da teoria e da prática revolucionárias, dificulta o exercício da crítica e autocrítica e da direção coletiva. Infringimos os princípios do marxismo no que tange ao papel das massas e do indivíduo na história, ao estimular em nosso Partido e em nosso povo o culto à personalidade de Stalin e ao deixar de apreciar com espírito crítico tudo que provinha de Stalin, do PCUS e da União Soviética (CARONE, 1982, p. 149).

No âmbito interno, a crítica ao “culto à personalidade” correspondeu a uma autocrítica sobre o funcionamento do Comitê Central, do Secretariado e do *Presidium* do partido, que tolhiam as atividades das organizações de base em consequência de seu afastamento das massas e do acúmulo de poder. Nessa autocrítica, além de fatores pessoais, a direção apontava para a composição social do partido como um dos fatores que induziram a erros de atuação:

Um excessivo centralismo, a arrogância e a autossuficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima a baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação – predominavam em nossa atividade, caracterizando mesmo a vida do Partido, e levavam ao afastamento muitos quadros e militantes. [...] As causas principais de tudo isto estão no próprio processo de formação de nosso Partido, nas influências ideológicas pequeno-burguesas, nas tendências caudilhescas ainda muito vivas e nos restos patriarcais existentes na sociedade brasileira (CARONE, 1982, p. 151).

As críticas quanto a influências pequeno-burguesas e à orientação militar que levou o partido a se afastar das massas não eram novidade na história do PCB,<sup>51</sup> mas o documento

---

<sup>51</sup> A resistência do PCB ao “prestismo”, a entrada de Prestes no partido por imposição da Internacional e o caráter majoritariamente militar da insurreição de 1935 são temas correntes na historiografia relativa ao partido e o marxismo no Brasil. Contudo, a influência militar de matriz positivista encontrou um terreno propício no PCB, formando uma cultura política de esquerda no país, segundo Marcos Del Roio (2007, p. 88). Numa linha semelhante, Leôncio Martins Rodrigues observa que “com Prestes, a partir da ANL, o PCB tornou-se mais “popular” e menos “operário”, enquanto as preocupações com os problemas da “nação” predominaram sobre os da “classe”” (RODRIGUES, 1996, p. 371). Por outro lado, Gildo Brandão ironiza os autores que veem na entrada de Prestes e dos tenentes de esquerda o “pecado original” do PCB que o desviou de sua evolução natural, “todos

avança na crítica ao sectarismo esquerdista e ao subjetivismo que prejudicavam a atividade do partido. No primeiro caso, tratava-se da dificuldade em manter entendimentos e acordos com aliados mediante concessões, assim como a tendência a tutelar as massas e do culto à personalidade. Quanto ao subjetivismo, a crítica visava às aplicações mecânicas “de fórmulas teóricas dentro das quais pretendemos enquadrar a realidade brasileira, e através da cópia servil de experiências alheias nem sempre aplicáveis às condições concretas de nosso país” (CARONE, 1982, p. 153). Assim, a autocrítica se dava tanto na teoria quanto na prática e defendia o estudo da realidade nacional, a fim de elaborar o “caminho brasileiro” para o socialismo.

Contudo, apesar das mudanças que indicavam uma relativa abertura aos debates internos, a direção do partido – com a clara proeminência de Prestes – procurou manter o controle desse processo. Nesse sentido é que se compreende a carta aberta de Prestes ao Comitê Central do PCB, publicada em novembro de 1956, conhecida como “carta rolha” por pretender encerrar as discussões internas.<sup>52</sup> Evocando Lênin, ao dizer que “não somos um clube de discussões”, Prestes reconhecia a importância do debate, contanto que a unidade partidária não fosse posta em questão:

Não nos esqueçamos, porém, que nosso Partido se rege pelos princípios marxista-leninistas. A discussão no Partido, ampla e livre como a que iniciamos, deve, pois, basear-se em princípios. Não podemos de forma alguma reconhecer a quem quer que seja o direito de propagar no Partido as ideias do inimigo de classe. [...] Cabe ao Comitê Central saber criar as condições para que em todo o Partido não se receie discutir, mas ao mesmo tempo assumir a direção dos debates, quer dizer, não permitir que se desenvolva a influência do inimigo em nossas fileiras, nem que a título de liberdade de discussão, sejam dadas armas ao inimigo (CARONE, 1982, p. 156).

Assim, as críticas contra o dogmatismo e a falta de democracia interna não davam margens para o questionamento do marxismo-leninismo, que não teria sido corretamente aplicado às condições do Brasil. Como representante “oficial” da teoria no país, dado o reconhecimento que o PCUS lhe prestava,<sup>53</sup> as discussões teriam sentido na medida em que

---

minimizando o grau em que este quanto mais “autêntico” fosse mais raquítico seria” (BRANDÃO, 1997, p. 124).

<sup>52</sup> O artigo de Éder Silveira (2013) explora as divergências surgidas no PCB desse período como originárias das cisões que deram origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1962, e ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), fundado em 1968. Referência quase obrigatória sobre as disputas e dissidências no PCB do período é *O retrato*, de Osvaldo Peralva.

<sup>53</sup> O *status* do PCB em comparação aos demais partidos comunistas latino-americanos, que muito se devia pela presença de Prestes no partido, é comentado por Osvaldo Peralva (apud BRANDÃO, 1997, p. 202).

reforçassem a unidade e a eficácia na execução das tarefas partidárias, pois a divisão do PCB favoreceria os seus adversários.

Uma vez estabelecidas as condições para o debate, a direção partiu para isolar as dissidências internas. Houve mudanças na Comissão Executiva, com o afastamento de membros identificados com as práticas stalinistas, enquanto outra comissão foi encarregada de elaborar a nova linha política.<sup>54</sup> Dessa maneira foi produzida a Declaração de março de 1958, que estabeleceu novas diretrizes com o respaldo do Comitê Central e o apoio da maior parte da militância. Esse documento estabeleceu os princípios para o período de maior inserção do PCB na vida política brasileira, tendência essa interrompida em 1964. Apesar de ter sido produto de um partido que afastou a influência de alguns dos “renovadores” nos debates,<sup>55</sup>

Independentemente do juízo sobre o seu conteúdo, a “Declaração de Março” é o primeiro documento em que, ao invés de se contentar com proclamações de princípios, invectivas contra os inimigos e propaganda do comunismo, se procede a uma análise (em linguagem) circunstanciada e comedida da estrutura social, do processo político em curso e do papel que pode ser cumprido pela esquerda no país (BRANDÃO, 1997, p. 246).

Uma das principais inovações no documento estava em reconhecer que de fato ocorria um desenvolvimento capitalista no país. Diferente das avaliações de matriz leninista até então, que negavam a possibilidade de industrialização em países periféricos diante do imperialismo dos países centrais, o PCB admitiu formalmente que esse desenvolvimento acontecia e com ele se afirmava uma tendência democratizante na política.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> Vale observar que a reunião do Comitê Central, realizada em julho de 1957, foi a primeira a que Prestes compareceu desde 1948. Nesses dez anos de clandestinidade, ele se reuniu apenas com o Secretariado Nacional e a Comissão Executiva, composta por nove membros. Sobre esse período, Gorender (1987, p.27) comenta que: “como secretário-geral, dispunha de variados meios para se comunicar pessoalmente com o Comitê Central. Isolou-se porque quis, dominado pela crença no seu papel messiânico nas lutas revolucionárias iminentes”. Além das críticas ao mito formado em torno de Prestes, nessa passagem, nota-se uma possível relação entre a linha insurrecional sustentada pelo PCB e o isolamento em que Prestes foi mantido durante esse período. Nessas condições, pode-se inferir que o contato entre os intelectuais ligados ao partido e Prestes foi mínimo.

<sup>55</sup> Além de Agildo Barata, dirigentes regionais, grande parte da intelectualidade e o único deputado federal do partido abandonaram o PCB na ocasião (RODRIGUES, 1996, p. 425). E o ensaio de Raimundo Santos (1991) se dedica a avaliar o controle que a cúpula do PCB exerceu sobre o processo de renovação, assumindo a autoria de iniciativas que por vezes partiram de militantes que acabaram marginalizados.

<sup>56</sup> Moisés Vinhas considerou a Declaração uma “ruptura qualitativa” do PCB em relação ao dogmatismo e sectarismo anteriores, no sentido de orientar o partido para uma participação maior junto às massas. Pois além de negar uma leitura catastrofista do capitalismo, o partido passou a defender a tese da coexistência pacífica a nível internacional. E essa avaliação se refletia no plano interno, quando o PCB “afirma taxativamente que o caminho pacífico “é o que convém à classe operária e a toda a nação” – e provavelmente será esta a única vez em que isto é dito com todas as letras na história do PCB, depois da legalidade” (VINHAS, 1982, p. 181-182).



O Estado brasileiro e sua Constituição eram caracterizados com um misto de traços imperialistas e nacionalistas no plano econômico, retrógrados e democráticos quanto à defesa dos direitos políticos e sociais para a população. Dessa forma, embora as transformações ainda fossem parciais e os rumos da política estatal fossem objeto de disputa entre diferentes interesses de classe, o Comitê Central do PCB afirmava que o momento era parte de um processo de democratização que acontecia há algumas décadas:

A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954. Mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por isto, pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem se firmando, assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais (CARONE, 1982, p. 178-179).

Jacob Gorender, que esteve entre os redatores da Declaração, assinalou que a nova linha política manteve a teoria da revolução em duas etapas, a nacional e democrática, antecedendo a revolução socialista. Contudo, se a premissa era a mesma, o reconhecimento de que o Brasil atravessava um desenvolvimento capitalista conferiu outra orientação política ao partido. Pois, enquanto as condições para uma revolução socialista ainda não estavam estabelecidas, era necessário lutar por reformas estruturais para que o desenvolvimento capitalista em curso se aproximasse da revolução nacional e democrática.

Conforme a caracterização da sociedade e do Estado levantadas acima, o governo JK – apoiado pelos comunistas nas eleições de 1955 – também era tido como heterogêneo, dividido entre uma ala nacionalista e outra entreguista. Assim, na relação do partido com Kubitschek, “a tática consistia em apoiar e fortalecer a primeira e dirigir o foco dos ataques contra a segunda, tendo por objetivo chegar a um governo nacionalista e democrático capaz de levar adiante as reformas de estrutura” (GORENDER, 1987, p. 30). Enquanto o Ministro da Guerra Henrique Lott era considerado o expoente do setor nacionalista no governo, a presença de figuras como Lucas Lopes e Roberto Campos na área econômica era criticada como sinal de entreguismo. Numa apreciação semelhante, Sodré afirma que as contradições da sociedade “havam penetrado a área do governo”, dando um caráter ambíguo e conciliador ao governo Kubitschek. Embora acusasse a “conciliação com o imperialismo” praticada por JK, o autor faz a imagem de um governo que procurava equilibrar as disputas entre setores contraditórios:

Caracterizava-se, em superfície, quanto à estrutura política, em manter a fachada democrática, reconhecendo as garantias individuais e os direitos políticos, até certo ponto. Apresentava-se com a ubiquidade capaz de acalantar o latifúndio, financiando maciçamente esse setor do atraso das forças produtivas, mas cedendo, periodicamente, às reivindicações salariais, de modo a, com flexibilidade, evitar a revolta do setor mais avançado (SODRÉ, 1988, p. 213).

No entanto, ao avaliar as consequências econômicas da política desenvolvimentista, Sodré criticou o alto custo inflacionário e a entrega de setores estratégicos ao capital estrangeiro. As análises de Sodré e do partido se assemelham à imagem do governo JK como mantenedor dos direitos políticos e do regime democrático, ainda que seu alcance se mostrasse limitado na época. Porém, Sodré lamenta o papel secundário que o nacionalismo e seus aliados representaram para Kubitschek, o que se tornou ainda mais evidente durante a campanha para a sucessão presidencial.<sup>57</sup>

A partir dessas congruências entre as posições do partido e do autor em estudo, João Quartim de Moraes considera que o “programa nacional-democrático” do PCB encontrou sua expressão teórica mais completa nas obras de Nelson Werneck Sodré (2007b, p.162). Guido Mantega traz uma interpretação semelhante ao analisar o “Modelo Democrático-Burguês” e seus fundamentos nas obras sodreanas entre meados dos anos 1950 e 1960. Assim, pelo que foi levantado sobre as trajetórias do partido e de Sodré nesse período, considera-se um equívoco avaliá-lo como o principal teórico do PCB no período entre 1922 e 1964, como afirma José Carlos Reis. Em primeiro lugar, porque o programa pecebista sofreu alterações, às vezes, bruscas e contraditórias ao longo desses anos, de modo que a “Declaração” de 1958 se mostra produto de revisões e críticas internas.

Quanto a Sodré, persistem os problemas quanto à sua adesão ao marxismo e sua filiação partidária. Pois, embora o autor fizesse alusões ao materialismo histórico em suas memórias<sup>58</sup>,

---

<sup>57</sup> Por sua vez, essa interpretação mais crítica de JK e enfática na defesa do nacionalismo parece indicar a relevância da política em suas avaliações. Sem deixar de remeter às contradições de base econômica, Sodré toma a política, com um significado muito além da política partidária, como um fator determinante para a condução e possível resolução daquelas contradições. Nesse sentido, João Quartim de Moraes afirma que “comparado ao marxismo claramente economicista de Caio Prado, o de Nelson Werneck Sodré, embora também marcado pelo predomínio do raciocínio econômico e pela ênfase na evolução do longo prazo do processo histórico, não configura uma redução da Política à Economia” (MORAES, 2007a, p. 82).

<sup>58</sup> Nas *Memórias de um escritor*, que abarcam o período de sua formação intelectual até cerca de 1945, há passagens sugestivas nesse sentido. Ao comentar a elaboração de sua *História da literatura brasileira*, publicada pela primeira vez em 1938, Sodré afirma que seus conhecimentos do materialismo histórico eram insuficientes na época, embora tivesse lido “a maior parte dos textos marxistas aqui editados” (SODRÉ, 1970, p. 88). A respeito da pouca valorização do trabalho intelectual no país, o autor comenta que “já compreendera o que era a

Sodré não se declarou membro do PCB nem após ter passado para a reserva, quando o partido funcionou numa situação praticamente legal até o golpe de 1964.<sup>59</sup> Além disso, é preciso considerar o hiato de mais de uma década entre *O que de seve ler para conhecer o Brasil* (1945) e *Introdução à revolução brasileira* (1958). Na trajetória de Sodré, esses anos foram marcados pela atividade de instrutor na Escola do Estado-Maior, sua participação na eleição do Clube Militar e o “exílio” posterior em Cruz Alta, de onde retornou ao Rio de Janeiro e acompanhou os movimentos pela posse de Juscelino em 1955. Depois disso, o autor passou a integrar o ISEB, onde lecionava disciplinas de história do Brasil.

No plano político, a defesa do nacionalismo levou Sodré a se alinhar com setores do Exército em disputas contra uma ala pró-americana que se estenderam ao longo dos anos 1950 e 1960. No plano teórico, essa época significou uma revisão de pressupostos e um momento de leituras fundamentais para a elaboração de suas obras posteriores. As memórias de Sodré e o percurso editorial de seus livros lançados até 1945 indicam que esse período sem maiores publicações representou um afastamento de orientações anteriores. Assim, ao comentar sua colaboração com a revista *Cultura Política*, publicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo, Sodré faz uma autocrítica de suas posições políticas na época:

Detestando os métodos policiais do Estado Novo, fiel ao princípio da liberdade de pensamento e, conseqüentemente, contrário à censura e à propaganda unilateral dos atos oficiais, eu não tinha nenhum compromisso ideológico, não estava ligado a nenhuma organização, seita, agrupamento, partido, a cujo programa, diretriz ou rumo devesse obediência. Estava, na realidade, desinteressado das questões políticas, que não me afetavam. [...] Não se colocava para mim, na época, o problema de que essa conduta fosse boa ou má; tal conduta não fora adotada como decorrente da análise da realidade. Ela surgira, naturalmente, com a espontaneidade ingênua com que acontece com os que sofrem o fenômeno da alienação (SODRÉ, 1970, p. 124).

Nesse trecho, há não somente uma autocrítica a respeito de sua alienação política como também uma crítica à imagem do intelectual “independente”, que pensa atuar acima ou além das organizações e partidos. Coerente com essa avaliação, Sodré não reeditou suas obras

---

mais-valia” e “as razões da ordem capitalista” em 1943 (Ibidem, p. 282). Contudo, seria prematuro afirmar que ele já se orientava pelo marxismo nesse período, uma vez que as influências de autores como Azevedo Amaral, Oliveira Viana e do materialismo “vulgar” só foram reexaminadas a partir de 1945, de acordo com o autor.

<sup>59</sup> “Embora o PCB só tenha sido legalizado ao fim da ditadura militar, seu V Congresso (1960) ocorreu numa “legalidade de fato”, segundo Moisés Vinhas. O crescimento do partido nessa época foi tal que nem a cisão que originou o PC do B em 1962 causou maiores debates internos, uma vez que a política de alianças com outros partidos, que levaram a eleição de parlamentares, e a crescente influência no meio sindical fizeram o partido chegar a ter cerca de trinta mil militantes em 1963” (VINHAS, 1982, p. 189).

anteriores a 1945, com exceção de *História da literatura brasileira* e de *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, trabalhos que foram praticamente reescritos nas edições seguintes.<sup>60</sup> Dessa forma, por sua conduta e pelas indicações contidas em suas memórias, o mais provável é que a guinada de Sodré em direção ao marxismo tenha acontecido durante esse hiato de publicações.

O período de maior convergência entre Sodré e o PCB, quanto a leituras e projetos de Brasil, se verifica a partir de 1958, tanto pela produção teórica do autor quanto pelo programa que o partido passa a defender e aplicar. Na trajetória intelectual de Sodré, esse ano é marcado pelo lançamento de *Introdução à revolução brasileira*, uma coleção de “ensaios realizados em separado, mas guardando estreita unidade” (SODRÉ, 1990b, p. 221).<sup>61</sup> E essa foi também a época de maior influência do PCB, quando a organização esteve mais atuante no cenário político e cultural do país até o golpe de 1964. Assim, as avaliações que apontam uma relação direta entre o intelectual e o partido parecem ter sido influenciadas por esse período de maior evidência de ambos.

#### 2.4 A CONVERGÊNCIA EM TORNO DE UMA INTERPRETAÇÃO E UM PROJETO DE BRASIL

Sem reduzir as análises de Sodré a uma leitura partidária nem tomar as teses pecebistas do período como expressão definitiva de sua política, entende-se que o “programa nacional-democrático”, como define João Quartim de Moraes, permite avaliar a sinergia entre autor e partido. A defesa da democracia pelos comunistas, por exemplo, não se confundia com a defesa do liberalismo tal como se apresentava na época. Nas análises do partido, essa defesa levantava

---

<sup>60</sup> A terceira edição da *História da literatura brasileira* (1960) “operou profundas mudanças na forma e no conteúdo” em relação às edições anteriores, segundo André Moysés Gaio. No plano teórico, Gaio (2004, p. 103) afirma que nessa época Sodré encontrou em Lukács a abordagem que lhe permitiu historicizar a literatura conforme desejava. *O que se deve ler para conhecer o Brasil* também foi ampliado em sua segunda edição, de 1960, tanto no número de fontes principais quanto de secundárias. Em suas memórias, Sodré comenta que “Para reeditá-lo, entretanto, era preciso reescrevê-lo, e não apenas isso: como todo trabalho bibliográfico aquele estava com a edição anterior desatualizada”, sendo na verdade um outro livro (SODRÉ, 1992, p. 153). Além do *Dicionário crítico*, a tese de Paulo Ribeiro da Cunha (2001) se concentra especialmente na produção sodreana anterior a 1945.

<sup>61</sup> Daniela Conte considera esse livro como o primeiro de uma trilogia, formada também por *Formação histórica do Brasil* (1962) e *História da burguesia brasileira* (1964). Além de discutir a formação do país em termos econômicos, sociais e culturais, “Ela é a base dos estudos vindouros de Werneck Sodré e já contém diferentes temas que serão aprofundados pelo autor nos debates travados sobre a necessidade de um projeto nacional para o Brasil” (CONTE, 2010, p. 15). Rodrigo de Paula Moraes (2015, p. 67) assinala que essa é a primeira obra em que Sodré utiliza o termo “Revolução Brasileira”, que o autor caracteriza como de caráter essencialmente burguês. Nas memórias de Sodré, o lançamento da obra e suas repercussões ocupam a última parte de *A luta pela cultura*.

o contraste entre as formas ideológicas e institucionais do regime com o seu conteúdo político, frequentemente autoritário. Após a cassação do PCB, essa contradição se mostrou mais evidente, mas seu significado “podia ser interpretado como expressão tanto do caráter hipócrita, portanto ilusório, das liberdades e direitos da democracia burguesa, quanto de seu caráter precário e incipiente” (MORAES, 2007b, p. 164).

Assim, se a primeira interpretação vigorou logo após o partido ser lançado de novo na clandestinidade, a segunda deu os fundamentos para a aproximação com os getulistas a partir de 1954.

Desse modo, a democracia seria resultado cumulativo das conquistas dos trabalhadores, um processo de democratização progressiva da sociedade.<sup>62</sup> Diferente da postura de abstenção sustentada anteriormente, o PCB passava a defender a participação eleitoral como uma das formas de obter as transformações necessárias ao desenvolvimento do país, mesmo afirmando o caráter incompleto do regime democrático naquele momento:

As restrições antidemocráticas que ainda pesam sobre o processo eleitoral não impedem, porém, a afirmação da sua crescente importância para determinar os rumos da vida política do país. Combinadas a outras formas pacíficas e legais de lutas de massas, as eleições podem dar vitórias decisivas ao povo. [...] A participação mais entusiástica nas eleições é, assim, um dever para os comunistas (CARONE, 1982, p. 193-194).

Além do conteúdo político, essa participação mais ampla também implicava no combate aos fatores que impediam o desenvolvimento do país de maneira autônoma:

É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país. Para atingir este objetivo, as forças progressistas têm interesse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrática (CARONE, 1982, p. 181).

---

<sup>62</sup> A defesa que o PCB fez da participação eleitoral, por vezes, foi vista como índice da fragilidade do partido ou de organização da classe operária, cooptada pelo varguismo. No entanto, Gildo Brandão adverte que a ilegalidade do PCB foi essencial para dificultar o processo de formação de uma consciência política de classe conforme o projeto comunista. Longe de ser um aspecto acessório, “uma das matrizes de reiteração da subalternidade operária estava aqui, no veto à participação política legal das classes subalternas, medida esta tornada essencial e não simplesmente acessória ao sistema político-institucional – ao tipo de Estado – montado a partir de 1930” (BRANDÃO, 1997, p. 172). O que estabelecia os limites da atuação do PCB na época, pois o partido jamais recuperou seu registro durante a república de 1946, apesar das reiteradas campanhas nesse sentido.

Em Sodré, a defesa de uma plataforma nacionalista e democrática como condição para um desenvolvimento em favor da maioria da população pode ser verificada em *Formação histórica do Brasil*:

Não interessa ao nosso povo, evidentemente, uma legalidade qualquer, e uma democracia qualquer, mas o regime democrático efetivo cujo conteúdo esteja intimamente ligado ao desenvolvimento de alterações econômicas, políticas e sociais capazes de afetar profundamente o país e corresponder ao avanço das forças produtivas que impõem modificações radicais nas relações de produção (SODRÉ, 1962, p. 404).

E a respeito do momento no qual *Introdução à revolução brasileira* foi lançada, que resultava de todo um processo histórico anterior, o autor levanta

os traços da fase a que vamos assistindo, e que representa o instante decisivo da vida brasileira, com a luta entre a economia nacional, já estruturada, e o imperialismo, associado a forças internas estreitamente ligadas ao que possuímos ainda de colonial em nossa estrutura de produção (SODRÉ, 1958, p. 108).

Dessa forma, a contradição fundamental se apresenta entre a nação e o imperialismo, como afirma Sodré em várias passagens de suas obras. No entanto, por mais semelhantes que sejam as análises de Sodré e do PCB a respeito da formação do país e da atuação política necessária naquele momento, não basta simplesmente reduzir a produção do primeiro às diretrizes do segundo, como ainda ocorre em certos trabalhos.<sup>63</sup> Mais importante para compreender essa relação é analisar o que significavam tais afirmações naquele contexto, quando o Brasil passava por um misto de crescimento econômico com inflação, instabilidade política e crescimento paulatino do eleitorado. Ao mencionarem as “forças progressistas” e o “povo” em suas declarações, tanto o partido quanto o autor deixam implícito que o processo de transformações necessárias para o desenvolvimento autônomo do país não poderia ser conduzido somente pelo partido ou pela classe operária, afastando-se da política de “classe contra classe” anterior.

---

<sup>63</sup> Em sua dissertação, Rodrigo de Paula Morais (2015, p. 115) afirma que “a semelhança das análises de Sodré em *Formação histórica do Brasil* com as da Declaração só poderiam ser maiores caso o autor transcrevesse literalmente o documento”. Assim, Sodré só não teria feito menção ao PCB ou à Declaração de Março para se proteger de perseguições, dado que era um oficial do Exército enquanto o partido se encontrava na ilegalidade. No entanto, o anti-imperialismo, a defesa do regime democrático e de um desenvolvimento em bases nacionais não definem Sodré como um mero porta-voz intelectual do partido, uma vez que essas teses passaram a ser sustentadas a partir de uma certa fase da obra sodreana e de um programa específico do PCB.

No caso do PCB, esse reconhecimento é expresso na defesa da atuação em frente única com outras forças num movimento nacionalista. Resultado do desenvolvimento do país até aquele momento e dos movimentos de massas, entre os quais havia a participação comunista, esse movimento integraria operários, camponeses, a pequena burguesia urbana e setores burgueses e latifundiários em choque com o imperialismo norte-americano. Sua expressão eleitoral se encontrava na Frente Parlamentar Nacionalista, que reunia deputados de diferentes partidos em torno de pautas como o monopólio estatal do petróleo, reforma agrária e do ensino e uma política externa independente, por exemplo.<sup>64</sup> Nessas condições, o PCB reconhecia que não caberia a ele o papel de líder dessa frente, mas de elemento agregador:

Os comunistas devem ser um fator por excelência unitário dentro da frente única nacionalista e democrática. Por isso, não condicionam a sua permanência na frente única à total aceitação de suas opiniões. Os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de sua justeza, de sua força persuasiva e, acima de tudo, da sua comprovação pela experiência política concreta. [...] Os comunistas não são exclusivistas e, ao mesmo tempo que encaram com espírito autocrítico a sua própria atividade, aceitam e valorizam as opiniões corretas procedentes das outras forças da frente única (CARONE, 1982, p. 186-187).

Diferente das plataformas políticas anteriores, o partido passou a adotar um programa de “soluções positivas” para os acontecimentos da época, conferindo-lhes um sentido e um rumo capazes de legitimar as ações coletivas. No entendimento de Gildo Brandão (1997), o PCB passou a estabelecer metas e propostas para a política, não para o partido. Apesar dos limites de atuação em que o PCB esteve mantido e do caráter parcial dessas inovações em sua dinâmica interna,

O PC intui o despropósito de lutar por um governo de uma só classe ou um só partido; que já não pode condicionar sua participação na frente única à prévia aceitação, pelos parceiros, de sua direção; que contribuirá para a formação de uma nova elite dirigente – qualificada para disputar ao adversário a direção política da Nação –, não com denúncias e propaganda de princípios e objetivos finais, ou se fazendo porta-voz de meras reivindicações imediatas, mas apresentando soluções específicas para problemas específicos (BRANDÃO, 1997, p. 238).

Vistas dessa perspectiva, as críticas de Sodré ao sectarismo e esquerdismo de certos setores podem ser lidas não apenas como uma defesa das posições pecebistas, mas de uma

---

<sup>64</sup> Embora sua atuação fosse limitada, pois os regimentos do legislativo permitiam que somente aos partidos, isolados ou em bloco, podiam definir posições conjuntas para votar as pautas em questão. Uma breve apresentação da Frente está disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-parlamentar-nacionalista-fpn>. Acesso em: 11 dez. 2018.

concepção específica de fazer política naquele momento. No campo jornalístico, sua colaboração em veículos como a *Última Hora* e *O Semanário*, na virada dos anos 1950 para 1960, sinaliza o alinhamento do autor com a defesa de posições nacionalistas.<sup>65</sup> Em sua produção bibliográfica, obras como *Introdução à revolução brasileira* e *Formação histórica do Brasil* transparecem o projeto de formação de uma frente única na política, tendo o nacionalismo como elemento aglutinador de diferentes segmentos sociais.<sup>66</sup>

No texto *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, Sodré procura demonstrar a conjunção de forças que fomentou o seu surgimento naquele momento da história do Brasil e porque o nacionalismo brasileiro teria um caráter libertador, diferente dos exemplos de outros países. Os fatores econômicos e políticos aparecem entrelaçados, e o apoio de amplos setores ao programa nacionalista seria o sinal de sua força:

Aos que sentem dificuldade em situar o Nacionalismo no campo econômico, julgando falsas as afirmativas de que se apresenta como um escudo ante formas variadas de verdadeira agressão externa, é talvez mais claro o quadro político cujas linhas estão precisamente definidas. Nesse cenário, o Nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam da liberdade como o organismo humano de oxigênio, que vivem do esclarecimento da opinião, que precisam discutir e colocar de público os problemas nacionais (SODRÉ, 1967, p. 180).

O desenvolvimento do país aparecia dificultado por pressões econômicas externas associadas aos entraves internos, ou seja, imperialismo e latifúndio. Nessa mesma leitura, a ascensão de novas classes remontaria a 1930, quando a classe territorial dominante não possuía mais condições para se manter sozinha no poder, tendo de lidar com a ascensão política da classe trabalhadora além de um setor da burguesia nacional. Portanto, o nacionalismo não seria uma teoria, uma abstração produzida por uma minoria, mas corresponderia a um quadro real de necessidades concretas, “e a verdade é sempre concreta”.<sup>67</sup> Essas afirmações, por sua vez,

---

<sup>65</sup> Ambos os jornais eram conhecidos pela defesa de plataformas trabalhistas e nacionalistas, sendo que a *Última Hora* surgiu com o apoio de Getúlio em 1951. Um resumo de sua trajetória está disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>. Acesso em: 11 dez. 2018. *Semanário* foi fundado em 1956 e defendia a Frente Parlamentar Nacionalista em sua linha editorial, tendo sido fechado logo após o golpe de 1964. Para mais informações: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-semanario-um-jornal-que-vale-por-um-livro/>. Acesso em: 11 dez. 2018. Comentários de Sodré a respeito de sua atuação nesses jornais podem ser lidos em *A ofensiva reacionária* (1992).

<sup>66</sup> Daniela Conte (2010, p. 50) afirma que “a política de frentes foi implementada nos anos 1930 pela III Internacional no combate aos fascismos”, mas não pensamos que aqui ocorra uma continuidade daquela linha. Afinal, ainda que o anti-imperialismo fosse um tema perene, a participação do partido numa frente com outros grupos foi uma estratégia praticamente abandonada até meados da década de 1950.

<sup>67</sup> *Raízes históricas* era o texto da aula inaugural do curso regular que Sodré oferecia no ISEB, ministrada em 12 de março de 1959, e coligido em *Introdução à revolução brasileira* a partir de sua terceira edição. Apesar do objetivo principal do ISEB ser a formulação de uma ideologia do desenvolvimento nacional, nesse texto Sodré



remetem à defesa que o PCB fazia da participação na frente única com outras correntes políticas, contanto que suas opiniões tivessem “comprovação pela experiência política concreta”.

De maneira semelhante, ao definir a composição das forças que fariam parte dessa frente única, Sodré traz o conceito de “povo”, que abarcava mais de uma classe e frações de uma mesma classe, como a burguesia. Para chegar a um traço geral do que compõe o povo, Sodré coloca o projeto político comum à frente das diferenças sociais, ao afirmar que “em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive” (SODRÉ, 1967, p. 191). Formado por diferentes classes na medida em que as tarefas do desenvolvimento se apresentavam, no Brasil dos anos 1950-1960, o povo seria composto por proletários e semiproletários, camponeses, pequena burguesia e partes da média e alta burguesia interessadas no desenvolvimento capitalista do Brasil em bases nacionais.<sup>68</sup>

Sodré aponta a existência de contradições dentro do povo, como entre a burguesia e o proletariado, assim como de contradições entre setores da burguesia, entre um setor que produz para o mercado interno e a burguesia ligada aos monopólios estrangeiros. No entanto, a contradição mais importante naquele momento se apresentava entre a nação e o imperialismo, pois este limitava o desenvolvimento das forças produtivas e de novas relações de produção no país. Dessa forma, a base materialista do diagnóstico somava-se a considerações de conjuntura política em defesa de uma frente única:

---

deixa clara sua divergência ao justificar o nacionalismo como não sendo uma ideologia, pois ela por definição seria uma doutrina que toma as ideias como autônomas, quando na realidade são produto de condições sociais e históricas específicas. Esse conceito predomina em *A ideologia alemã*, embora a ideologia tenha incorporado outros significados ao longo das obras de Marx. Sobre o ISEB, uma referência fundamental é Caio Navarro de Toledo (1977), que também é autor de um artigo sobre as relações entre Sodré e os demais isebianos (2001). Rodrigo de Paula Moraes (2015) dedica um capítulo a essa questão, onde trata especialmente de *A ideologia do colonialismo*. Para as diferentes concepções de ideologia nas obras marxianas, consultar John B. Thompson (1995, p. 43-62).

<sup>68</sup> Nesse aspecto, o conceito de povo e a defesa que Sodré faz do nacionalismo o afastam das teorias leninistas, de acordo com Daniela Conte. Afinal, Lênin negava a possibilidade de haver uma burguesia nacional a partir da fase imperialista do capitalismo, na medida em que o processo de acumulação do capital e sua produção passaram a se dar numa escala global. Para a autora, Sodré considera o nacionalismo como uma opção de classe em nome de um projeto conjunto, o que aproximaria a teoria da revolução brasileira do populismo (CONTE, 2010, p. 125). No entanto, vale destacar que em *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil* (1990) Sodré rejeita essa interpretação por considerar o populismo uma “confusão conceitual” deliberada, um termo utilizado de maneira pejorativa contra as políticas econômicas varguistas e as reformas de base. Além disso, Sodré afirma que seu conceito de povo foi desfigurado, quando se tratava de uma categoria determinada historicamente (SODRÉ, 1990a, p. 167-168).

Em países como o Brasil, a fraqueza do movimento democrático está no baixo nível de organização da classe operária, no atraso do campo e na deficiência de unificação entre a classe operária e as outras classes e camadas sociais que, na atual etapa histórica, constituem o povo brasileiro. A necessidade de conjugar as reivindicações da classe operária com aquelas que são comuns a todo o povo esbarra na contradição antagônica que separa aquela classe da burguesia e obscurece, assim, o quadro em que se desenvolve a Revolução Brasileira. Só a compreensão de que as contradições também evoluem e que uma contradição antagônica pode ser superada por outra, recebendo tratamento adequado à fase histórica, permitirá fazer da unificação das forças que formam contra o imperialismo a sólida base política que permitirá alterações na composição do poder (SODRÉ, 1962, p. 404).

No entanto, além de uma estratégia de atuação política, as afirmações sobre a baixa organização dos trabalhadores e sua distância das demais classes parecem dar os limites da atuação do PCB naquele período. Afinal, admitidas essas condições como um dado e não como um problema, tratava-se de buscar as formas de ação disponíveis para conduzir o processo de desenvolvimento no sentido desejado. As menções às “forças progressistas” e “tarefas progressistas” nos textos do PCB e de Sodré seguem essa tendência, ao ocuparem o lugar da “classe operária” para argumentar pela aliança com a burguesia nacional. Na Declaração de 1958 também se reconhecem divergências dentro da frente única, pois ela é composta por classes com interesses contraditórios, mas o partido adverte que elas não devem ser priorizadas a ponto de romper a unidade da frente e abandonar o foco contra o imperialismo norte-americano:

Neste último caso, o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da nação brasileira e derrotar sua política. Já a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única. Por se travar dentro da frente única, esta luta deve ser conduzida de modo adequado, através da crítica ou de outras formas, evitando elevar as contradições internas da frente única ao mesmo nível da contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e seus agentes (CARONE, 1982, p. 187-188).

Em linhas gerais, as análises sobre a formação do capitalismo no Brasil e a linha política correspondente foram ratificadas nas teses do V Congresso do PCB, quando o partido se encontrava numa semilegalidade. Na história dos movimentos comunistas no Brasil, sabe-se que essa nova posição acentuou as diferenças com a corrente stalinista no partido, que acabou por romper com a direção e fundar o PC do B em 1962. O quanto dessa ruptura se deu por diferenças internas ou pelo contexto externo é discutível, dado que nessa época os comunistas

chineses e soviéticos já estavam distanciados, sem falar na referência então bastante próxima da Revolução Cubana.<sup>69</sup>

Contudo, mais relevante do que levantar as diferenças entre os partidos é constatar que essa divergência se deu em relação a um programa político elaborado em um momento histórico específico. João Quartim de Moraes sustenta que essas diferenças eram, sobretudo, de ordem tática, a respeito das formas de luta e alianças adequadas para a conjuntura, pois ambos mantinham o combate ao latifúndio e a dominação imperialista como objetivos comuns (MORAES, 2007b, p. 169). No entanto, a história dos sucessivos “rachas” do PCB, especialmente a partir de 1964, mostra que as diferenças entre os grupos se sobressaíram às semelhanças. Ao discutir a questão das “duas almas” no PCB, entre uma tendência insurrecional e outra parlamentar, Gildo Marçal Brandão identifica uma tendência de pensamento comum à segunda corrente:

As marcas mais dinâmicas do marxismo de matriz comunista são, portanto, a concepção unitária, frente-amplista e gradualista da ação política, e a defesa do desenvolvimento das forças produtivas a qualquer preço. Nesse caso, e diferentemente de correntes aparentadas, algumas delas tributárias da ética da convicção e do anticapitalismo romântico, outras do revolucionarismo socialista e “proletário” (BRANDÃO, 1997, p. 239-240).

No trecho acima, o autor distingue essa vertente das organizações de esquerda católica, no primeiro caso, e da Política Operária (POLOP), no segundo. Essas diferenças poderiam parecer genéricas, mas há uma passagem nas memórias de Sodré em que o autor faz uma breve referência num sentido semelhante. Logo após ter sido preso na repressão que se seguiu ao golpe de 1964, Sodré menciona ter assistido o interrogatório de uma estudante nestes termos:

A jovem portava-se bem, respondendo com desembaraço, não parecia assustada, antes divertida com a oportunidade de definir-se. As perguntas eram feitas por especialista da polícia política vindo de S. Paulo. Mostrou-me “material subversivo” apreendido, inclusive folheto mimeografado, com a marca e o conteúdo da organização estudantil POLOP (Política Operária). Passei os olhos no folheto: seguia a linha que aquela organização adotava e pregava, revelando o desejo de fazer a revolução e com ela presentear o proletariado, tido como incapaz de fazê-la (SODRÉ, 1988, p. 292).

---

<sup>69</sup> Jacob Goreneder (1987, p. 31) afirma que o V Congresso ocorreu “em pleno centro do Rio e noticiado pela televisão”, sinal da situação de semilegalidade do partido na época. Quanto às influências externas, Gildo Brandão (1997, p. 246) pontua que o PCB “é o primeiro no mundo a sofrer formalmente os efeitos do conflito sino-soviético”, salientando as dificuldades para a formação de uma esquerda em termos nacionais. Já Moisés Vinhas (1982, p. 187) acentua o caráter restaurador do novo partido, que “assume o velho nome de Partido Comunista do Brasil (PC do B), considera Stalin como “o quarto clássico” do marxismo e sua linha política se baseia no antigo Programa do IV Congresso do PCB, considerado a “expressão mais avançada” a que chegou o marxismo no Brasil”.

A imagem da revolução como um “presente” concedido ao proletariado se contrapõe ao programa nacional-democrático da revolução brasileira e às ações políticas correspondentes, como a defesa da frente única.<sup>70</sup> No entanto, sabe-se que as críticas ao programa pecebista a partir da esquerda também vinham desde organizações de inspiração trotskista – com a teoria da “revolução permanente” – a Caio Prado Jr., que refutou as análises do PCB sobre a formação do capitalismo no Brasil que serviram de base teórica para a linha de ação do partido.<sup>71</sup> Dessa forma, ainda que o programa pecebista se mostrasse problemático e fosse objeto de críticas antes do golpe de 64, é pela defesa desse projeto, formulado e posto em prática num determinado período da história, que o PCB e Sodré foram identificados entre si.

Ao mesmo tempo, a influência que o programa do PCB e as obras de Sodré alcançaram nesse período estavam na capacidade de oferecer uma explicação e um sentido aos acontecimentos da época, levantando problemas e projetando soluções que passavam pela ação organizada de associações, sindicatos e partidos em torno de pautas específicas. E ainda que essas análises fossem sujeitas a revisões, elas apresentavam uma imagem inteligível do que se passava no país. Assim, teoria e prática se relacionavam em um plano coerente entre si, conferindo legitimidade para as interpretações:

Cabe a Werneck Sodré o grande mérito teórico e político de ter incansavelmente perseguido a explicação do atraso brasileiro em termos de atrofia, bloqueio e frustração da revolução burguesa. Concordemos ou não com seu princípio de interpretação, ele nos oferece uma resposta coerente e concreta. O Brasil é atrasado porque o capitalismo brasileiro é atrasado, na medida em que não superou dois bloqueios fundamentais, o latifúndio e a dominação imperialista. A história do atraso brasileiro resolve-se na reprodução, sob novas formas, desse duplo entrave originário (MORAES, 2007b, p. 171-172).

No caso de Sodré, as sucessivas reedições de suas obras nesse período demonstram a receptividade existente para essa leitura histórica do Brasil e o projeto nacionalista e reformador

---

<sup>70</sup> POLOP era a sigla da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, fundada em 1961. Reunindo ex-militantes do PCB e ex-trotskyistas, a POLOP era contra a política reformista dos nacionalistas e do PCB, considerando que a revolução deveria ser feita sob a direção da classe operária para criar condições de uma passagem rápida ao socialismo. Mais informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/organizacao-revolucionaria-marxista-politica-operaria-polop>. Acesso em: 12 dez. 2018.

<sup>71</sup> Neste ponto, são recorrentes as leituras que colocam Caio Prado e Sodré em lados opostos, por vezes até como uma diferença de época no marxismo brasileiro, como faz José Carlos Reis. Sobre tudo a partir de *A revolução brasileira* (1966), onde rejeitava a tese da existência de relações feudais na história do Brasil, Caio Prado foi tomado como o crítico quase que definitivo dos pressupostos teóricos e políticos do PCB na época, que comumente eram identificados nas obras de Sodré. No entanto, Gildo Brandão (1997, p. 211) adverte que “De fato, quase todo o trabalho especificamente intelectual era realizado individualmente ou à margem da organização, sendo filtrado por três ou quatro figuras do Comitê Central intelectualmente estratégicas”. Portanto, cabe relativizar a possível influência que Sodré exercia nas orientações do partido, que, de qualquer modo, eram subordinadas às decisões dos dirigentes.

para o desenvolvimento do país.<sup>72</sup> E o engajamento de suas obras com as questões políticas e sociais do momento é afirmado pelo próprio autor nos prefácios, como em *Formação histórica do Brasil*:

Tal revisão, que é menos ligada a acontecimentos e a figuras do que ao processo, apreciado segundo métodos novos de interpretação, não deriva de um interesse acadêmico, deriva da necessidade de conhecer os antecedentes que, em seu desenvolvimento, levaram o País à situação em que se encontra, vistos de um ângulo objetivo. Não é este, pois, um livro de mera especulação: deriva de uma posição política (SODRÉ, 1962, p. IX).

Essa postura militante não se deu somente quanto aos programas expressos ou no uso de categorias marxistas para a interpretação histórica, como também na relação entre passado, presente e futuro estabelecida por Sodré. A análise das estruturas narrativas na historiografia sodreana será feita mais adiante, mas aqui vale destacar que a posição assumida pelo autor se relacionava a um processo em andamento, que se desenrolava concomitante ao período de maior participação e influência do PCB na política brasileira.<sup>73</sup> Assim, a história tornava-se um recurso para averiguar as origens dos entraves ao desenvolvimento brasileiro, que remontavam ao período colonial e ainda faziam sentir seus efeitos no presente. Diferente de outras épocas, porém, o Brasil dos anos 1950-1960 passava a reunir as condições para superar esses obstáculos, o que deveria ser feito através da ação política.

A análise das relações entre Sodré e o PCB após 1964 excederia os limites deste trabalho, mas sua indicação torna-se relevante por ser um momento em que as teses sobre a formação brasileira e a luta política por reformas em favor de um desenvolvimento nacionalista e democrático foram postas em xeque. Nesse sentido, a derrota também se deu em um plano teórico, sendo que o PCB jamais conseguiu recuperar sua hegemonia nas esquerdas a partir de

---

<sup>72</sup> *Introdução à revolução brasileira* alcançou uma segunda edição em 1963 e uma terceira em 1967, cada uma com mudanças em relação à original. A partir de 1963, o livro passou a incluir *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, comentado anteriormente, e o texto *Quem é o povo no Brasil?*, originalmente publicado na coleção *Cadernos do povo brasileiro*, da editora Civilização Brasileira. Com tiragens iniciais de 15 mil exemplares e formato “de bolso”, esse projeto visava chegar a um público mais amplo, não especializado. O artigo de Angélica Lovatto (2006) sobre essa publicação analisa as relações entre Sodré, a editora comandada por Ênio Silveira e o ISEB. E de acordo com André Moysés Gaio, *Formação histórica do Brasil* chegou a uma segunda e terceira edições em 1963 e 1964, cada uma delas com tiragens de três mil exemplares, tornando-se um marco na indústria editorial do período (GAIO, 2004, p. 62).

<sup>73</sup> O que explicava em parte a repercussão que suas obras alcançavam naquele momento, de acordo com André Moysés Gaio. Afinal, nelas havia “uma organização textual e expositiva do historiador que se refere à análise de um processo histórico contemporâneo à vida, à sua própria vida, e ele nos dá um quadro muito vivo, quando o leitor experimenta uma tensão constante, deparando com uma história a quente, uma transição que não chega a um termo, um conflito permanente, porém nunca conclusivo” (GAIO, 2004, p. 66).

então.<sup>74</sup> De sua parte, ao avaliar as causas que levaram à derrocada da frente única e ao golpe, Sodré mais uma vez aponta os erros do esquerdismo na política, que rompeu a coesão da frente em nome de pautas irrealizáveis naquele contexto:

A frente era possível porque as reformas interessavam, objetivamente, concretamente, às forças que a deveriam compor ou compunham, desde a burguesia nacional até os trabalhadores do campo, englobando a pequena burguesia e o proletariado e semi-proletariado. Essa frente era possível desde que as reformas não tivessem conteúdo socialista – como não tinham. (...) O esquerdismo, que desprezava as reformas porque elas não tinham conteúdo socialista, esforçou-se, então, a todo transe, para lhes conferir esse conteúdo: esforçou-se para justificar as acusações da reação (SODRÉ, 1967, p. 231-232).

Medidas como a reforma agrária, leis de remessas de lucros e subsídios para a indústria nacional não implicavam um rompimento com o regime democrático e tampouco se tratavam de mero programa reformista, pois revolucionariam o país ao libertar as forças produtivas dos entraves do imperialismo e do latifúndio. Contudo, a radicalização crescente acabou por desagregar a frente em torno das reformas e isolar as esquerdas em geral. Por isso, Sodré afirma que a derrota política se deu antes do golpe militar, que apenas referendou uma situação de fato. Entre os erros direitistas de considerar as reformas como o objetivo final da revolução brasileira e os erros esquerdistas de rejeitar todo o programa para passar diretamente à implantação do socialismo, os últimos foram mais determinantes para a derrota.<sup>75</sup>

Embora Sodré jamais tenha se declarado membro do partido, as proximidades entre suas teses sobre a formação social brasileira e o programa político do PCB são inegáveis. E essa associação era apontada desde os anos 1950, como o próprio autor observa em suas memórias. Há várias passagens em que Sodré refuta a pecha de comunista,<sup>76</sup> mas considera-se mais relevante do que revelar sua filiação ao partido constatar que essa relação se deu a partir de um programa elaborado e posto em prática em determinada época.

<sup>74</sup> Referências ao declínio do PCB, nesse sentido, podem ser conferidas no texto de Daniel Aarão Reis sobre a trajetória do partido entre 1943 e 1964 (2007) e no último capítulo do livro de Gildo Marçal Brandão (1997).

<sup>75</sup> Sem citar o PCB, essa avaliação de Sodré reflete os debates internos do partido nessa época. Enquanto a maioria do Comitê Central considerou os “desvios de esquerda” como fundamentais, reiterando a defesa da política de frente democrática e a atuação na oposição legal, outra ala acusou os “erros de direita” reformistas como determinantes, pois o país se encontraria numa situação pré-revolucionária no começo de 1964. Rejeitando a atuação eleitoral e parlamentar em favor da luta armada como único meio de derrubar a ditadura, esse setor deu origem a organizações como ALN, MR-8, PCBR, entre outras (SEGATTO, 1995, p. 20-24).

<sup>76</sup> Nas *Memórias de um soldado* são recorrentes as passagens em que Sodré se defende das acusações de ligação com o comunismo, sem citar o PCB. Ao comentar a avaliação de um oficial seu superior que de “maneira polida e complicada” o chamou comunista, Sodré diz que “se fosse ainda vivo, poderia dizer-lhe, daqui, com absoluta veracidade e sinceridade, que não foi a propaganda do Komintern [...] que me levou às posições antiimperialistas” (SODRÉ, 1988, p. 97).

Na historiografia relativa ao PCB e ao marxismo no Brasil, há quase um consenso de que o auge de sua relevância e atuação do partido se deu nos anos imediatamente anteriores ao golpe de 1964.<sup>77</sup> Num plano teórico, esse período correspondeu ao programa da Declaração de 1958, quando o partido não somente passou a reconhecer o desenvolvimento capitalista no país como a defender a via pacífica e a atuação institucional com outras forças, mesmo estando na ilegalidade. Em lugar de objetivos gerais como “soviets” e “governo operário e camponês”, o PCB passou a defender um conjunto de metas possíveis, ainda que não fossem de cunho socialista. Dessa forma,

A adquirida capacidade de *manobra* é, de fato, exclusiva dos breves anos entre 1958 e 1964, quando a decisão de lutar por um programa de soluções positivas e de reformas parciais, possíveis de serem implementadas por um (ou por sucessivos) *governo(s) nacionalista(s) e democráticos(s)* revelou-se uma meta realista, capaz de guiar não apenas a sua ação, mas a do conjunto de forças que se reconheciam como parte da frente nacionalista e democrática (BRANDÃO, 1997, p. 236).

Em balanços posteriores, Sodré criticou o paulatino abandono desse programa pelo esquerdismo radical nas vésperas do golpe de 1964, o que desuniu as forças da frente única e facilitou a ação dos golpistas. Ao combaterem as pautas reformistas em favor de uma revolução diretamente socialista, esses grupos terminaram sem reformas nem revolução, enquanto o PCB entrou em declínio. No conjunto da produção sodreana, o programa nacional democrático correspondeu a algumas de suas obras mais conhecidas, que por conta desses vários pontos de contato alcançaram grande repercussão na época. Alguns autores viram nisso uma instrumentalização de Sodré pelo partido, mas a história de ambos mostra que eles nem sempre apoiaram essa plataforma, que foi produzida e surtiu efeitos num contexto histórico específico.

Além do mais, os efeitos daquele programa foram limitados, pois se na “Declaração de 1958” o PCB enfim reconhecia haver um desenvolvimento capitalista no Brasil, isso não acarretou numa renovação dos estudos a respeito. Dessa forma, carente de uma abordagem teórica específica, grande parte das análises pecebistas tomou a burguesia brasileira como frágil

---

<sup>77</sup> José Antonio Segatto (1995, p. 17) afirma que após 1958 “o PCB viveria o momento áureo de sua história, ou seja, sua fase de maior força e importância”; João Quartim de Moraes (2007a, p. 78) comenta sobre a “década decisiva” entre 1955 e 1964, quando o programa nacional-democrático do partido se mostrou mais influente. E Jacob Gorender (1987, p. 46) considera que nesse período o partido “converteu-se numa organização com capacidade decisória, apesar da quase ausência de expressão eleitoral, uma vez que não conseguiu recuperar o registro de partido legal”. Contudo, vale notar que Gorender aponta para o descompasso entre a influência ideológica do PCB no período e a pouca expressão política que alcançou mantido na ilegalidade.

e conciliadora, incapaz de comandar a revolução em andamento.<sup>78</sup> E na falta de maiores estudos sobre as transformações econômicas e sociais que o país atravessava, “ignorada a natureza do capitalismo brasileiro, qualquer fantasia valia” (BRANDÃO, 1997, p. 249), inclusive as comparações com a Revolução Russa e o exemplo então próximo de Cuba.

Por fim, apesar das teses sobre a revolução brasileira terem caído em descrédito, vale mencionar que, mesmo perseguido e tendo seus direitos políticos cassados pela ditadura, Sodré não cedeu à defesa da violência insurrecional como o caminho adequado para conduzir as transformações estruturais no país. Se por muito tempo ele foi tomado como o pensador “ortodoxo” do PCB e criticado nessa mesma medida, pelo menos pode-se dizer dele o que Gildo Brandão disse, *cum grano salis*, sobre o partido:

Vendo retrospectivamente (...) não me parece de pequena monta o fato de o Partido Comunista ter resistido ao colapso da razão abraçado por parte ponderável da intelectualidade brasileira, que embarcou “ideologicamente” na aventura da luta armada – um fenômeno apenas parcialmente reativo ao endurecimento do regime militar – e considerou por um momento reflexão e teoria uma traição à vida, uma forma covarde de evitar o fazer (BRANDÃO, 1997, p. 15).

No entanto, esse período é antes um ponto de chegada do que um ponto de partida para analisar a historicidade da produção sodreana, como se pretende demonstrar. Afinal, em suas obras dos anos 1930 e 1940, Sodré apresenta referenciais e interpretações muito diversas do marxismo que o caracterizou depois, motivos pelos quais as rejeitou. Desse modo, o percurso intelectual do autor não foi linear, mas marcado por revisões, autocríticas e reescritas das próprias obras, em alguns casos contradizendo versões anteriores. O capítulo a seguir dedica-se à análise das principais obras de história que acabaram num “index pessoal” de Sodré: *Panorama do Segundo Império* (1939) e *Formação da sociedade brasileira* (1944).

---

<sup>78</sup> Nesse aspecto, Carlos Nelson Coutinho afirma que se estabeleceu uma “divisão do trabalho” tácita no PCB, pois enquanto “os intelectuais comunistas podiam agir livremente no domínio da cultura, propondo uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas continuava a ser atribuição da direção do partido a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas” (COUTINHO apud BRANDÃO, 1997, p. 216). Assim, por mais que os intelectuais vinculados ao partido se empenhassem por analisar a sociedade brasileira e propusessem medidas para o seu desenvolvimento, não cabia a eles decidir a linha política adotada. No caso de Sodré, isso talvez explique a discrepância entre sua defesa da frente única e a radicalização esquerdista às vésperas do golpe que o autor tanto criticou, posição essa que foi objeto de autocríticas posteriores no PCB.



### 3 “INDIGNOS DE REEDIÇÃO”, OS LIVROS DOS ANOS 1930 E 1940

#### 3.1 PANORAMA DO SEGUNDO IMPÉRIO: ENTRE “LAIVOS REACIONÁRIOS” E UM ENSAIO DE ANÁLISE ESTRUTURAL

Publicado em 1939, *Panorama do Segundo Império* (daqui por diante abreviado como PSI) é o segundo livro de Nelson Werneck Sodré e o primeiro dedicado a um estudo mais estritamente histórico.<sup>79</sup> Composto por um prólogo, no qual o autor aborda o período entre a chegada da corte portuguesa ao Brasil até o fim do período regencial, e por mais seis “panoramas”, Sodré procura analisar o Império em seus diversos aspectos, assim como apontar as causas de sua dissolução. No entanto, a exemplo de quase toda sua produção nas décadas de 1930 e 1940, nas décadas seguintes Sodré renegou esse livro<sup>80</sup> por considerá-lo teoricamente frágil, além de conter conotações políticas diferentes das que o autor veio a adotar:

(...) *Panorama do Segundo império* era um livro conservador, com evidentes laivos reacionários. Obra bem estruturada, ressentia-se de flagrante superficialidade na análise do processo histórico. (...) O prestígio do livro, em reduzidos círculos especializados, foi grande, durante algum tempo. Depois, ficou esquecido (SODRÉ, 1970, p. 219).

De acordo com o autor, PSI padecia de uma discrepância entre forma e conteúdo, sendo aquela superior a este. Sodré fez poucas alusões a esse livro em suas memórias, mas seus contatos com certos autores, utilizados como referências ao longo da obra, são alguns indicativos do que significavam os “laivos reacionários” que ele observou em PSI.

Uma primeira abordagem ao texto pode se dar a partir do título. Afinal, porque Sodré batizou seu livro como “Panorama” e não como “História do Segundo Império”, por exemplo? De acordo com Airton José Cavenaghi, quando PSI foi escrito ainda vigorava uma periodização histórica cuja principal referência era Capistrano de Abreu. Nesse modelo, o Segundo Reinado

---

<sup>79</sup> No ano anterior, Sodré publicara sua *História da literatura brasileira* – seus fundamentos econômicos, na qual procurou interpretar as manifestações literárias no país a partir de uma perspectiva materialista. Contudo, o próprio Sodré afirmou que seus conhecimentos eram frágeis nessa época, a ponto de ter refeito integralmente o livro a partir de sua terceira edição, publicada em 1960. A recepção crítica à edição original pode ser verificada nas *Memórias de um escritor* (SODRÉ, 1970, p. 144-157), enquanto referências à sua reelaboração constam em *A ofensiva reacionária* (SODRÉ, 1992, p. 153-175).

<sup>80</sup> Esta análise se baseia na segunda edição de *Panorama do Segundo Império*, publicada em 1998, e que manteve integralmente o texto da primeira edição, apenas com atualizações na ortografia e corrigidos eventuais erros de revisão (SODRÉ, 1998, p. 7).

era dividido em quatro períodos: entre as regências, o apogeu do Império, a época das guerras platinas e a decadência. Assim, para superar as limitações desta forma de representação histórica, Sodré apresentou o Segundo Império mediante “panoramas” de seus aspectos e das relações entre eles, como a escravidão, o sistema político e a economia, entre outros. Por essa abordagem, o autor procurou realizar uma análise de conjunto, sem se limitar a uma compilação sequencial de datas e eventos: “A obra de Werneck Sodré foge desse padrão tradicional ao propor uma subdivisão em sete “panoramas”, não somente vinculados a aspectos cronológicos, mas, principalmente, aos acontecimentos inseridos em uma totalidade” (CAVENAGHI, 2008, p. 306).

Embora Sodré não apresente maiores discussões teóricas em PSI, ele parece apresentar uma sugestão semelhante ao afirmar que “nada empresta um caráter mais falso às narrativas históricas do que a apresentação pura e simples dos seus diversos episódios, sem o encadeamento que os liga na continuidade que é o dogma da evolução das sociedades” (SODRÉ, 1998, p. 77). Dessa forma, ao longo do livro, Sodré procura situar os eventos dentro de um quadro mais amplo, cujos fundamentos estariam além das características pessoais dos personagens. Por exemplo, ao tratar das relações entre Brasil e Portugal às vésperas da independência, Sodré afirma que “uma consciência da pátria surgira na terra americana. O sete de setembro seria uma data. A monarquia, um acidente. A separação, entretanto, era uma realidade iniludível” (SODRÉ, 1998, p. 38).

Essa história teria sido escrita a partir de uma perspectiva materialista, de acordo com alguns autores. Porém, apesar das referências ao materialismo histórico em artigos da década de 1930<sup>81</sup>, Sodré reconheceria mais tarde que suas concepções a respeito ainda eram confusas. Nesse sentido, ao avaliar sua atividade como crítico literário no *Correio Paulistano* em 1939, mesmo ano da publicação de PSI, Sodré afirma que se apoiava:

(...) nos processos fornecidos pelas modernas conquistas da ciência social, da psicologia social, da antropologia social, tudo subordinado às condições do meio e da raça, ao primado geográfico e aos imperativos locais e históricos, que formam a própria tradição. Colocando toda a atividade social subordinada aos fatores da produção, não podemos deixar de estabelecer a seriação funcional das atividades humanas e aceitar o labor intelectual como uma das faces mais curiosas e mais notáveis da atividade social (SODRÉ, 1970, p. 192).

---

<sup>81</sup> Num artigo de crítica literária publicado em 1934, Sodré comenta que “desde que o materialismo histórico foi universalmente aceito, um novo padrão ficou estabelecido para a medida dos heróis” (SODRÉ, 1934 apud CUNHA, 2001, p. 112-113).

As referências “às condições do meio e da raça” e ao “primado geográfico” remetem a matrizes teóricas distantes do materialismo histórico, sinal de certo ecletismo que Sodré renegaria em trabalhos posteriores.<sup>82</sup> Além disso, a presença de metáforas e comparações de ordem biológica para se referir à sociedade aludem a outros tipos de referências, ainda que estejam entremeadas por afirmações quanto à primazia dos fatores materiais como origem dos acontecimentos históricos. Nessa linha, Sodré afirma que o “organismo monárquico” exibia sinais de “força e vitalidade” até a guerra do Paraguai, quando passou a sofrer de “anemia” e “atrofia”. A centralização do império era apresentada como “macrocefalia administrativa” (SODRÉ, 1998, p. 254), e há reiteradas menções à “ventosa central” que retirava recursos das províncias.<sup>83</sup>

Na primeira parte de PSI, Sodré trata do período imediatamente anterior ao Segundo Império, entre a chegada da corte portuguesa ao Brasil e o fim das regências. O autor apresenta as províncias como “as diversas partes do organismo nacional” isoladas entre si, tanto pela extensão do território quanto pela precariedade dos transportes entre as regiões:

Elas vinham do sombrio episódio colonial que, num conceito vulgar, pode ser tido como o medievalismo da sociedade brasileira e, desse tempo, guardavam lembrança e tradição do contato que mantinham com a metrópole [...]. O que se ligava entre si, ao tempo do domínio português, era a comunidade do destino: eram partes do mais rico florão da coroa lusitana. Não mantinham com o centro, Bahia ou Rio de Janeiro uma ligação ponderável de dependência (SODRÉ, 1998, p. 22-23).

Dessa forma, o principal problema do Brasil ao começar o segundo reinado era a questão da unidade nacional, pois a descentralização do poder exercida no período regencial fomentou a eclosão de revoltas por todo o país. Além disso, no trecho acima, vale destacar a menção ao “medievalismo”, posto que em trabalhos seguintes Sodré afirma a existência de “sobrevivências

---

<sup>82</sup> Afirmações que não destoavam da maioria dos intérpretes do Brasil naquele período, como observa Maria Stella Bresciani. Pois, apesar das diferentes formações de autores como Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., “o determinismo do meio ambiente aparece com maior ou menor ênfase nas explicações dos fracassos e sucessos do colonizador e forma um lugar-comum no qual os estudiosos se encontram” (BRESCIANI, 2005, p. 13). E a partir disso, esses autores convergiam no diagnóstico quanto ao descompasso existente entre as instituições legais e as condições de vida da população brasileira, ponto que também é discutido em *Panorama do Segundo Império*.

<sup>83</sup> Em sua tese, Paulo Ribeiro Cunha (2001, p. 28-29) levanta duas vertentes que teriam influenciado Sodré nesse período, “o marxismo da II Internacional, próximo de concepções positivistas e evolucionistas, e o pensamento do sociólogo italiano Vilfredo Pareto”. Desse autor, Sodré teria encontrado o conceito de “Organismo social”, presente em seus artigos na década de 1930 como também na obra de Azevedo Amaral (CUNHA, 2001, p. 118), cuja importância em PSI será levantada logo adiante. Contudo, Daniel García López (2016) observa que o pensamento político que compara a sociedade a um corpo no qual cada parte exerce determinada função é muito anterior à Modernidade, e mesmo autores como Hobbes e Rousseau recorreram a argumentos nesse sentido para explicar a formação de um “corpo político” mediante um contrato entre os indivíduos.

feudais” na sociedade brasileira. Embora aparentem semelhanças, o sentido desses termos apresenta diferenças entre as obras da “primeira fase” de Sodré e sua produção posterior, numa bibliografia cuja periodização passa pelo contato e referência direta que o autor fez de Marx e de autores marxistas.

Ao longo de PSI, a única referência ao feudalismo é uma citação de Gilberto Freyre em que esse autor comenta a existência de “uma aristocracia quase feudal de senhores de terra de massapé”, que teria sido a principal classe a apoiar a independência (FREYRE apud SODRÉ, 1998, p. 209). Dessa forma, nota-se que Sodré ainda não utiliza a categoria feudal enquanto “modo de produção”, termo que não é mencionado no livro. Como se sabe, esse conceito é central na concepção marxista da história, que, em vez das ações de personagens políticos, passou a ser explicada como uma sequência de diferentes modos de produção. Assim, não só as épocas históricas passaram a ser definidas por seu modo de produção vigente, entre escravismo, feudalismo e capitalismo, como as revoluções foram interpretadas enquanto substituição de um modo por outro.

Nesse sentido, Susan Himmelweit (1988) observa que, com base no prefácio de Marx à *Contribuição à crítica da economia política*, “modo de produção” foi entendido como o conjunto das relações de produção estabelecidas numa sociedade, relações essas que correspondiam a certa etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Sobre essa base econômica se estabelecia a “superestrutura” política e jurídica em cada época, instâncias que para Marx “correspondem a determinadas formas de consciência social”. Conforme essa leitura, a dialética consistia no desenvolvimento paralelo entre forças produtivas e relações de produção, que a partir de certo estágio se contradiziam a ponto de as relações se tornarem um obstáculo ao desenvolvimento das forças. E apesar das divergências teóricas e políticas, tal interpretação economicista da história vigorou tanto na Segunda Internacional quanto durante o stalinismo (SODRÉ, 1998, p. 267), período em que PSI foi publicado.<sup>84</sup>

De volta a PSI, ao apresentar o quadro de isolamento entre as províncias, Sodré credita isso ao princípio descentralizador português, e se apoia em uma referência recorrente:

A divisão do território em províncias que se achavam em maior intimidade com o governo de Lisboa, com o governador geral e depois com o vice-rei, inspirava-se

---

<sup>84</sup> Os conceitos marxistas de revolução e modo de produção estruturam *Introdução à revolução brasileira e Formação histórica do Brasil*, obras de Sodré analisadas no capítulo seguinte. Por esse motivo, retoma-se a discussão daqueles conceitos adiante.

evidentemente no conceito de conveniência de utilizar-se com maior eficácia possível das riquezas do Brasil, sem facilitar ao mesmo tempo a eclosão de uma consciência política tendente à unificação da colônia (AMARAL, 1981, p. 24-25).

Dadas as condições geográficas e a ação descentralizadora dos portugueses, a colonização do Brasil foi de caráter fundamentalmente econômico, com núcleos urbanos dispersos e pouca presença das autoridades metropolitanas. Essa condição só foi interrompida com a descoberta do ouro a partir de meados do século XVIII, quando o Estado português se fez mais presente para fiscalizar e tributar a atividade, o que causou a reação das populações locais e “o bruxolear da ideia de emancipação política”. Contudo, mesmo após a independência, a animosidade em relação ao Estado se manteve, sendo um elemento presente durante as revoltas do período regencial:

O governo central passou a aparecer, para os homens de outras regiões, como a síntese da desonestidade administrativa, encarnando, nas pessoas que o representavam, nada mais do que os responsáveis por todos os males nacionais. Esse sentimento, que chegou aos nossos dias, contribuiu, em muito, para o estado psicológico das populações provinciais em relação ao centro e, quando as crises econômicas aprofundaram a separação e estabeleceram o mal-estar que precede as rebeliões, o traço fundo de aversão veio à tona (SODRÉ, 1998, p. 41).

Os contatos de Sodré com Azevedo Amaral não se constatarem apenas a partir das semelhanças entre trechos de suas obras, como também foram de ordem pessoal na época em que PSI foi elaborada. E o próprio Sodré confirma isso em suas memórias, embora faça ressalvas quanto aos motivos dessa proximidade.<sup>85</sup> Jornalista político e intelectual ligado do Estado Novo, Amaral foi uma referência nas obras da “primeira fase” de Sodré, nas décadas de 1930 e 1940. Essa afinidade foi observada por Paulo Ribeiro da Cunha (2001), mas em sua tese o autor se concentra nos vínculos entre as ideias presentes no livro *Ensaios brasileiros* e os artigos para a imprensa que Sodré escrevia no período.

Por outro lado, em PSI há referências a apenas um livro de Amaral, *O estado autoritário e a realidade nacional*, de 1938. E, numa postura relativamente ambígua, nota-se que, embora

---

<sup>85</sup> Desse autor, Sodré considerava o livro *Ensaios brasileiros*, de 1930, “uma das primeiras tentativas de interpretação materialista que apareceram por aqui, embora ainda em esboço, aplicada ao caso brasileiro”. Porém, embora avaliasse essa obra como uma análise muito mais avançada do que a de outros autores na época, em suas memórias, Sodré relativiza seus méritos: “Hoje, relido, o livro apresenta o rendilhado de seus vazios e de sua trama, mostra a superficialidade do homem apenas bem informado, que tem identidades meramente formais com o homem culto. Mas, naquela época, essas deficiências não apareciam, porque as qualidades alinhadas eram grandes pelo confronto com a ausência de informação e de cultura política e sociológica entre nós” (SODRÉ, 1970, p. 113).

Sodré reconhecesse a influência daquele autor e o citasse, também criticou esse livro e as posturas políticas de Amaral em artigos publicados na época e em suas memórias.<sup>86</sup> Entretanto, cabe considerar que Sodré escreveu suas memórias décadas depois, quando reavaliara suas obras da “primeira fase” em favor de uma produção calcada em referenciais marxistas. Então, mesmo que tenha se afastado dessa referência, Sodré não nega a relevância de Amaral sobre sua produção naquele período. Por isso, vale apresentar os principais aspectos do pensamento de Azevedo Amaral e os diálogos que Sodré estabeleceu com esse autor ao longo de PSI.

Defensor de Getúlio Vargas e do Estado Novo logo que esse se instalou, Azevedo Amaral é considerado um dos principais representantes do pensamento político autoritário no Brasil, conceito que reúne autores com formações e obras de caráter distinto. Entre outros nomes associados a esse campo, destacam-se os de Francisco Campos, Oliveira Viana e Plínio Salgado<sup>87</sup>. Em suas obras, Amaral ia além de uma simples apologia ao autoritarismo por fundamentar seu pensamento em uma interpretação específica da história e da sociedade brasileira. A esse respeito, Bolívar Lamounier destaca

(...) o rompimento de Azevedo Amaral com a antiga visão personalista do processo histórico, na qual se destacavam grandes personalidades e grandes feitos, em vez de tendências estruturais mais básicas. (...) No surdo debate que desde o final do século passado se vinha travando a respeito do destino econômico do país, foi Azevedo Amaral um dos mais enfáticos advogados da industrialização (LAMOUNIER, 1981, p. 2).

Em Amaral, a defesa de um poder autoritário se diferenciava dos integralistas, para quem as diferenças sociais seriam resultado de condições inerentes à sociedade. Em vez disso,

---

<sup>86</sup> Numa resenha de *O estado autoritário e a realidade nacional*, publicada em março de 1938, Sodré afirma que Amaral era um dos mestres de seu pensamento na época, motivo pelo qual abria uma exceção para criticar o livro “pelo alto conceito em que tinha o autor, desde logo prevenindo, entretanto, que se em torno do autor e das ideias gerais que ele defendia estava em condições de abrir os limites para uma crítica ampla, não podia fazer o mesmo em relação a certos pontos do livro, que pareciam “tocar em questões sobre as quais me é impossível opinar”” (SODRÉ, 1970, p. 159). Conforme Sodré, essas considerações visavam evitar a censura sem que ele tivesse de abdicar das críticas que faria ao livro. Além disso, ao enviar artigos para a revista *Novas Diretrizes*, dirigida por Amaral, Sodré comenta que “Mantendo nossa amizade estávamos definitivamente separados no terreno das ideias” (SODRÉ, 1970, p. 199). Em sua tese, Paulo Ribeiro Cunha (2001) também trata da relação e posterior afastamento entre os dois autores durante o Estado Novo.

<sup>87</sup> Embora PSI contenha referências a alguns desses autores, Sodré foi crítico ao integralismo, apesar desse ideário ter encontrado acolhida entre os militares. Nas *Memórias de um escritor*, Sodré comenta que “a adesão ao integralismo, nesses meios, era protegida, estimulada, vista com benevolência sempre e quando menos. Na maioria dos casos, com apreço, como mérito a mais, garantia de fidelidade ao regime. (...) Devo confessar que tudo isso estava distante de minhas cogitações: não sendo comunista – como eram acoimados os que não rezavam pela cartilha dos integralistas – eu não tinha pelo integralismo nenhuma simpatia, e isso se ancorava no fato de que a teoria que diziam defender era um repositório de vulgaridades, de lugares comuns, de pobreza política transparente” (SODRÉ, 1970, p. 74-75).

como notou Wanderley Guilherme dos Santos, “o autoritarismo moderno, para Azevedo Amaral, brotou de determinadas condições históricas e não de uma estratificação política natural entre os homens” (SANTOS, 1998, p. 44). Além disso, Amaral se destacou por defender a implantação de um Estado capaz de organizar a atividade econômica e modernizar o país, o que o afastava de autores como Oliveira Viana e Francisco Campos, que propunham uma organização social e política baseada nos valores tradicionais da sociedade brasileira, de origens rurais. Desse modo, apesar de ter posições políticas semelhantes, Azevedo Amaral fundamentava seu projeto político a partir de origens e finalidades distintas:

(...) suas bases filosóficas, visceralmente ligadas a um historicismo organicista, não lhe permitiam conceber contestação a um regime que, a seu ver, constituía uma decorrência inelutável de nossa trajetória histórica. O Estado Autoritário era para Azevedo Amaral a única maneira de corrigir uma longa deformação no curso “normal” de nossa evolução e de assegurar a unidade nacional e o progresso econômico (LAMOUNIER, 1981, p. 6).

Essas considerações, por sua vez, se fundamentavam numa interpretação da história do Brasil que é discutida e referenciada em diferentes passagens de PSI. Por exemplo, ao avaliar o Ato Adicional de 1834, lei que criou as assembleias legislativas provinciais, Sodré criticou a medida por conferir às províncias uma emancipação política considerada inócua diante da centralização administrativa do Império. Em um contexto de crise econômica, após a decadência da mineração e a crise na lavoura açucareira, o Ato Adicional acabou por estimular as revoltas que ameaçaram a unidade do país no período regencial. De acordo com Sodré, o erro dos legisladores da época foi o de enxergar nas rebeliões apenas uma inquietação de ordem política, quando suas origens e as medidas necessárias para estabilizar o país eram de sentido econômico. Assim,

(...) a reforma devia processar-se, nesse terreno, por uma centralização econômica e administrativa que acarretaria, com o tempo e sem mais gravames, uma descentralização política para a qual não era ainda tempo. (...) Ora, a mutação dos padrões econômicos produz, necessariamente, uma mutação nos valores políticos. Isso é axiomático. As sociedades industrializadas não têm as mesmas instituições que as sociedades agrárias. (...) As instituições políticas como os mitos de ordem social são funções dos meios e processos da produção, dos padrões econômicos, em suma. Função pressupõe precedência, o contrário é que não se pode dar, não pode acontecer (SODRÉ, 1998, p. 247).

As referências a meios e processos de produção e das instituições políticas como derivações podem remeter a certo “marxismo vulgar”<sup>88</sup>, de cunho mecanicista. Contudo, nota-se que Sodré não considera essa contradição entre formas políticas e condições econômicas como pressuposto de uma revolução, diferente do que sustentaria em obras posteriores. E tampouco trata essa situação de maneira positiva, dado que as assembleias provinciais se tornaram “focos da agitação demagógica tão do gosto da nossa gente, ávida de algumas imagens bonitas e sempre pronta a entregar-se à admiração pelos donos da palavra fácil” (SODRÉ, 1998, p. 247-248). Logo após esse trecho, Sodré faz duas menções diretas a Azevedo Amaral, considerado autor de uma “síntese feliz” a respeito da instabilidade causada pelo Ato Adicional. Para esse autor,

(...) o erro mais grave e, diríamos mesmo, imperdoável da monarquia, cuja expressão máxima se concretizou no Ato Adicional de 1834, foi inverter a ordem lógica do desenvolvimento nacional no tocante ao duplo problema da autonomia administrativa e da centralização política. (...) O resultado de semelhante orientação foi o estímulo dos regionalismos, em cujo fundo uma análise cuidadosa revelaria a presença dos germes do separatismo. E, ao mesmo tempo, o descontentamento dos elementos produtores das províncias, prejudicados nos seus legítimos interesses por uma centralização administrativa causadora de nefastos efeitos econômicos (AMARAL, 1981, p. 33-34).

Essa interpretação do Ato Adicional em suas causas e efeitos, por sua vez, se relacionava com uma interpretação específica da história em geral e do Brasil em particular. De acordo com Amaral, ao longo da história, existiram três tipos de Estado, o militar, o econômico e o político, cada um deles correspondente ao domínio de um grupo específico da sociedade. Enquanto o Estado econômico corresponderia às condições objetivas de um país, com o predomínio de representantes dos grupos produtores, o Estado político sinalizaria a ascensão da burocracia, que procurava se legitimar mediante um conjunto de rituais e símbolos de distinção. Bolívar Lamounier avalia que, embora teoricamente frágil, essa tipologia aplicada ao caso brasileiro serviu como instrumento para avaliar as relações entre fatores econômicos e políticos ao longo de nossa história (LAMOUNIER, 1981, p. 7).

---

<sup>88</sup> Entre as características do marxismo vulgar, Hobsbawm menciona a interpretação da economia como fator fundamental da história, que deriva no modelo de “base e superestrutura” para explicar a história das ideias e na generalização de “leis históricas”, entre outras. Apesar de associadas a Marx, essas ideias não correspondem necessariamente ao pensamento maduro do autor alemão, de acordo com Hobsbawm: “Desde logo ficará evidente que isso representava, na melhor das hipóteses, uma seleção das concepções de Marx sobre a história e, na pior (...) uma assimilação das mesmas a concepções contemporâneas não marxistas – por exemplo, as evolucionistas e positivistas” (HOBSBAWM, 1998, p. 160).



Dessa forma, para Amaral:

(...) o desenvolvimento histórico não é, em última análise, mais que a correção sucessiva de erros, o reajustamento de situações desarmoniosas, uma série de mutações visando sempre maior adaptação das formas estruturais da sociedade e do seu organismo político às condições traçadas pela inexorável pressão da realidade (AMARAL, 1981, p. 21).

A melhor organização social seria aquela que se adaptasse às condições físicas do meio e às condições psicológicas do povo, embora esses fatores também sofressem influência de modelos externos. Aspecto que adquire mais relevância no Brasil, dada a colonização que “transplantou” populações de origens e características diferentes dos povos originários. De acordo com Amaral, a colonização portuguesa se diferenciava em relação à espanhola por ser um modelo de caráter fundamentalmente econômico e não de domínio político. Assim,

(...) durante mais de dois séculos, a situação das populações distribuídas pelo território já ocupado no Brasil foi assim nitidamente a de simples colonos empenhados em aproveitar as riquezas naturais do país, sem quaisquer preocupações sérias de constituírem uma coletividade coordenada por vínculos políticos e assim unida em um bloco capaz de tornar-se a base de uma verdadeira nacionalidade (AMARAL, 1981, p. 25).

Isso mudou com a descoberta do ouro no século XVIII, quando “a primeira concepção da nacionalidade brasileira” se manifestou contra as taxações impostas pela Coroa portuguesa. Nota-se que Sodré avalia esse momento de maneira semelhante em PSI, mas as afinidades entre os autores vão além dessa passagem. Ao tratar do período entre os séculos XVIII e XIX, Amaral afirma que a difusão das ideias iluministas exerceu um efeito deformador sobre o pensamento político brasileiro, pois as transformações políticas e sociais ocorridas na Europa não correspondiam às condições econômicas vigentes na colônia. Afinal, um dos principais pontos da Revolução Francesa consistia em acabar com o sistema feudal e substituí-lo por uma ordem política burguesa, enquanto tais sistemas e grupos sociais não existiam no Brasil:

Em primeiro lugar, nunca existira aqui feudalismo e, mesmo na metrópole europeia da nacionalidade nascente, o regime feudal nunca passara de uma exteriorização sem alma e sem eficácia do sistema que na Idade Média prevalecera no resto da Europa. (...) Acresce ainda a circunstância de inexcusável relevância de que não havia entre nós, como acima observamos, uma burguesia em condições de exercer função na plasmagem da organização política nacional. A classe dos proprietários rurais, tanto nas zonas da lavoura quanto nas regiões da pecuária, constituía o único grupo em condições de assumir a direção da sociedade (AMARAL, 1981, p. 29).

Na história do Brasil, esse período foi marcado pela transferência da corte portuguesa e pouco depois pela independência, mas, ao contrário de muitos historiadores, Amaral foi um crítico desse processo. Para o autor, em vez de representar a emancipação, isso acarretou a transferência da máquina burocrática portuguesa no Brasil, que se tornou um meio de ascensão social para uma camada desligada dos setores produtivos. Dessa forma, durante a monarquia, o Estado deixou de se orientar pelos interesses e necessidades da agricultura, única atividade econômica relevante no período, o que agravou a dependência econômica do país (LAMOUNIER, 1981, p. 8-9). O crescimento econômico com a expansão cafeeira, a partir de meados do século, trouxe relativa estabilidade, mas tal situação se mostrou insustentável a ponto de o império cair sem maior resistência em 1889.

A influência das ideias de Azevedo Amaral em PSI pode ser apontada pela ausência do conceito de feudalismo ao longo do livro, assim como na avaliação do fim da monarquia como desfecho de uma crescente separação entre o sistema político e suas bases econômicas. Contudo, Sodré atribui o predomínio de um Estado burocrático a um processo de centralização e transformação das elites durante o segundo reinado, que com o tempo afastou os proprietários rurais do regime. De acordo com Sodré (1998, p. 251), “O grande erro da política imperial foi confundir centralização com unidade”, concedendo às províncias uma autonomia política de fachada enquanto centralizava as medidas administrativas, o que afetou o desenvolvimento do país. Como afirmou Airton Cavenaghi em sua análise de PSI:

Essa substituição – ou mesmo esse “aniquilamento”, na visão do historiador – das elites regionais ajudou na própria ruptura da centralidade política do Império, fato que levaria diretamente a seu fim, uma vez que não se percebeu a importância da manutenção das representações locais como sustentáculos de interpretação das variadas culturas regionais em um país de aspectos continentais (CAVENAGHI, 2008, p. 307).

Sendo assim, ao mesmo tempo em que as instituições políticas do Império se mostram secundárias diante do quadro econômico brasileiro, Sodré interpreta o fim do Império como resultado de erros de condução política a partir do poder central.

Essa oscilação entre uma análise histórica que pretendia se estabelecer sobre bases materialistas com referências a um autor distante do marxismo como Amaral<sup>89</sup> faz com que PSI apresente passagens contraditórias, mas que também revelam uma interpretação de Amaral por Sodré. Assim, ao avaliar o sistema parlamentar do Império e o papel de D. Pedro II para nomear os senadores e escolher os gabinetes, Sodré afirma que:

De um modo geral, a parte externa das instituições não tem importância alguma. O que importa fundamentalmente é a essência delas. Se entravam ou não o surto econômico. Sabemos que o regime entrava esse desenvolvimento porque centralizava a fiscalização, centralizava a administração e ia-se divorciando das forças vivas da economia do país (SODRÉ, 1998, p. 96).

Porém, ao tratar dos últimos anos do império na seção “As brechas do edifício imperial”, há uma citação direta em Amaral em que consta:

A história do segundo reinado pode ser resumida em uma palavra: progressivo afastamento da realidade nacional sob a influência combinada do espírito de imitação do parlamentarismo inaplicável às nossas condições e das correntes de um pseudoliberalismo demagógico, inspirado pela erudição livresca fora do contato dos fatos e dos problemas que se deparavam na evolução brasileira (AMARAL, 1981, p. 31).

Sodré parece concordar com Azevedo Amaral ao considerar o fim do império como desenlace de um processo em que o regime político passou a se afastar de suas bases econômicas e sociais, mas diverge quanto às origens desse processo. E tampouco concorda com a distinção que Amaral fez entre liberais e conservadores, identificando os primeiros como “expoentes do espírito demagógico” desligados das realidades econômicas, enquanto os últimos representariam os proprietários agrícolas ligados às lavouras da cana-de-açúcar e do café (AMARAL, 1981, p. 31).

---

<sup>89</sup> Entre as críticas a Marx, Amaral (1981, p. 55) afirma que “a redução do processo do desenvolvimento sociogênico a uma forma ampla e simplista, abrangendo a evolução de todos os grupos humanos e não levando em conta as condições particulares de ação decisiva em cada caso, representou uma das consequências da cultura abstrata e unilateral de Marx”. Assim, a frágil influência do marxismo no Brasil se daria por se tratar de uma teoria cuja aplicação não seria possível ao país, onde perdia espaço para projetos práticos de reformas dentro dos marcos do capitalismo. Ao mesmo tempo, observa-se que Amaral negava haver afinidades entre o Estado Novo e o fascismo, defendendo um modelo autoritário “adequado” às condições brasileiras.

Afinal, para Sodré os partidos políticos do Império se distinguiram menos por princípios que por questões de ordem pessoal, e em ambos existiam representantes mais ou menos ligados aos setores agrícolas. Dessa forma, diante da principal questão econômica e política do período, a abolição da escravatura, em PSI lê-se que:

Figuras notáveis pelas simpatias com medidas do mais extremado liberalismo, alistavam-se entre os conservadores. E velhos representantes do ranço passadista ficavam no meio eleitoral. No quadro dos republicanos havia agrários e letrados, homens a quem a abolição, mais cedo do que foi feita, abalaria as propriedades, as lavouras e as fortunas, e homens que faziam jornalismo, habitavam os centros urbanos, tinham cultura feita nos livros estrangeiros e não possuíam bens (SODRÉ, 1998, p. 102).

Num sentido semelhante, Sodré converge nas críticas que Amaral fez à campanha abolicionista, mas interpreta suas consequências de maneira um tanto diferente. Pois de acordo com Amaral, o movimento abolicionista desconsiderou os impactos econômicos e sociais da medida, uma vez que foi conduzido por políticos liberais sem contato com as condições econômicas do país (AMARAL, 1981, p. 32). E Sodré se apoia nessas afirmações para considerar que extinguir a escravidão foi uma medida supérflua nas regiões onde o trabalho servil se tornou irrisório, como no Ceará e no Amazonas, e abrupta em outras, onde a economia dependia do trabalho servil:

Nas partes, entretanto, em que tal gênero de mão de obra era mais do que necessário, porque era vital e imprescindível, o império cometeu o tremendo erro de legislar subitamente, dando um golpe que, arruinando parte da lavoura, alienou-lhe o apoio e as simpatias de um dos mais sólidos e mais estáveis agrupamentos humanos da população brasileira, a gente de província do Rio de Janeiro (SODRÉ, 1998, p. 300).

Ao afastar suas últimas bases de apoio com a assinatura da Lei Áurea, o império contribuiu para a própria derrocada e o partido republicano “limitou-se a tomar posse da direção da coisa pública” em 1889, dada a fragilidade em que o regime se encontrava (SODRÉ, 1998, p. 322). Contudo, Sodré também situa a abolição em uma perspectiva mais ampla, com a influência de fatores externos como a Revolução Industrial, as pressões inglesas pela extinção do tráfico e a Guerra do Paraguai, que possibilitou a alforria dos negros que combateram como soldados (SODRÉ, 1998, p. 81-83). E o autor compara o caso brasileiro ao norte-americano, onde a abolição, após o fim da Guerra Civil, se deu num país industrializado, que com isso pôde assimilar os libertos como trabalhadores assalariados.

No Brasil, ao contrário, a sociedade agrícola não apresentava condições para realizar essa transição e deixou “uma massa enorme de indivíduos que necessitaram, de certo momento em diante, assegurar a própria subsistência e a da prole, medicando-se e vestindo-se” (SODRÉ, 1998, p. 54). E com isso surgiram os mitos quanto à preguiça e o primitivismo do negro, resultados de uma abolição que marginalizou os antigos escravos em vez de incorporá-los à sociedade.

Portanto, embora coincida com Amaral nas avaliações quanto ao sistema político do Império, observa-se que Sodré analisa a crise do regime de maneira mais complexa, levando em conta também os fatores econômicos e sociais. Ainda, para explicar como se deu a transição para a república e suas causas, Sodré recorre a outro autor que se mostra fundamental em PSI.

Uma das obras de referência mais importantes em PSI foi *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Viana, autor com quem Sodré também mantinha contatos na época em que escreveu seu livro. Semelhante ao que ocorrera com Azevedo Amaral, esse contato não foi apenas de ordem teórica, como se deu pessoalmente entre os autores. Por exemplo, em suas memórias Sodré se refere a uma carta elogiosa que recebera de Viana a respeito de PSI:

O seu belo volume nos veio dar essa visão, num verdadeiro panorama: isto é, largueza, generalidade, compreensão dos traços gerais, intuição da trama obscura, subterrânea, invisível dos acontecimentos e das suas causas explicadoras. (...) Em suma, o seu livro é um livro sério, que faz pensar e que se há de impor pela sinceridade do seu conteúdo, pela honestidade dos seus juízos e pela elevação das suas ideias (VIANA apud SODRÉ, 1970, p. 206).

Viana elogiaria outras das obras de Sodré publicadas nos anos 1940,<sup>90</sup> mas, a exemplo do que ocorrera com Azevedo Amaral, Sodré rejeitou a influência desse autor nas décadas seguintes. Esse afastamento apresentou motivações de ordem teórica e política que levaram Sodré a “aposentar” quase toda sua produção desse período e escrever novos livros sobre temas semelhantes, mas a partir de referenciais marxistas definidos. Nesse sentido, Sodré marcou sua ruptura a ponto de publicar *A ideologia do colonialismo* (1961), cujo capítulo mais extenso é

---

<sup>90</sup> Nas *Memórias de um escritor*, Sodré (1970, p. 243) comenta a respeito de *Oeste*, publicado em 1941, que “Oliveira Viana, como sempre, foi dos primeiros a me escrever sobre o livro, que, como de costume, elogiava descomedidamente”. E *Orientações do pensamento brasileiro*, livro de 1942, que reunia artigos e entrevistas com autores contemporâneos, entre eles Viana, fizera com que “como sempre, não me faltaria a carta de Oliveira Viana, que, nele figurando, mais fazia avultar méritos que só ele via” (Ibidem, p. 249).

dedicado a refutar a obra de Oliveira Viana em bloco.<sup>91</sup> Não se tratava de uma postura isolada, pois embora Viana tenha sido um intelectual e homem público de relevo, sobretudo durante o Estado Novo, sua obra foi muito criticada pelo uso de teorias e argumentos raciais para explicar a desigualdade social e a organização política brasileira, aspectos que levaram autores como Sérgio Buarque de Holanda, Dante Moreira Leite e José Honório Rodrigues, entre outros, a censurar a:

(...) concepção “arianizante” e psicologizante da cultura brasileira esposada pelo autor, desqualificando os conhecimentos geográficos e historiográficos sobre as quais se assentava seu edifício teórico, horrorizando-se com sua “apologia” do que então se chamava de “latifúndio feudal” e protestando contra a crítica da democracia política que precedia sua defesa de um estado forte e autoritário (BRANDÃO, 2002, p. 302).

Como se nota, as críticas teóricas também apresentavam sentidos políticos, pois, desde o prefácio de *Populações meridionais*, Viana pretendia “trazer aos responsáveis pela direção do país, para o conhecimento objetivo do nosso povo, uma pequena contribuição” (VIANA, 1987, p. 21). Contudo, vale destacar que na época de seu lançamento o livro foi “recebido com entusiasmo por intelectuais e políticos de quase todo o quadrante político” (BRANDÃO, 2002, p. 301), como exemplo de ciência social e análise crítica do período republicano. E Sodré argumenta num sentido semelhante para explicar a influência de Viana sobre sua produção nos anos de 1930 e 1940, pois aquele autor:

(...) era um analisador preconceituoso do nosso passado, reverente ainda às deformações vigentes no campo da antropologia física – um racista, em suma – e fascinado pelas teorias e teses da antropologia social e da psicologia social dos fins do século XIX, já abandonadas pela própria ciência burguesa; mas representava, entre nós, e com relevo, uma tendência renovadora, que abandonava a subordinação mecânica aos pequenos fatos e aos traços biográficos, substituindo-os por largas – e às vezes vazias – generalizações (SODRÉ, 1970, p. 254).

A propósito das críticas positivas que recebera de Viana quando da publicação de PSI, Sodré reconhece que chegou a se encontrar pessoalmente com ele, de quem “naquele tempo,

---

<sup>91</sup> Nesse livro, Sodré desqualifica as análises de Viana por se basearem em pressupostos e autores que já estavam ultrapassados na época em que *Populações meridionais do Brasil* foi publicado. Considerado um “ensaio literário” que explicava as diferenças na sociedade brasileira com base em pressupostos raciais, com a “raça ariana” compondo a elite do país, Sodré afirma que “jamais se formulou, no Brasil, uma obra de teor racista, fascista, nazista tão nítido e tão profundo” (SODRÉ, 1984, p. 150).

como muita gente, eu era seu sincero admirador; lera todas as suas obras e me afeiçoara particularmente às *Populações meridionais do Brasil*” (SODRÉ, 1970, p. 205). De acordo com Sodré, as obras de Viana logo se tornaram superadas, mas alcançaram sucesso na época pela falta de uma crítica especializada em Ciências Sociais, que considerou somente as qualidades do escritor.<sup>92</sup>

Desse modo, apesar de ter se afastado de Viana num momento seguinte, observa-se que Sodré estabeleceu um diálogo com aquele autor em suas obras da “primeira fase”.<sup>93</sup> Portanto, antes de passar para um levantamento de como Sodré utilizou *Populações meridionais do Brasil* na composição de PSI, vale apresentar os principais traços da obra bem como suas teses. Ao abordar a formação histórica, social e das instituições políticas brasileiras, Viana afirma, no prefácio, que o propósito do livro era:

(...) estabelecer a caracterização social do nosso povo, tão aproximada da realidade quanto possível, de modo a ressaltar quanto somos distintos dos outros povos, principalmente dos grandes povos europeus, pela história, pela estrutura, pela formação particular e original (VIANA, 1987, p. 15).

Semelhante ao que fizera Azevedo Amaral, Viana pretendia analisar a formação e as características da sociedade sem incorrer numa simples comparação ou imitação de modelos estrangeiros, tendência que segundo ele levava os estudiosos a ignorarem a realidade sobre a qual aquelas leis e teorias políticas, formuladas no exterior, eram empregadas. Assim, um aspecto recorrente na obra de Viana é o contraste entre os códigos escritos e sua aplicação na sociedade, o que explicaria a ineficiência de nossas instituições. Diferença que era ainda mais evidente em países de origem colonial e “civilização transplante”, como o brasileiro, no qual existiam duas constituições políticas,

---

<sup>92</sup> Em outro volume de memórias, intitulado *A luta pela cultura*, Sodré (1990, p. 108) comenta que: “Perdi, em 1951, dois amigos; o Brasil, com ele, dois excelentes escritores, cada um em seu gênero: Oliveira Viana e Galeão Coutinho. (...) Oliveira Viana era pessoa estimável, acolhedora, de cujas ideias eu não participaria, mas cuja obra acompanhei sempre com atenção – e com simpatia, por algum tempo”. Vale observar que, embora só tenha sido publicado em 1990, Sodré indica (1990, p. 68) que esse livro foi escrito por volta de 1971-72, sendo assim uma continuação das *Memórias de um escritor*.

<sup>93</sup> Além disso, apesar de os pressupostos raciais terem sido muito criticados, nota-se que Viana procurava realizar um diagnóstico mais complexo da formação social brasileira, preocupação que era comum a outros intelectuais do período, pois “entre uma história política linear presa à documentação oficial e as amplas possibilidades abertas pela Psicologia Social, Sociologia, Etnografia e Antropologia, não causa estranheza autores como Oliveira Viana e Paulo Prado, mas também Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior (...) terem se voltado para os mais promissores campos conceituais” (BRESCIANI, 2005, p. 102-103).

(...) uma escrita, que não se pratica e que, por isso mesmo, não vale nada – e é a que está nas leis e nos códigos políticos; outra, não escrita e viva, que é a que o povo pratica, adaptando ao seu espírito, à sua mentalidade, à sua estrutura – e as deturpando, as deformando ou, mesmo, as revogando, – as instituições estabelecidas nas leis e nos códigos políticos (VIANA, 1987, p. 283).

Em seu estudo de *Populações meridionais*, Gildo Marçal Brandão observa que o método de Viana, para abordar as instituições políticas e jurídicas do país, se afastava do modelo vigente na época, sobretudo o de Rui Barbosa, que se concentrava na análise dos aspectos formais daqueles sistemas. E essa diferença de método não era de cunho meramente teórico, uma vez que Viana pretendia com isso realizar um diagnóstico que permitisse elaborar instituições coerentes com as reais condições do país:

O que lhe interessa é, com base nesse conhecimento “realístico” e “objetivo”, formular o projeto de um novo Estado e uma nova diretriz política capaz de criar uma nação solidária, retomando a obra dos “reacionários audazes” que salvaram o Império. Por sua própria natureza, acreditava, uma tal diretriz idealista teria que decorrer *organicamente* daquele diagnóstico, escapando da cópia acrítica dos prestigiosos e inadequados modelos políticos de além-mar (BRANDÃO, 2002, p. 304).

Nesse sentido, Viana exerceu um papel mais efetivo que Azevedo Amaral, ocupando cargos públicos desde o governo provisório de Getúlio Vargas como durante o Estado Novo.<sup>94</sup> E de acordo com Wanderley Guilherme dos Santos, Viana também foi um dos autores ligados ao pensamento político autoritário, mas de um autoritarismo instrumental. Pois, diferente de Azevedo Amaral, que defendia a construção de uma ordem política autoritária permanente, Viana analisa os paradoxos do liberalismo no Brasil, que pela formação social e política do país acarretava em um domínio das oligarquias. Com uma crítica da experiência republicana, Viana argumenta que:

O liberalismo político seria impossível na ausência de uma sociedade liberal, e a edificação de uma sociedade liberal requer um Estado suficientemente forte para romper os elos da sociedade familística. E o autoritarismo seria instrumental para criar as condições sociais que tornariam o liberalismo político viável (SANTOS, 1998, p. 48).

---

<sup>94</sup> Em 1932, Oliveira Viana passou a trabalhar como consultor jurídico no recém-criado Ministério do Trabalho, onde colaborou com a elaboração da legislação social e trabalhista. Um resultado desse trabalho e de seu alinhamento com o Estado Novo foi a publicação de *Problemas de direito corporativo* (1938). Em 1940, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, cargo que exerceu até sua morte, em 1951. Além disso, Viana também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL). Um verbete sobre o autor e sua obra está disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>. Acesso em: 22 jul. 2020.



Em uma sociedade de características rurais, cuja única forma de autoridade reconhecida era a do grande fazendeiro, os projetos para descentralizar o poder durante o Império e a República estimulavam conflitos entre chefes locais e o predomínio dos interesses particulares. Portanto, antes de se edificar uma ordem política liberal e democrática no Brasil, era necessário “dar prioridade à construção da ordem sobre a liberdade, dar autonomia à Justiça, organizar o povo e educá-lo, construir uma sociedade civil (civilizada) por meio da ação racional de um novo Estado centralizado” (BRANDÃO, 2002, p. 324-325). Do contrário, as instituições políticas deixariam o povo à mercê das oligarquias “brincas” que possuíam as terras e cargos públicos locais.

Sem considerar esse “povo” de maneira homogênea, para Viana, era preciso observar os diversos habitats e as pressões histórico-sociais, que variaram ao norte, ao centro-sul e ao extremo sul do país. Assim, em vez de um país, existiriam de fato três diferentes regiões, que da interação daqueles fatores formaram “três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, com os seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho” (VIANA, 1987, p. 16). Nessas condições, não haveria como estudar o povo brasileiro como um todo, mas em suas variações regionais, o que explica o projeto que Viana estabeleceu para a obra.<sup>95</sup>

Esses três tipos tinham em comum o fato de serem rurais, pois, de acordo com Viana, os meios urbanos foram secundários durante a colonização, simples reflexos daqueles tipos principais. Brandão destaca que essa tese influenciou tanto a periodização de *Populações meridionais*, com a exclusão do período republicano, quanto no projeto político que Viana propunha (BRANDÃO, 2002, p. 308). Numa sociedade com uma população dispersa em grandes extensões de terra, centros urbanos diminutos e cuja produção se concentrava em latifúndios que produziam para si quase tudo de que necessitavam, o meio rural funcionava como um “conformador de almas” e “centro de gravitação do mundo colonial”. Essa “função simplificadora” dos meios rurais diferenciava o Brasil dos países europeus, pois aqui as classes urbanas

(...) não exercem, nem podem exercer aqui, a função superior que exerceram diante da oligarquia feudal, as comunas medievais. Falta-lhes, para isso, o espírito

---

<sup>95</sup> *Populações meridionais* foi parte de um projeto inacabado, com o primeiro volume dedicado à região centro-sul, enquanto o segundo, publicado após a morte do autor, tratava do extremo-sul. Um terceiro livro, dedicado ao estudo dos sertanejos e de sua migração pela Amazônia, não chegou a ser escrito (BRANDÃO, 2002, p. 303).

corporativo, que não chega a formar-se. São meros conglomerados, sem entrelaçamentos de interesses e sem solidariedade moral (VIANA, 1987, p. 119).

As diferenças em relação à Europa se estendiam à ocupação da terra, pois lá o clima mais rigoroso, a maior densidade demográfica e as menores extensões cultiváveis obrigavam o estabelecimento de relações fixas e recíprocas entre trabalhadores rurais e nobres. No Brasil, ao contrário, as relações entre a “aristocracia senhorial” e os trabalhadores livres eram frouxas e instáveis:

Há uma outra causa que impede também essa vinculação. É o excesso de terra, a facilidade que tem o proletário dos campos de colocar-se. No ocidente, o proletário rural vive numa terra inteiramente tomada. (...) Em vez disso, entre nós a terra está ainda, na sua maior parte, em deserto. Nos latifúndios, a porção disponível e aforável é vasta. O trabalhador rural, que abandona o seu lote, está certo que encontrará um outro no latifúndio vizinho (VIANA, 1987, p. 121-122).

As grandes áreas de terras disponíveis e o clima favorável tornavam voluntários os laços entre fazendeiros e trabalhadores rurais, sem as pressões do meio natural ou social encontradas na Europa. Ao mesmo tempo, o predomínio do latifúndio atrofiou o desenvolvimento das cidades e manteve a pequena divisão social do trabalho, numa sociedade composta por uma “nobreza rural”, um contingente de trabalhadores livres que vagavam entre as fazendas e a grande massa de escravos. Sem fazer referências diretas nesse ponto, Sodré parece coincidir com Viana quando, ao comparar as situações fundiárias de Portugal e do Brasil às vésperas da independência, afirma que:

Enquanto lá a propriedade se achava, quase que na sua generalidade, vinculada, no Brasil não havia limites para os latifúndios e a existência se anunciava propícia ao emprego das energias produtoras (...). Nem podia deixar de ser assim, em vista do contraste das condições. Portugal era o vínculo, era o arrendamento oneroso, eram os tributos, era o recrutamento. O Brasil representava um solo livre, todas as facilidades, todas as perspectivas, as mais risonhas (SODRÉ, 1998, p. 31-33).

Após argumentar como se deu a formação da sociedade brasileira, Viana passa a avaliar como a aristocracia rural veio a exercer o poder político no país. Para o autor de *Populações meridionais*, essa mudança começou com a vinda da família real portuguesa, quando os fazendeiros saíram de suas “solidões rurais” para disputar posições com fidalgos e burocratas lusos, além de uma burguesia comercial surgida com a abertura dos portos. Após o retorno de

D. João VI e da maioria dos emigrados portugueses, a disputa se concentrou entre a nobreza da terra e a burguesia comercial, com a vitória dos primeiros. Gildo Brandão afirma que esse é apresentado como o grande acontecimento da história do Brasil no século XIX, pois “impor o seu domínio e construir politicamente a nação teria sido a última função social desempenhada pela aristocracia rural” (BRANDÃO, 2002, p. 321). Esse predomínio dos fazendeiros é tratado por Viana como natural, pois se tratava da “única classe realmente superior do país, aquele em que se concentra a maior soma de autoridade social” (VIANA, 1987, p. 45).

Contudo, para explicar por que essa aristocracia se articulou em torno da Coroa, Viana recorre a um argumento aparentemente contrário ao exposto até então. Pois, embora o apoio dos proprietários rurais tenha sido fundamental, Viana afirma que não foram eles que consolidaram o Estado e a nação brasileira, mas a Coroa que selecionou seus melhores elementos para essa tarefa. Com o poder Moderador, o imperador atuava como árbitro do sistema político, um “chefe de clãs” e “repressor da caudilhagem nacional”, num movimento de centralização que com o tempo retirou poderes dos níveis locais. De acordo com Henrique Estrada Rodrigues, Viana considerava essa concentração de poderes necessária para estabilizar a sociedade, pois

(...) a figura monárquica do Poder Moderador seria exemplar de um dispositivo constitucional capaz de arbitrar as diferenças, organizar a vida nacional e educar povos incultos e bárbaros, tanto os antigos déspotas rurais oriundos dos grandes latifúndios como uma população mestiça e, por isso, racialmente inferior (RODRIGUES, 2015, p. 267).

Ao descrever como D. Pedro II indicava os nomes para ocupar cargos no Conselho de Estado e no Senado, Viana compara o sistema político brasileiro ao britânico, que, se aplicado aqui, acabaria por impor o domínio do caudilho que conseguisse maioria na Câmara baixa. Dessa forma, em vez do modelo parlamentarista britânico, o parlamentarismo brasileiro “de cima para baixo”, em que o Imperador intervinha na formação dos gabinetes, se mostrou a solução mais adequada para garantir a estabilidade política do país:

Ela equivale a uma adaptação genial do instinto europeu ao nosso clima partidário, a melhor garantia da liberdade política num povo em que, do município à província, da província à nação, domina exclusivamente a política de clã, a política das facções, organizadas em “partidos” (VIANA, 1987, p. 213).

Contudo, o predomínio da aristocracia rural e a continuidade do império foram abalados com o fim do trabalho servil, cujos efeitos Viana considerou catastróficos. No prefácio de *Populações meridionais*, o autor declara que não trataria do período republicano por considerar que a abolição causou uma instabilidade social, econômica e política a ponto de “todas as diretrizes da nossa evolução coletiva se acham, desde essa data, completamente quebradas e desviadas” (VIANA, 1987, p. 18-19), o que exigiria um estudo à parte. Isso porque, num país cujo sistema político e econômico estava quase totalmente baseado na agricultura, a abolição:

(...) desarticula a única elite dirigente que nossa sociedade produziu e leva de roldão tudo que de melhor a experiência dos quatro séculos filtrou: uma base produtiva, o Estado unitário e, sobretudo, os mecanismos de seleção do que em *Instituições políticas brasileiras* ele chamará de os “homens de 1000” (BRANDÃO, 2002, p. 312).

Na análise de PSI, observa-se que as teses de Viana, quanto à formação das elites rurais e seu papel político durante o Império, apresentam muitos pontos de contato. Assim, ao tratar da representação política das oligarquias após o retorno da família real portuguesa a Portugal, Sodré afirma que:

(...) é do interior que vem a nova corrente reformadora da mentalidade administrativa, a corrente dos senhores da terra, dos oligarcas poderosos que, até então, numa longa maturidade de séculos, se haviam conservados à margem da direção da coisa pública, construindo a riqueza do Brasil (SODRÉ, 1998, p. 161).

Apesar de não haver referências diretas a Viana nesse trecho, a imagem das elites rurais que “descem” ao centro do país para tomar o poder político se assemelha à passagem sobre os “nobres da terra” que passam a frequentar a “Versalhes tropical” do Rio pouco antes da independência (VIANA, 1987, p. 39-40). Sodré afirma que no começo do Segundo Império vigorava uma “política de clãs”, cujo poderio se assentava na posse de grandes propriedades rurais e no trabalho escravo. Por isso as oligarquias rurais se estabeleceram como o principal ator político durante o Império, pois esse grupo “era a única força organizada que o país possuía”, única fonte de produção e de riqueza (SODRÉ, 1998, p. 163).

Ao tratar do processo de centralização política efetuado pela Coroa, nota-se que Sodré se apoiou nos argumentos de *Populações meridionais* quanto à “desintegração dos clãs rurais” na região centro-sul, ainda que essa obra não conste como única referência. Num primeiro ponto, Viana distingue os clãs agrícolas dos pastoris, cujas características econômicas e

políticas levaram o Império a estabelecer diferentes relações conforme os tipos. Para que o poder central se consolidasse, Viana afirma que o “programa de enfraquecimento da nobreza rural” se deu por diferentes meios, tanto pela concessão de títulos nobiliárquicos e cargos públicos quanto pela força, sobretudo diante dos clãs pastoris (VIANA, 1987, p. 198-199). Portanto, Viana distingue, entre formas de coerção e de concessões aos senhores de terras, um processo necessário para consolidar o Estado brasileiro.<sup>96</sup>

Sodré se baseia em *Populações meridionais* para tratar desse processo, mas o interpreta de maneira mais crítica. Para ele, os títulos concedidos pela Coroa formaram um “patriciado de segunda ordem”, assim como a representação política das oligarquias se mostrava inócua diante da centralização administrativa e econômica pela Corte. De acordo com Sodré, o próprio caráter das elites se alterou ao longo do Segundo Império, com as oligarquias agrárias regionais perdendo espaço para uma elite urbana e letrada (SODRÉ, 1998, p. 166). Além disso, as mudanças nas leis de transmissão das propriedades causaram a fragmentação das fazendas e a perda de poder político dos senhores de terra, ponto em que PSI contém uma referência direta a *Populações meridionais*: “Como a nossa nobreza territorial não é de sangue, nem de títulos, mas agrícola, baseada no grande domínio, a divisão forçada das fazendas, a sua fragmentação obrigatória, equivale destruir a classe aristocrática nas bases mesmas da sua existência” (VIANA, 1987, p. 202).

Essas medidas, que Viana considerava necessárias para formar um Estado que predominasse sobre os interesses locais, em Sodré são apresentadas como causas da desagregação do regime. Em Viana, o novo regime de partilhas afetou a riqueza dos grandes proprietários, mas também reduziu a “capangagem” que era a base de seu poderio bélico, concorrente com o do Estado (VIANA, 1987, p. 204). Por outro lado, Sodré critica essas medidas ao considerar que a fragmentação das propriedades afastou as elites agrícolas do Império, criando uma discrepância entre atividade econômica e representação política:

---

<sup>96</sup> O que poderia ser interpretado como uma contradição no argumento de Viana, que passa da defesa dos proprietários rurais para o elogio da centralização do poder durante o Império, apresenta um fundo semelhante, de acordo com José Murilo de Carvalho. Pois se Viana considerava que o Estado deveria criar a nação, isso não alteraria os valores fundamentais daquela ordem rural, baseada numa autoridade que deveria evitar a eclosão de conflitos sociais. Postura que também orientou Viana em seu trabalho enquanto jurista nas décadas de 1930 e 1940, pois se o retorno à antiga sociedade rural se mostrava inviável, “a regência da orquestra continuava sendo tarefa do Estado, com a diferença de que agora sua ação ordenadora e educadora não se exercia sobre os irrequietos clãs rurais, mas sobre os sindicatos, corporações e outras organizações civis” (CARVALHO, 1991, p. 94).

O declínio da representação das oligarquias não representa apenas a hegemonia do centro, na sua destruição de todas as forças paralelas, mas o próprio ocaso da política brasileira, ocaso de que tanto se ressentiria o império quando, nos seus derradeiros anos, depois de haver alienado todos os suportes que o amparavam, caiu a um simples empurrão (...). Os resultados da sua política de aniquilamento, entretanto, perduraram até os nossos dias, de forma a nos oferecer o quadro de uma lavoura cada vez materialmente mais forte e cada vez influenciando menos na arregimentação política e nas diretivas administrativas do país, numa anomalia extraordinária (SODRÉ, 1998, p. 169).

Neste ponto, Sodré retoma a tese de Azevedo Amaral quanto ao predomínio do estado “político” sobre o “econômico”, mas também coincide com aquele autor e com Oliveira Viana na crítica ao liberalismo da República Velha, cujas origens remetiam ao movimento republicano. E, assim como Viana, Sodré relaciona a queda do império com a campanha abolicionista, que representou “o atentado derradeiro contra a lavoura brasileira”, apunhalada nos seus interesses”. De acordo com o autor, o abolicionismo foi conduzido mais por influência de ideias estrangeiras do que por uma avaliação dos problemas nacionais, uma vez que:

Avessos a qualquer visão direta da terra, os abolicionistas brasileiros preferiam raciocinar com Palmerston, com Aberdeen, com Bruxton, com Wilberforce. Preferiam ornar a eloquência vazia e perdulária de adjetivos com que agitavam o panorama parlamentar, com as frases e os pontos de vista dos ingleses, dos franceses, dos outros povos que haviam tido formação diferente da nossa e cujo problema oferecia características extremamente diversas (SODRÉ, 1998, p. 177).

Como mencionado anteriormente, em PSI, Sodré afirma que a abolição não integrou os recém-libertos à sociedade por ocorrer num país de economia agrícola, enquanto nos Estados Unidos a expansão industrial incorporou os negros ao mercado de trabalho, criando meios de ascensão social. No entanto, vale salientar que neste ponto Sodré se afasta das teorias raciais que marcaram a obra de Oliveira Viana, pois a ênfase no caráter “ariano” da aristocracia rural é o aspecto mais criticado em *Populações meridionais*, aspecto esse que se mostra fundamental.

Isso porque aqui a questão racial não é apenas um condicionante antropológico, mas uma determinação essencial ao argumento, afetando todos os aspectos da estrutura social e da cultura política: raça e classe, eugenia e propriedade são faces da mesma moeda. (...) o argumento de Oliveira Viana não é puramente empírico nem apenas valorativo, é conceitual: classe e raça designam praticamente o mesmo fenômeno social (BRANDÃO, 2002, p. 316).

Ao contrário de Viana (1987, p. 96), que considerou os “salutares preconceitos” de raça como filtros de seleção das elites que formaram a base de sustentação política e social do Império, Sodré (1998, p. 115) levantou aspectos positivos e negativos quanto à influência do negro e da mestiçagem na sociedade brasileira. Entre os pontos positivos, o autor considerava que a miscigenação contribuiu para “nacionalizar” o clero, pois a Igreja era o principal meio de elevação social dos mestiços, num processo que tornou o catolicismo brasileiro menos dogmático. Entre os aspectos negativos, Sodré menciona o repúdio da sociedade ao trabalho físico, visto como atribuição dos escravos, e a inclinação das elites ao bacharelismo como instrumento de diferenciação social, o que fomentou o surgimento de uma elite de letrados distante das reais condições do país (SODRÉ, 1998, p. 57-58).

Em outros trechos de PSI, as referências indiretas à Viana marcam essa diferença de maneira mais elaborada. Assim, por exemplo, ao tratar da etnologia das classes rurais nos séculos XVII e XVIII, que se diferenciariam das classes mais baixas pela superioridade racial, Oliveira Viana afirma que:

Na sociedade colonial, o desejo de enriquecer, de ascender, de melhorar, de gozar os finos prazeres da civilização só pode realmente existir no homem de raça branca. O negro, o índio, os mestiços de um e outro desses, na sua generalidade, não sentem, senão excepcionalmente, nos seus exemplares mais elevados, a vontade de alcançar essas situações sociais, cujo gozo e importância só o homem de raça ariana, com a sensibilidade refinada pelo trabalho de uma lenta evolução, sabe apreciar devidamente (VIANA, 1987, p. 105-106).

Nota-se que Viana relaciona a raça ariana com civilização, uma “situação social” da qual as outras raças se aproximariam na medida em que se “elevassem” ao plano daquela. Em resposta a essas teorias, Sodré defende um conceito de civilização que também abarca a cultura e as relações sociais, mas sem associá-las a uma raça específica. Assim, Sodré considera a influência e a contribuição do negro nesse processo, sem tratá-lo como um grupo inferior destinado a desaparecer com o paulatino “branqueamento” da população – projeto defendido por Viana.<sup>97</sup> A civilização no Brasil não significava apenas desenvolvimento comercial e da lavoura, como no enfoque quase exclusivo que Viana dedica às elites,

---

<sup>97</sup> Apesar de *Populações meridionais* não conter referências ao autor, a “teoria do branqueamento” através da imigração europeia, o fim do tráfico negreiro e a eliminação das populações nativas vem de Silvio Romero, que, no entanto, se referia ao resultado desse processo como uma população de “brancos presumidos”, uma “raça histórica” que formaria uma população homogênea e uma identidade nacional brasileira (MURARI, 2013,

Mas em todos os sentidos, na amplitude da palavra e não numa significação restrita e vulgar. No evoluir do seu pensamento, nos seus mitos políticos e sociais, na fisionomia da gente brasileira, na sua psicologia coletiva e individual, em todas as faces em que o negro escravo influenciou. Porque ele influenciou em todos e, apoiando com o trabalho dos braços o progresso material da terra, fundia-se em todas as manifestações da sua cultura, em todos os aspectos da existência brasileira. A sua contribuição generalizou-se a todos os planos e a todos os terrenos. E foi enorme (SODRÉ, 1998, p. 70).

Ao tratar das referências utilizadas por Sodré para tratar da escravidão, Airton José Cavenaghi (2008, p. 306) constata que o autor empregou tanto a historiografia mais recente da época quanto autores mais tradicionais, “pois a análise adotada por Werneck Sodré é de comparação e formatação de um novo modelo de interpretação”. Desse modo, PSI apresenta desde autores contemporâneos, como Câmara Cascudo e Roberto Simonsen, a historiadores do século XIX, como John Armitage e Francisco Adolfo de Varnhagen, por exemplo.

Então, sem tratar do tema mediante o uso de categorias ligadas ao materialismo histórico, como modo de produção escravista, Sodré considera a escravidão uma necessidade do sistema econômico da época que a abolição afetou, ao mesmo tempo em que recusa as teorias raciais defendidas por Viana e também por Azevedo Amaral.<sup>98</sup>

Em vez disso, Sodré entende que o negro contribuiu para “a formação psicológica do povo brasileiro”, o que em parte mantém uma concepção psicologizante da cultura brasileira tão criticada por outros autores ao avaliarem a obra de Viana, e que o próprio Sodré rejeitaria mais tarde. Ao mesmo tempo, considerando-se que PSI foi publicado em plena vigência dos fascismos na Europa, Sodré recusa qualquer associação com aqueles modelos ao afirmar que uma análise do papel do negro na formação brasileira

(...) não poderia caber nos limites deste livro, senão nos de uma obra especializada, como já vamos tendo, mercê da atenção que vêm merecendo os estudos a respeito, feitos à luz da verdadeira ciência e não ao sabor dos sentimentos ou das diretivas partidárias, de um partidarismo e de uma unilateralidade que nem nossa é, que importamos como se nossa formação permitisse o critério da pureza racial, falso sob

---

p. 107). E as menções de Viana (1987, p. 101) aos “mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis de arianização” convergem naquele sentido, inclusive porque “as referências intelectuais adotadas por Viana em suas primeiras obras não são muito diferentes daquelas citadas por Romero” (MURARI, 2013, p. 118).

<sup>98</sup> Bolívar Lamounier comenta que, embora o racismo seja mais explícito em obras anteriores, em *O estado autoritário* Azevedo Amaral criticou o Estado Novo por não restringir a entrada de imigrantes indesejáveis em favor de contingentes europeus, pois “do número de imigrantes de raça branca que assimilarmos nos próximos decênios depende literalmente o futuro da nacionalidade” (LAMOUNIER, 1981, p. 3).



todos os pontos de vista, mas levantados para fins colaterais, em outras terras (SODRÉ, 1998, p. 75).

No entanto, apesar de manter-se distante das teorias raciais sustentadas por Viana, a interpretação de Sodré quanto ao fim do Império é tributária daquele autor. E de acordo com Ricardo Salles, foi por essa filiação que Sodré não reescreveu ou reeditou PSI nas décadas seguintes:

Oliveira Viana está presente na tese central do ensaio histórico de Werneck Sodré: a circulação das elites no poder – primeiro a portuguesa, em seguida a rural e, finalmente, a dos letrados – seria a chave explicativa para a história do Segundo Reinado. Ora, uma tese desse teor tornaria qualquer revisão ou enxerto marxista posterior (...) virtualmente impossíveis (SALLES, 2008, p. 311).

Em sua tese, Paulo Ribeiro Cunha (2001, p. 118) destaca a valorização das elites rurais na obra de Viana, assim como a influência e os contatos pessoais que o autor mantinha com Sodré na época em que PSI foi composta. As afirmações de Viana quanto ao “programa de enfraquecimento” daquelas elites pela Coroa e as referências de PSI a *Populações meridionais* corroboram essa proximidade, mas cabe salientar que os autores relacionam esse processo com projetos políticos distintos. Em Viana, a defesa da centralização durante o Império estava ligada à defesa do Estado Novo e de suas instituições, que formariam uma elite acima das particularidades locais, conforme a visão de autoritarismo instrumental apresentada anteriormente.<sup>99</sup>

Logo após uma citação direta de *Populações meridionais* em PSI, lê-se um resumo dessa transição das elites em termos que também aludem a Azevedo Amaral. Assim, Sodré considera que:

A marcha das elites dirigentes da nacionalidade pode caracterizar-se em poucas e breves linhas: uma elite portuguesa, que se funde na terra e que perde, pouco a pouco, as suas qualidades fundamentais, o senso realístico com que resolvia os problemas políticos; uma elite agrária que desce dos altiplanos e provém das lavouras para dirigir o país, após o regresso da corte de D. João VI; uma elite de letrados, provindos da

---

<sup>99</sup> Os vínculos que Viana estabeleceu entre suas análises e a defesa de um Estado centralizado como agente de transformação social são apontados por Ricardo Silva (2008) e Wanderley Guilherme dos Santos (1998), por exemplo. Ambos consideram que Viana defendia a formação de uma “tecnocracia” como modelo de uma elite dirigente isenta de particularismos, embora o autor não utilizasse o termo em suas obras. Wanderley Guilherme dos Santos criticou esse aspecto no autor, pois “seu pensamento estava sempre voltado para uma elite política especial, vinda não se sabe de onde, que transformaria a cultura política brasileira de tal forma que a sociedade se tornaria liberal mediante maciça conversão cultural” (SANTOS, 1998, p. 49).

urbanização lenta da vida brasileira, da desagregação da grande propriedade, da formação gradual de uma classe média que nos governa até hoje (SODRÉ, 1998, p. 147).

Enquanto as elites portuguesas predominaram durante o período colonial, a passagem de uma elite agrária para o domínio dos letrados explicaria a crise do Império e o advento da República. Contudo, embora essa teoria da circulação das elites se baseie na obra de Viana, Sodré apresenta um processo mais complexo, pois os motivos econômicos, políticos e sociais se mostram imbricados. Isso porque as transformações de ordem política se mostravam relevantes na medida em que correspondessem às demandas dos setores produtivos, que no Brasil de então se concentravam nos meios rurais. Nesse sentido, Sodré considerou que a adoção de um modelo político federativo foi mais relevante do que as campanhas abolicionista e republicana, posto que:

(...) o advento da república só foi possível quando o partido que a sustentava, esposando uma das causas que abriram os alicerces da instituição dominante, a abolição erguia a bandeira da federação que, essa sim, alteraria as relações econômicas da sociedade brasileira e afetava profundamente as instituições. (...) A alteração em si, de monarquia para república, não modificava coisa alguma, mas a transformação de centralização para federação, modificava em muito (SODRÉ, 1998, p. 314).

Essa interpretação se reflete na própria estrutura de PSI, onde ao “Panorama da centralização” segue-se o “Panorama do ocaso”, última parte do livro. Sodré atribui a queda do Império ao contraste entre um regime que favorecia a ascensão política da elite letrada enquanto enfraquecia a representação dos proprietários rurais, o que correspondia à “destruição das forças vivas da nacionalidade”, do “organismo nacional no que ele possuía de mais vital e de mais curioso e peculiar” (SODRÉ, 1998, p. 258).

Entretanto, esse diagnóstico de contradições internas não era apresentado como um choque entre modos de produção ou como uma luta de classes, conceitos comuns na historiografia marxista em geral<sup>100</sup>. Afinal, a queda do império não se deu a partir de um

<sup>100</sup> A centralidade desses conceitos na obra de Marx não se depreende apenas a partir da abertura no *Manifesto comunista*. Pois por mais complexa que fosse a estratificação social em sua época, “existe claramente um sentido em que Marx quis afirmar a existência de uma divisão fundamental de classes em todas as formas de sociedade que sucederam as antigas comunidades tribais”, e que se dava entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos (BOTTOMORE, 1988, p. 62). A relação entre esses dois grupos seria o “fundamento oculto” do edifício social, seu princípio explicativo. Dentro da obra sodreana, observa-se a inflexão para o marxismo ao se comparar a interpretação do fim do império em PSI com a de *Formação histórica do Brasil*, que considera “1889 como a ascensão de uma aliança entre a classe média e setores da

movimento popular ou pela ação do partido republicano, que só possuía expressão em São Paulo, com o apoio de oligarcas que “Oscilavam ainda entre a escravidão e a abolição, só aceitando a campanha pelo negro quando ela já se achava desencadeada e fulminante” (SODRÉ, 1998, p. 326). Por isso, Sodré afirmava que:

A república não trazia nenhuma classe nova ao poder. Não emancipava os espoliados. Não alterava o regime da propriedade. As suas reformas fundamentais, a federação, a temporariedade do Senado, etc., eram destinadas a um alcance mais longo, teriam consequências mais adiante. De imediato, não houve senão mudança de figurino, mudança de personagens principais. Não houve uma revolução, com o triunfo de uma ideologia nítida (SODRÉ, 1998, p. 330-331).

O autor observa que a maioria dos cargos no novo regime foram ocupados por parlamentares dos antigos partidos liberal e conservador, pois o partido republicano não possuía quadros suficientes para preencher essas funções (SODRÉ, 1998, p. 331-332). Assim, “PSI se afasta de uma historiografia que procurava instituir uma memória laudatória da proclamação”, como notou Airton Cavenaghi (2008, p. 308-309), ao mesmo tempo em que se aproxima de referenciais modernos. Afinal, temas como a formação das elites dirigentes no Império e a relação da Coroa com a oligarquia fluminense são comuns a historiadores como José Murilo de Carvalho e Ilmar Rohloff de Mattos, por exemplo. Por isso, em sua avaliação de PSI, Ricardo Salles considera que:

A ênfase na escravidão, como fundamento último para a história do Segundo Reinado e, por extensão, do Brasil – seja como base explicativa para as características da elite letrada, seja como tema que termina por separar o Império de sua base social de sustentação, os cafeicultores fluminenses –, é o traço singular de Panorama do Segundo Império para a época (SALLES, 2008, p. 314).

Embora tenha sido “aposentada” logo após seu lançamento, as referências presentes em PSI demonstram que a obra remetia tanto à historiografia do século XIX quanto a autores contemporâneos, dos quais Azevedo Amaral e Oliveira Viana são os exemplos mais notáveis. Em relação a eles, ao mencionar conceitos como o de “clãs rurais”, criticar a abolição por seus impactos econômicos e considerar a queda do Império como resultado de uma circulação de elites, os “laivos reacionários” que Sodré identificou mais tarde, demonstram que PSI estava distante do materialismo histórico. Ao mesmo tempo, PSI não coincide completamente com os argumentos de *O estado autoritário* e de *Populações meridionais*, e até o momento procura-se avaliar de que formas Sodré utilizou essas obras para elaborar sua interpretação histórica do

---

classe rural dominante em torno de uma agenda reformista, que envolvia o fim do trabalho servil, uma nova política econômica e um modelo político federativo” (SODRÉ, 1962, p. 274-275).

Segundo Reinado. Contudo, também é necessário analisar como as obras de cunho mais estritamente histórico foram empregadas em PSI.

Em suas memórias, Sodré afirma que preparou PSI enquanto convalescia em um hospital no interior do Rio de Janeiro, onde teve acesso a bibliotecas com obras raras, fora de circulação. Entre elas estavam as de historiadores do século XIX, do quais o autor cita João Manuel Pereira da Silva<sup>101</sup> e sua *História da fundação do Império do Brasil*, e outros:

(...) a longa narrativa histórica da fase preparatória do Império e de seus primeiros tempos, de que extraí notas valiosas, pode ser prolixa, às vezes, mas não é enfadonha, reunindo muita coisa digna de ser conhecida e até mantendo um ponto de vista muito defensável, particularmente a respeito dos acordos firmados por Strangford em 1810. Foi essa a época em que percorri, com todo vagar, as narrativas históricas de Varnhagen e de Southey (SODRÉ, 1970, p. 158).

No conjunto das notas de rodapé em PSI, há somente uma referência a Varnhagen e nenhuma à *História do Brasil* de Southey, mas Pereira da Silva é um dos autores mais citados. Além dele, outro historiador mencionado ao longo de PSI é Pandiá Calógeras<sup>102</sup> e sua *Formação histórica do Brasil*, e há mesmo uma referência indireta a Capistrano de Abreu, a propósito do advento da lavoura cafeeira, onde Sodré afirma que:

O conceito de civilização não nos parece possível em referência a um só país, o que seria admitir fronteiras para delimitar um certo estágio do desenvolvimento humano. A palavra, aí, é empregada no sentido que Capistrano lhe deu, para caracterizar os diversos momentos, as diversas fases do desenvolvimento brasileiro, vinculando-as à lavoura ou ao gado para melhor caracterizá-las (SODRÉ, 1998, p. 291).

No entanto, apesar dessas referências, Sodré emprega as obras de caráter histórico de maneira diferente do que faz com os trabalhos de Amaral e Viana. Afinal, Sodré mobilizou conceitos daqueles autores em sua interpretação do Segundo Reinado, e nesse sentido é possível

---

<sup>101</sup> Além de historiador, Pereira da Silva (1817-1898) foi romancista, crítico literário, deputado e senador durante o Império, como membro do Partido Conservador. Pereira da Silva também participou da criação da Academia Brasileira de Letras, como fundador da cadeira n. 34. Um verbete sobre está disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/j-m-pereira-da-silva/biografia>. Acesso em: 12 ago. 2020.

<sup>102</sup> João Pandiá Calógeras (1870-1934) foi engenheiro e deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), além de ter sido ministro da Agricultura e da Fazenda durante o governo de Venceslau Brás. Em 1919, no governo Epitácio Pessoa, foi nomeado ministro da Guerra. Além de obras históricas, Calógeras também escreveu sobre política exterior do Império, política monetária brasileira e legislação de minas. Calógeras defendia que o governo tivesse o direito de desapropriar o subsolo para a exploração de recursos minerais. Um verbete biográfico do autor é disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/joao-pandia-calogeras>. Acesso em: 12 ago. 2020.

delinear as referências e diferenças entre PSI e aqueles autores. Já em relação aos historiadores do século XIX, observa-se que Sodré os utiliza como fontes de informação a respeito dos acontecimentos que analisa em seus “panoramas”. Por exemplo, ao tratar da balança comercial portuguesa, às vésperas da independência e o papel do Brasil colônia nessa soma, as referências a Pereira da Silva trazem os valores e a porcentagem dessa proporção (SODRÉ, 1998, p. 34-35). E Sodré menciona a defesa da livre navegação na bacia platina pelo parlamento brasileiro (Ibidem, p. 160), além dos conflitos entre o governo central e os estancieiros gaúchos sob o comando de Bento Gonçalves (Ibidem, p. 167), a partir da obra de Calógeras.

Outro autor da época bastante citado é Tavares Bastos,<sup>103</sup> embora suas obras fossem mais ligadas a questões políticas do que a temas históricos. No “Panorama econômico” de PSI, Sodré menciona as *Cartas do solitário* quanto a um decreto de 1860 que atribuía ao governo central o poder de nomear os portos onde os navios estrangeiros podiam importar ou descarregar produtos. Com poucas alfândegas ao longo da costa, tal decreto visava combater o contrabando, mas Tavares Bastos criticou a medida por restringir o comércio com o estrangeiro. E Sodré acrescenta a essas críticas o prejuízo que tal legislação impunha às províncias, pois com poucos pontos por onde escoar seus produtos, elas “ficavam presas ao sistema artificial e regido com que o império fechava o comércio estrangeiro, isto é, o comércio livre, o comércio direto, aquele que se faz de praça a praça, sem passar por intermediários” (SODRÉ, 1998, p. 230).

Assim, entre o uso de obras do século XIX como fontes informativas e dos conceitos formulados por Azevedo Amaral e Oliveira Viana para analisar o Segundo Império, percebem-se as tramas que Sodré estabelece em sua escrita da história. Neste ponto, a distinção que Reinhart Koselleck aponta entre a narração dos eventos e a descrição das estruturas serve para analisar como Sodré maneja a bibliografia de PSI com finalidades distintas e complementares. Pois, embora narração e descrição não possam ser separadas na representação histórica, as temporalidades de um e outro procedimento não se interpenetram por completo, segundo o autor alemão (KOSELLECK, 2006, p. 133).

Em relação ao registro dos eventos na história, Koselleck considera que eles podem ser experimentados pelos contemporâneos como uma unidade de sentido passível de ser narrada.

---

<sup>103</sup> Advogado, jornalista e deputado durante o império, Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) defendia a separação entre Igreja e Estado, a imigração e a livre navegação do Amazonas por navios estrangeiros, entre outras medidas. Em linhas gerais, foi um partidário do liberalismo e do federalismo, posturas que defendeu em suas obras mais conhecidas: as *Cartas do solitário* e *A província*. Uma biografia do autor pode ser consultada em: <https://www.academia.org.br/academicos/tavares-bastos/biografia>. Acesso em: 13 ago. 2020.

A transposição dessa experiência em conhecimento histórico é organizada de acordo com a cronologia, num horizonte de ‘antes’ e ‘depois’. Ao mesmo tempo, essa percepção é possível porque a experiência é inserida em uma sucessão temporal que remete a outros eventos de tipo semelhante.

Na existência de alternativas, no número de participantes, sobretudo na limitação ou no estabelecimento de ritmos determinados, podem-se reconhecer as condições intrínsecas às sequências de eventos, que, com isso, adquirem sua estrutura diacrônica. Por isso, em um determinado nível de abstração ou com uma dada tipologia, torna-se possível comparar sequências de revoluções, guerras e histórias constitucionais (KOSELLECK, 2006, p. 135).

As estruturas, por sua vez, são compreendidas como circunstâncias que não se organizam conforme uma sucessão estrita de eventos, o que remete a estados de médio e longo prazo. Alguns exemplos nesse sentido são modelos constitucionais, forças e relações produtivas, costumes ou sistemas jurídicos, entre outros. O que caracteriza as estruturas é o fato delas ultrapassarem a experiência registrável pelos indivíduos, modificando-se ao longo de gerações.

Os eventos são provocados ou sofridos por determinados sujeitos, mas as estruturas permanecem supraindividuais e intersubjetivas. Elas não podem ser reduzidas a uma única pessoa e raramente a grupos precisamente determinados. Metodologicamente, elas requerem, por essa razão, determinações de caráter funcional. Com isso, as estruturas não se tornam grandezas extratemporais; ao contrário, elas adquirem frequentemente um caráter processual – que pode também se integrar às experiências dos eventos cotidianos (KOSELLECK, 2006, p. 136).

Dessa maneira, Koselleck argumenta que o nível das estruturas e o nível dos eventos remetem um ao outro sem que seus limites se dissolvam por completo. Na representação histórica, cada um deles possui extensões temporais diferentes, que se alternam em importância conforme as características do objeto em questão. E exemplos dessa reciprocidade se dão no uso de estatísticas, cujos dados individuais adquirem significado a partir de uma perspectiva estrutural de longo prazo, ou na análise de processos de médio e longo prazo que podem ser dramatizados em seus eventos enquanto aludem às condições jurídicas e econômicas de uma sociedade, como na história dos direitos trabalhistas.

Em PSI, as alternâncias entre eventos e estruturas se notam a respeito dos temas mais relevantes do livro. Sodré (1998, p. 63) menciona estatísticas da produtividade média dos

escravos nas lavouras de café, assim como traz uma tabela com o número de escravos por províncias entre 1873 e 1887 (Ibidem, p. 66) e a porcentagem de sua população em algumas delas (Ibidem, p. 72-73), dados que retira de referências indiretas nas obras de Roberto Simonsen e Arthur Ramos. Contudo, ao avaliar o significado da escravidão e de seu término, Sodré adverte que:

(...) quando se estuda a abolição, no Brasil, pode acontecer ao leitor menos cuidadoso a impressão de que ela tenha sido um fato simples, um golpe súbito, uma medida tirada do idealismo de alguns reformadores tangidos pela campanha desencadeada em todo o país. Nada mais falso. A abolição segue uma evolução lenta e profunda. Ela se processa em longos anos e sofre toda a sorte de influências. O golpe de treze de maio já apanha os restos da instituição a destruir (SODRÉ, 1998, p. 77).

Dessa forma, Sodré (1998, p. 178-180) narra os episódios da campanha abolicionista, como os debates parlamentares e as votações da Lei do Ventre Livre e dos Sexagenários, assim como os discursos de Joaquim Nabuco, mas avalia o impacto econômico e social da abolição a partir dos trabalhos de Azevedo Amaral e Oliveira Viana. O autor apresenta as sequências cronológicas dos eventos e seus personagens, mas os insere nos “panoramas” a partir dos conceitos apreendidos naqueles autores.

Procedimento semelhante se observa no “Panorama político” de PSI, onde os quatro poderes reconhecidos pela Constituição de 1824 são apresentados em suas funções, sobretudo o Poder Moderador exercido por D. Pedro II (SODRÉ, 1998, p. 90-91). A sucessão dos gabinetes entre liberais e conservadores, nomeados e demissíveis pelo imperador, é narrada com os diversos nomes que os compunham, como o Marquês de Olinda, Zacarias, Rio Branco, Sinimbu, Saraiva e Cotegipe, entre outros. No entanto, ao longo do tempo, a composição dos gabinetes indica uma tendência que vai além dos indivíduos e dos partidos:

A substituição da elite agrária pela dos letrados é fenômeno social de lenta evolução, que não coincide, pois, com a luta dos partidos, com a feição deles, nem com a sucessão dos gabinetes desses partidos. Caminham paralelos os dois processos: o social e o político. Evidentemente, entrelaçam-se. Há momentos em que se confundem. Mas não para afirmar a linha divisória dos partidos, tão frágil e tão tênue. Os fenômenos são contemporâneos, processam-se simultaneamente, mas não coincidem nem se superpõem à delimitação partidária e à circulação das elites (SODRÉ, 1998, p. 102).

Essa tese em parte refuta as avaliações de Azevedo Amaral enquanto remete à formação das elites entre a Colônia e o Império indicada em *Populações meridionais*, como visto anteriormente. Mais uma vez, da narração dos eventos segue-se uma análise de estruturas a médio e longo prazo, na qual as influências de Amaral e Viana se mostram preponderantes.

Koselleck (2006) considera que o esclarecimento recíproco entre eventos e estruturas é a forma mais adequada para captar o caráter processual da história moderna, de acordo com a distinção entre uma “história” [*Geschichte*] como singular coletivo e a antiga história [*Historie*] como repositório de exemplos que podiam se repetir.<sup>104</sup> Contudo, o autor alemão alerta que essa alternância de níveis por si não basta para validar a explicação histórica. Afinal, cabe a cada historiador estabelecer os pressupostos teóricos que permitam discernir as estruturas nas quais os eventos são possíveis, assim como os fenômenos que podem se tornar eventos a ponto de serem integrados à história.

Para comunicar a realidade, a partir de um estado de coisas empiricamente assegurado pelas fontes, o historiador relata eventos e descreve processos estruturais mediante o uso de conceitos históricos que devem ser compreendidos por seus leitores. Nesse ponto, Koselleck observa que as categorias utilizadas em uma narração não têm a mesma unicidade temporal do evento em questão, o que implica uma exigência estrutural:

O estudo da semântica histórica mostra que todo conceito que faz parte de uma narrativa ou de uma representação – por exemplo, Estado, democracia, exército, partido, para citar apenas conceitos gerais – torna inteligíveis contextos, precisamente por não reduzi-los à sua singularidade histórica. Os conceitos não nos instruem apenas sobre a unicidade de significados (sob nossa perspectiva) anteriores, mas também contêm possibilidades estruturais; colocam em questão traços contemporâneos no que não é contemporâneo e não pode reduzir-se a uma pura série histórica temporal (KOSELLECK, 2006, p. 142).

O contraste que PSI apresenta entre um Estado “político” sobreposto às necessidades dos proprietários rurais, assim como a circulação de uma elite agrária para uma elite de letrados,

---

<sup>104</sup> Em *Futuro passado*, Koselleck esclarece que essa transformação no conceito de história estava ligada a uma nova experiência de tempo, que de um modelo cíclico ligado à natureza passou a se orientar no sentido de um futuro a ser planejado pela ação humana. Em linhas gerais, esse processo se desenrolou a partir de meados do século XVIII, por influência dos pensadores iluministas e catalisado com o advento da Revolução Francesa. A antiga *historia magistra vitae* perdeu espaço para um conceito de história “em si”, resumido na sentença de Droysen: “Acima das histórias está a história”. E essa mudança também marcou a forma de se escrevê-la, pois “passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz – em lugar de seqüências cronológicas – os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento casual uma ordem interna” (KOSELLECK, 2006, p. 51).



são exemplos do uso de conceitos para explicar o Segundo Reinado em termos estruturais que fossem inteligíveis ao público. E a escolha de Sodré por Azevedo Amaral e Oliveira Viana como referenciais aproxima a análise do Segundo Império da época de sua publicação, dados os vínculos entre aqueles autores e o Estado Novo. Assim, PSI reportava a questões debatidas em seu tempo presente (1939), como a unidade nacional, a transição do país para um regime de trabalho capitalista e a representação política dos grupos econômicos.

Além disso, ao combinar referências a autores do século XIX com os pressupostos teóricos de Amaral e Viana, Sodré procurava elaborar uma história moderna, cujo caráter processual foi levantado por Koselleck. Contudo, como se observou, essa história não foi elaborada sobre os princípios do materialismo histórico, ainda que Sodré afirmasse a primazia dos fatores econômicos como causa e explicação dos eventos. Porém, *Panorama do Segundo Império* não foi a única obra histórica de Sodré elaborada antes daquela inflexão teórica, ainda que o autor incorporasse novos referenciais em seu trabalho seguinte. Assim, para avaliar essas mudanças sem deixar de reconhecer certas características que permeiam a produção sodreana, passa-se ao exame de *Formação da sociedade brasileira*, obra que, a exemplo de PSI, foi rejeitada pelo autor nas décadas seguintes.

### 3.2 FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E OS SINAIS DA “HETEROCRONIA”

Publicado em 1944, *Formação da sociedade brasileira* (a partir daqui abreviada como FSB) é um livro em que Sodré pretende oferecer “uma visão de conjunto de como viveu o nosso povo até os dias que precederam a crise de 1929”. A exemplo de outras obras suas nesse período, FSB não foi reeditada por orientação do autor, mas sua relevância e contraste entre seu conteúdo com o de trabalhos seguintes foi observada por Paulo Rodrigues da Cunha, que considera:

(...) que nenhum outro livro de sua primeira fase teórica poderia ser fonte de tanta perplexidade quanto este (...). O aspecto a que nos referimos é confirmado pelo próprio autor, que não permitiu a reedição do livro e o colocou (...) em um índice pessoal, utilizando um argumento considerado definitivo para esse posicionamento, quando afirmou ser *uma obra anterior ao meu conhecimento de marxismo e, portanto, indigna de reedição* (CUNHA, 2001, p. 235 – grifos do autor).

Nas *Memórias de um Escritor*, Sodré menciona que o livro inicialmente seria intitulado *Síntese de história do Brasil*, depois alterado por sugestão da editora. No entanto, ao se referir

às dificuldades do trabalho intelectual em um trecho imediatamente anterior, Sodré afirma: “Eu tinha menos ilusões, já compreendera o que era a mais-valia” (SODRÉ, 1970, p. 282). Além disso, o autor comenta os contatos que mantinha com Caio Prado Jr., que além de seu trabalho intelectual era um dos fundadores da Editora Brasiliense, por onde FSB quase foi publicada (1970, p. 305-308).

Outros indícios de que Sodré não se definira enquanto marxista, embora tivesse algumas leituras nesse sentido, podem ser levantados na própria edição de FSB. Afinal, o livro foi lançado pela Coleção Documentos Brasileiros, da Editora José Olympio, série que chegou a ser dirigida por Gilberto Freyre e cujo primeiro volume foi *Raízes do Brasil*. Na introdução de FSB, Sodré agradece a leitura dos originais feita por historiadores como Octávio Tarquínio de Souza e Sergio Buarque de Holanda, que “tiveram a gentileza de fornecer observações e reparos que me foram utilíssimos” (SODRÉ, 1944, p. 8).<sup>105</sup> Quanto às suas relações com José Olympio, Sodré considerava que:

Não lhe devia apenas porque fosse o meu editor, uma vez que lançara os meus livros anteriores, os mais importantes. (...) Mas, além de tudo, havia a particularidade, já mencionada nestas memórias, da confiança que depositara em mim, da receptividade ampla aos meus livros (SODRÉ, 1970, p. 309).

Desse modo, os vínculos entre autor e editor foram mantidos até a passagem entre os anos 1950 e 1960, período em que Sodré passou a utilizar conceitos e teses marcadamente marxistas na elaboração de suas obras.<sup>106</sup> Apesar dessas relações pessoais, porém, a indefinição conceitual de FSB em torno do materialismo histórico fez com que Sodré criticasse a própria obra em balanços posteriores. Ao avaliar a recepção crítica à FSB em resenhas da época, Sodré destaca um texto de Lívio Xavier, transcrito por completo nas *Memórias de um escritor*. O crítico elogia “A ponderação, a seriedade na argumentação” do autor, mas aponta certa

---

<sup>105</sup> De outra parte, em *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos* (1951), Sérgio Buarque de Holanda (2008, p. 612) situa FSB em um conjunto de obras que procuravam uma “interpretação social e psicológica da vida brasileira”. Sodré era um exemplo de autor que “ambiciona ainda, através da inquirição do passado, servir ao presente e “fornecer instrumentos aplicáveis aos caminhos futuros””, mas seu trabalho se inseria em uma tendência de obras “onde a interpretação pessoal, endereçada a um alvo determinado, cede passo ao puro esforço de elucidação”. Ao mesmo tempo, logo adiante, Sérgio Buarque destaca o trabalho de Caio Prado Jr. como exemplo de análise baseada no materialismo histórico, o que indica que FSB não era interpretada como tal naquele balanço da historiografia brasileira.

<sup>106</sup> Além de FSB, *Oeste* (1941), a primeira edição de *Introdução à revolução brasileira* (1958) e a terceira edição, “completamente refundada” de *História da literatura brasileira* (1960), foram publicadas pela José Olympio. Trechos da correspondência entre Sodré, José Olympio e Octavio Tarquínio, que dirigia a coleção Documentos Brasileiros quando FSB foi publicada, constam em Franzini (2006, p. 127).

imprecisão dos elementos apresentados para uma interpretação final do assunto. Desse modo, enquanto a análise das classes sociais no Brasil colonial foi elogiada pelo jornalista, ele adverte que:

Mas, quando se passa a interpretar um desenvolvimento que ainda não chegou ao seu termo, multiplicam-se as razões de discrepância, cresce a dúvida na legitimidade dos processos da pesquisa alheia, mobilizam-se os argumentos, quase militarmente, como artigos de fé (SODRÉ, 1970, p. 314).

Xavier aponta as limitações de certo “agnosticismo histórico” em Sodré, que, embora se afirmasse contra os dogmatismos de ordem teórica, não escaparia de possuir preferências sociológicas e opiniões políticas. Além disso, o crítico considerou imprecisas as afirmações sobre a inexistência de “uma delimitação de classes nítida” no Brasil, assim como de “elites compatíveis com a direção da coisa pública” (SODRÉ, 1944, p. 337) na crise de 1929. Sodré elogiou as críticas de Lívio Xavier, e reconheceu as imprecisões e defeitos que prejudicaram FSB:

Minha intenção, realmente – que ninguém era obrigado a adivinhar – era a de afirmar que a burguesia não aparecia ainda, antes de 1930, com sua clara delimitação, sabia-se que, nos indivíduos, era comum existir fazendeiros que eram banqueiros, agricultores que eram industriais. (...) Embora não mencionasse explicitamente, Lívio Xavier acusava a deficiência essencial da obra: a sua confusão conceitual. Onde ela existe, ou predomina, o teor científico dilui-se (SODRÉ, 1970, p. 315).

Dessa maneira, embora avaliasse que o livro continha passagens aproveitáveis, Sodré considera que essa confusão conceitual inutilizou FSB, justificando sua não reedição. E dada a época em que o autor escreveu suas memórias, ao fim dos anos 1960, essa reavaliação crítica da própria obra se relacionava com seu posicionamento definido enquanto intelectual marxista, representando, assim, uma avaliação “de esquerda” à FSB.<sup>107</sup> Contudo, além dos comentários de cunho memorialístico, uma análise dos conceitos e referências empregados em FSB deve avaliar seu texto enquanto obra de historiografia. Logo em sua introdução, Sodré apresenta os

<sup>107</sup> Outro indício nesse sentido está na própria menção a Lívio Xavier nas memórias de Sodré. Afinal, Xavier era conhecido jornalista e crítico literário ligado à Oposição de Esquerda nos anos 1930, uma dissidência do PCB de orientação trotskista. Um dos primeiros tradutores e organizadores das obras do intelectual russo no país, Xavier chegou a ser declarado por Trotsky “como seu único representante literário no Brasil” (KAREPOVS et al, 2007, p. 236). A história dos grupos trotskistas no Brasil e de suas relações com o PCB escapam aos limites deste trabalho, mas cabe considerar se a citação a Xavier não sinalizaria uma postura marxista menos ortodoxa do que a imagem comumente associada à Sodré.

propósitos do trabalho, que pretendia oferecer uma “visão de conjunto de como viveu o nosso povo” ao “leitor comum” com base em certos mestres,

(...) os que fizeram antes de mim, e melhor do que eu, a descrição do processo do desenvolvimento brasileiro. Vali-me desses mestres com frequência, e não há, pois, coisas originais nestas páginas. Original será, se quiserem, a maneira como reuni, de cada um, aquilo que me pareceu, a respeito desta ou daquela passagem, o mais apropriado (SODRÉ, 1944, p. 5).

Para realizar essa obra, Sodré afirma que “não me cingi, estreitamente, ao imperativo de um método indeformável”, embora considerasse o fator econômico como preponderante para explicar a evolução das sociedades. A seguir, o autor adverte quanto a limitações inerentes ao trabalho, como a falta de estudos sobre a Amazônia e o sul do país em proporção à bibliografia existente a respeito da região nordeste e de São Paulo. Diante das poucas pesquisas disponíveis naquele momento, Sodré afirma que lançou mão de hipóteses em certas passagens, hipóteses que poderiam ser confirmadas ou refutadas em estudos posteriores.

Contudo, a respeito da formação brasileira, o autor considera que “a evolução nacional, por outro lado, padeceu de dificuldades oriundas da heterocronia no desenvolvimento de seus diversos setores, e da marcha territorial da riqueza. A exposição se ressentiu, sem dúvida, em todos os casos, desse problema fundamental” (SODRÉ, 1944, p. 6). A seguir, o autor apresenta os objetivos de FSB ao afirmar: “parece-me justo que a interpretação do passado serve ao presente, e fornece instrumentos aplicáveis aos caminhos futuros” (SODRÉ, 1944, p. 7). Essa afirmação retoma a ideia do estudo da história como investigação sobre as origens dos problemas atuais, que deveriam ser “atacados” para a construção de uma sociedade melhor.

Nesse ponto, as reflexões de Koselleck quanto ao conceito moderno de história são esclarecedoras, pois o autor alemão demonstra que além de romper com a antiga experiência de tempo resumida na fórmula *historia magistra vitae*, essa relação entre passado, presente e futuro pressupõe que a história passa a estar disponível à ação dos homens. Para ser factível, a história combinou o processo dos diversos acontecimentos e a conscientização desse processo, conceito que requer um alto grau de abstração. Desse modo, a nova experiência da história passou a remeter a um sentido universal:<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup> Nesse mesmo capítulo, Koselleck (2006, p. 243) menciona Marx e Engels como exemplos de homens que procuraram “fazer história” a partir da ação consciente sobre as próprias condições. Esse projeto também remetia para uma sociedade ideal em um futuro passível de realização, de onde “pode-se supor que a ação prático-política de Marx se baseia em considerações históricas apropriadas para empurrar o horizonte de

Uma história que só é história quando e na medida em que é conhecida está, é claro, mais fortemente ligada ao homem do que uma história que, no seu acontecer, atinge o homem como um destino. O conceito reflexivo, de história como tal, abre um espaço de ação em que os homens se veem forçados a prever a história, a planejá-la, a *produzi-la*, nas palavras de Schelling, e por fim a fazê-la. Desde então, história já não significa apenas relatos e informes sobre acontecimentos passados. (...) É claro que a sequência do prever, planejar e fazer pode ser considerada como uma determinação antropológica básica do agir humano. A novidade diante da qual nos encontramos consiste em relacionar estas determinações de ação à recém-concebida “história em si” (KOSELLECK, 2006, p. 237).

Koselleck avalia o quanto esse novo conceito rompeu com as concepções teológicas do tempo no século XVIII, enquanto, no caso de Sodré, pode-se pensar que tais conceitos colaboraram para que o autor elaborasse uma imagem mais complexa da sociedade brasileira. Pois, ainda na introdução, o autor considerou que o Brasil apresentava uma “herança cultural” de limitações e defeitos, sendo um país ainda colonial em muitos aspectos. Entre esses aspectos estaria o econômico, resultado de uma estrutura de trabalho que prejudicava o país. Assim, os desvios e erros do passado que limitavam nosso desenvolvimento seriam superados a partir de ações orientadas no presente, pois:

A vida nacional ainda se exerce em torno de uma parcela diminuta daquilo que se convencionou chamar povo brasileiro. [...] Sem congregar, entretanto, pelo menos a quase totalidade dessa massa inorganizada, pouco conseguiremos realizar de sensível. E só poderemos alcançar uma finalidade tão importante quando nos convenceremos de que a herança do trabalho está viscerada de defeitos tremendos em nosso país (SODRÉ, 1944, p. 7).

O sentido “universal” de história pode ser observado na própria composição de FSB, cujas três primeiras partes abarcam desde o fim da Idade Média até a “Proto-história do Brasil”, o que passa pela formação dos Estados nacionais europeus, as grandes navegações e a expansão comercial, com foco no caso português.

Dessa forma, a colonização do Brasil é apresentada dentro de um contexto mais amplo, como resultado de um processo econômico e social muito anterior ao desembarque de Cabral. Na primeira parte, ao avaliar as origens e características das grandes navegações e o desenvolvimento do regime mercantil, Sodré (1944, p. 29) considera esse processo como um “movimento ascensorial da burguesia”, cujo advento marcava “O alvorecer dos tempos

---

expectativas utópicas cada vez mais para frente”. Contudo, Koselleck adverte que o agir humano e seus resultados em longo prazo jamais coincidem por completo, o que remete aos limites da possibilidade de se fazer a história, reconhecidos pelo próprio Marx em *O 18 de brumário*.

modernos”. De acordo com o autor, as bases desse movimento eram econômicas, mas tais transformações também resultavam em mudanças nas outras esferas. Sendo assim,

O declínio do medievalismo não é melhor representado, nos seus índices aparentes, do que na história da luta pelo fortalecimento do poder central do rei. Luta que traduz a elaboração dos fatores fundamentais das forças de expansão que hão-de retomar o curso histórico do desenvolvimento das trocas, para erguer os fundamentos daquilo que constituirá a atividade principal do homem moderno (SODRÉ, 1944, p. 11).

Assim, a transformação de uma economia baseada em um regime de trocas para a atividade mercantil, com a abertura de novas rotas de comércio e o desenvolvimento das cidades, seria a chave explicativa do período. Ao mesmo tempo, Sodré também considera as origens do mundo moderno em seus aspectos políticos e culturais, com o surgimento dos Estados nacionais e o desenvolvimento do individualismo humanista contra o domínio da Igreja no período medieval. Contudo, ao situar a empresa das navegações nesse contexto, o autor adverte que a transição da economia feudal para uma economia burguesa não se deu de maneira uniforme pela Europa, havendo mesmo casos em que os senhores de terras se impuseram a ponto de haver um retrocesso de trabalhadores livres à condição servil, como na Alemanha (SODRÉ, 1944, p. 19).

No caso de Portugal, Sodré afirma que sua história foi marcada por um nacionalismo precoce, de um reino que se formou pelas guerras de conquista e expulsão dos muçulmanos e de resistência contra os castelhanos. Sodré apresenta um país dividido entre o sul, de grandes propriedades rurais conquistadas nas guerras, e o norte de pequenas posses, assim como entre as cidades portuárias desenvolvidas e o interior marcado pelo êxodo rural. Dessa maneira, o autor (1944, p. 38) considera que “a gente lusa, a rigor, mal conheceu o feudalismo, realmente, e permaneceu sempre infensa às suas características principais”, em um país onde já existia uma burguesia comercial forte a ponto de tomar o poder político com a revolução de 1383.

Com a ascensão da dinastia de Avis, a burguesia se aliou aos reis para organizar a empresa das grandes navegações. Esse movimento foi a “origem do capitalismo moderno”, pois seu planejamento e execução foi um projeto de caráter fundamentalmente comercial.

Neles nada há de aventureiro, a não ser certos aspectos da execução, no sentido de que serão percorridos “mares nunca dantes navegados”. Nem há, nesse impulso, um signo nacionalista, mas um puro arremesso de classe, uma prodigiosa e incoercível distensão dum agrupamento dinâmico (SODRÉ, 1944, p. 42).

Em uma sociedade com alta “mobilidade vertical”, a burguesia comandou a expansão do comércio marítimo, enquanto a nobreza perdeu poder e passou a se cruzar com a classe média, “impregnada de sangue mouro ou judeu”. Essa caracterização da sociedade portuguesa terá implicações ao se analisar a colonização do Brasil, mas antes de passar a esse ponto é preciso levantar os fundamentos teóricos que Sodré utilizou para afirmar a fraqueza do feudalismo em Portugal, a ponto de caracterizar a revolução de 1383 como burguesa.

De acordo com alguns autores, FSB foi uma primeira versão de *Formação histórica do Brasil*, publicada em 1962. Entre o livro de 1944 e a obra de quase duas décadas depois, André Moysés Gaio (2004, p. 61) afirma que FSB foi um “texto preparatório”, anterior às experiências que definiram a visão política de Sodré. Além disso, Gaio levanta as próprias objeções de Sodré a respeito de FSB, conforme foi apontado nas *Memórias de um escritor*. Em uma linha semelhante, Jorge Grespan observa que Sodré revisou as próprias obras a ponto de modificar seus pressupostos e conclusões, mas apresenta essas diferenças em seus fundamentos teóricos. Dessa forma, entre a “primeira fase” dos anos 1930-1940 e a produção posterior,

Mais do que o conteúdo, é o método que se desenvolve entre os dois períodos, no sentido de um esclarecimento progressivo dos pressupostos teóricos marxistas e de uma maior articulação dos conceitos com estes pressupostos, refinando-os e compondo um todo mais complexo e coerente (GRESPLAN, 2001, p. 94).

Ao mesmo tempo, Grespan (2001) adverte que Sodré não se restringiu a uma abordagem economicista da história, embora destacasse sua perspectiva materialista na introdução de FSB: “Considero, entretanto, que, entre os fatores que presidem a evolução das sociedades, o econômico tem uma importância superior. (...) Os demais fatores culturais, entretanto, encontraram o seu lugar no balanço das forças” (SODRÉ, 1944, p. 5). Dessa maneira, embora Sodré afirmasse não se limitar ao “imperativo de um método indeformável”, Grespan (2001) argumenta que tal atitude não configurava um ecletismo<sup>109</sup>, mas uma “abertura metodológica”

---

<sup>109</sup> As críticas ao ecletismo pelos marxistas têm no ensaio *O que é marxismo ortodoxo?*, de Georg Lukács (2003, p. 64), um de seus principais fundamentos. Nesse texto, o autor sustenta que “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método” de Marx, mais do que a defesa de suas teses particulares. E a essência do método marxista reside em sua dialética, pois quando se isola os objetos dos sujeitos que os investigam, conforme a epistemologia positivista, a historicidade dos fenômenos econômicos e sociais se dissolve num conjunto de “leis” que encobrem suas contradições inerentes. Assim, as tendências de identificar as ciências sociais ao método das ciências naturais são criticadas como instrumento ideológico burguês e na vertente revisionista do marxismo, que retira da teoria sua prática revolucionária. Na produção de Sodré, Lukács consta como referência em *Introdução à revolução brasileira* e especialmente a partir da terceira edição de

que não reduzia os fenômenos culturais aos econômicos, procurando, em vez disso, as relações entre esses níveis.

Contudo, ao examinar a definição de feudalismo, Grespan (2001) aponta a influência de um autor que não é citado em FSB, mas que o será em *Formação histórica do Brasil*. Considerados um retrocesso em relação ao sistema comercial vigente na época romana, Sodré (1944, p. 9) afirma que “os feudos, realmente, constituíam organizações autárquicas, na peculiaridade econômica basilar do tempo, a da produção para o consumo imediato, uma organização coesa, unitária, total absoluta e, quase sempre, hermética” (Ibidem, p. 10). Dessa forma, os feudos eram unidades produtivas autossuficientes, sem trocas necessárias com outras unidades exteriores. E a crise definitiva desse sistema se daria pela expansão do comércio, num choque em que “a economia fechada dos feudos, baseada na produção para consumo imediato devia ceder lugar a uma economia de trocas, de produção a ser transportada” (Ibidem, p.12).

De *Formação histórica do Brasil*, Grespan (2001) levanta uma citação “sintomática” de Henri Pirenne<sup>110</sup> sobre o feudalismo, onde o historiador belga afirma que: “cada domínio se bastava a si mesmo e constituía normalmente um pequeno mundo fechado”. Assim,

(...) são necessários vários séculos para que se aceitem as novas práticas que o renascimento econômico exigirá no futuro e para que se aceitem, sem reservas mentais, a legitimidade dos lucros do comércio, da produtividade do capital e do empréstimo com interesse (PIRENNE apud SODRÉ, 1962, p. 38-39).

Apesar de Pirenne ser um historiador distante do materialismo histórico, Jorge Grespan afirma que seu conceito de feudalismo   comum   FSB e *Formação histórica do Brasil*, embora Sodré apresente fundamentos teóricos e interpretações históricas diferentes entre as duas obras.<sup>111</sup> Considerado como um sistema econômico e social fechado, cuja dissolução se deu

---

*História da literatura brasileira* (1960). Sodré manteve essa postura ortodoxa nas décadas seguintes, pois em *Capitalismo e revolução brasileira* (1990) ele comenta que: “De outro lado, convém mencionar que, neste estudo, permaneço assistido pelo método a que obedeci no meu livro antes citado. Não há, pois, aqui, nenhum ecletismo, mas a fidelidade rigorosa aos apelos históricos” (SODRÉ, 1990, p. 9). Além da análise do “marxismo historicista” de Lukács, por Michael Lowy (2003), o texto de Celso Frederico (2007) apresenta um panorama das primeiras leituras e interpretações do autor húngaro pelos marxistas brasileiros.

<sup>110</sup> Especialista em estudos sobre o feudalismo, Henri Pirenne (1862-1935) também foi um dos primeiros historiadores a defender uma perspectiva de história comparada, ideia que se mostrou influente entre os *Annales* franceses. Ao mesmo tempo, Pirenne foi autor de uma *História da Bélgica* em sete volumes, e seus referenciais se mantiveram distantes do materialismo histórico. Um resumo de sua carreira e de suas principais teses consta nos artigos de José D’Assun o Barros (2014) e de Andréia Silva e Andréa Torres (2015).

<sup>111</sup> As referências e implicações do conceito de feudalismo são retomadas em *Formação histórica do Brasil*, especialmente quanto   tese da “regressão feudal”, ponto dos mais pol micos na produção de Sodré. No entanto,



pela ação do comércio, o feudalismo aparece em FSB em contraste com a expansão mercantil portuguesa. Por isso Sodré concluiu que o país “mal conheceu o feudalismo”, aspecto que será revisado pelo autor em trabalhos subsequentes. Assim, apesar das diferenças entre as duas “fases” de Sodré, Grespan (2006, p. 142) aponta que “entre 1958 e 1962 inverteu-se a posição do autor sobre a definição do sistema social predominante em Portugal, mas isso não ocorreu com o conceito do que fosse “feudal””.

Em FSB, esses conceitos e interpretações quanto ao feudalismo e sua vigência tiveram consequências ao se avaliar a colonização do Brasil, pois embora as capitânicas hereditárias fossem concedidas a fidalgos em busca de benefícios da Coroa, Sodré não considerava esse regime como feudal:

Isso explica, em parte, certas identidades e semelhanças da empresa das capitânicas com o regime feudal, morto há tanto tempo e quase inexistente na terra lusitana. É certo que esses traços não deram lugar senão a semelhanças, identidades formais, nada tendo do essencial do medievalismo, mesmo porque não seria possível, ainda numa terra longínqua, retornar a condições mortas de propriedade, como norma comum de uma sociedade que já sofrera tantas modificações (SODRÉ, 1944, p. 67).

Nesse sentido, ao afirmar a existência histórica de uma burguesia desde o começo da colonização, Sodré daria sinais da influência de Caio Prado Jr., de acordo com Paulo Ribeiro da Cunha, e, de fato, entre as poucas notas de referência em FSB, há menções à *Evolução política do Brasil* e à *Formação do Brasil contemporâneo*, publicados apenas dois anos antes. Além disso, Cunha (2001, p. 217) aponta que os dois autores “mantinham uma correspondência na época em que suas obras foram publicadas”. Em FSB, essa proximidade pode ser observada na caracterização das navegações e do regime colonial. Assim, Caio Prado Jr. considera que as grandes navegações representaram:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não tem outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores (PRADO JR., 2004, p. 22).

---

vale salientar que essa teoria não existia em FSB, o que torna difícil interpretar o primeiro livro como um “ensaio” do segundo, assim como ajuda a explicar porque Sodré jamais reeditou FSB.

Concepção semelhante a que se encontra em FSB, quando Sodré salienta o caráter de empresa que sustentou e orientou a expansão marítima lusa. Além disso, ao tratar da organização econômica da Colônia, voltada para a exportação de gêneros tropicais produzidos em grande escala para os mercados europeus, Caio Prado distingue o caso brasileiro das colônias inglesas na América do Norte, onde predominava o clima temperado. Pois, para ocupar uma região de clima tão diferente da metrópole, que requeria desbravar o território e o uso de equipamentos para a agricultura, apenas a exploração em grande escala de produtos que não eram encontrados na Europa daria perspectivas de lucro aos colonizadores. Por consequência, somente os proprietários rurais mais ricos possuíam condições de investir na colônia.

Não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o pode interessar. Vemos assim que, de início, são grandes áreas de terras que se concedem no Brasil aos colonos. (...) A política da metrópole, inspirada por estes elementos que cercam o trono ou dele se aproximam – sabe-se que boa parte dos colonos, sobretudo das primeiras levas, é de origem nobre ou fidalga – (...) tal política se orienta desde o começo, nítida e deliberadamente, no sentido de constituir na colônia um regime agrário de grandes propriedades (PRADO JR., 2004, p. 120).

Desse modo, a organização do trabalho seguiu aquelas condições, baseada na monocultura e na escravidão. Afinal, a produção em larga escala não podia empregar mão de obra assalariada para se manter lucrativa, sem falar que o contingente de trabalhadores livres já era escasso na metrópole. Assim, a conjunção de grandes propriedades, monocultura e trabalho escravo em uma mesma unidade produtora foi a característica fundamental da economia brasileira, diferente dos países europeus, e condicionou nossa estrutura social. Em FSB, ao analisar o regime das capitanias, Sodré faz uma referência direta à *Formação do Brasil contemporâneo* para explicar a organização do trabalho e a fraqueza dos centros urbanos diante dos engenhos, que eram os verdadeiros centros da vida social na colônia (SODRÉ, 1944, p. 89-90).

Semelhante ao que se verifica em Caio Prado, Sodré considera que, embora houvesse a presença de nobres entre os primeiros colonizadores, o regime econômico que orientou a ocupação e povoamento do território era inequívoco:

A empresa da colonização, entretanto, é, por sua amplitude, fundamentalmente capitalista. Exige um empate de cabedais, porque é mister levar com que viver, por

tempo razoável, até que seja possível tirar da terra nova a própria subsistência ou um resultado estimulante e compensador (SODRÉ, 1944, p. 70).

Além disso, Sodré associa o ressurgimento da escravidão ao regime capitalista de grande exploração rural, em “que o escravo vai se tornar uma força de primeira ordem, e a escravidão a mais sólida, a mais longa e a mais tormentosa das instituições que atravessam a história brasileira” (SODRÉ, 1944, p. 87). O regime colonial é apresentado como um empreendimento capitalista voltado para a exportação de gêneros produzidos com técnicas de produção rudimentares, e assim sujeito a instabilidades e deslocamentos em busca de novas terras ou bens a serem explorados, como o ouro (Ibidem, p. 210-211). A influência de Caio Prado nessas passagens é marcante, mas não se pode afirmar que tenha sido definitiva na obra de Sodré. Afinal, ao tratar da colonização em obras posteriores, Sodré irá distinguir entre capitalismo e capital comercial – discussão teórica que está ausente em FSB.

Apesar dessas referências, tampouco parece lícito afirmar que Sodré era um autor totalmente alinhado com as premissas do materialismo histórico em FSB. Em sua análise da produção sodreana dos anos 1930 e 1940, Paulo Ribeiro da Cunha considera que FSB representou um momento de transição, pois a obra foi escrita enquanto Sodré estava na Bahia, que:

(...) era, na ocasião, o maior centro de agitação comunista no Brasil, com intensa atividade intelectual e partidária, contando, inclusive, com a única seção reconstruída e organizada do PCB que se manteve na vanguarda da organização e na condução de um movimento de massas disseminado por quase todos os segmentos. Essa seção foi também a única reconhecida pela Internacional Comunista no país (CUNHA, 2001, p. 245).

De acordo com Cunha, nesse período, Sodré teve contatos com intelectuais conservadores como Gilberto Freyre e Luis Viana Filho, mas também com autores comunistas como Jorge Amado, Alberto Passos Guimarães e Valério Konder, entre outros. Além disso, embora as posições de Sodré pudessem estar próximas às do PCB nessa época, por motivos de segurança, o autor não podia se mostrar ligado ao partido. Em FSB, essa transição implicaria um ecletismo teórico, onde referências a Gilberto Freyre, Azevedo Amaral e Oliveira Viana, mesmo que em menor número, eram alinhadas com citações de Caio Prado Jr. Nesse aspecto, Cunha ressalta a fragilidade da tradição marxista brasileira na época, dominada quase que exclusivamente pelo “marxismo-leninismo” de extração stalinista, a cujo caráter dogmático

Caio Prado Jr. constituiu uma das raras exceções em que Sodré pôde buscar referências na área de história.<sup>112</sup>

Nessas condições, observa-se que a transição de Sodré ao marxismo não se deu a partir de uma obra específica, mas foi resultado de um processo que levou o autor a revisar seus pressupostos e reescrever alguns de seus livros, rejeitando outros. O ecletismo que Paulo Cunha aponta em FSB condiz com as posições de Sodré na introdução ao livro, como já examinado, mas também se observa pelo uso de conceitos de autores com tendências distintas e, por vezes, opostas:

Conceitos como *elite*, *organismo*, *clã*, ainda estão presentes e sugerem as presenças metodológicas e conservadores de Pareto e Viana nessa elaboração, além de pontuarem o ecletismo presente. Em algumas etapas históricas, a rotação metodológica também se estabelece e ele utiliza, a partir de um determinado período, o conceito *grupo social*, para então, na análise de um período mais recente, apreender *classes sociais*, *pequena burguesia* e principalmente *burguesia* nesse processo, ainda que não se abstenha de utilizar a categoria *elite* e *capitalismo mercantil* em sua análise do desenvolvimento do processo histórico brasileiro (CUNHA, 2001, p. 240 – grifos do autor).

Tome-se o caso de Oliveira Viana, cujos conceitos se mostraram fundamentais na elaboração de *Panorama do Segundo Império*. Na seção “Esboço da sociedade colonial”, Sodré menciona a existência de “poderosos clãs” de oligarcas rurais, cujo poder só declinou a partir da centralização política durante o Império.

No entanto, ao contrário de Viana e mesmo de algumas passagens analisadas em PSI, Sodré não interpreta a influência daqueles proprietários por um viés positivo nem avalia que ela se enfraqueceu com a República, ponto em que o autor relaciona a análise do passado com problemas do tempo presente:

Temos uma poderosa, fortíssima, pesadíssima herança de privatismo, de coisa pública subordinada a interesses privados, e a nossa sociedade só evoluiu por fora, no fundo

---

<sup>112</sup> João Quartim de Moraes (2007a, p. 64) se refere ao período entre as décadas de 1920 e 1950 como a fase “pré-crítica” do marxismo no Brasil, “em que o apelo à teoria marxista consistia na zelosa reiteração dos cânones doutrinários em vigor no movimento comunista internacional”. Esse aspecto doutrinário e os parcos referenciais disponíveis no período também são levantados por José Carlos Reis (2000a, p. 148) e José Paulo Netto (1992, p. 26). Por outro lado, as menções a Caio Prado aproximam Sodré de um marxismo brasileiro, no dizer de Bernardo Ricupero, uma vez que o historiador paulista se encarregou de “traduzir” a abordagem marxista para as condições específicas do país (RICUPERO, 2000, p. 31). Nesse sentido, Ricupero considera que Caio Prado evitou o falso dilema entre “aplicar” ou “adaptar” o marxismo através de uma análise que partia da realidade nacional concreta, semelhante ao que fizeram autores como Mariátegui e Gramsci no Peru e na Itália, respectivamente.

ainda permanece bastante colonial. (...) Dentro do pleno individualismo da fase comercial, sob cujo signo o Brasil surge para o mundo, o privatismo do sesmeiro, a absorção do proprietário, o particularismo de todos não eram mais do que reflexos inevitáveis. Não pode espantar que suas repercussões tenham atravessado os tempos (SODRÉ, 1944, p. 99).

Embora conste apenas uma nota de referência a Oliveira Viana em FSB, certas passagens indicam que alguns conceitos ainda permeavam a análise da sociedade brasileira no livro. Assim, ao caracterizar a sociedade colonial, Sodré (1944, p. 74) afirma o predomínio da iniciativa privada e da família como a base sobre a qual se organizava a produção e a política, sobreposta ao poder da Coroa. E nos trechos referentes ao povoamento do interior e a expansão da pecuária, FSB traz a referência ao vaqueiro como “vanguardeiro da civilização” de *Populações meridionais* (Ibidem, p. 129), além de manter as distinções entre as elites pastoris do Sul e uma “burguesia rural” do centro-sul e do nordeste (Ibidem, p. 284).

Contudo, embora FSB não represente uma ruptura completa, nota-se certa dissonância com as teses de Viana nesse ponto. Afinal, “burguesia” em *Populações meridionais* designa o grupo de comerciantes portugueses fortalecidos com a abertura dos portos, em 1808, e que foram repelidos com a independência.

Por outro lado, Sodré afirma que a campanha abolicionista foi conduzida por intelectuais concentrados nos poucos centros urbanos e desligados da realidade agrária do país, “num tipo de existência pequeno-burguês, sem vantagem eficiente nem para si próprios, nem para a vida coletiva” (SODRÉ, 1944, p. 316), o que parece indicar uma transição entre análises conservadoras e certos conceitos marxistas.<sup>113</sup> As diferenças em relação a Viana se tornam mais nítidas em outros aspectos, a começar pelas teorias raciais. Vimos que Sodré já questionara aquelas teses em PSI, e em FSB ele reitera as críticas sem rejeitar por completo a possível existência de raças:

O fato social, assim, é que motiva a diferenciação falsa que, no conceito comum, inferioriza o negro. É a herança do trabalho servil que pesa sobre essa balança de pesos errados, evidentemente fraudada – e não a origem geográfica ou racial, em todo sentido que se aprecie a raça, até mesmo no seu sentido errado (SODRÉ, 1944, p. 111).

<sup>113</sup> Entendida também como “classe média”, a pequena burguesia não foi caracterizada de uma única forma por Marx e Engels. Contudo, um significado mais corrente a designa como a classe ou camada social localizada entre a burguesia e a classe operária. Entre os marxistas, as avaliações sobre essa classe levantavam duas questões fundamentais, sua orientação política oscilante entre reformismo e radicalismo, e seu crescimento ou fragmentação diante da classe operária (BOTTOMORE, 1988, p. 65-66). Essas questões não são discutidas em FSB, o que parece indicar seu ecletismo teórico já referido.

Não se tratava de uma posição isolada entre os intelectuais da época, embora o conceito de raça esteja distante das análises baseadas no marxismo. Afinal, mesmo Caio Prado Jr. dedicou um capítulo de *Formação do Brasil contemporâneo* ao tema, onde adverte que:

O estudo, sob este aspecto, das particularidades étnicas dos povos negros e indígenas do Brasil, e sobretudo a análise das atitudes próprias que cada qual assume na história da formação brasileira, é matéria ampla que não foi ainda tentada de forma sistemática. Fornece por isso ainda muito poucos elementos para a explicação de fatos históricos gerais, e temos por isso de nos contentar aqui, no estudo da composição étnica do Brasil, em tomar as três raças como elementos irredutíveis, considerar cada qual unicamente na sua totalidade (PRADO JR., 2004, p. 85-86).

No entanto, ao contrário de Viana, que considerava a estratificação social como produto de diferenças raciais, Caio Prado e Sodré tratavam os preconceitos de raça como reflexos de uma estrutura econômica, uma expressão das diferenças entre as classes sociais. Por isso, ao mencionarem o grande contingente de mestiços sem ocupação definida durante o período colonial, suas avaliações são coincidentes:

O crescimento demográfico e o trabalho intenso da miscigenação, entretanto, não encontraram correspondência na organização econômica da sociedade colonial, de forma que se tornasse possível a progressiva absorção dos elementos socialmente em ascensão na estrutura econômica vigente, encontrando um espaço livre, capaz de lhes proporcionar uma zona conveniente de atividades (SODRÉ, 1944, p. 227).

Em uma sociedade fundada sobre grandes lavouras de monocultura, nas quais cada senhor possuía inúmeros escravos, não havia lugar para grupos sociais e atividades intermediárias:

O que não é produção em larga escala de alguns gêneros de grande expressão comercial e destinados à exportação, é fatalmente relegado a um segundo plano mesquinho e miserável. Não oferece, e não pode oferecer, campo para atividades remuneradoras e de nível elevado. E assim, todo aquele que se conserva fora daquele estreito círculo traçado pela grande lavoura, e são quase todos além do senhor e seu escravo, não encontra pela frente perspectiva alguma (PRADO JR., 2004, p. 285).

No entanto, é a partir do conceito de burguesia que Sodré marca uma diferença mais nítida em relação a Oliveira Viana. Pois, além das referências à “burguesia comercial” portuguesa que patrocinou as navegações e a colonização do Brasil, Sodré menciona a ascensão

de uma “burguesia colonial” durante as lutas contra os holandeses em Pernambuco, confrontos esses que terão efeitos posteriores no desenvolvimento do país:

O maior deles, porém, foi a consciência de poderio que despertou a descoberta de uma força organizada, capaz de subsistir por si mesma, e capaz de estruturar a vida na colônia. Essa característica há-de firmar-se, lenta e profundamente, avultar sempre, e terá consequências ponderáveis na constituição de uma classe que, menos de dois séculos mais tarde, vai fundamentar a independência (SODRÉ, 1944, p. 152).

Ao inserir a “burguesia colonial” como um personagem cuja atuação será determinante quase dois séculos depois, Sodré serve-se de um recurso que Koselleck observa nas narrações dos eventos históricos: “também *flashbacks* ou avanços como meio estilístico de representação (é só lembrarmos os discursos de Tucídides) servem para elucidar o momento crítico ou decisivo no decurso da narrativa” (KOSELLECK, 2006, p. 134). Dessa forma, mais adiante, no capítulo “Preparação à autonomia”, Sodré relaciona eventos como o fim do ciclo do ouro, a expulsão dos jesuítas e o crescimento dos centros urbanos como indícios de uma sociedade que se tornava mais complexa entre os séculos XVIII e XIX. Esses, entre outros fatores, “conduzem à formação de uma classe média” (SODRÉ, 1944, p. 238) que organiza as inconfidências mineira e baiana, mas cuja pequena expressão levou aquelas revoltas ao fracasso. Afinal, apenas a “burguesia colonial” reunia condições para articular um movimento capaz de romper o domínio da metrópole, movimento que, por sua vez, se inseria na expansão do capitalismo moderno:

A transição dessa burguesia da dominação lusa para a órbita britânica, e o último episódio da luta contra o monopólio, ofereceria o instante propício à conjugação das componentes interna e externa, e articulando, dentro da colônia os interesses diversos, de sorte a carregá-los no mesmo sentido. Dentro desse quadro, a independência teria de processar-se, como aconteceu, quase que como uma transição administrativa, desenvolvendo-se, quando muito, no plano dos acontecimentos de ordem política (SODRÉ, 1944, p. 251).

Uma vez quebrado o monopólio comercial com a abertura dos portos, a independência ocasionou a ocupação dos órgãos administrativos e políticos por aquela classe sem alterar a estrutura econômica e as relações de produção. Nesse sentido, a monarquia foi uma solução “meramente circunstancial” (SODRÉ, 1944, p. 265), uma fórmula imitada com a transferência da Corte portuguesa e que serviu para evitar a divisão do país, ao contrário do que ocorreu na América espanhola. Sodré (1944, p. 271) remete aos argumentos de *Populações meridionais*

quando considera que a independência representou o triunfo dos proprietários rurais diante das camadas populares e da burguesia comercial ligada aos portugueses, mas se refere a esse grupo como “burguesia rural”.

Essa burguesia rural articulou o golpe da maioria e concentrou o poder político e econômico durante o Segundo Reinado, mas aqui Sodré se afasta de Oliveira Viana, pois o autor fluminense considera que, com a independência, “a nossa poderosa nobreza rural atinge, assim, a sua culminância: nas suas mãos está agora o governo do país” (VIANA, 1987, p. 45). Seu poderio se ampliou a ponto de ameaçar a unidade nacional, dividida entre chefes locais insubmissos a qualquer autoridade além de seus domínios. Por outro lado, apesar da manutenção do regime monárquico e da concessão de títulos de nobreza aos proprietários rurais durante o Segundo Império, em FSB lê-se que:

Não existiu, em nosso país, em tempo algum, uma nobreza rural, no justo sentido, mas uma burguesia rural. Esta busca enobrecer as terras que possui, ligando-lhes os títulos que recebe, mas não existe, da fórmula aristocrática, outro sinal que não este, e somente emprestado (SODRÉ, 1944, p. 289).

Uma vez que a autonomia política não modificara as formas e relações de produção, onde preponderava o trabalho escravo, Sodré não considera que houve a ascensão de uma nova classe ao poder político, mas seu reforço. Por isso o autor entende que a independência não apresentou nenhum caráter revolucionário, sendo um processo controlado a ponto de limitar “de tudo aquilo que poderia fazer dele uma revolução autêntica” (SODRÉ, 1944, p. 267-268). Mantido o panorama colonial de grandes propriedades monocultoras baseadas no trabalho servil, “a independência política, paradoxalmente, reforçará o ruralismo patriarcal, originado nos interesses particularistas da colonização” (TALARICO, 2008, p. 129).

Desse modo, nota-se que FSB se afasta das análises conservadoras de Oliveira Viana, mas a presença de termos como “burguesia”, “formas de produção” e “relações de produção” torna essa obra uma história do Brasil orientada pelo materialismo histórico? Como visto anteriormente, Sodré não distingue entre capitalismo e capital comercial em FSB, o que permite ao autor afirmar a existência de uma “burguesia comercial” portuguesa que financiou a colonização do Brasil, assim como de uma “burguesia colonial” e depois rural durante a Colônia e o Império.



As referências à burguesia decerto não bastam para que se avalie FSB como uma obra marxista, uma vez que o termo também se encontra em passagens de *Populações meridionais*, por exemplo (VIANA, 1987, p. 97;117). Além disso, embora o *Manifesto do partido comunista* afirme que a burguesia resulta de um longo processo cujas origens remontam à Idade Média, Marx e Engels relacionam seu desenvolvimento com a expansão da indústria e o advento do proletariado. Desse modo, em uma nota de Engels à edição inglesa do *Manifesto* publicada em 1888, as duas classes são definidas como um conjunto de pares opostos:

Por burguesia entendemos a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos operários assalariados modernos, que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver (MARX; ENGELS, 2016, p. 23).

Por sua vez, Sodré afirma que a partir de meados do século XIX, fatores como o fim do tráfico de escravos, o crescimento das cidades e a Guerra do Paraguai estimularam um esboço de “industrialismo” no Brasil. Atividades como a construção naval, férrea e a tecelagem empregavam os primeiros contingentes de operários, enquanto o número de escravos diminuía a cada década. Contudo, Sodré adverte que isso não implicava uma assimilação dos antigos escravos pelo trabalho industrial e assalariado, pois os operários foram recrutados, sobretudo, entre imigrantes especializados, o que limitou as possibilidades de ascensão social para a população local (SODRÉ, 1944, p. 331).

A essas transformações de cunho econômico e social corresponderam demandas por reformas na ordem política, entre elas a federação e a abolição. No entanto, ao contrário do *Manifesto*, onde os autores afirmam que “a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto, as relações de produção; e assim, o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 2016, p. 28), em FSB ela aparece como uma classe conservadora: “Daí por diante o panorama não mudará: resistência extremada de um grupo, onde se arrima o reduto da burguesia rural, e avanços sistemáticos de todos os demais” (SODRÉ, 1944, p. 314). E embora o autor identifique uma cisão entre um setor progressista e outro retrógrado ao final do Império (Ibidem, p. 299), FSB apresenta uma sociedade burguesa que se baseou no trabalho escravo por séculos, enquanto o termo “proletariado” não consta sequer no período republicano do livro.

Ao mesmo tempo, FSB apresenta interpretações próximas às de Caio Prado Jr., que representava talvez a principal referência teórica no marxismo brasileiro na época. Nesse sentido, Rodrigo de Paula Morais (2015) aponta que Sodré e Caio Prado mantiveram uma correspondência entre as décadas de 1940 e 1970, e ainda que não analise FSB em seu trabalho, o autor observa que o “sentido da colonização” de *Formação do Brasil contemporâneo* orientou as análises de Sodré até a década de 1950. Assim, a conjunção entre latifúndio, monocultura e trabalho escravo, que Caio Prado considerava base da estrutura econômica e social brasileira, era tomada por Sodré como um sinal de continuidade do passado no tempo presente:

Apesar de Caio Prado Júnior enfatizar que esses três elementos devem ser pensados como parte do todo, pode-se supor que Sodré inferiu das análises do autor que os proprietários de terras e de escravos constituíam a camada de maior poder na sociedade brasileira durante o período colonial. (...) Principalmente no que se refere ao “sentido da colonização” enfatizado por Caio Prado Júnior, o qual Sodré, por sua vez, apresenta como algo vigente até então – uma estrutura econômica de tipo colonial (MORAIS, 2015, p. 51).

E de fato, além da referência direta a Caio Prado sobre as características da unidade produtora brasileira e da “herança de privatismo” em uma sociedade que “no fundo, ainda permanece bastante colonial” (SODRÉ, 1944, p. 88-89;99), Sodré considera que “O Brasil que se apresenta diante do quadro catastrófico de 1929 guarda, ainda, traços coloniais profundos” (Ibidem, p. 336). Afinal, a monocultura do café se baseava numa produção extensiva e de baixa tecnologia, enquanto o preço do produto variava conforme as flutuações da demanda no exterior. Desse modo, o “sentido” enquanto “uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação” (PRADO JR., 2004, p. 19) persistia no tempo presente, embora o ciclo dos produtos variasse:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país (PRADO JR., 2004, p. 31-32).

Além disso, passagens de *Formação do Brasil contemporâneo* e de *Evolução política do Brasil*, também citada em FSB, fornecem subsídios para Sodré identificar a existência de

uma burguesia que remete ao período colonial. Pois, logo na primeira página de *Evolução*, o autor sustenta que o surto marítimo português no século XV foi provocado “por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição” (PRADO JR., 1957, p. 11). E a ascensão da dinastia de Avis levou essa burguesia ao primeiro plano, argumento quase idêntico ao que se encontra em FSB.

Mais adiante, Caio Prado menciona o surgimento de “uma rica burguesia de negociantes” portugueses na colônia, a partir de meados do século XVII, que, por sua ascensão, passam a disputar posições políticas com os proprietários rurais. Os monopólios comerciais concedidos pela Coroa e o empobrecimento da lavoura após as guerras contra os holandeses levaram muitos proprietários a se endividarem com aquele grupo, o que estimulou conflitos como a Guerra dos Mascates em Pernambuco (PRADO JR., 1957, p. 38). Em *Formação do Brasil contemporâneo* encontra-se um juízo semelhante, ainda que o autor não se refira à classe dos comerciantes exatamente como burguesia:<sup>114</sup>

Nessas condições, o comércio, apesar da prevenção que contra ele havia, ocupa uma posição de relevo. Pode fazer frente à outra classe possuidora da colônia, os proprietários, e disputar-lhes a primazia. É o que efetivamente se deu, e as hostilidades que daí resultam são de grande repercussão política. Teremos aqui no Brasil uma réplica da tradicional rivalidade de nobres e burgueses que enche a história da Europa (PRADO JR., 2004, p. 296).

Em *Evolução política do Brasil*, Caio Prado afirma que os choques entre essas classes se estenderam até a independência, momento em que o autor ressalta que os modelos políticos ingleses e franceses aqui foram mobilizados com objetivos diferentes:

Mas daí não se infere, como erradamente entenderam alguns, que nossas condições fossem idênticas ou mesmo semelhantes às daquelas nações. Basta lembrar que as ideias do sistema político adotado por nossos legisladores constitucionais exprimiam na Europa as reivindicações do Terceiro Estado, especialmente da burguesia comercial e industrial contra a nobreza feudal, a classe dos proprietários. Até certo ponto, é o contrário que se dá no Brasil. São aqui os proprietários rurais que as adotam contra a burguesia mercantil daqui e do Reino (PRADO JR., 1957, p. 51).

---

<sup>114</sup> Embora o presente trabalho não se concentre na obra de Caio Prado Jr., nota-se uma diferença entre os dois trabalhos: enquanto *Evolução* traz constantes referências à “burguesia”, em *Formação* o autor não volta a mencionar o termo além da passagem citada, a título de comparação com a conjuntura europeia. Nesse mesmo sentido, se na obra de 1933 Caio Prado afirma que “a evolução política progressista do Império corresponde assim, no terreno econômico, à integração sucessiva do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista” (PRADO JR., 1957, p. 91), em *Formação* o autor não discute ou apresenta um conceito de capitalismo, dado que o sentido da colonização do país como uma empresa comercial foi determinado desde o princípio. Essa visão de um Brasil desde sempre integrado ao capitalismo e as implicações políticas dessa análise foram criticadas por análises marxistas posteriores, como em João Quartim de Moraes (2007) e Marcos Del Roio (2007).

Contudo, a partir do Segundo Reinado se consolida a “monarquia burguesa” (PRADO JR., 1957, p. 81), período em que o autor passa a diferenciar um grupo burguês “progressista” ligado ao comércio de outro “conservador”, composto por grandes fazendeiros cuja economia se baseava no trabalho escravo (Ibidem, p. 89). Semelhante ao que se nota em FSB, Caio Prado parece tomar o capital comercial como sinônimo de capitalismo e a classe de comerciantes como classe burguesa, a que se somaram os proprietários rurais após a independência. E, no mesmo sentido, o setor “progressista” dessa burguesia passou a reivindicar o conjunto de reformas que significariam o fim do Império, a exemplo do que se verifica em FSB.

Desse modo, embora FSB apresente certo ecletismo de referências, observa-se que muitos de seus argumentos se assemelham aos que se encontram nas obras de Caio Prado Jr.<sup>115</sup> Além disso, há outro aspecto pelo qual FSB pode ser considerada próxima de uma argumentação marxista, ainda que incompleta. Pois, a exemplo das diferenças que Caio Prado observara entre o conjunto de ideias políticas e as respectivas classes sociais que as sustentavam na Europa e no Brasil, Sodré não incide num mero paralelismo entre fatores econômicos, culturais e políticos.

Nos trechos referentes à expansão marítima portuguesa, o autor aponta haver uma “antinomia” entre o caráter comercial das navegações e o fanatismo religioso, que, ao perseguir os negociantes judeus, prejudicou a economia do país em favor da concorrência holandesa. E essa antinomia também afetou a colonização do Brasil, com o estabelecimento dos jesuítas:

A antinomia que se aprofunda vai, no entanto, mais longe. Ela chega a ponto de misturar a expansão comercial em terras longínquas, que era consequente a condições imperativas dos novos tempos, e das novas relações sociais – uma componente anacrônica, contrastante, especificada no jesuitismo, representante típico da antiga ordem espiritual e política. A antinomia entre uma empresa em que o individualismo encontrava a plena expansão de suas forças, e esse “aniquilamento de todas as formas da independência individual, liberdade, espontaneidade, originalidade” – era manifesto (SODRÉ, 1944, p. 52).

De acordo com Jorge Grespan (2001), ao falar em “antinomia”, Sodré assinala que economia e cultura se contrapõem sem que um dos termos se reduza ao outro, mantendo-se as diferenças entre as instâncias. Por outro lado, em sua análise da independência, Sodré sustenta

---

<sup>115</sup> Dessa maneira, uma outra história do marxismo brasileiro poderia analisar as obras desses autores em seus desdobramentos e possíveis relações, em vez de considerá-las como etapas distintas de um mesmo processo de desenvolvimento, a exemplo do que ocorre em José Carlos Reis (2000a).

ocorrer uma “contradição” entre a forma política da monarquia e as condições econômico-sociais do país:

Vínhamos de três séculos de dominação, de segregação, de monopólio estreito, não havíamos conseguido, nesse tempo, elaborar nenhuma fórmula, nem mesmo chegáramos a estimular o aparecimento de forças, decisivamente articuladas, que pudessem encontrar livre expressão. As contradições entre a realidade e a fórmula, entre a intimidade social e econômica e a aparência política, entre o choque profundo e os sinais de superfície, permaneceram, através do tempo, como uma norma, dificultando, de maneira fundamental, a diferenciação dos fatores em jogo (SODRÉ, 1944, p. 266-267).

Em um país sem passado de imprensa nem partidos políticos, a burguesia local não possuía ideias que orientassem qualquer prática da coisa pública. Nessas condições, a manutenção da antiga forma política representou uma solução de circunstância para a burguesia concentrar o poder econômico com o político, pois o essencial estava na quebra do monopólio comercial português, obtida em 1808.

A princípio, “antinomia” e “contradição” parecem indicar um tipo de relação entre termos que se opõem e se excluem, mas Grespan argumenta que na “contradição” os termos se negam enquanto se referem necessariamente um ao outro. A partir dessa distinção, Sodré apresenta as relações entre economia, cultura e política sob formas diferentes:

Assim, a cultura (religião ou arte) não pode ser reduzida completamente à economia, pois ambas são antinômicas, apenas contrapostas. Por outro lado, apresentar a relação entre economia e política como “contradição” quer dizer que os dois níveis se diferenciam sim, mas pelo fato de formarem um todo maior que os reúne. Deste modo, se eles não se confundem, eles também não podem ser concebidos sem a referência ao outro. Quando a política “contradiz” a economia, ela o faz referindo-se a esta, nunca se excluindo completamente dela. (...) Em outras palavras, o nexa da base econômica com a superestrutura política é diferente do seu nexa com a superestrutura cultural (GRESPLAN, 2001, p. 99-100).

Muito embora Sodré não se refira a uma superestrutura em FSB, <sup>116</sup> Grespan (2001, p. 101) afirma que o uso das “contradições” explica a independência mediante um raciocínio

---

<sup>116</sup> Os conceitos de base e superestrutura são recorrentes na literatura marxista, e, em termos gerais, procuram explicar a relação entre as estruturas econômicas, as formas políticas do Estado e as formas de consciência social. Marx discute esse ponto em diferentes obras, mas a definição mais clássica se encontra no prefácio à *Contribuição à crítica da economia política* (1859). Apesar dos riscos de avaliar essa relação como um reducionismo econômico, “a estrutura econômica não é, portanto, concebida como um conjunto dado de instituições, unidades produtivas ou condições materiais, mas antes como a soma total das relações de produção estabelecidas pelos homens, ou, em outras palavras, das relações de classe que entre eles se estabelecem” (LARRAIN, 1988, p. 27). Essas relações apresentam formas históricas que também sofrem a influência

materialista e dialético. Afinal, entre “o choque profundo e os sinais de superfície” a esfera econômico-social forma a realidade que busca uma “fórmula” política de expressão, que se encontra em um nível mais superficial. Diante dos antagonismos entre proprietários rurais, a incipiente classe média urbana e os comerciantes enriquecidos com o fim do monopólio colonial, o domínio do primeiro grupo em 1822 projetou as contradições do nível socioeconômico para a esfera política, sendo esta decorrente daquelas condições.

Dessa forma, observa-se que FSB apresenta um viés materialista mais consistente do que PSI, tanto pelas novas referências quanto pelo uso dos conceitos. Em vez das “elites” e da transição entre elas, como chave explicativa para o fim do Segundo Reinado, o autor menciona a ocorrência de conflitos de classes no período colonial e regencial (SODRÉ, 1944, p. 223; 282), num país em que a “burguesia rural” foi a classe dominante. No entanto, nota-se que o conceito de burguesia em FSB abrange dos comerciantes no século XV aos proprietários rurais no século XIX, séculos em que o trabalho escravo foi predominante e o surgimento das indústrias e de operários se esboça apenas nos capítulos finais.

De acordo com Paulo Ribeiro Cunha (2001, p. 239-240), os sinais de ecletismo e certa imprecisão conceitual refletiam uma etapa na transição política de Sodré entre antigas posições tenentistas para uma guinada à esquerda com o fim do Estado Novo. A essas mudanças corresponderiam novas análises da história do Brasil, em um processo de revisão crítica que se consolidou na passagem dos anos 1950 para 1960. Contudo, há outro conceito em FSB pelo qual se nota que o materialismo histórico e dialético ainda não orientava as reflexões de Sodré, embora indique uma análise da formação social brasileira a partir de fatores econômicos em uma perspectiva de longo prazo.

Como citado anteriormente, na introdução, Sodré menciona as “dificuldades oriundas da heterocronia do desenvolvimento” brasileiro como um “problema fundamental” ao longo de nossa história (SODRÉ, 1944, p. 6). Embora essa não fosse uma característica exclusiva da colônia, pois ela também se manifestara entre os povos europeus no século XV (SODRÉ, 1944, p. 21), “a extraordinária heterocronia do processo histórico brasileiro” apresentava um país disperso em “arquipélagos econômicos, políticos, sociais” (Ibidem, p. 188), que se desenvolviam de maneira desigual e em épocas distintas. Um exemplo nesse sentido se deu

---

recíproca das religiões, das filosofias, das relações jurídicas e da arte, por exemplo. Assim, a base econômica mantém-se determinante, mas avaliar o grau de sua determinação é um debate que atravessa a história do marxismo.

com o surto minerador no século XVIII, que, ao deslocar populações e riquezas para o centro-sul da colônia, acarretou na crise das estruturas econômicas e sociais do Nordeste.

Por outro lado, ao se levantar as origens e usos desse conceito por Sodré, a abordagem mais recorrente foi enfatizar possíveis continuidades no pensamento do autor. Dessa forma, em relação à FSB, Paulo Ribeiro da Cunha considera que:

Percebe-se que o significado de *heterocronia* mais uma vez aproxima-se (intuitivamente talvez) do conceito futuro de *dualidade*, mediada nesse trabalho em uma de suas nuances mais visíveis, porque não dizer conservadoras, de *harmonia* e *equilíbrio* entre partes desiguais, algo sempre presente em vários autores como Oliveira Viana e Azevedo Amaral no pensamento social da época (CUNHA, 2001, p. 240 – grifos do autor).

Na década de 1940, porém, Cunha alude que “foi possivelmente com os materialistas vulgares (médicos de formação) que Sodré apreendeu o conceito (igualmente biológico) de heterocronia” (CUNHA, 2001, p. 83), presente mesmo em trabalhos muito posteriores.<sup>117</sup> Apesar das revisões teóricas e do “índice pessoal” a que Sodré submeteu seus trabalhos desse período, Cunha (2001, p. 83) interpreta as transformações na obra sodreana como fases de um mesmo processo: “São esses aspectos correlatos que sugerem que o encontro do autor com o marxismo estará pautado por um suporte crítico e dialético *a posteriori*, mas que com certeza possibilitará ao autor uma rotação à esquerda *quase evolutivamente* natural”.

No entanto, a imagem de um Brasil cujas regiões viviam tempos distintos em um mesmo período histórico não foi exclusiva de Sodré, e pode ter se baseado também em outros referenciais, pois, embora não fale em termos de “heterocronia”, a introdução de *Formação do Brasil contemporâneo* apresenta uma imagem de país muito semelhante:

---

<sup>117</sup> Em *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, de 1990, a heterocronia condicionava tanto as diferenças no desenvolvimento interno quanto em relação ao contexto externo. Dessa forma, as disparidades regionais do Brasil indicavam que “a uniformidade é, ainda, entre nós, uma tendência que se vem acentuando, sem dúvida, mas aquela heterocronia existe e funciona, condicionando comunidades e sociedades” (SODRÉ, 1990a, p. 10). Ao mesmo tempo, como os países vizinhos, “um dos aspectos fundamentais do desenvolvimento das relações capitalistas nos países latino-americanos (...) reside na heterocronia em relação ao desenvolvimento do capitalismo em nível mundial: enquanto, neste, o capitalismo entrou em sua fase de crise geral, naqueles países ele atravessa etapas iniciais, por força da lei do desenvolvimento desigual” (SODRÉ, 1990a, p. 151). Observa-se que, em 1990, essas afirmações são sempre acompanhadas pelo conceito marxista de modos de produção, que não consta em FSB.

O passado, aquele passado colonial que referi acima aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não “tomou forma”. (...) Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas. (...) E foram estas, bem como outras considerações da mesma natureza, que me levaram para chegar a uma interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa, aquele passado que parece longínquo, mas que ainda nos cerca de todos os lados (PRADO JR., 2004, p. 10-13).

Assim, mais do que levantar essas citações como “prova” de uma possível influência de Caio Prado, importa perceber que a “heterocronia” foi o conceito pelo qual Sodré refletiu a respeito das disparidades regionais do Brasil e suas origens naquele momento. Isso remete ao “ecletismo teórico” de FSB apontado por outros autores, pois Sodré procurou realizar uma interpretação histórica sobre bases econômicas combinada com um termo da biologia. Afinal, entre os “materialistas vulgares” a que Paulo Ribeiro da Cunha se referiu, o termo “heterocronia” foi cunhado pelo alemão Ernst Haeckel, em 1866, “para explicar o deslocamento no tempo, ou a mudança na ordem de sucessão de órgãos particulares, tais como os reprodutores, do ancestral para o descendente” (BARROS, 2009, p. 77).

Biólogo e filósofo considerado “o vulgarizador alemão de Darwin” (GRAHAN apud DÓRIA, 2007, p. 63), Haeckel foi um dos principais autores lidos entre os intelectuais brasileiros no fim do século XIX e começo do XX, como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana. Situado no campo evolucionista, Haeckel e suas teorias contribuíram para que aqueles autores representassem a nação como um processo em formação, que poderia reproduzir os modelos europeus ou degenerar deles. Dessa maneira, uma concepção verdadeira do Brasil em seus diversos aspectos, dos sociais, econômicos e históricos aos geográficos e biológicos, serviria para definir as possíveis formas pelas quais o país poderia se desenvolver. Nesse aspecto, Carlos Alberto Dória destaca que o evolucionismo possuía uma qualidade narrativa específica,

(...) promovendo a coesão do que é contraditório. No nosso entender, estas virtudes derivam da convicção bastante arraigada e difundida entre os materialistas de que todos os fenômenos naturais estão submetidos às mesmas leis, sejam eles fenômenos do mundo inorgânico, orgânico ou superorgânico. É esta totalidade que forma o mundo a que pertencem todos os objetos do discurso científico – seja ele uma alga, um animal vertebrado ou uma nação – e, portanto, é só no domínio das suas leis que se pode divergir ou convergir. Marx e Engels, de um lado, Ernst Haeckel e Herbert Spencer, de outro – todos trabalham na direção da síntese e da unificação do



conhecimento científico, de tal modo que Engels pôde escrever: “o que subsiste de toda a antiga filosofia e conserva uma existência própria é a teoria do pensamento e suas leis – a lógica formal e a dialética. Todo o mais se resolve na ciência positiva da natureza e da história” (DÓRIA, 2007, p. 18-19).

Contudo, não se trata aqui de identificar autores tão distintos entre si quanto Marx e Engels a Haeckel e Spencer<sup>118</sup>, mas perceber que eles foram lidos entre a intelectualidade brasileira do período sob uma perspectiva evolucionista. Além disso, observa-se que foram recorrentes nessa época as interpretações que procuraram aproximar o marxismo de outros sistemas de pensamento vigentes, especialmente do positivismo.<sup>119</sup> E no caso específico do Brasil, o positivismo foi uma doutrina muito disseminada entre o exército nas primeiras décadas do século XX, com sua defesa do “soldado cidadão”, participante da modernização do país (CUNHA, 2001, p. 46).<sup>120</sup>

De volta a Sodré, nota-se que esse conjunto de referências distintas fez parte de sua formação profissional e intelectual, o que o próprio autor menciona em passagens diferentes de suas memórias. Assim, Sodré comenta nas *Memórias de um soldado* que, além de ter lido Comte e “quase todo Haeckel”, enquanto aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, “conheci o trabalho de Plekhanov sobre o materialismo histórico e uma brochura francesa com o estudo de Lênin sobre o esquerdismo” (SODRÉ, 1986, p. 41).<sup>121</sup> E o que poderia ter permanecido

<sup>118</sup> Apesar de Engels ter afirmado que “assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana”, tanto ele quanto Marx rejeitavam o darwinismo social da “sobrevivência dos mais aptos”, expressão cunhada por Herbert Spencer (DÓRIA, 2007, p. 171-172). Afinal, embora Marx estudasse as transformações sociais a partir de uma base materialista, “sua teoria atribuía importância decisiva às mudanças que os homens realizavam em seu modo de produção, por maior que fosse o papel desempenhado pela adaptação seletiva na constituição do ambiente natural e histórico como um todo” (CARVER, 1988, p. 97).

<sup>119</sup> Sobretudo durante a Segunda Internacional (1889-1914), teóricos como Kautsky, Bernstein e Plekhanov assimilaram as ciências sociais aos paradigmas das ciências naturais, princípio epistemológico basilar na obra de Comte. Dessa forma, aqueles autores concebiam o marxismo como uma ciência das leis da sociedade, que poderiam ser definidas assim como as leis da física, da química ou da biologia. Desse amálgama com o positivismo e o evolucionismo, “a visão marxista do mundo, assim desenvolvida, criou no movimento operário (...) uma consciência de estar sendo levado por um processo objetivo de desenvolvimento inelutável, e, dessa forma fortaleceu a sua autoconsciência. Haeckel (1834-1919), o popularizador do darwinismo, foi muito mais significativo para essa visão do mundo do que Hegel e a sua dialética” (FETSCHER, 1988, p. 244). Um resumo dos principais aspectos desse marxismo, assim como das críticas que lhe foram dirigidas por autores como Rosa Luxemburgo e Lenin, se encontra em Michael Löwy (2003).

<sup>120</sup> Apesar disso, não parece razoável afirmar que “a compreensão de Sodré sobre o movimento evolutivo da história foi formada de um amálgama da proposição comtiana com a de Darwin”, a ponto de o conceito de heterocronia ser uma transposição da “lei dos três estados” aplicada às sociedades, como faz Maria de Annuniação Madureira (2006, p. 224-227). Afinal, ao contrário de Comte, Sodré não só enfatiza o fator econômico como base para as transformações sociais, aspecto que a autora aponta, como não preconiza uma sequência de etapas necessárias em FSB. As regiões brasileiras aparecem em fases diferentes de desenvolvimento, mas em 1944 o autor não aponta para um estágio comum que todas deveriam atingir.

<sup>121</sup> Em *A concepção materialista da história*, Plekhanov (1856-1918) diferencia o “materialismo dialético” dos materialismos anteriores, na medida em que Marx explica as relações econômicas em função das forças

apenas como uma leitura de juventude é reiterado em outra passagem, quando nas *Memórias de um escritor* Sodré faz um balanço de suas principais referências até aquele período:

A leitura de Haeckel, de Büchner, um pouco menos de Le Dantec, deixara marcas em meu pensamento. Dois eixos presidiam, desde então, o meu raciocínio: o da concepção materialista do universo e o da concepção de movimento da matéria. A leitura de Darwin, apesar de seu espiritualismo, fora muito importante para mim: ele reforçava a estrutura do pensamento apoiada naqueles dois eixos (SODRÉ, 1970, p. 363).

Contudo, Sodré situa esses autores em um reexame dos próprios pressupostos, pois só mais tarde ele ampliou seus conhecimentos de materialismo dialético. Dessa maneira, o autor distingue entre materialismo e dialética, conceitos que Sodré só conjugou a partir de um conhecimento mais abalizado do marxismo. Daí a afirmação de Leandro Konder de que:

Na organização da perspectiva teórica de Nelson Werneck Sodré, foram significativas as influências de autores materialistas vulgares como Haeckel e Büchner, que na época tinham notável ressonância nos intelectuais brasileiros de esquerda. Creio que foi somente nos anos 1950 que o historiador aprofundou seus estudos de literatura marxista e reformulou suas posições (KONDER, 2006, p. 56).

Portanto, a heterocronia em FSB parece ter sido o conceito pelo qual Sodré refletiu a respeito do desenvolvimento desigual das regiões brasileiras, mas ainda sem incorporar a dialética.<sup>122</sup> As sociedades ao norte, nordeste e centro-sul do país aparecem como núcleos sem maiores vínculos entre si, pois “se há alguma unidade entre esses espaços, separados entre si por imensos vácuos, ela provém do escravismo, base da organização do poder patriarcal, enquanto as demais esferas seguem desorganizadas” (TALARICO, 2008, p. 129). Essa

---

produtivas em determinada época, e não como produtos da natureza humana. Ao mesmo tempo, ele enfatiza o estudo de fatores como o direito, a religião e a filosofia para se analisar a “psicologia social” de um país, pois “a História não pode limitar-se à anatomia da sociedade, mas deve apresentar todo o conjunto dos fenômenos, condicionados direta ou indiretamente pela economia social, inclusive o trabalho da imaginação” (PLEKHANOV, 1987, p. 50). Assim, enquanto sustenta que o materialismo dialético inseria as ciências sociais nos paradigmas das ciências naturais, Plekhanov também rechaça as interpretações que aproximavam o marxismo de doutrinas como o positivismo e o darwinismo social.

<sup>122</sup> Ao contrário do materialismo mecanicista, que reduz as ideias a produtos da matéria, “o componente dialético afirma que a realidade concreta não é uma substância estática numa unidade indiferenciada, mas uma unidade que é diferenciada e especificamente contraditória: o conflito de contrários faz avançar a realidade num processo histórico de transformação progressiva e constante, tanto evolucionária como revolucionária e, em suas transformações revolucionárias ou descontínuas, dá origem à novidade qualitativa autêntica” (EDGLEY, 1988, p. 259). Um indício dessa diferença dentro da obra sodreana se verifica pela quase ausência do termo “contradições” em FSB diante de *Formação Histórica do Brasil*, onde há constantes referências às contradições entre classes dentro de uma mesma classe e entre regiões e países.

desorganização atravessou a nossa história, afetando desde a expansão do trabalho livre e a integração dos mestiços ao “organismo social brasileiro” (SODRÉ, 1944, p. 227-228) no período colonial até o sistema político do período republicano. Isso porque, em um país que conservava “traços coloniais profundos” até a crise de 1929, o federalismo surge como um resultado daquelas condições:

A heterocronia que se operou no desenvolvimento das diversas zonas geográficas do país, quando algumas tomavam um desenvolvimento novo, enquanto outras permaneciam num estado de atraso considerável, acabou por fundamentar a necessidade da federação, por todas recebida, conforme já foi explicado, como uma medida salvadora, dentro da qual cada uma encontraria o rumo que melhor lhe conviesse (SODRÉ, 1944, p. 332).

FSB, pois, se encerra com a crise econômica mundial e a Revolução de 1930, eventos que abrem uma história que ainda estava por ser escrita. E, nesse sentido, convém notar que a obra foi elaborada em plena Segunda Guerra, motivo pelo qual Sodré (1944, p. 338) adverte que “só a expressão definitiva das orientações oriundas da guerra civil em que se debate o mundo poderá dizer de suas tendências últimas”. Porém, nas obras seguintes, Sodré não se exime de escrever uma história de processos em curso no próprio tempo de sua elaboração, inserindo-os em um conjunto de transformações econômicas, políticas e sociais que o autor reuniu sob o conceito de “Revolução brasileira”.

## 4 DEFININDO UM REFERENCIAL MARXISTA: OS TRABALHOS DOS ANOS 1950 E 1960

### 4.1 INTRODUÇÃO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA – REVISÕES TEÓRICAS E REESCRITAS DA HISTÓRIA

Entre as obras de Nelson Werneck Sodré analisadas neste trabalho, *Introdução à revolução brasileira* destaca-se por ser uma das que mais foram modificadas pelo autor no decorrer de suas edições. Ao contrário dos trabalhos anteriores, aposentados logo após seus lançamentos, *Introdução à revolução brasileira* (a partir daqui abreviada como IRB) teve alguns capítulos retirados e outros acrescentados entre sua primeira edição, de 1958, e as posteriores.<sup>123</sup> Esses aspectos tornam-se relevantes para salientar que aqui toma-se por base a edição original de IRB, o que retira certos textos dessa análise enquanto apresenta outros. Além disso, não se pretende levantar as possíveis causas pelas quais Sodré efetuou aquelas alterações, ponto discutido em outros trabalhos.<sup>124</sup> Contudo, além das mudanças no plano dos capítulos, um indício de que IRB combinava elaboração teórica com posições políticas do autor se nota na transferência do livro entre editoras:

Mais significativo ainda, a *Introdução à Revolução Brasileira*, de 1958, cujo título não deixava dúvida acerca de seu caráter, seria o último livro que publicaria na Documentos Brasileiros e na José Olympio: daí por diante, os próximos sairiam todos sob o sinete da Civilização Brasileira de Ênio Silveira, assumidamente progressista e uma das principais editoras, senão a principal, voltadas à divulgação da literatura de esquerda nas décadas de 1960 e 1970, em especial nas áreas de sociologia, política e economia (FRANZINI, 2006, p. 184).

André Moysés Gaio (2000, p. 105) destaca o fato de IRB ter sido o primeiro livro publicado por Sodré em quase 15 anos, período em que o autor se dedicou a aprofundar seus

<sup>123</sup> No prefácio à quarta edição, de 1978, Sodré elenca as mudanças efetuadas. Assim, a primeira edição apresenta um estudo da evolução militar brasileira, retirado das versões posteriores e ‘ampliado’ como *História militar do Brasil* (1965). Além disso, a partir da segunda edição (1963), foram acrescentados: um capítulo referente à evolução política, publicado originalmente em 1959 como *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, e o texto de *Quem é o povo no Brasil?*, lançado pela coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, em 1962. E a partir da terceira edição, de 1967, Sodré acrescentou o capítulo “Perspectivas”, em que avalia as causas do golpe de 1964 e as tendências da ditadura naquele momento.

<sup>124</sup> Exemplos nesse sentido são as dissertações de Daniela Conte (2010) e Rodrigo de Paula Moraes (2015), que comparam a “revolução brasileira” de Sodré com as teses da *Declaração* de março de 1958 do PCB. Outros trabalhos, como os de André Moysés Gaio (2000) e Delson Ferreira (2001) se concentram na produção de Sodré enquanto membro do ISEB, e relacionam a defesa do nacionalismo sustentada pelo autor com as posições do ISEB nesse quesito.

estudos e pesquisas.<sup>125</sup> Ademais, Gaio salienta que a história produzida por Sodré nesse período estava ligada ao tempo presente, era contemporânea ao ato de seu registro pelo autor, o que em parte explica as mudanças realizadas entre as edições. E os vínculos entre a análise do passado com questões do presente para projetar uma ação organizada no futuro são explicitados pelo autor na “Advertência” de IRB, cujo texto transcreve-se na íntegra:

Como Revolução Brasileira entendemos o processo de transformação que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e da ausência da revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico. Tal processo, que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda hoje se antepõem em parte, ao desenvolvimento do país.

Discriminando as origens das forças interessadas no processo nacional, e mostrando o que existe ainda de negativo no quadro brasileiro, procuramos realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo, que tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático, de um lado, e a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica das nossas riquezas, de outro lado (SODRÉ, 1958, p. 1).

Nota-se que o autor apresenta essa revolução como um processo em andamento, tanto no plano político quanto no econômico, o que indica o objetivo de escrever uma história que integrasse a dimensão dos sujeitos com a dimensão das estruturas (GAIO, 2004, p. 59-60). Contudo, IRB não se reduz ao seu caráter engajado com os debates da época, pois a “Advertência” apresenta um conjunto de conceitos que remetem à certa perspectiva de história, pontos que se passam a examinar.

Desse modo, começa-se pelo conceito de revolução. As implicações políticas da “Revolução Brasileira” e sua relação com o programa do PCB ocuparam o primeiro capítulo deste trabalho, mas aqui pretende-se avaliar o conceito de história implícito ao emprego daquela categoria. E mais uma vez, as reflexões de Reinhart Koselleck mostram-se valiosas nesse sentido. Afinal, o autor alemão observa que assim como ocorrera com o significado da história, que passou das diversas *Historie* particulares para uma *Geschichte* a abranger toda a humanidade em um mesmo processo, em meados do século XVIII, o termo “revolução” passou

---

<sup>125</sup> Nesse período, Sodré reavaliou suas obras publicadas até 1945 nos seguintes termos: “No decorrer desse demorado e, por vezes, penoso reexame, verifiquei que nenhum dos meus livros me satisfazia. O processo prático de comprovar essa insatisfação era fácil: embora o da estreia datasse de sete anos atrás apenas, eu os escreveria, a esse como ao mais recente, de forma inteiramente diversa, se os tivesse de escrever naquele momento” (SODRÉ, 1970, p. 358). Esse hiato corresponde à participação de Sodré na chapa nacionalista para as eleições do Clube Militar, no começo dos anos 1950, período comentado na introdução e no primeiro capítulo deste trabalho.

a designar um novo tempo histórico. Até então, conforme doutrinas da Antiguidade que remetiam a Aristóteles e Políbio, “re-volução” indicava uma mudança entre formas de governo finitas, cujos modelos se sucediam uns aos outros até se repetirem. Dessa forma, assim como os ciclos das estrelas e das estações do ano, a experiência histórica permanecia limitada a transformações que nada traziam de novo: “A metáfora de cunho natural para a “revolução” política apoia-se no pressuposto de que também o tempo histórico tem sempre a mesma qualidade, é fechado em si mesmo e passível de repetição” (KOSELLECK, 2006, p. 65).

Essa metáfora da revolução relacionava-se com uma formação social organizada em estamentos, cuja estrutura seria afetada em definitivo com a Revolução Francesa. Pois, até então, os conflitos entre eles eram denominados como insurreição, rebelião ou guerra civil, mas não havia perspectiva de que aquela ordem fosse passível de mudança. Como notara Hannah Arendt, “Não se dispunha de uma palavra que pudesse designar uma comoção social por meio da qual a população subjugada se tornasse ela mesma a classe dos senhores” (ARENDRT apud KOSELLECK, 2006, p. 67). Porém, no século das Luzes o termo revolução começou a ser empregado como metáfora para abarcar transformações profundas através da ação humana na atualidade. Ao perder seu antigo significado ligado a uma noção de tempo natural, o termo passou a indicar novas perspectivas de futuro: “a revolução, com certeza, não mais conduz de volta a situações anteriores; a partir de 1789 ela conduz a um futuro a tal ponto desconhecido, que conhecê-lo e dominá-lo tornou-se uma contínua tarefa da política” (KOSELLECK, 2006, p. 68-69).

Neste ponto, é necessário mencionar as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, cuja relação orienta as ações dos sujeitos no presente e permite descobrir seu respectivo tempo histórico. De acordo com Koselleck (2006), ambas são categorias meta-históricas que remetem ao passado e ao futuro, mas o crescente descompasso entre elas abriu espaço para a compreensão da modernidade como um novo tempo. Em vez da doutrina cristã, cujas expectativas de futuro não se referiam a este mundo, o tempo das profecias passou a ser substituído pelo tempo do progresso e de seus prognósticos possíveis. Desse modo, “O “progresso” é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 320), e da tensão entre os dois polos pode ser deduzido o tempo histórico.

Em Sodré, a defesa de um desenvolvimento planejado pelo Estado e a burguesia nacionais indica uma compreensão do presente como um tempo dirigido para o progresso, pois

“na luta que se trava, no Brasil, entre o colonial e o moderno” era preciso estabelecer “as bases para uma emancipação de que depende, sem dúvida alguma, o nosso destino enquanto povo” (SODRÉ, 1958, p. 96). E mais uma vez, Sodré relaciona a dimensão dos eventos com a dimensão das estruturas em sua escrita da história, mas agora sob um processo que, por ocorrer no presente, podia e devia ser direcionado em determinado sentido.<sup>126</sup> Essa relação entre a análise do passado com questões que mobilizavam a sociedade brasileira na época<sup>127</sup> condicionou a forma pela qual IRB foi elaborada. Nesse aspecto, de acordo com Koselleck,

Conforme o tipo de investigação, modifica-se a ênfase da história narrada e a forma de reproduzi-la: ela é, então, hierarquizada em níveis temporais de diferentes extensões. Ou bem se problematiza o caráter anterior ou posterior do acontecimento, do processo e de seu ponto de partida e respectivas consequências, ou a história é decomposta em seus elementos, destacando-se as condições sociais que permitem compreender o decurso dos eventos (KOSELLECK, 2006, p. 138).

A edição original de IRB é dividida em cinco partes que, de acordo com Sodré (1990, p. 221), eram “ensaios realizados em separado, mas guardando estreita unidade”, intitulados “Evolução da sociedade”, “Evolução da economia”, “Evolução da cultura”, “Evolução militar” e “Evolução racial”. Em cada um deles Sodré adota o mesmo procedimento, delineando a formação brasileira desde o século XVI até meados do XX. Dessa maneira, mais do que narrar eventos específicos, o autor procura apresentar os fatores pelos quais o Brasil poderia romper com sua condição colonial para se tornar de fato uma nação, superando a antiga dependência. E o enfoque estrutural, entendido por Koselleck (2006, p. 135) como “análise de circunstâncias que não se organizam segundo uma estrita sucessão de tempo e requerem um longo prazo para se alterarem” é confirmado por Sodré nas primeiras páginas:

A insistência com que, entre nós, os estudos históricos permanecem seja no terreno da pura e simples crônica, arrolamento de fatos quase sempre de natureza política, seja no plano aparentemente erudito da análise de documentos, análise superficial, esquecido o princípio de que os documentos constituem material para a história mas não são a história, – tem contribuído amplamente para dificultar a pesquisa e a síntese

<sup>126</sup> Isso contrasta com o que ocorre em *Panorama do Segundo Império*, onde as explicações de caráter estrutural, a partir de referenciais autoritários, avaliam a passagem do Império para a República de acordo com metáforas orgânicas, ou como as alusões à heterocronia em *Formação da sociedade brasileira*, também de fundo biológico.

<sup>127</sup> O que remete às discussões do ISEB a respeito da nação e do desenvolvimento, assim como ao papel dos intelectuais nesse sentido. Os textos de Wilson Martins (1996), Leandro Konder (1998) e Lúcia Lippi Oliveira (2001), mencionados na introdução deste trabalho, apresentam um panorama dos debates em torno daquelas questões entre os anos 1950 e 1960.

em torno do quadro da sociedade lusa do século XVI e daquela que surgiu na colônia desde o início do povoamento (SODRÉ, 1958, p. 11).

Esse critério determina as escolhas do autor, tanto do material a ser analisado quanto daquilo a ser excluído. Desse modo, após caracterizar o regime de lavouras extensivas que constituiu “a ossatura em que repousava a articulação econômica” com o uso do trabalho escravo, Sodré explica porque, “sob a aparente placidez com que se apresentava a sociedade brasileira na época colonial”, certos eventos não seriam avaliados:

É que as alterações não tiveram força para afetar realmente a fisionomia social. Entre elas, é importante não esquecer a das lutas dos escravos nos quilombos e a da intercorrência singular do domínio holandês na faixa nordestina. Aquelas não tiveram condições para erigir-se em perigo demasiado sério, entretanto, e esta, após ter chegado a operar transformações de vulto, acabou por diluir-se, sem deixar vestígios ponderáveis na sociedade (SODRÉ, 1958, p. 23).

No entanto, Sodré considera que a condição colonial não se limitava ao período anterior a 1822 e a seus aspectos econômicos, como a produção monocultora em larga escala ou a divisão do trabalho entre proprietários rurais e escravos. Por serem fundamentais, essas condições também afetavam as produções culturais e as relações entre brancos e negros. Assim, a chamada “transplantação cultural”, que em obras anteriores era atribuída a um “afastamento da realidade nacional” por parte das elites,<sup>128</sup> surge em IRB como produto da formação econômico-social do país:

No quadro da estrutura colonial – que avança além do período colonial, – a imitação, a cópia, a aceitação de postulados externos sem exame, tudo aquilo que englobamos no conceito de transplantação, abrangendo desde instituições até ideias literárias, não era uma escolha, – era o único caminho. A transplantação é um fenômeno específico do sistema colonial, não é um caso particular do Brasil (SODRÉ, 1958, p. 133-134).

---

<sup>128</sup> Em *O estado autoritário e a realidade nacional*, referência na elaboração de *Panorama do Segundo Império*, Azevedo Amaral (1981, p. 22) considera que “uma colônia é um enxerto sociológico que se fixa no ambiente onde o inserem, cria ali raízes, absorvendo vitalidade das forças circundantes, mas conservando com extraordinária tenacidade a sua autonomia psíquica”. Conforme Amaral (1981), a colonização do Brasil se diferenciava por seguir motivações puramente econômicas, sem visar conquistas militares como na América espanhola. Já em IRB nota-se que Sodré estende a condição colonial a todo o continente, sendo que ela decorre de sua formação econômica e social e não do caráter dos povos que a formaram.



Na “Evolução racial”, Sodré refuta as teorias de que a miscigenação suavizou aquelas relações,<sup>129</sup> mas atribui os preconceitos de raça à organização do trabalho, como resultado da divisão de classes:

É impossível esquecer que os cruzamentos entre brancos e negros, nos países de formação colonial, processaram-se entre brancos de uma classe, a classe dominante, e negros de outra classe, a classe dominada, fossem os seus elementos escravos ou fossem livres, desde que, conforme já lembramos, o negro permaneceu, em conjunto, na classe que fornece o trabalho (SODRÉ, 1958, p. 244).

Assim, nas diferentes seções de IRB, observa-se que “colonial” designa um complexo de subordinação que se manteve mesmo após a independência, tanto na esfera econômica quanto nas instituições políticas e nas manifestações culturais. E, para levantar suas principais características, Sodré cita a passagem de *Formação do Brasil contemporâneo* que trata do “sentido da colonização tropical”, embora não mencione o nome do livro nem o de Caio Prado Júnior no texto, apresentando, em vez disso, como “um estudioso moderno, para o qual os traços mais nítidos do quadro não ficaram obscuros” (SODRÉ, 1958, p. 60-61). As referências de Sodré a Caio Prado se estendem à descrição do regime econômico colonial.<sup>130</sup> Assim, ao apresentar a organização fundamentada em um regime de grandes propriedades, trabalho servil e produção em grande escala voltada ao mercado externo, tem-se que:

Nessa estrutura, que se esboça desde os primeiros dias como um destino a que é impossível fugir, é, na verdade, uma forma muito particular de capitalismo, – o capitalismo colonial, – condicionado em todas as suas manifestações, ainda as mais elementares, ao desenvolvimento do capitalismo comercial europeu, eivado, apenas para caracterizar a sua aparência exterior, dos traços locais antes indicados (SODRÉ, 1958, p. 64).

<sup>129</sup> A “teoria do branqueamento” vem de Silvio Romero, mas já era questionada desde autores como Euclides da Cunha, de maneira que era bastante anacrônica quando IRB veio a público. No entanto, nesse aspecto, parece que Sodré centrava suas críticas em Oliveira Viana, falecido em 1951 e cujas teses raciais guardam muitos contatos com Romero. Assim, sem citar o nome de Viana, Sodré (1958, p. 255) criticava “o sonho ingênuo de muitos é que a miscigenação resulte, finalmente, na predominância dos traços *arianos* e tremem de ira patriótica quando algum observador estrangeiro ainda persiste na afirmação de que o Brasil é um país de negros”.

<sup>130</sup> Em edições posteriores, o trecho de IRB citado a seguir sofreria algumas alterações por Sodré. Dessa forma, a estrutura econômica da colônia representaria “uma forma muito peculiar de mercantilismo” condicionado “ao desenvolvimento do capital comercial europeu” (SODRÉ, 1967, p. 70). A distinção entre capitalismo e capital comercial é tratada por Sodré em *Formação histórica do Brasil*, e, a partir dessa nova interpretação, o autor sustentou a existência de relações feudais ou semif feudais no país, o que não consta na edição de 1958.

Em *Formação do Brasil contemporâneo*, a conjunção daquelas três características diferenciava a organização brasileira dos países europeus e mesmo da América espanhola, onde a mão de obra foi fundamentalmente indígena:

Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião *numa mesma unidade produtora* de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que se assenta toda a estrutura do país, econômica e social (PRADO JR., 2004, p. 122-123 – grifos do autor).

Embora tais condições quase não sofressem alteração durante os três primeiros séculos, fatores como o surto minerador, o crescimento populacional e urbano e a expansão do mercado interno fizeram com que a sociedade brasileira se tornasse mais complexa, acarretando o surgimento de novas classes além de senhores e escravos. E o processo de transformação de uma economia e de uma sociedade coloniais em nacionais é o principal tema de IRB, que determina, inclusive, as avaliações dos eventos históricos. Nesse sentido, Sodré (1958, p. 31) considera que 1822 não representou uma revolução “no sentido em que só existe uma revolução onde se altera o direito privado, onde a posição relativa das classes sociais sofre mudança”. Pelo contrário, com o fim do monopólio comercial português, “a integração do país na economia internacional reforçou o trabalho servil e o domínio dos grandes proprietários, uma vez que essa classe passou a negociar diretamente com a Inglaterra” (Ibidem, p. 75).

Em sentido semelhante, o fim da escravidão se deu pelo regime ter se tornado um entrave à expansão do capitalismo, semelhante ao que ocorrera com o monopólio comercial às vésperas da independência. O trabalho servil passou a representar “um fator anti-histórico”, mas a abolição não sinalizou uma transformação efetiva na estrutura brasileira, na medida em que o regime de propriedade agrária se manteve inalterado. Nesse contexto e com um grande contingente de trabalhadores que passaram a ter de procurar emprego, a remuneração do trabalho foi mantida a níveis irrisórios:

A transição do trabalho, do campo do sistema servil, em que não havia paga, para o campo do sistema a salário, quando aquela paga se impunha e entrava no custo da produção, estava burlada, assim, desde a suas origens. Tudo isso ocorria apenas porque, sofrendo alterações parciais ou de superfície, a estrutura econômica de produção se conservava, em essência, estritamente colonial (SODRÉ, 1958, p. 39-40).

Ao longo de IRB, percebe-se que Sodré articula a narração dos eventos e a descrição das estruturas em um mesmo sentido, de um diagnóstico das origens e permanências de traços coloniais para a paulatina integração do país em seus diferentes aspectos. A “revolução brasileira” seria assim um processo de longo prazo, mas sua resolução dependeria das ações realizadas no presente, sobretudo a partir da política. Dessa forma, a revolução não significava somente crescimento econômico, pois seu objetivo seria levar o Brasil a superar sua antiga dependência do exterior. Em seu trabalho sobre o ISEB, Caio Navarro de Toledo assinala que Sodré se alinhava a um grupo de autores que, na defesa de um desenvolvimento baseado em capitais nacionais e voltado ao mercado interno, pensava: <sup>131</sup>

(...) a dependência fundamentalmente em termos da *dominação colonial*, nunca poderiam conceber que as nações centrais ou metropolitanas admittissem ou aceitassem promover o desenvolvimento ou industrialização dos países periféricos. Estes seriam objetivados basicamente como nações a serem exploradas (fontes de matérias-primas; mercado para os manufaturados produzidos nos países industriais, etc.) (TOLEDO, 1977, p. 160).

Nessas condições, “colonial” e “nacional” representavam polos em conflito, aos quais correspondiam respectivos setores econômicos e classes sociais. No Brasil dos anos 1950, haveria uma disputa entre as forças “ligadas à economia já estruturada e em momento decisivo de seu desenvolvimento”, como a indústria voltada ao mercado interno e pequenos agricultores, enquanto em um campo oposto estavam os grandes proprietários rurais, “os setores industriais dependentes ou acorrentados às empresas estrangeiras estabelecidas no país, os grupos mercantis dependentes da importação de produtos acabados” (SODRÉ, 1958, p. 105). No plano das classes sociais, aquela contradição aparece entre um grupo que reunia o proletariado, a classe média e um setor da burguesia contra a grande burguesia, ligada ao capital externo, e os latifundiários, que recusavam qualquer reforma que alterasse a estrutura da propriedade rural (TOLEDO, 1977, p. 119).

---

<sup>131</sup> Posição que não era unânime entre os isebianos, pois Toledo (1977) menciona a posição de autores como Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos em favor da participação de capitais externos na expansão econômica e mesmo de políticas autoritárias que resguardassem aquele crescimento de possíveis oposições, como a do PCB. Ao mesmo tempo, Toledo (1977) observa que desenvolvimento e industrialização eram entendidos quase que como sinônimos entre os dois grupos.

Contudo, ao invés de avaliar a elaboração de IRB em relação aos programas e teses formulados pelas instituições das quais Sodré participou,<sup>132</sup> as reflexões de Koselleck (2006) sobre o conceito de revolução auxiliam a compreender como o autor estudado elaborava uma história do Brasil. Afinal, entre as características que definem os significados de “revolução” na modernidade, Koselleck menciona a experiência de aceleração do tempo mediante as inovações técnicas e as alterações de regime político, que passaram a ocorrer a prazos mais curtos do que em períodos anteriores.<sup>133</sup> Para explicar esse conjunto de transformações nas sociedades, a “revolução” deixou de remeter a ciclos naturais para regular o conhecimento e a ação dos sujeitos envolvidos: “O processo revolucionário e a consciência da revolução, despertada por esse mesmo processo e sobre ele retroagindo, tornam-se desde então inseparáveis” (KOSELLECK, 2006, p. 69).

Essas dimensões não são pronunciadas apenas no prefácio de IRB, onde Sodré (1958) menciona a intenção de “realizar uma tentativa de esclarecimento político” para “a aceleração do mencionado processo”. Pois, em diferentes passagens o autor passa do panorama histórico para o chamamento à ação dos contemporâneos:

O Brasil denuncia, na inquietação do presente, a antinomia de sua estrutura econômica colonial, profundamente associada aos interesses do imperialismo, enquanto a sociedade, em seu desenvolvimento dinâmico, impulsiona a burguesia nacional e o proletariado como forças capazes de proporcionar uma política de transformação daquela estrutura nacional cujas linhas permitam a livre expressão dos interesses e forças reais das classes em que se divide a sociedade brasileira (SODRÉ, 1958, p. 51-52).

---

<sup>132</sup> Isso se deu não apenas por grande parte da bibliografia acadêmica se concentrar nesses aspectos, como também porque Sodré manteve posições por vezes conflitantes com as de outros membros daquelas instituições, sobretudo no ISEB. Nesse aspecto, Caio Navarro de Toledo observa que Sodré “jamais se utilizou da emblemática noção de ideologia do desenvolvimento nacional – bem como de outras noções correlatas e ali amplamente difundidas, tais como “ideologia autêntica”, “consciência crítica”, consciência ingênua, “redução sociológica”, etc. Enquanto os outros isebianos frequentemente citavam uns aos outros, Sodré nunca se referia aos trabalhos de seus colegas; da mesma forma, estes nunca citavam suas obras” (TOLEDO, 2001, p. 48-49). Além disso, Sodré criticava o projeto isebiano de formular uma “ideologia do desenvolvimento” por identificar a instituição com o governo Kubitschek (SODRÉ, 1990b, p. 174), que o autor criticava especialmente na área econômica.

<sup>133</sup> Em *Estratos do tempo*, Koselleck apresenta algumas características da experiência da aceleração no início da Revolução Industrial, como a fabricação de relógios e a construção de ferrovias. Essas inovações técnicas acarretaram uma nova percepção do tempo, pois sua medição em unidades iguais e o aumento da velocidade nos transportes ultrapassaram os limites impostos pela natureza: “Só podemos registrar algo como aceleração quando as taxas, medidas nos mesmos períodos da cronologia natural passam a aumentar geometricamente, não mais aritmeticamente” (KOSELLECK, 2014, p. 152). Assim, tal conjunto de transformações indicava uma experiência histórica moderna, compreendida como um processo de mudanças a um ritmo crescente. Por outro lado, as referências de Sodré ao “fio”, à “marcha” ou ao “carro” da história em edições posteriores de IRB indicam que o autor compreendia a revolução como forma de o Brasil alcançar o estágio econômico e técnico dos países desenvolvidos de maneira acelerada.

Em outro trecho, após Sodré descrever a organização econômica do país em meados do século XIX, lê-se que: “É essa estrutura colonial que permanece inviolada, que se transfere do cenário de um país independente, do ponto de vista político, e tem longa vida dentro dos novos moldes, de sorte a chegar aos nossos dias” (SODRÉ, 1958, p. 79). A persistência de características coloniais na sociedade brasileira e a atualidade do processo que poderia levar à sua superação é reiterada pelo autor e justifica a própria elaboração de IRB, como se pode ler a seguir:

Nenhuma política capaz de proporcionar a eliminação total dos resquícios ainda muito poderosos da estrutura colonial da estrutura brasileira, capaz de orientar-se no sentido de conjugar as medidas necessárias ao pleno desenvolvimento de uma economia nacional – poderá deixar de parte o estudo da fase em apreço (SODRÉ, 1958, p. 96).

E não apenas a estrutura econômica e de classes sociais, como as relações entre brancos e negros e os preconceitos contra estes últimos seriam superados na medida em que o país se libertasse daqueles entraves:

As relações de raça, num país de formação colonial como o nosso, que evolui para uma caracterização nacional, serão colocadas em seus termos exatos. Na medida em que conquistarmos os objetivos sucessivos que balizarão mudança tão profunda, as relações de raça tenderão a alterar-se em seus fundamentos (SODRÉ, 1958, p. 256-257).

Aplicado por Sodré ao contexto brasileiro do fim dos anos 1950, o conceito de revolução passou a ordenar historicamente as experiências de transformação social e a orientar a ação dos envolvidos no processo, conforme as considerações de Koselleck sobre o tema.<sup>134</sup> Contudo, sua utilização enquanto ferramenta de análise e escrita da história não se esgota nos significados levantados até o momento. Pois, na ideia de revolução e de seus agentes, os revolucionários, está implícita a noção de que “fazer a história” se tornou possível a partir de sua concepção

---

<sup>134</sup> No entanto, cabe notar que Sodré não foi o único historiador do período que afirmava haver uma revolução em curso no país. Pois, embora com formações e enfoques distintos, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. também interpretaram o tempo histórico naquele sentido, segundo Ricardo Oliveira da Silva (2018). Fosse enquanto passagem do iberismo para o americanismo em *Raízes do Brasil* ou da colônia à nação em *A revolução brasileira*, essas obras buscavam compreender o que o Brasil poderia se tornar em decorrência das transformações sociais e econômicas que ocorriam no tempo presente. De acordo com Silva (2018, p. 129-130), ambas são exemplos de ensaio histórico, que apresentam a história enquanto síntese organizada em torno de uma tese a ser demonstrada pelo autor, em que os problemas do presente eram explicados pela “gênese colonial” do país a ser superada no futuro. Desse modo, embora o presente trabalho não se concentre naqueles autores, observa-se que as reflexões de Sodré sobre o tema da revolução brasileira e seus possíveis desdobramentos não eram alheias aos principais historiadores da época.

como um singular coletivo que abarcava o conjunto das histórias individuais. E Koselleck observa o quanto esse novo conceito modificou sua elaboração:

Uma história que só é história quando e na medida em que é conhecida e está, é claro, mais fortemente ligada ao homem do que uma história que, no seu acontecer atinge o homem como um destino. O conceito reflexivo, de história como tal, abre um espaço de ação em que os homens se veem forçados a prever a história, a planejá-la, a *produzi-la*, nas palavras de Schelling, e por fim a fazê-la. Desde então, história já não significa apenas relatos e informes sobre acontecimentos passados. Seu significado narrativo, pelo contrário, é levado a retrair-se (KOSELLECK, 2006, p. 237 – grifos do autor).

Apesar de Koselleck (2006) se concentrar no universo da língua e da experiência germânicas, acredita-se que suas observações ajudam a compreender porque Sodré organizou IRB a partir de temas, em vez de empregar uma única sequência cronológica na qual o narrativo se sobressairia ao analítico. Afinal, o autor alemão observa que o conceito moderno de história passou a adquirir um sentido universal de progresso em direção ao futuro, em que o registro cumulativo de eventos não bastava para indicar suas tendências. Nesse sentido, no começo da seção relativa à história econômica, Sodré realça a importância de relacioná-la com outras áreas de estudo para uma melhor compreensão histórica:

Está claro que não se pretende, aqui, negar ou esquecer as íntimas ligações que existem, em todas as coletividades humanas, entre o que é político, o que é social, o que é econômico. Mais do que isso, e muito ao contrário, só é possível fazer história econômica com um conhecimento muito amplo de história política e de história social e das relações que associam esses campos ao da economia em desenvolvimento (SODRÉ, 1958, p. 57).

Dessa forma, a divisão do passado em épocas era uma “simples ficção de ordem didática” para distinguir fases “na realidade perfeitamente encadeadas, como todo estudioso elementar da ciência da história não pode deixar de admitir”. Ao mesmo tempo, uma história apresentada como sinônimo de progresso implicava o uso de conceitos que indicassem o movimento rumo a um tempo diferente dos anteriores. No contexto europeu, a descoberta de outros continentes a partir do século XV revelou a existência de civilizações em graus de desenvolvimento distintos habitando espaços contíguos, o que reforçou as comparações entre elas e a experiência da “simultaneidade do não simultâneo” como base de toda a história (KOSELLECK, 2006, p. 286).

Essa experiência afetou a escrita da história, que da crônica de eventos individuais em um tempo cíclico, ligado à natureza, adquiriu uma qualidade universal a demandar uma reescrita constante. Afinal, a compreensão histórica do presente passou a ser explicada em termos de diferenças, e não de continuidades em relação ao passado:

Uma vez registradas historicamente novas experiências, presumivelmente jamais feitas antes, tornou-se possível compreender também o passado como fundamentalmente diferente. Isto levou a que, no horizonte do progresso, as épocas tivessem que ser expressas em sua singularidade. O diagnóstico do novo tempo e a análise das eras passadas se correspondiam mutuamente (KOSELLECK, 2006, p. 287).

Em sua análise das obras publicadas por Sodré, no período em que o autor participou do ISEB, Rodrigo de Paula Morais identifica uma mesma estrutura de elaboração, cuja finalidade persiste mesmo com as reescritas da história que Sodré promoveu:

A narrativa do passado tinha o objetivo de justificar um certo diagnóstico proposto pelo autor acerca dos problemas do presente, com vistas a propor caminhos para a superação desses problemas – no caso, por meio daquilo que chamou de Revolução Brasileira. A identificação de novos problemas no presente resultou, conseqüentemente, em mudanças na narrativa sobre o passado (MORAIS, 2015, p. 110).

E o próprio Sodré ressalta essas relações entre passado, presente e futuro, quando considera que o interesse crescente pelos estudos históricos naquela época se explicava

(...) pelas enormes possibilidades que oferece de esclarecer, com os seus elementos de informação e com os seus métodos, as razões do que vem acontecendo em nossos dias, ao mesmo passo que, com os recursos que proporciona, ajudar a constituição de bases seguras para todas as iniciativas destinadas a influir daqui para a frente (SODRÉ, 1958, p. 55).

A experiência “da anacronia das histórias diferentes, mas cronologicamente simultâneas”, que Koselleck (2006) identifica na modernidade europeia pode ser transposta ao Brasil em seu processo de transição para o capitalismo, conforme as teorias de Sodré sobre a revolução brasileira. Isso porque, mesmo considerando que o país atravessava a “mais acelerada transformação de sua história” naquele momento, Sodré afirmava que “o Brasil é ainda suficientemente colonial para que se denunciem, por toda a parte, em variados aspectos, a presença do passado, e do passado distante” em suas estruturas, o que resultava em um país

marcado por contrastes e anomalias (SODRÉ, 1958, p. 67).<sup>135</sup> Pois, mesmo com as inovações técnicas do século XX, da produção aos meios de transporte e à geração de energia,

(...) o quadro brasileiro, através de quatro séculos de atividade, mostrara apenas isso: deslocamentos periódicos de culturas, de processos de exploração, de espaços a explorar, deixando atrás o vazio, o empobrecimento, o atraso, correspondendo, assim, a uma dispersão enorme de energias, a um malbaratamento de recursos de toda ordem, sem encadeamento, sem continuidade, sem substância, sem herança, – por força da estrutura colonial a que estávamos subordinados (SODRÉ, 1958, p. 99).

O Brasil é apresentado como um país disposto “em ilhas desiguais e dispersas, de desenvolvimento diferente, de características e possibilidades diferentes” (SODRÉ, 1958, p. 102), em uma imagem que Sodré manteve de sua obra anterior, mas que agora poderia ser superada por meio de uma revolução nas estruturas que condicionavam o desenvolvimento do país.<sup>136</sup> Assim, por seu caráter de transformação geral da sociedade, a revolução adquiria um sentido permanente, de processo que não se interromperia enquanto seus objetivos não fossem alcançados.<sup>137</sup> Essa perspectiva não era estranha ao marxismo, dada a passagem de *O 18 de brumário* em que se lê:

Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher a sua poesia. (...) As revoluções anteriores tiveram de recorrer a memórias

<sup>135</sup> Embora o presente trabalho não se concentre nas relações entre Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil contemporâneo*, há passagens semelhantes nesse sentido, pois “o passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente. Em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir”. Dessa forma, “quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas” (PRADO JR., 2004, p. 10-11). Portanto, apesar das diferenças entre os autores, nota-se que ambos afirmavam a persistência de traços do passado no tempo presente.

<sup>136</sup> Em *Formação da sociedade brasileira*, Sodré (1942, p. 188) menciona a existência de “arquipélagos econômicos, políticos, sociais” a partir do ciclo da mineração, o que caracterizaria a heterocronia do processo histórico brasileiro. E essa diferença no ritmo de desenvolvimento entre as regiões teria persistido mesmo com o princípio de industrialização nas décadas de 1910 e 1920, pois “as deficiências de circulação, por outro lado, proporcionaram a necessidade da existência de manufaturas locais, com mercado reduzido e próximo, verdadeiras ilhas econômicas, de produção, dentro do continente nacional” (SODRÉ, 1942, p. 335).

<sup>137</sup> Dessa forma, a revolução não se limitava a seus aspectos políticos como tampouco poderia ser revertida a conjunturas anteriores, aspectos levantados por Koselleck ao discutir os significados do conceito a partir da modernidade. E as interpretações de Sodré coincidem nesse sentido, pois no prefácio à quarta edição de IRB, ele comenta que “a Revolução Brasileira não parou: a negação originada em 1964, apesar de tudo, está nela inserida, integrou-se no processo. Quando o processo precisa dar um passo atrás, necessita, depois, dar pelo menos dois adiante” (SODRÉ, 1978, p. 9). Assim, nota-se que, para Sodré, o que estava em disputa eram os rumos que aquelas transformações poderiam adquirir. Por esse motivo, José Antonio Segatto avalia que enquanto Sodré percebeu “a possibilidade de a revolução burguesa (ou revolução brasileira) ganhar contornos democráticos e autônomos, no fim do decênio de 1980 concluiu que, ao contrário, ela seguiu o caminho excludente, antidemocrático, de modernização conservadora, dependente do capitalismo e inconcluso” (SEGATTO, 2006, p. 275).



históricas para se insensibilizar em relação ao seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX precisa deixar que os mortos enterrem os seus mortos para chegar ao seu próprio conteúdo (MARX, 2011, p. 28-29).

De acordo com Koselleck (2006, p. 74), para Marx a revolução se torna “um agente personificado da história”, pois o comunismo remete a um futuro que não se realiza por completo diante do mundo empírico a ser superado. Assim, ligadas a uma nova concepção do tempo histórico, essas transformações demandavam termos que expressassem o conceito de movimento na história, pois após a Revolução Francesa o tempo presente passou a ser entendido como um tempo de transição, inserido em um contexto de transformações constantes. Essa nova experiência se baseava em duas noções, “a diferença de qualidade que se espera para o futuro, e, associada a isto, a mudança dos ritmos temporais da experiência: a maior rapidez com que o tempo presente se diferencia do passado” (KOSELLECK, 2006, p. 288).

Ao longo de IRB, há passagens que se referem a momentos de transição na história do país, inseridos numa perspectiva de longo prazo que indicava transformações tanto no plano interno quanto nas relações do Brasil com o exterior. Desse modo, ao tratar do fim do ciclo minerador e o começo do capitalismo industrial na Europa, Sodré (1958, p. 68) considera que “não é uma escolha arbitrária aquela que nos leva a fixar a metade do século XVIII como assinalando, – na precariedade inerente a tais repartições, – um instante de transição no desenvolvimento econômico brasileiro”. Afinal, aquela combinação de fatores assinalava a crise no monopólio comercial português e a maior integração do Brasil no mercado mundial, o que diversificou a atividade econômica e a estrutura das classes sociais no país às vésperas da independência.

Em outro trecho, Sodré avalia o surgimento de uma pequena burguesia entre as duas guerras mundiais, como indício de que o Brasil desenvolvia uma atividade industrial e um mercado interno que começava a superar a produção agrícola. Considerada pelo autor como o setor que impulsionou a Revolução de 1930, apesar de seus projetos reformistas não terem sido realizados na Era Vargas, aquela classe:

(...) gerara-se numa acelerada progressão, não só pela divisão do trabalho, que se estabelecera nitidamente entre nós, denunciando a transição para uma economia capitalista, como pelo recrutamento dos quadros políticos e dos quadros administrativos e pelo aumento do campo em que as profissões liberais e o pequeno comércio encontravam os seus horizontes (SODRÉ, 1958, p. 48).

A “acelerada progressão” indica um conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais a um ritmo crescente, assim como uma nova consciência do tempo. Nesse sentido, Koselleck observa que a expressão “tempo contemporâneo” se difundiu rapidamente na passagem entre os séculos XVIII e XIX, em um sinal de que os períodos mais recentes eram percebidos como novos, dotados de qualidades históricas que superavam o registro tradicional das crônicas medievais. Assim, tanto a experiência histórica quanto sua elaboração pela consciência se aceleravam, o que requeria o emprego de conceitos que expressassem a diferença entre a própria época e as anteriores:

Para exprimir de maneira enfática suas próprias experiências como verdadeiramente novas, havia muitas outras expressões à disposição, expressões que conseguiram se impor nos decênios em torno de 1800, ou às quais estavam associados novos sentidos: revolução, progresso, desenvolvimento, crise, espírito do tempo – expressões que continham indicações temporais que, antes, nunca haviam existido dessa maneira (KOSELLECK, 2006, p. 282).

Apesar das diferenças de contexto, os indicadores de uma nova consciência do tempo e de uma concepção moderna de história também se encontram em Sodré e são utilizados pelo autor para diferenciar o Brasil contemporâneo e a escrita de sua história em relação aos modelos precedentes. Embora Sodré utilize conceitos de base marxista em suas análises, como será avaliado, a ‘revolução’ e o ‘desenvolvimento’ em IRB conferem à história um aspecto de movimento que se processava no presente. História cujo sentido não se limitava a um antes e um depois de dado acontecimento, como a independência, a abolição, a Revolução de 1930 ou o Estado Novo, por exemplo. Afinal, as constantes referências de Sodré às ‘estruturas’ indicam que o autor buscava analisar as condições econômicas, sociais e políticas nas quais aqueles eventos ocorreram sob uma perspectiva diacrônica:

Quanto mais rigorosa for a coerência sistemática, quanto mais longos forem os prazos dos aspectos estruturais, tanto menos eles poderão ser narrados em ordem cronológica estrita, com antes e depois. Também a “duração” pode se tornar evento, do ponto de vista historiográfico. (...) Uma vez analisadas e descritas, as estruturas podem ser objeto de narrativas, como fatores que pertencem a um conjunto de eventos de outra ordem (KOSELLECK, 2006, p. 139).

Para captar suas características e transformações, que não se apreendiam a partir de uma experiência direta dos eventos, a história devia ser escrita como “sistema”, e não como “agregado”, mote da escola de Göttingen (KOSELLECK, 2006, p. 292), que poderia ser

aplicado ao autor pesquisado. De acordo com Sodré, a transição do país para uma sociedade burguesa e capitalista enfrentava obstáculos internos e externos, mas esse processo se intensificava na medida em que o país se aproximava do tempo presente: “Certo é que, entretanto, as transformações de que o país vem sendo palco persistem em seu desenvolvimento e sofrem em nosso prazo uma aceleração cada vez maior, encurtando os prazos a vencer” (SODRÉ, 1958, p. 256). Porém, enquanto isso levava a um maior engajamento da historiografia com as questões do presente, também pressionava por projeções de futuro que problematizavam o fazer histórico.<sup>138</sup> Dessa forma, a produção de Sodré apresentava características e estava submetida a pressões semelhantes às que Koselleck observa com o surgimento da história no sentido moderno:

A experiência fundamental do movimento, da mudança em direção a um futuro aberto, foi compartilhada por todos, só tendo ocorrido disputa sobre o ritmo e a direção a seguir. Esta disputa, de início restrita apenas aos que tinham poder de decisão política, se ampliou como consequência das subversões sociais, terminando por provocar a decisão de cada um, com a formação de partidos. Desde então o tempo histórico passou a exercer uma coerção à qual ninguém podia escapar (KOSELLECK, 2006, p. 295-296).

De acordo com uma história que avaliava as condições estruturais da sociedade brasileira e suas transformações, o conceito de revolução serviu como ferramenta para interpretar esse movimento em um sentido e articulá-lo a um projeto político.<sup>139</sup> E nesse aspecto, ainda que IRB tenha sido modificada em edições subsequentes, não há como desvincular a obra dos referenciais marxistas que a embasaram. Por isso, André Moysés Gaio (2000, p. 215-216) observa que “o marxismo significava ao mesmo tempo uma ciência e uma teoria da revolução para Sodré, cujas obras procuravam analisar a formação social brasileira em suas origens e possibilidades de transformação num sentido nacional e democrático”.

---

<sup>138</sup> Aspecto esse que também se encontra na produção de Marx. Pois apesar de criticar as pretensões dos hegelianos de “fazer a história” a partir de categorias filosóficas em *A ideologia alemã* (2004, p. 68-72), a história contemporânea de *O 18 brumário* visava deduzir os possíveis rumos da revolução naquele momento. Assim, “pode-se supor que a ação prático-política de Marx se baseia em considerações históricas apropriadas para empurrar o horizonte de expectativas utópicas cada vez mais para frente” (KOSELLECK, 2006, p. 243).

<sup>139</sup> Nesse sentido, Helio Cannone considera que Sodré “deu insumo teórico” ao ISEB e à aliança entre comunistas e trabalhistas durante o governo Jango. Contudo, a aliança entre esses grupos e o modelo de desenvolvimento defendido por eles foram encerrados com o golpe, e “a partir de 1964 os militares o deram sentido completamente distinto, afastado do povo e da democracia como meios para a conclusão da revolução brasileira” (CANNONE, 2018, p. 105).

Uma história com essas características é marcadamente militante, assim como na bibliografia de Marx e Engels são recorrentes as referências a questões políticas e sociais da atualidade, por exemplo. No caso de Sodré, a partir de seu maior contato com o marxismo, o autor se define pela defesa de um programa nacionalista e reformista sustentado pelas esquerdas da época. No entanto, como Pierre Vilar afirmou a respeito de Marx e Engels, essa postura engajada não invalidava o caráter científico de seus trabalhos, antes ressalta sua importância para a realização do projeto político defendido pelos autores:

Tanto Marx quanto Engels, assim como seus grandes discípulos, declaram abertamente sua opção política e pretendem servi-la com suas obras; estão convencidos, porém, de que o melhor modo para obter isso é uma análise correta, capaz de emprestar uma inteligibilidade suficiente aos eventos, se não mesmo uma ciência da matéria histórica, cujos princípios nos ofereceram, e não evidentemente, um aparelho operativo que sirva para todos os usos (VILAR, 1979, p. 119-120).

Ao se examinarem as referências ao marxismo na produção sodreana e sua relação com os projetos políticos nos anos 1950-1960, a abordagem mais recorrente consiste em levantar a participação do autor no ISEB e suas afinidades com as análises e programas do PCB. No entanto, essa linha de interpretação apresenta alguns limites, como o de reduzir o pensamento de Sodré a um reflexo das teorias levantadas naquelas instituições, ou suas obras como simples instrumentos para o debate político. Isso acontece, por exemplo, quando ao cotejar a Declaração de Março de 1958 do PCB com as teses de Sodré sobre o feudalismo e a estrutura de classes brasileira, Rodrigo de Paula Morais (2015, p. 115) afirma que “a semelhança das análises de Sodré em *Formação histórica do Brasil* com as da Declaração só poderiam ser maiores caso o autor transcrevesse literalmente o documento”.

Conforme outros autores, menos que um intérprete do Brasil, Sodré teria sido um divulgador do marxismo que adaptou a doutrina oficial, de matriz soviética, ao contexto do país. Dessa forma, José Carlos Reis considera que Sodré:

(...) desenvolve uma análise do Brasil estreitamente ligada à análise do PCB, que estava ligado à III Internacional, ao comunismo soviético, ao marxismo stalinista. Nos anos 1950, ele elaborou de forma teórica as intuições e repetições dogmáticas do marxismo-leninismo dos militantes do PCB (REIS, 2000, p. 152).

Decerto, não há como ignorar os vínculos entre Sodré, o PCB e as referências que embasaram muitas de suas interpretações, aspectos levantados no primeiro capítulo e que são um ponto recorrente na bibliografia sobre o marxismo no Brasil. Da mesma forma, o

esquematismo daquelas teorias e seus limites de aplicação, em uma sociedade tão distinta quanto a brasileira, foram levantados por diversos autores, dos quais Caio Prado Júnior talvez seja o exemplo mais representativo. No entanto, ao se voltarem contra Sodré, muitas daquelas críticas visavam, de fato, ao programa nacional-reformista do PCB, considerado a causa dos erros de avaliação econômica, social e política que levaram as esquerdas para a derrota em 1964.<sup>140</sup> Como muitos dos marxistas brasileiros na época, Sodré e suas teses foram desqualificadas a partir do golpe militar, mas

Se estes autores sofrem o limite de seu tempo, uma leitura *a posteriori* de suas obras e a exigência de uma complexidade impossível na época de seus escritos torna-se única e exclusivamente um balanço político de sua ação, e não um balanço teórico de suas teses (CONTE, 2010, p. 58).

Além disso, apesar das implicações políticas da teoria sodreana não constituírem o principal enfoque deste trabalho, é preciso considerar que a formação de uma frente pluriclassista era apresentada como necessária para o avanço de reformas na sociedade brasileira, mas não estava determinada de antemão. Pois Sodré (1958, p. 46) avaliava que, em um país onde “o operário ressentia-se de suas origens camponesas” e a classe trabalhadora só emerge no cenário político a partir de 1930 (Ibidem, p. 138), a aliança entre os trabalhadores urbanos e rurais era insuficiente para levar adiante um programa daquela magnitude. Assim, dada a correlação das forças sociais no país, a pequena burguesia e a burguesia nacional se mostravam determinantes para o sucesso daquela frente. Contudo, se o nacionalismo poderia funcionar como agregador das diferentes classes em favor de um projeto de desenvolvimento autônomo,

(...) a definição da burguesia como nacional não se dá apenas pela mera inserção no processo produtivo do capital, mas depende das opções políticas que ela encara como classe, ao se defrontar, por um lado, com a pressão imperialista, e, por outro com o proletariado (DEL ROIO, 2007, p. 99).

---

<sup>140</sup> Esse aspecto foi observado por Gildo Marçal Brandão (1997), João Quartim de Moraes (2001) e Leandro Konder (2006), por exemplo. Por parte de Sodré, em uma carta de 1996 o autor afirma que: “sempre estive distante da pretensa rivalidade e da real diferença de posições entre Caio Prado e eu. O que existiu, de fato, foi uma diferença de pontos de vista em relação a determinada fase da história brasileira”. E a respeito de suas relações com o partido, Sodré assevera que: “jamais tive responsabilidade nas interpretações do PCB, constante de seus documentos sobre evolução histórica do Brasil. Jamais fui responsável por análises do PCB a respeito da sociedade brasileira”, mas, ao mesmo tempo, afirma que isso “não indica, por outro lado, que entre eu e o PCB houvesse distanciamento” (SODRÉ apud BARROS, 2011, p. 88-89). Desse modo, percebe-se que Sodré procurou manter sua autonomia intelectual sem negar suas afinidades com as posições do partido.

Dessa forma, Sodré avaliava a revolução brasileira como um processo de transformações estruturais cujo desenlace se aproximava, mas seu resultado dependeria das decisões políticas tomadas pelos diferentes atores naquele instante.<sup>141</sup> Se a “tênue linha entre a análise e a vontade” (CONTE, 2010, p. 106) mostra-se problemática à medida que Sodré se aproxima do tempo presente, pretende-se antes analisar sua concepção de história do que avaliar a teoria sodreana sobre a revolução brasileira em termos de erros ou acertos.<sup>142</sup> E, nesse sentido, embora se encontrem referências ao imperialismo a partir de IRB, não basta remeter ao texto de Lênin<sup>143</sup> para explicar como Sodré maneja esse conceito de acordo com o contexto brasileiro.

Assim, uma vez que Lênin situa a transformação do capitalismo em imperialismo entre as décadas de 1870 e 1900 (p. 7-8), as referências ao termo em IRB surgem a partir do período republicano. De acordo com o autor russo, naquele período, o capitalismo passou de um regime de livre concorrência para a formação de monopólios financiados pelos grandes bancos dos países capitalistas mais avançados. Para garantir sua expansão diante da concorrência dos demais países, esses conglomerados industriais, financeiros e comerciais visavam à posse de colônias para adquirir matérias-primas. Desse modo,

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra pelos países mais importantes (p. 43).

O imperialismo não envolvia apenas a aquisição formal de colônias, como na África e na Ásia, como também se fazia presente em Estados “semicoloniais”, como a Pérsia, a China e

<sup>141</sup> No capítulo “Perspectivas”, presente desde a terceira edição (1967), Sodré se baseia em Lênin para rebater as críticas “esquerdistas” que menosprezaram o caráter revolucionário daquele programa, a fim de radicalizar o cenário político e forçar uma passagem ao socialismo, o que dividiu a frente pelas reformas e permitiu a vitória dos setores favoráveis ao golpe sem maior resistência. Em crítica às posições pecebistas e de Sodré, Marly de Almeida Gomes Vianna (2006, p. 266-267) afirma que teses como as dos vestígios feudais e da burguesia nacional seriam “maus compromissos” resultantes da falta de base política e teórica para encaminhar as questões que a revolução brasileira propunha. Por outro lado, Gildo Marçal Brandão (1997, p. 239) pondera que a bibliografia acadêmica que reavaliou as causas do golpe a partir da década de 1980 “corrige o juízo ‘esquerdista’ dos anos 70, mas ninguém admite que os resultados da análise beneficiam a imagem do PC, que continua a ser invectivado como ‘moderantista’, etc.”.

<sup>142</sup> Nos argumentos de Sodré quanto à revolução brasileira, Daniela Conte (2010, p. 117) considera que houve uma “recorrente imprecisão na análise e maior grau de subjetividade na caracterização dos agentes históricos de seu tempo presente”. Já Bernardo Ricupero (2000, p. 102) é mais incisivo ao avaliar que o conceito de “povo tem talvez um sentido próximo ao do Terceiro Estado da Revolução Francesa, com a diferença de que este era considerado um corpo único por seus contendores, o Primeiro e o Segundo Estados, enquanto aqui nada o unifica, a não ser a vontade de Werneck Sodré e do PCB”.

<sup>143</sup> *O Imperialismo, etapa superior do capitalismo (1916)*. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/o-imperialismo.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

a Turquia. Para Lênin, esses países representavam casos “intermédios”, pois embora politicamente independentes, “na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática” (p. 41).<sup>144</sup>

De volta a Sodré, embora o texto original de Lênin seja de 1916, o autor aqui destacado considera o imperialismo como uma força atuante na época em que IRB foi publicada, em um país onde a independência política não significou uma autonomia no plano econômico (SODRÉ, 1958, p. 26) e a burguesia local se esboçara apenas a partir da Primeira Guerra.

Junto do processo econômico, a análise do imperialismo demonstra que a mundialização do capital tem seu momento de legitimação política, passando a constituir a disputa de mercados em uma disputa entre os Estados capitalistas por novos espaços e frentes de atuação. É a fusão definitiva entre política e economia. Desde esta perspectiva, o autor fará o esforço permanente para demonstrar em sua obra que a luta anti-imperialista é um dos caminhos a serem seguidos na busca de modernização (CONTE, 2010, p. 100).

Sodré afirma que apenas a partir da primeira república a produção industrial direcionada ao mercado interno adquiriu alguma relevância no país, mas tratava-se de uma atividade ainda voltada a utilidades primárias, como vestuário e utensílios domésticos. Nesse período, contemporâneo às análises de Lênin, setores como o de energia e transportes eram explorados pelo capital externo através de empréstimos bancários e pela concessão de serviços públicos a empresas particulares. Com o país inserido nesse contexto global, “as áreas americanas de economia ainda colonial seriam disputadas por todas as formas”, e o fornecimento de novas fontes energéticas, como a eletricidade, pertencia “a empresas externas que o período de acumulação capitalista levou à articulação monopolista” (SODRÉ, 1958, p. 44-45).

---

<sup>144</sup> Embora não elenque o Brasil entre esses países, Lênin (p. 30-31) menciona um relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo quanto ao predomínio de capitais franceses, belgas, britânicos e alemães nas estradas de ferro brasileiras, além de citar que, entre 1890 e 1915, Inglaterra e Alemanha investiram cerca de um bilhão de dólares na Argentina, no Brasil e no Uruguai. Além disso, cabe notar que a própria definição do imperialismo foi motivo de polêmica entre os marxistas, como nas críticas que Lênin dirige a Karl Kautsky em mais de uma passagem. Enquanto Lênin considerava que o imperialismo tornava o Estado mediador das classes dominantes em cada país, Kautsky definia o imperialismo como a política de exploração dos países subdesenvolvidos pelos países capitalistas mais avançados (WEEKS, 1988, p. 188). Para Lênin, a definição de Kautsky ignorava a dimensão econômica do imperialismo, como se as políticas coloniais pudessem ser combatidas sem modificar aquelas bases econômicas: “Daqui resulta que, desse modo, se dissimulam, se ocultam as contradições mais fundamentais da fase atual do capitalismo, em vez de as pôr a descoberto em toda a sua profundidade; daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo” (p. 44). No caso de Sodré, embora o autor defenda um conjunto de reformas para desenvolver o país no combate ao imperialismo, os aspectos políticos e econômicos daquele programa mostram-se indissociáveis.

Nesse quadro em que Sodré identifica um conjunto de alterações paulatinas, o autor articula os novos elementos no sentido de um choque entre a formação de uma economia sobre bases nacionais com o imperialismo das grandes potências. Nesse sentido, as duas guerras mundiais, que envolveram os principais países imperialistas, ocasionaram uma “folga (...) em que a estrutura nacional de produção podia procurar novos caminhos, acomodar-se com os seus próprios recursos” (SODRÉ, 1958, p. 97).

A industrialização do Brasil, e com ela o surgimento tanto de uma burguesia quanto de um proletariado nacionais, se acelerou naqueles períodos, mas sua expansão estava condicionada por entraves internos e externos. Desse modo, a imagem das dicotomias e contrastes que atravessavam o país é apresentada por Sodré em termos de classes.<sup>145</sup>

De um lado, Sodré associa o imperialismo à permanência de uma estrutura agroexportadora de origem colonial; no campo oposto, o autor identifica o processo de industrialização com o surgimento do capitalismo no país, motivo pelo qual a revolução brasileira seria de caráter burguês. As estruturas econômicas em choque correspondiam às respectivas “frentes” de composição social heterogênea, vigentes na época em que IRB foi publicada:

Enquanto a classe trabalhadora, a burguesia nacional e parte da pequena burguesia se colocam de um lado, alinham-se de outro à grande burguesia, cujos interesses estão vinculados aos mercados externos, a classe dos proprietários territoriais, que refuga qualquer reforma que lhe afete os direitos e privilégios e, finalmente, com um papel de primeira ordem, o imperialismo econômico, que se torna cada vez mais ativo, que urge as soluções que o satisfaçam e que pretende associar-se cada vez mais fundamente à exploração da riqueza nacional (SODRÉ, 1958, p. 51).

Na “inquietação do presente”, Sodré identificava os fundamentos econômicos e as classes que poderiam se aliar em torno de um programa que superasse aqueles obstáculos ao seu desenvolvimento.<sup>146</sup> Dessa forma, passado, presente e futuro passam a ser articulados pelo

---

<sup>145</sup> Na introdução deste trabalho, há um breve levantamento do debate quanto aos “dois Brasis”, um “arcaico” e outro “moderno”, que não se restringiu à Sodré e sua historiografia. Afinal, as análises da Cepal e do ISEB também identificavam industrialização com desenvolvimento e autonomia, embora aquelas instituições e seus autores apresentassem embasamentos teóricos diferentes de Sodré. Outra obra fundamental nesse sentido foi *Os dois Brasis*, do francês Jacques Lambert, publicada originalmente em 1957, e que contou com a colaboração de intelectuais como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e José Honório Rodrigues, entre outros (LEÃO; OGAMA, 2017).

<sup>146</sup> Contudo, ao situar a origem da revolução brasileira em cerca de 1930, observa-se que Sodré a apresenta numa perspectiva de longo prazo, feita de avanços e recuos. Assim, ela não significava um golpe de Estado, mas um conjunto de transformações nas estruturas econômicas e sociais do país. Porém, seu direcionamento se daria por meio da política, de onde a revolução apresentava um aspecto duplo: “a revolução democrática e nacional



autor em um mesmo processo, que poderia ser direcionado a partir da compreensão de sua dinâmica. O apelo de Sodré na “Advertência” de IRB para “uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo” inscreve IRB nos debates da época, e a relevância do autor e suas obras nesse período se deve ao menos em parte a esse engajamento.<sup>147</sup>

Contudo, além de suas implicações políticas, a teoria da revolução brasileira também representava uma tentativa de controlar a experiência do tempo em um contexto de transformações aceleradas, o que mais uma vez remete às reflexões de Koselleck (2006) sobre o advento dos “tempos modernos”. Afinal, entre os diversos conceitos criados ou ressignificados para lidar com o novo tempo histórico e inseridos no vocabulário político entre os séculos XVIII e XIX, o autor alemão destaca a série de “ismos” que se orientavam para um futuro a ser realizado pelos homens. Entre eles estavam o socialismo e o comunismo, e essa dimensão temporal é apontada pelo autor a partir desta passagem de *A ideologia alemã*:

Para nós, o comunismo não é um estado que deve ser criado ou um ideal pelo qual a realidade terá de ser conduzida. Consideramos comunismo o movimento real que supera o atual *status quo*. As condições desse movimento são consequências dos pressupostos atualmente existentes (MARX; ENGELS, 2005, p. 62-63).

Em comum, esses neologismos apresentavam “coeficientes temporais de mudança”, funcionando ao mesmo tempo como instrumentos de controle e indutores do movimento histórico. Além disso, por visarem a um futuro a ser alcançado mediante as condutas daqueles que os utilizavam, os novos conceitos não se baseavam mais nos exemplos do passado, o que induzia seus autores a possíveis prognósticos:

O que eles possuem em comum é basearem-se apenas parcialmente na experiência. A expectativa que depositam no tempo que está por vir está em proporção inversa à experiência que lhes falta. Trata-se de conceitos de compensação temporal. A fase de transição entre passado e futuro continua a ser escrita como um caleidoscópio por cada novo conceito (KOSELLECK, 2006, p. 297).

---

por ele desejada para dar seguimento à *Revolução brasileira* significava a continuidade à esquerda de um processo cujo termo nunca foi previsível, cuja dinâmica sempre esteve controlada pelas classes dominantes, ou por suas frações ligadas ao latifúndio e ao imperialismo” (GAIO, 2004, p. 85-86).

<sup>147</sup> Para além das relações entre Sodré e o PCB, a repercussão da teoria sodreana parece ter o mesmo fundo da ascensão do partido entre os anos 1950-1960, quando o PCB passou a oferecer “uma estratégia, uma concepção programática que enquadra e transfigura os acontecimentos do dia, dando-lhes um sentido, apontando-lhes um rumo e fornecendo um critério de legitimação à ação coletiva” (BRANDÃO, 1997, p. 236). Assim, ao analisar as origens históricas dos entraves ao desenvolvimento do país, Sodré apresentou os fundamentos para uma prática política naquele período.

Embora IRB não se pronuncie em favor dos ideários socialistas ou comunistas, na mesma “Advertência” Sodré considera a “solução nacionalista” no campo econômico como um aspecto basilar da revolução brasileira. Em geral, a defesa do nacionalismo enquanto movimento que “poderia vir a constituir o cimento que consolidaria a ampla frente pelas reformas e que estimularia a formação de uma consciência e uma cultura nacional-popular, em chave anti-imperialista” (DEL ROIO, 2007, p. 99-100), foi avaliada pela bibliografia acadêmica mais em seus aspectos políticos e culturais do que por sua concepção histórica. E o próprio Sodré enfatizou essa leitura em *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, texto incorporado às edições seguintes de IRB em que o autor afirma o nacionalismo “como expressão oportuna de uma política” capaz de superar as contradições entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora naquele momento (SODRÉ, 1978, p. 181).

Nesse sentido, as interpretações mais correntes tratam o nacionalismo de Sodré “enquanto estratégia autonomista voltada para fins políticos maiores”, que poderia acelerar o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil para o advento de uma etapa socialista posterior (FERREIRA, 2001, p. 49-50). Outros autores questionaram como aquelas contradições de classe seriam atenuadas em torno de uma consciência nacional em comum, argumento que incidiria em uma lógica idealista. Dessa forma,

A diferença da estrutura de argumentação entre os estudos históricos e os estudos do tempo presente do autor é bastante notória. Nesta última, há pouca sustentação empírica e pouca precisão nas diferenciações entre os interesses nacionais e os interesses não nacionais (CONTE, 2010, p. 115).

No entanto, ao retomarem-se as argumentações de Koselleck, observa-se que o autor situa o surgimento dos diferentes “ismos” em um cenário de expansão dos usos da linguagem política para além da antiga ordem estamental, o que abriu espaço para a crítica ideológica. Enquanto no Antigo Regime esse espaço de comunicação era restrito à nobreza e aos eruditos, as revoluções dos séculos XVIII e XIX incorporaram a burguesia e depois as camadas inferiores nesse universo, o que gerou disputas em torno dos conceitos e seus significados. Nesse contexto, as discussões também se explicavam pelos novos “ismos” se referirem a uma ordem social a ser realizada no futuro, o que indicava uma mudança de perspectiva histórica:

Enquanto os conceitos anteriores se caracterizavam por reunir em uma expressão toda a experiência acumulada até então, agora se inverte a relação entre conceito e o que é conceituado. É típico da moderna terminologia política o fato de ela conter numerosos conceitos que, tomados ao pé da letra, são antecipações. Baseiam-se na experiência da perda de experiência, e por isso não podem deixar de despertar novas expectativas. E mais: por razões morais, econômicas, técnicas ou políticas, esses conceitos exigem fins que abrigam desejos maiores do que até então a história pudera satisfazer (KOSELLECK, 2006, p. 300).

No Brasil da época em que IRB foi publicada, a ampliação da esfera de participação política se observa pelo aumento do eleitorado, que dobrou entre as eleições presidenciais de 1945 e 1960. Ao mesmo tempo, esse fenômeno representava aspectos de ordem cultural, dado que a Carta de 1946 vedava o direito de voto aos analfabetos, enquanto a expansão do sistema educacional reduziu seu contingente de 54% da população em 1945 para 36% em 1962. (FERREIRA, 2013, p. 150).<sup>148</sup> Desse modo, as transformações nos diferentes campos da sociedade brasileira se mostravam relacionadas entre si. Na seção de IRB dedicada à cultura, Sodré considerava que mesmo historicamente condicionado pela “ideologia do colonialismo”, que afirmava a inferioridade do Brasil diante dos países europeus, naquele momento, o país apresentava as condições para superá-la em favor de uma legítima cultura nacional:

E se hoje aqui podemos mostrar o travejamento interno dessa construção pretensamente maciça e pretensamente eterna que foi a ideologia do colonialismo (...) é que já são diferentes as condições econômicas, políticas e sociais do país, de tal sorte que as forças interessadas em manter preconceitos e absurdidades se enfraquecem, na medida em que as demais começam a ponderar no cenário brasileiro. (...) E nem poderíamos ter sido originais, profundos e brasileiros, se tais alterações não se tivessem efetivado, porque a vida política do nosso povo é realmente recente e, conforme diz o aforismo conhecido, só é nacional o que é popular (SODRÉ, 1958, p. 138-139).

Embora ultrapasse os limites deste trabalho, sabe-se que a elaboração de uma cultura nacional-popular como elemento da revolução brasileira foi um projeto de Sodré e também do PCB, que mantinha uma rede de publicações e influências entre a intelectualidade do período.<sup>149</sup>

<sup>148</sup> Nesse panorama da experiência democrática entre 1946 e 1964, Jorge Ferreira se baseia nas estatísticas levantadas por Gláucio Ary Dillon Soares em *A democracia interrompida* (2001) para apresentar a expansão do eleitorado no período. E no texto *Quem é o povo no Brasil?* (1962), incorporado às edições seguintes de *Introdução à revolução brasileira*, Sodré criticava a proibição de voto aos analfabetos como um instrumento para excluir a maioria da população do jogo eleitoral, “desde que, neste país, educação é privilégio de classe, isto é, depende da posse de meios materiais” (SODRÉ, 1978, p. 221). Uma análise mais detalhada desse texto se encontra em Angélica Lovatto (2006).

<sup>149</sup> Marcos Del Roio (2007, p. 100-101) faz breves alusões a Sodré nesse sentido, considerando que esse aspecto de sua obra permaneceu incompleto. Em seu balanço da cultura brasileira, entre os anos 1950 e 1960, Marcos

Nesse aspecto, interessa observar que o crescimento do eleitorado e o projeto para elaborar uma nova cultura sobre bases nacionais foram percebidos por Sodré como fenômenos concomitantes, cuja possibilidade seria resultado das condições econômicas e sociais que o país passava a apresentar. Contudo, na esteira das análises de Koselleck, com a ampliação da linguagem política para novas classes sociais, as batalhas por seu controle passaram a ser exercidas através da crítica ideológica. E no contexto em que IRB veio a público, o significado do nacionalismo e do desenvolvimento foi o principal exemplo nesse sentido, como observa Delson Ferreira:

Operava-se naquela hora um conflito essencial para o qual não foi dada a devida importância: o que pode ser chamado de ideário nacionalista era disputado por todas as forças do espectro político, da direita à esquerda. A sua incorporação pelo Estado, a partir dos pressupostos de desenvolvimento e segurança, significou a retirada dessa bandeira da mão das esquerdas, uma vez que o que estava em jogo era, nada mais, nada menos, que o controle hegemônico sobre os parâmetros e os rumos do processo de desenvolvimento econômico do país (FERREIRA, 2001, p. 108-109).

As relações entre nacionalismo e marxismo foram levantadas anteriormente,<sup>150</sup> mas aqui cabe observar que Sodré percebeu no nacionalismo um movimento com bases concretas para direcionar a experiência do momento em determinada direção, ampliando o “horizonte de expectativas” a que Koselleck faz referência. E para explicar a dinâmica desse processo de transformações, percebe-se que os referenciais marxistas orientaram Sodré para além de um programa político e econômico determinado. Pois além das referências ao imperialismo, que remetem ao texto de Lênin, certas passagens de IRB indicam que a formação econômico-social do país é interpretada através de outros conceitos marxistas, a partir dos quais Sodré apresenta um sentido para a história do Brasil.

---

Napolitano levanta as críticas de Marilena Chauí (1984) a esse projeto, que seria cerceado pelo nacionalismo e pelo autoritarismo: “Conforme a autora, o primeiro mascarava a luta de classes, inerente ao processo histórico, enquanto o autoritarismo, por sua vez, minava a intenção libertadora da cultura engajada de esquerda, transformando a cultura popular em material bruto e passivo para formar a sonhada ‘cultura nacional-popular’” (NAPOLITANO, 2014, p. 419-420). Ao mesmo tempo, Napolitano pondera que essa crítica foi reavaliada por autores como Marcelo Ridenti (2010), para quem a esquerda desenvolvia sua ideia de “brasilidade” desde os anos 1930, não sendo seu nacionalismo uma simples derivação de matrizes direitistas. Ridenti dedica um capítulo às relações do PCB com os artistas e intelectuais membros do partido na década de 1950.

<sup>150</sup> Sobretudo no primeiro capítulo, cujas principais referências estão em Paulo Ribeiro da Cunha, Daniel Pécaut e Caio Navarro de Toledo, entre outros, Helio Cannone chega a afirmar que essa combinação constituiu a singularidade da obra sodreana: “Nelson Werneck Sodré partiu das análises de Lênin sobre o imperialismo, mas as fundiu com o programa nacional-democrático do PCB e com o seu próprio nacionalismo tenentista” (CANNONE, 2018, p. 87). Porém, a defesa do nacionalismo por Sodré sofria críticas mesmo entre setores da esquerda, que consideravam seu programa reformista diante do potencial revolucionário do socialismo (SODRÉ, 1992, p. 92;105).

Um exemplo nesse sentido são as passagens de IRB que mencionam um crescente antagonismo entre a cidade e o campo no período republicano, contraste que em *A ideologia alemã* é apresentado como parte do processo de divisão do trabalho que condiciona o desenvolvimento das forças produtivas e a formação das diferentes classes no decorrer da história.<sup>151</sup> De acordo com Marx, além de tais transformações serem observadas no estudo das sociedades em geral, a divisão cidade-campo e seus efeitos ainda estavam em curso na época em que *A ideologia alemã* foi publicada:

A maior divisão entre o trabalho material e o espiritual é a separação cidade-campo. A oposição entre a cidade e o campo começa com a transição da barbárie à civilização, da organização tribal ao Estado, da província à nação, e persiste através de toda a história da civilização até hoje (a *Anti Corn Law League*) (MARX; ENGELS, 2005, p. 83).

Contudo, mais do que examinar as implicações desse argumento dentro da teoria marxista, importa aqui analisar como ele orienta uma concepção da história e de sua escrita por parte de Sodré. E nesse aspecto, as reflexões de Paul Ricoeur a respeito de *A ideologia alemã* se mostram pertinentes. De acordo com o filósofo francês, a relação cidade-campo é apresentada em termos de uma relação entre entidades coletivas, o que indica uma leitura estrutural da história e de seus agentes. Em vez das ideias e dos grandes personagens políticos, Marx apresenta como atores da história a indústria, o comércio, a grande propriedade rural, etc. Assim, Ricoeur considera que em *A ideologia alemã* “encontra-se presente uma dramaturgia de estruturas econômicas”, na qual a história se explica pelo declínio de uma estrutura e sua substituição por outra, o que uma interpretação mais ortodoxa do marxismo cristalizou em uma sequência pré-determinada de modos de produção. Por esse viés, torna-se possível escrever uma história da sociedade sem mencionar a existência de indivíduos, com base apenas nas relações entre forças e formas de produção, que passam a adquirir as qualidades de agentes (RICOEUR, 1991, p. 195).

No texto de *A ideologia alemã*, essa dramatização se dá no sentido de incorporar todas as regiões e atividades sob o domínio da indústria, que se expande sobre quaisquer resistências em contrário:

---

<sup>151</sup> Para facilitar a argumentação e a leitura deste estudo, *A ideologia alemã* será referida como obra de Marx, apesar de ter sido elaborada em conjunto por Marx e Engels.

Apesar dessas medidas protecionistas, a grande indústria tornou universal a concorrência (...). Pela concorrência universal, obrigou cada indivíduo ao mais intenso uso de suas energias. Destruiu o quanto foi possível a ideologia, a religião, a moral, etc., e quando não pôde fazê-lo converteu-as em farsas palpáveis. Foi ela que formou a história mundial, na medida em que tornou cada nação civilizada e cada indivíduo membro dela dependentes do mundo todo para a satisfação de suas necessidades, e que destruiu o anterior caráter exclusivo e natural das diferentes nações (MARX; ENGELS, 2005, p. 95).

Esse processo, que corresponde à difusão do capitalismo, se desencadeou a partir das revoluções inglesa e francesa e logo alcançou os demais continentes, modificando as relações entre os países e também a estrutura de classes em cada sociedade. Dessa maneira, na medida em que as diferentes nações passaram a fazer parte de um mesmo processo histórico em escala mundial, suas formações econômicas e sociais se mostraram condicionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, o que causava uma maior divisão do trabalho e, por consequência, entre classes:

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, a princípio, à distinção entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e a consequente separação entre cidade e campo com a oposição de seus interesses. (...) Ao mesmo tempo, pela divisão do trabalho dentro dos diferentes ramos, desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição de tais subdivisões particulares, umas em relação às outras, é condicionada pelo modo pelo qual se exerce o trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcado, escravidão, estamentos e classes). Tais condições surgem ao se desenvolver o intercâmbio entre as diferentes nações (MARX; ENGELS, 2004, p. 45-46).

Em um sentido semelhante ao “progresso”, como entendido pelos iluministas e que Koselleck identifica com o começo do tempo histórico moderno, mas a partir de uma perspectiva materialista, Marx considera o desenvolvimento do capitalismo como a transição das diferentes histórias locais em um mesmo processo universal. No caso brasileiro, contudo, Sodré afirma que o fim do monopólio colonial não alterou o regime de grande propriedade agroexportadora baseada no trabalho escravo. Assim, no campo econômico, “em vez de representar, pois, uma transformação substancial naquela estrutura, a integração na economia internacional fortalecia, sob todos os sentidos, as suas linhas essenciais” (SODRÉ, 1958, p. 75). E no âmbito político, a elite, que assumiu as funções públicas e administrativas após a independência, pertencia à mesma classe latifundiária do período colonial, de maneira que o conflito entre a cidade e o campo não ocorreu durante o império (Ibidem, p. 126).

De acordo com Sodré, no Brasil esse confronto se origina com a abolição da escravatura, pois os libertos não foram preparados para o novo regime de trabalho diante das levas de imigrantes que o país atraiu no período. Nesse cenário, muitos trabalhadores passaram a se dirigir para as cidades, cujas condições de vida e de trabalho, apesar de limitadas, eram superiores às do campo. Pois, assim como ocorreu em 1822, a estrutura agrária assentada no latifúndio foi mantida, mas o esboço de industrialização e o conseqüente surgimento de uma classe operária criaram condições para uma diferenciação progressiva entre as áreas urbanas e rurais:

No campo, efetivamente, o que era importante, e ainda hoje permanece importante, é o proprietário. Na cidade, onde o quadro é muito diverso, o operário passa a ter importância, na medida em que o surto industrial se acelera, o valor da sua contribuição influi muito diretamente na produção, a sua capacidade de consumo afeta muito mais o mercado (SODRÉ, 1958, p. 95).

No século XX, esse contraste se acentuou a ponto de a produção industrial ter superado a agrícola em valor no período entre guerras, fenômeno que revelava a expansão do mercado interno e um “esboço da burguesia nacional”, cujos capitais provinham em grande parte do setor cafeeiro e buscavam novas formas de investimento.<sup>152</sup> Tais mudanças de ordem econômica incidiam na formação das classes sociais, e Sodré menciona o desenvolvimento tanto de uma pequena burguesia quanto do proletariado nesse período. No entanto, aquela antiga estrutura de produção colonial ainda permanecia, o que mantinha o país dependente da exportação de produtos agrícolas. Sendo assim, sujeito às oscilações no preço do café no exterior, o Brasil era vulnerável a surtos inflacionários que afetavam o mercado consumidor e empobreciam os trabalhadores:

O processo inflacionário, em sua marcha inexorável, vai progressivamente corroendo a pequena burguesia, proletarizando grandes camadas da população (...) correspondendo a uma espoliação pura e simples de todos aqueles que não têm acesso

---

<sup>152</sup> No universo do marxismo, o conceito de burguesia nacional era aplicado a países onde considerava-se coexistirem relações capitalistas e pré-capitalistas de produção, o que tornava a luta de classes mais complexa. Afinal, a tendência do capitalismo para dissolver as relações de produção anteriores poderia levar a um antagonismo entre suas classes exploradoras, ao mesmo tempo em que a dominação imperialista afetava toda a população desses países. Dessa forma, o debate consistia em saber se a burguesia poderia desempenhar um papel revolucionário nessas condições, aliada ao proletariado e aos trabalhadores rurais contra a exploração imperialista. Porém, Elizabeth Dore considera que o subdesenvolvimento tanto podia levar a burguesia local a lutar nesse sentido, quanto podia levá-la a se aliar com o capital externo enquanto fornecedora ou subsidiária. Assim, “a posição ‘nacionalista’ da burguesia nacional, em um momento dado, depende das formas concretas que venham a prevalecer na formação social em questão” (DORE, 1988, p. 39). O primeiro capítulo deste trabalho avalia esse conceito e suas implicações no marxismo brasileiro dos anos 1950-60.

à propriedade e que só podem oferecer o seu trabalho no mercado. De outra parte, tal marcha torna agudo o antagonismo entre a cidade e o campo, conduzindo à posição de espoliação deste por parte daqueles que têm no ambiente urbano a base de seus empreendimentos (SODRÉ, 1958, p. 50-51).

Dessa maneira, a passagem do Brasil para uma economia capitalista evidenciava as contradições entre um surto industrial incipiente, voltado para o mercado interno, com o predomínio do latifúndio agroexportador sobre o qual o país ainda se assentava. Ao apresentar uma história de conflitos entre estruturas econômicas e onde seus agentes são entidades coletivas como as classes, Sodré segue o que Ricoeur considera uma interpretação estruturalista de *A ideologia alemã*.<sup>153</sup>

Nessa leitura, torna-se possível escrever uma história sem mencionar a existência de indivíduos, pois a “base real” da história consiste na relação entre forças e formas de produção. E o próprio Marx afirma a existência de tal base em diferentes passagens de seus textos, o que os autores marxistas condensaram na metáfora da “base e superestrutura”. A formulação mais corrente do que significa a “base real” da história e sua relação com a superestrutura se encontra no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*:

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura política e jurídica e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

Já em *A ideologia alemã*, obra anterior, Marx criticava a tendência dos historiadores de omitirem essa base em favor da “ilusão” de cada época em relação a si própria, como se as

---

<sup>153</sup> Ricoeur também levanta uma possível leitura humanista de *A ideologia alemã*, em que a base real da história consiste no indivíduo que se encontra em condições materiais definidas, mas a partir das quais pode agir. Nesse caso, a ideologia não consiste em uma distorção intencional da realidade, mas em uma produção que se torna distorcida ao ignorar as condições sobre as quais se realiza. Por esse viés, entidades como as classes podem ser transformadas na medida em que não são um reflexo de estruturas, mas resultado da atividade humana: “Afirmer que o objetivo da revolução comunista é a abolição das classes pressupõe que a classe não é uma estrutura inviolável, não é um dado, mas antes um produto da história. (...) A noção da abolição das classes só faz sentido se classe não for um factor histórico irreduzível, mas o resultado de uma transformação de poderes pessoais em poderes objetivos” (RICOEUR, 1991, p. 203). No caso de Sodré, embora sua concepção de ideologia esteja mais próxima da leitura estruturalista, sua defesa do nacionalismo indica um espaço para a ação consciente através da política.



representações políticas e religiosas de cada sociedade fossem os fatores determinantes para as condições de produção e não o oposto (MARX, 2005, p. 66-67).

Embora essas passagens tenham suscitado diversas interpretações, Ricoeur adverte que a partir disso o marxismo mais ortodoxo considerou a atividade intelectual como um simples reflexo das condições materiais em dada sociedade, sem autonomia.<sup>154</sup> Pois, uma vez que “todos os conflitos na história têm sua gênese na oposição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio” (MARX, 2005, p. 111), a chave para compreender suas transformações estaria nas diferenças que passam a se estabelecer entre as duas instâncias:

As forças produtivas mudam com base no desenvolvimento tecnológico, mas as formas de relação resistem. Com efeito, a resistência prevalece não só nas relações produtivas – a forma jurídica de propriedade é um bom exemplo – mas também no sistema de ideias enxertado nestas estruturas. Cria-se uma situação revolucionária quando este conflito, esta contradição entre forças produtivas e formas de relação, constitui uma tensão próxima do ponto de ruptura (RICOEUR, 1991, p. 198-199).

Assim, Ricoeur (1991) afirma que para Marx “uma revolução é uma força histórica e não uma produção consciente”, pois depende menos das ideias que circulam a esse respeito e mais do conflito entre classes e estruturas, do proletariado com as forças que o produzem.<sup>155</sup> De volta ao texto de IRB, Sodré interpreta as diferenças crescentes entre as regiões urbanas e rurais como um conflito entre forças produtivas e relações de produção. Enquanto tal confronto não ocorreu em épocas anteriores pela ausência de condições econômicas e sociais para tanto, fatores como a abolição, o crescimento populacional e urbano e a paulatina industrialização do país se encadeavam em uma divisão de trabalho e uma composição de classes mais complexa.

---

<sup>154</sup> Ricoeur (1991, p. 193) observa que Marx concebe a base real da história como uma interação de forças e formas ou de forças e “intercâmbio”, termo que em textos seguintes seria designado como “relações” ou “circunstâncias”. Assim, nota-se que as relações também exercem uma influência sobre as forças, de maneira que a base real da história “embora sendo em parte modificada pela nova geração, prescreve a esta suas próprias condições de existência e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter particular. Demonstra, assim, que as circunstâncias fazem os homens assim como eles fazem as circunstâncias” (MARX; ENGELS, 2005, p. 66). Além disso, no prefácio à *Contribuição*, Marx distingue a base econômica das “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim” (MARX, 2008, p. 48). Portanto, a atividade intelectual não era apenas um produto, como podia levar a um confronto com as condições materiais em que era exercida. Além das análises de Paul Ricoeur, os verbetes de Jorge Larraín (1988) resumem os debates quanto aos conceitos de “base e superestrutura” e de “ideologia” na história do marxismo.

<sup>155</sup> Contudo, autores marxistas como Lênin e Lukács, que foram referências para Sodré, refletiram a respeito de como definir a “consciência de classe” do proletariado, tarefa que deveria ser realizada pelos intelectuais reunidos em um partido revolucionário (FETSCHER, 1988, p. 76-77). E embora IRB não mencione, sua “Advertência” sugere que a obra também é um esforço nesse sentido, ainda que Sodré baseie sua representação histórica em condições de ordem econômica e em seus efeitos na composição da sociedade.

Em linhas gerais, essas transformações indicavam a passagem da sociedade brasileira para uma ordem capitalista. Dessa maneira, a teoria da revolução brasileira procurava explicar o atraso<sup>156</sup> enquanto permanência de uma estrutura produtiva que remetia à época colonial e que se tensionava diante daquelas transformações:

O Brasil é atrasado porque o capitalismo brasileiro é atrasado, na medida em que não superou dois bloqueios fundamentais, o latifúndio e a dominação imperialista. A história do atraso brasileiro resolve-se na reprodução, sob novas formas, desse duplo entrave originário (MORAES, 2007b, p. 172).

Ao mesmo tempo, a “Advertência” de IRB indica que Sodré procurava superar as leituras mais estreitas do marxismo, a respeito das relações entre base e superestrutura e entre forças produtivas e relações de produção.<sup>157</sup> O que não implica um desvio da teoria, pois embora Marx considerasse que as contradições entre aqueles níveis fossem inerentes à dinâmica do capitalismo, certas passagens de sua obra também indicam que as relações de produção modificavam os instrumentos e processo de trabalho<sup>158</sup>, como se lê em *O capital*:

Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. (...) O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas e despertá-las do mundo dos mortos, convertê-las em valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Uma vez tocadas pelo fogo do trabalho, apropriadas como partes do corpo do trabalho, animadas pelas funções que, por seu conceito e vocação, exercem no processo laboral, elas serão, sim, consumidas, porém segundo um propósito, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a ingressar na esfera do consumo individual como meios de subsistência ou em um novo processo de trabalho como meios de produção (MARX apud HARVEY, 2013, p. 120).

<sup>156</sup> Embora IRB seja de 1958, algumas de suas questões são comuns à intelectualidade brasileira desde os anos 1930, como os temas do atraso e da formação do país. No primeiro, Antônio Candido (2011, p. 171-172) observa que nossos autores passaram de uma “consciência amena do atraso”, correspondente à ideologia do Brasil como um “país novo”, para uma crítica ao “subdesenvolvimento”, termo que se estabeleceu a partir dos anos 1950. Sobre o tema da formação, Gabriela Nunes Ferreira (1996) refere que, com diferentes enfoques, ela permeia as obras de Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Oliveira Viana, tendo como fundo em comum “a dialética entre tradição e modernidade”.

<sup>157</sup> Nesse aspecto, João Quartim de Moraes considera que a defesa do nacionalismo, enquanto elemento essencial na revolução brasileira, diferenciava o marxismo de Sodré da abordagem mais economicista de Caio Prado Jr. Ao mesmo tempo, Caio Prado esteve longe de ser um marxista ortodoxo, pois sua formação o tornava um dos poucos intelectuais capazes de analisar criticamente os fundamentos teóricos do PCB, um “caso mundialmente raro de marxismo no fundamental não contaminado pelo stalinismo”, segundo Gildo Marçal Brandão (1997, p. 220). Um resumo dos principais argumentos de Caio Prado quanto à teoria da revolução e suas críticas às posições pecebistas se encontra em: (MORAES, 2007a, p. 75-83), e de maneira mais detalhada em *A revolução brasileira* (1968).

<sup>158</sup> O verbete de Laurence Harris (1988, p. 157-158) sobre “forças produtivas e relações de produção” indica essas ambiguidades no pensamento de Marx, bem como o indício desse debate no primeiro livro de *O capital*. Além disso, o trabalho de David Harvey (2013) é um guia de referência para o estudo dessa obra de Marx.

Nas interpretações de marxistas posteriores, o fator econômico foi compreendido como uma “determinação em última instância”, que também pode sofrer a influência da superestrutura política e jurídica sem deixar de ser o fator dominante (RICOEUR, 1991, p. 194). Essa abordagem do conceito de base e superestrutura foi sustentada especialmente por Engels após a morte de Marx, e representou um esforço para evitar uma leitura mecanicista daquela relação, ao mesmo tempo em que mantinha o papel fundamental dado às condições econômicas (LARRAIN, 1988, p. 28). Em Sodré, a análise das instâncias econômicas e sociais brasileiras ao longo da história visava indicar a conjunção de fatores que permitiria transformar suas estruturas no presente, “o que significa, em suma, que existem agora, no nosso país, os fundamentos econômicos e uma repartição em diferentes classes suficientes para permitir aquele processo de renovação a que já se convencionou chamar Revolução Brasileira” (SODRÉ, 1958, p. 52).

Contudo, além dos referenciais marxistas que IRB apresenta, as reflexões de Koselleck (2006) voltam a permitir avaliar outros aspectos no modo como a história está organizada e orientada na obra. Pois, conforme levantado no capítulo anterior, sobre a distinção que Koselleck apresenta entre eventos e estruturas, acrescentada à análise do conceito de revolução como abertura para um novo tempo histórico, nota-se que Sodré percebia sua época como revolucionária enquanto procurava orientá-la para um resultado desejável. Quanto ao conceito de estruturas, Koselleck as entende como circunstâncias de maior duração e estabilidade, que não se alteram em um antes e depois definido como a narração de um evento. E entre seus exemplos, o autor menciona as forças produtivas e as relações de produção, “que se transformam apenas a longo prazo e, às vezes, aos empurrões, mas que, de toda maneira, condicionam os acontecimentos sociais e atuam em conjunto com eles” (KOSELLECK, 2006, p. 136).

Diferente dos eventos, que remetem a pessoas e experiências específicas, as estruturas são instâncias supraindividuais e intersubjetivas, que, por conta disso, adquirem um aspecto processual. Esse aspecto e a ênfase na formação das estruturas econômicas e das classes sociais norteiam a história do Brasil apresentada em IRB, assim como a possibilidade da revolução se verifica pelas transformações que Sodré observa naqueles níveis em vez dos eventos de caráter político. Dessa forma, enquanto os personagens de 1822 ou 1889 sequer têm seus nomes mencionados, Sodré delinea os grupos que compõem a economia nacional em luta contra o imperialismo econômico, por exemplo (SODRÉ, 1958, p. 105).

Em outra passagem, ao tratar da exploração petrolífera por empresa nacional e a extração de minérios como ferro e manganês por monopólios estrangeiros, Sodré menciona “batalhas” que a economia nacional venceu e perdeu, conforme a “dramaturgia de estruturas econômicas” que Ricoeur identificava em *A ideologia alemã*. Assim, as estruturas atuam como condições de possibilidade para os eventos, mas elas também podem ser narradas em uma perspectiva temporal mais ampla do que os acontecimentos:

Quanto mais rigorosa for a coerência sistemática, quanto mais longos forem os prazos dos aspectos estruturais, tanto menos eles poderão ser narrados em ordem cronológica estrita, com antes e depois. (...) Uma vez analisadas e descritas, as estruturas podem ser objeto de narrativas, como fatores que pertencem a um conjunto de eventos de outra ordem. A forma mais adequada para se apreender o caráter processual da história é o esclarecimento recíproco dos eventos pelas estruturas e vice-versa (KOSELLECK, 2006, p. 139).

Por esses motivos, Sodré não identificava uma data de início da revolução, mas considerava que ela alteraria aquele “conjunto de eventos de outra ordem”, muito além das ações de personagens políticos. Naquele momento, a luta entre a economia nacional e o imperialismo representava “o instante decisivo da vida brasileira” (SODRÉ, 1958, p. 108), e seu desfecho induzia o autor a possíveis prognósticos.

Neste ponto, Koselleck observa que a experiência moderna do tempo, como transição acelerada para um futuro que não mais se repetia, induziu a história a ser reescrita constantemente, como também deslocou a antiga historiografia baseada em testemunhas oculares contatadas pelos autores para um segundo plano. Dado que fenômenos de alcance universal, como as revoluções científicas e os novos regimes políticos, não podiam ser explicados a partir da experiência direta dos historiadores, sua compreensão exigia o uso de teorias e conceitos que abrangessem aquelas transformações em categorias, o que requeria maior capacidade de abstração. Desse modo,

A historiografia que tratava da atualidade, que naturalmente continuou a ser cultivada, deslizou para um gênero inferior, que continuou sendo posto em prática por jornalistas. Ou foi levada adiante por historiadores e filósofos que, por um impulso normativo ou político, tiveram a coragem de fazer prognósticos. Pois a história, tendo sido temporalizada de maneira coerente, não se deixava mais reconhecer como “história do tempo presente” [*Zeitgeschichte*] se não incluísse nela o futuro potencial (KOSELLECK, 2006, p. 293).

E Koselleck (2006) cita o exemplo de Marx, cuja historiografia procurou influenciar o futuro a partir do diagnóstico sobre o fracasso da revolução de 1848 e as perspectivas de uma nova revolução em *O 18 de brumário*, por exemplo. Por parte de Sodré, embora IRB apresente as “evoluções” econômico-sociais do Brasil desde o período colonial, é na “inquietação do presente” que a análise histórica desemboca, e nesse ponto o autor afirma a finalidade prática daquele conhecimento:

Interessa-nos o que passou a constituir patrimônio, aquilo em que ainda nos abeberamos, a herança do passado distante, os elementos que, fundamentalmente ancorados no desenvolvimento histórico, vão ajudar-nos a agir no presente, alicerçando o que fizemos e contribuindo para que elaboremos alguma coisa objetiva, porque vinculada à realidade (SODRÉ, 1958, p. 116).

De volta aos referenciais marxistas, o trecho acima pode aludir não apenas à última das *Teses sobre Feuerbach*, como também ao aspecto objetivo do pensamento humano afirmado na segunda tese: “A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na *práxis* que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno do seu pensamento” (MARX; ENGELS, 2005, p. 120). Assim, existiria um critério para averiguar a objetividade do conhecimento, que ao mesmo tempo seria histórico e ligado a interesses de classe. Pois ao contrário das classes dominantes em cada época, a classe dominada:

Esta não tem interesse em esconder, camuflar, inverter, cobrir a exploração. Ela, ao contrário, tem interesse em revelar, desnudar, descobrir a exploração social e denunciar o poder que a mente e os modos e artimanhas para se autolegitimar. (...) A verdade, por se ligar a interesses sociais, não é universal: é de um grupo social, de uma classe revolucionária (REIS, 2000, p. 335).

Desse modo, a burguesia desempenhou um papel revolucionário contra as instituições feudais para assumir interesses “universais” com o triunfo do capitalismo. E a classe que assumiria esse papel a partir de então seria o proletariado, portador da verdade histórica e objetiva, pois ele perceberia os mecanismos que sustentavam aquela ordem econômica e social para transformá-la. Esse caráter histórico e revolucionário do conhecimento seria mais pronunciado por Sodré nas edições seguintes de IRB,<sup>159</sup> mas ao delinear os grupos que deveriam

---

<sup>159</sup> Por exemplo, quando Sodré defende o nacionalismo não enquanto ideologia, mas como produto das condições econômicas e sociais que o Brasil apresentava naquele momento. Dessa forma, “conviria acentuar, no caso, que não existe paixão pelo abstrato, e que o Nacionalismo traduz uma verdade – a verdade do quadro histórico,

assumir os rumos da revolução brasileira nota-se que suas preocupações e critérios são semelhantes aos de Marx, embora o autor em estudo ressaltasse que aquela revolução não era de cunho socialista.

Contudo, as alterações que Sodré realizou entre a primeira edição de IRB e as seguintes, tanto no plano dos capítulos quanto no uso de certos conceitos, indicam que ele ainda não havia consolidado suas principais teses a respeito da formação brasileira. E a maior distinção nesse sentido está no uso da categoria feudal para indicar a sobrevivência de relações pré-capitalistas no campo, cujos efeitos ainda se faziam perceber na época em que o autor escrevia. Assim, além de uma história do Brasil, a obra seguinte representa interpretações das quais Sodré não abdicou nas décadas seguintes, mesmo após as críticas que sofreu na esteira do golpe de 1964 e o relativo ostracismo dos meios intelectuais durante a redemocratização. Daí a relevância que o próprio autor dedicou à sua *Formação histórica do Brasil*.

---

e a verdade é sempre concreta” (SODRÉ, 1978, p. 180). Ou nas definições de “povo” enquanto conjunto de classes empenhadas nas “tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário” de cada época, em *Quem é o povo no Brasil?* Sodré foi criticado por essas posições, mas José Carlos Reis (2000b, p. 335-336) refere que o pensamento de Marx também era ambíguo nesse aspecto, pois a verdade era considerada “parcial e universal enquanto fosse a perspectiva da classe revolucionária”, o que reincidia na universalização do interesse particular criticada anteriormente. Nesse sentido, o verbete de Roy Bhaskar (1988) sobre a “Teoria do conhecimento” levanta as principais discussões a respeito dentro do universo marxista.

## 4.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL

Em suas memórias, Nelson Werneck Sodré se refere aos motivos que o levaram a modificar IRB entre sua edição original e as versões posteriores. Nesse sentido, além de retirar certos capítulos e acrescentar outros, Sodré afirma ter introduzido “pequenas correções” no texto, entre elas “uma que não pode ser aceita como pequena: a retificação do conceito de capitalismo colonial, erroneamente aplicada por mim até então e que um crítico percebeu, ao lado de reparos em que, a meu ver, lhe faltou razão” (SODRÉ, 1990b, p. 222). A identidade do crítico permanece desconhecida, mas o comentário de Sodré coincide com o prefácio de *Formação histórica do Brasil*, obra que, de acordo com o autor:

(...) representa o trabalho de pesquisa, de análise e de revisão realizado em cinco anos, e algumas vezes interrompido, para reformulação de conceitos teóricos referentes a fases controversas. Deve muito, em consequência, a uma crítica rigorosa, sincera, multilateral, que lhe exigiu alterações, uma delas pelo menos essencial, quando submetido à discussão com alguns companheiros de estudos da realidade brasileira (SODRÉ, 1962, p. IX).

Publicado em 1962, *Formação histórica do Brasil* (daqui por diante abreviado como FHB) foi resultado de um curso com o mesmo título ministrado por Sodré no ISEB, desde 1956, portanto na mesma época em que a primeira edição de IRB veio a público. Pela combinação das datas, percebe-se que nesse período o autor reavaliou seus pressupostos enquanto elaborava suas teorias mais conhecidas a respeito da história e da sociedade brasileiras, assim como os projetos para modificá-las. As expectativas de Sodré em relação à FHB eram altas, mas em suas memórias ele registrou sua frustração diante da crítica:<sup>160</sup>

Tratava-se, no meu entender, de meu livro fundamental, aquele mais cuidadosamente preparado, aquele mais original – se assim é possível dizer – aquele mais rico em teses para discussão, aquele mais renovador de colocações, na especialidade. Pois bem: não recebeu jamais qualquer comentário, em qualquer nível. Foi totalmente ignorado pela crítica culta, isto é, a crítica sistemática e pública (SODRÉ, 1994, p. 45).

---

<sup>160</sup> No entanto, há pelo menos uma resenha de FHB na *Revista de História* da USP, publicada em 1963. E nela o autor considera que Sodré analisa “muito bem” a ação do grupo mercantil nas navegações portuguesas e traz “se não o melhor, ao menos um dos melhores retratos de nosso Brasil colonial, e sua economia”. Em suma, trata-se de “um livro bom e indispensável nas bibliotecas dos estudiosos de nossa História e de nossa Historiografia” (WITTER, 1964, p. 492-493). Quanto à recepção de FHB junto ao público, Rodrigo Ricupero (2008, p. 121) observa que o livro alcançou a marca de oito edições em dez anos, mas “a partir daí, o ritmo de publicação diminuiu, tendo mais três edições até 1983 e outras duas até 1990, para só voltar a ser publicado em 2002”. Embora exceda os limites deste trabalho, uma hipótese para explicar a trajetória editorial de FHB pode estar no *status* do PCB e de seus intelectuais mais próximos, cuja influência em geral declinou a partir da década de 1970.

A importância de FHB dentro da obra sodreana verifica-se na medida em que o autor não abdicou de suas principais teses nas décadas seguintes, mesmo após o golpe de 1964 e a redemocratização nos anos 1980, quando o “socialismo real” e o PCB entraram em crise definitiva. O próprio Sodré expressa essa postura em textos diferentes<sup>161</sup>, mantendo como referência as interpretações presentes em FHB:

De minha parte, e depois de anos a fio de pesquisas, confesso que não encontrei ainda, sem nenhuma pretensão vai isto aqui dito, motivo que me fizesse rever aquelas teses que cedo espousei. De outra parte, permaneço, neste breve esboço de teoria histórica, unicamente assistido pelo método, de que o meu livro antes citado foi fruto do marxismo. Não há, pois, aqui, nenhum ecletismo, mas a homogeneidade rigorosa quanto aos apoios teóricos (SODRÉ, 1980, p. 133).

Nessa recusa a qualquer ecletismo teórico diante do método marxista, Sodré provavelmente se ampara na referência a Lukács levantada no capítulo anterior. Ao mesmo tempo, o prefácio de FHB indica que seu marco teórico e revisão crítica também passaram pelo crivo de outros autores, embora Sodré não declare quais. A leitura mais corrente considera a influência do PCB decisiva naquele sentido, sobretudo a partir da “Declaração” de 1958, caso em que a linha política do partido teria incidido nas análises históricas do autor (MORAIS, 2015, p. 112).

Outro aspecto polêmico de FHB, e que Sodré passou a sustentar desde então, são as afirmações quanto à existência de formas feudais ou semif feudais no Brasil, cujos efeitos negativos ainda se faziam notar na atualidade. Nesse ponto, que também reporta às teses pecebistas, a literatura acadêmica apresentou diferentes interpretações, seja do feudalismo como um conceito elaborado a partir das experiências pessoais de Sodré, em fins da década de 1930, seja como um termo utilizado dentro dos limites da reflexão marxista no período ou mesmo enquanto metáfora política.<sup>162</sup>

---

<sup>161</sup> Em *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, Sodré (1990, p. 9) faz afirmações quase idênticas ao que se lê na citação ao texto de 1980.

<sup>162</sup> Essas afirmações se encontram respectivamente em Paulo Ribeiro da Cunha (2001, p. 188), que menciona a passagem de Sodré enquanto militar no Mato Grosso dos anos 1930 como base empírica para suas reflexões teóricas sobre o conceito de feudalismo, elaboradas ao longo da década seguinte. Já Daniela Conte (2010, p. 47-48) considera que “a reprodução de algumas categorias, como feudalismo, é derivada da ausência de conceitos capazes de substituir aquelas categorias” no quadro do marxismo brasileiro da época, sobretudo no PCB. Ivan Ducatti (2003, p. 26) avalia que o feudalismo era um termo utilizado por Sodré para “sintetizar o caráter estagnante do latifúndio brasileiro”, o que não se limitava a um estudo de formas econômicas como também sinalizava o programa do PCB para as zonas rurais.



Contudo, essas leituras apresentam alguns limites, pois, ao discorrer sobre o fim do tráfico negreiro e a ocupação de terras “vazias” por pequenos lavradores durante o Império, Sodré (1962, p. 248) afirma haver “um quadro feudal inequívoco” nas lavouras de subsistência que permaneceram distantes do mercado. Dessa maneira, vê-se que Sodré afirma a existência de feudalismo enquanto modo de produção, um conjunto de forças produtivas que se desenvolvem com base em determinadas relações de produção, e cujas contradições entre os níveis abrem possibilidades de revolução social (MARX, 2008, p. 47). Sodré reforça essa afinidade com o conceito marxista nas primeiras páginas de FHB, ao afirmar que:

As épocas econômicas distinguem-se não pelo que os homens produzem mas como produzem, isto é, que instrumentos de produção empregam. Produzimos, hoje, no Brasil, o milho e a mandioca e deles fazemos uso variado, sob formas variadas; o indígena também produzia o milho e a mandioca, e dele fazia uso variado, sob formas variadas. O que distingue os brasileiros do nosso tempo dos indígenas do século XVI é a maneira diversa de produzir o milho e a mandioca, – isto distingue essencialmente o desenvolvimento da sociedade brasileira atual em relação à sociedade indígena dos primeiros tempos da colonização (SODRÉ, 1962, p. 3)

Passagem que também remete ao trecho de *A ideologia alemã*, em que Marx e Engels tratam da “base real” da história que não se encontra nas ideias políticas ou religiosas, mas nas formas pelas quais o ser humano produz seus meios de existência. Assim, “da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com *o que* produzem como com *o modo* como produzem” (MARX; ENGELS, 2005, p. 44-45).

Contudo, apesar dos vínculos entre FHB e o marxismo serem explicitados pelo autor, que cita *O capital* em diversas notas de referência, isso não necessariamente implica uma estrita submissão de Sodré aos ditames do PCB, como se a reflexão teórica não tivesse qualquer espaço face à prática política.<sup>163</sup> E tal postura não era totalmente inédita entre os intelectuais, sendo o exemplo de Caio Prado Jr. o mais conhecido nesse sentido. Afinal, sabe-se que Caio Prado dedicou uma obra, publicada poucos anos após FHB e o golpe de 1964, para criticar as teses feudais e a revolução democrático-burguesa encampadas pelo PCB, embora em momento algum se refira a Sodré.<sup>164</sup> O debate que a obra de Caio Prado suscitou entre as esquerdas da

<sup>163</sup> Mais uma vez, cabe lembrar que Sodré manteve-se marxista sem se afirmar filiado ao partido mesmo após a redemocratização, o que indica um gesto do intelectual que procurava manter certa autonomia sem que isso significasse romper com o PCB.

<sup>164</sup> *A revolução brasileira*, publicada originalmente em 1966. Ricupero (2000, p. 108) aponta a relação tensa entre o PCB e Caio Prado, cujas posições já eram criticadas desde sua participação na ANL, nos anos 1930, sem que,

época foi esboçado anteriormente<sup>165</sup>, mas vale salientar que as posições do historiador paulista já eram conhecidas por Sodré, que alude a elas em passagens de FHB.

Desse modo, o autor afirma que nos anos 1960 o Brasil passava por um desenvolvimento “à moda prussiana” no campo, onde o capitalismo avança, “mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido” (SODRÉ, 1962, p. 357). Apesar de Sodré não citar seu autor, sabe-se que o conceito de “via prussiana” foi elaborado por Lênin para distinguir dois caminhos pelos quais o capitalismo se desenvolvia na agricultura. No primeiro tipo, com base no exemplo norte-americano, uma revolução liderada pelos camponeses destruiu as grandes propriedades e aboliu as relações de servidão, o que acelerou o desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, o modelo prussiano:

(...) caracteriza-se pelo fato de que os próprios grandes proprietários dão início ao processo de transição e o orientam. Nesse caso, as grandes propriedades pré-capitalistas são lentamente transformadas em empresas capitalistas, o que não só deixa as grandes propriedades intactas como também muitos dos sistemas de controle dos trabalhadores (DORE, 1988b, p. 43).

Nesse caso, o capitalismo se desenvolve muito mais lentamente e coexiste com certas relações pré-capitalistas de produção. E assim como as teses a respeito da revolução burguesa discutidas anteriormente, Lênin refletia sobre a conjuntura russa após a derrota da revolução de 1905 e os movimentos necessários para derrubar o regime czarista.<sup>166</sup> A implicação política dessas análises consistia em incluir os camponeses enquanto classe revolucionária junto ao proletariado urbano, e Sodré (1962, p. 403) incorporou esse aspecto às suas teorias sobre a revolução brasileira e a formação de uma aliança entre trabalhadores urbanos e rurais, unidos no conceito de “povo” com setores da burguesia nacional.<sup>167</sup>

Ao mesmo tempo, em uma nota de referência relativa ao trecho de FHB, que afirma ocorrer um desenvolvimento “à moda prussiana” no Brasil, Sodré (1962, p.406) acrescenta que “o problema de relações feudais ou semifeudais no campo, no caso brasileiro, tem sido muito

---

no entanto, isso levasse a um rompimento entre o partido e o autor. Nesse caso, porém, a literatura sustentou a imagem do “intelectual marginalizado pelo poder”, perdendo-se de vista o papel que ele exerceu no plano político, segundo Gildo Marçal Brandão (1997, p. 220). Dessa forma, as relações entre Caio Prado e Sodré não se reduzem a um debate entre o historiador “independente” e o “ortodoxo”, ainda mais dado que a primeira edição de FHB foi publicada pela Brasiliense, editora da qual Caio Prado foi um dos fundadores.

<sup>165</sup> No primeiro capítulo deste trabalho.

<sup>166</sup> Lênin apresenta suas teses quanto ao modelo prussiano na obra *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907* (1980).

<sup>167</sup> Conceito que, como observa Daniela Conte (2010, p. 110), aponta para a política de “frente única” proposta pelo PCB nesse período e a defesa de um amplo programa de reformas, entre elas a reforma agrária.

discutido ultimamente. Caio Prado Júnior, no trabalho antes citado, nega a existência desse tipo de relações”. Portanto, percebe-se que, mesmo antes dos debates mencionados acima, Sodré estava ciente de suas diferenças em relação a Caio Prado, que se estabeleceram com mais nitidez a partir de FHB. Nesse aspecto, e com base no trabalho de Paulo Ribeiro da Cunha, Marcos Del Roio considera que:

Ainda que de uma forma até certo ponto intuitiva, desde cedo o jovem intelectual militar (...) havia vislumbrado a presença de condições feudais na formação social brasileira. Mas foi apenas no início da década de 1960, quando refinou sua compreensão dos “clássicos” do marxismo e teve contato com autores como Lukács e Mariátegui, que superou a influência de Caio Prado Jr. acerca da origem e natureza da forma social brasileira (DEL ROIO, 2006, p. 165).

Sodré dialoga com as obras de Caio Prado desde ao menos *Formação da sociedade brasileira*, conforme se pôde avaliar, mas desde então abandonou as afirmações de um “capitalismo colonial” até elaborar suas teses quanto às origens e presença de formas feudais no Brasil. E ainda que uma crítica mais apressada aponte para as diretrizes do PCB naquele sentido, deve-se notar que as afirmações quanto ao feudalismo “se encontram desde as teses pecebistas nos anos 1920 aos discursos de Prestes após a Segunda Guerra” (DÓRIA, 1998, p. 214), quando Sodré já havia publicado as obras analisadas no capítulo anterior.

No entanto, mais do que seguir um programa pré-estabelecido, considera-se que foi o autor quem se aproximou do partido e lhe forneceu subsídio teórico quando FHB veio a público. Além disso, apesar das posições do partido e de Sodré convergirem na maioria dos aspectos, Rodrigo Morais (2015, p. 114) reconhece que “na Declaração, não há qualquer referência às origens das relações feudais no Brasil, limitando-se a afirmar que elas existiam e que deviam ser superadas”.

Nesse sentido, as relações entre historiografia e política não se explicam somente pelo contexto local, pois, embora a presente análise se concentre principalmente no texto de FHB, também se deve levar em conta o cenário internacional em que as teses sobre o feudalismo circulavam naquele momento, tanto pela via marxista mais revolucionária quanto por outra mais reformista.<sup>168</sup> Afinal, as revoluções chinesa e cubana eram eventos então recentes, assim

---

<sup>168</sup> As relações e tensões entre essas vertentes dentro do PCB são talvez o principal tema de Gildo Marçal Brandão (1997), e foram discutidas no primeiro capítulo deste trabalho. Ademais, na análise de IRB, observa-se que Sodré considerava a “Revolução Brasileira” nacionalista e democrática, ligada à linha pecebista em favor das reformas de base e não como uma defesa da luta armada, posição que o autor e o partido sustentaram mesmo após o golpe de 1964.

como a ascensão dos partidos comunistas europeus na linha de “coexistência pacífica”, sobretudo o italiano. Desse modo, apesar das diferenças teóricas e de estratégias políticas entre os marxismos naquele momento,

(...) este quadro de ambivalências, de um socialismo que, de um lado, parece emergir do pré-capitalismo e, de outro, de um reformismo que pode encaminhar o socialismo pela via parlamentar, situação que para nós operava como pano de fundo do período “pré-revolucionário” da conjuntura 1962-64, agudizou enormemente a discussão sobre o feudalismo. Parecia que, pela primeira vez, a história estava “em nossas mãos” e, portanto, era urgente bater rapidamente os inimigos seculares (DÓRIA, 1998, p. 226).

Por sua vez, esse aspecto remete à outra questão de análise em FHB, o modo como Sodré articula o tempo histórico na obra, na relação entre o que Koselleck (2006) denomina espaço de experiência e horizonte de expectativa. Pois, uma vez que as diferentes histórias são constituídas pela combinação entre experiências vividas e expectativas das pessoas em cada época, essas categorias acabam por fornecer determinações formais para o conhecimento histórico em geral, posto que:

(...) experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político (KOSELLECK, 2006, p. 308.)

Koselleck ressalta que experiência e expectativa não são categorias estáticas nem simétricas, pois a incorporação de novas experiências do passado altera as expectativas quanto ao futuro, que não podem ser deduzidas por completo daquelas. Diferente das épocas anteriores, quando o tempo era concebido enquanto uma sucessão de ciclos passíveis de repetição, a modernidade se percebeu como um tempo novo na medida em que aquelas duas dimensões se distanciaram, de maneira que “as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer” (KOSELLECK, 2006, p. 318).

Assim, vê-se o quanto essa perspectiva está presente em IRB, e ela permanece em FHB a ponto de orientar a estrutura da obra. Desse modo, a história do Brasil é dividida em sete capítulos apresentados cronologicamente, e o último, intitulado “Revolução”, aborda o período após o segundo governo Vargas até a atualidade (1962). Permanece a busca pelas origens dos entraves ao desenvolvimento do país no presente a partir de uma análise do passado, de maneira

que “o diagnóstico e o empenho de Sodré procuram forçar o ritmo da história, mobilizar as energias transformadoras, propor uma nova configuração do poder” (GAIO, 2004, p. 67). E assim como ocorreu com IRB, o próprio autor vincula FHB com as questões de sua época, o que justifica a elaboração da obra:

Não pode surpreender que uma fase de profundas alterações encontre reflexos em todos os domínios, e que demande, inclusive, uma revisão histórica. Tal revisão, que é menos ligada a acontecimentos e a figuras do que ao processo apreciado segundo métodos novos de interpretação, não deriva de um interesse acadêmico, deriva da necessidade de conhecer os antecedentes que, em seu desenvolvimento, levaram o País à situação em que se encontra, vistos de um ângulo objetivo (SODRÉ, 1962, p. IX).

Neste ponto, as reflexões de Koselleck quanto à transformação do antigo conceito de *Historie* para a moderna *Geschichte* mais uma vez se mostram válidas, neste caso, para avaliar os usos do conceito de feudalismo. Pois, ainda que fossem criticadas por sua perspectiva etapista, as teses feudais afirmavam a possibilidade de se “fazer história” na medida em que os homens a conhecessem. Segundo Koselleck (2006, p. 236-237), “aquela mudança retraiu o significado narrativo da história em favor de um sentido universal, da história enquanto processo produzido pela ação humana, voltada para o futuro”. Assim, a antiga *Historia magistra vitae* perdeu espaço para a expectativa moderna de planejar e realizar a história, o que no contexto europeu se relacionava com a experiência da Revolução Francesa. E, apesar dos diferentes contextos, verifica-se uma expectativa semelhante desde IRB e que se manteve em FHB, “na medida em que a análise do quadro histórico lhes permitir uma orientação clara e firme” às forças políticas e sociais que deveriam conduzir a Revolução Brasileira (SODRÉ, 1962, p. 403).

Além disso, pode-se interpretar que a “revisão histórica”, que Sodré afirma realizar no prefácio de FHB, é uma justificativa para a elaboração de uma outra história do Brasil sobre novas bases teóricas, dado que *Formação da sociedade brasileira* jamais foi reeditada. Nesse aspecto, André Moysés Gaio (2004, p. 61-62) considera FSB um ensaio para FHB, explicando as diferenças entre as obras a partir dos novos referenciais teóricos e da experiência política que Sodré adquiriu nesse tempo. Do mesmo modo, a persistência do termo “Formação” em ambos os títulos indica certa continuidade na obra de Sodré, assim como a relaciona com a produção brasileira do período, aspectos que serão avaliados adiante.

Contudo, antes de se analisar como o conceito de feudalismo é utilizado em FHB, cabe observar alguns pontos. Em primeiro lugar, sabe-se que Marx limitou seus estudos sobre o

feudalismo ao continente europeu, de maneira que as afirmações sobre a existência de feudalismo em outras sociedades e épocas couberam a seus seguidores. No entanto, essas questões não eram exóticas ao marxismo nos anos 1950, como atesta a polêmica envolvendo Maurice Dobb e Paul Sweezy sobre como se deu a transição do feudalismo ao capitalismo,<sup>169</sup> os estudos de Perry Anderson a respeito do “feudalismo japonês” e os debates quanto ao feudalismo na América Latina a partir das teses de Mariátegui (GRESPLAN, 2006, p. 136-137). Apesar das diferenças entre eles, esses estudiosos mantinham uma perspectiva marxista em comum, “uma vez que feudalismo é entendido por esses autores como modo de produção anterior à acumulação de capital. Desse modo, ele deveria existir em qualquer lugar antes que o avanço das forças produtivas permitisse a existência do capitalismo” (CANNONE, 2017, p. 61).

Outro aspecto a ponderar é que as referências de Marx ao feudalismo como uma “época progressiva” da história humana foram interpretadas por grande parte da historiografia marxista como sinônimo de “sucessiva”, numa sequência cronológica e necessária de modos de produção que Marx não corroborava (DÓRIA, 1998, p. 203). Contudo, João Quartim de Moraes considera que a simples recusa ao termo ou sua substituição por “pré-capitalismo”, no estudo da história e da sociedade brasileira, também comportava alguns riscos para a análise, pois:

Se nos contentássemos, para evitar o termo “feudalismo”, em falar de “formas de transição para o trabalho assalariado rural” ou outras perífrases equivalentes, estaríamos sugerindo, fatalisticamente, que houve uma transição orientada em um sentido determinado, o que é historicamente falso, inclusive na Europa, onde a expansão da demanda de lã e de cereais propiciou tanto a evolução pioneira para o capitalismo pela mercantilização generalizada da produção (Inglaterra) quanto a segunda servidão na Europa do Leste (MORAES, 2006, p. 159-160).

Nesse sentido, avaliar o capitalismo como resultado da expansão do comércio ou das forças produtivas acaba por enfatizar a continuidade entre sociedades não capitalistas e capitalistas, como se bastasse ao capitalismo libertar-se dos entraves políticos, econômicos ou ideológicos do feudalismo para se desenvolver:

O mercado capitalista, como forma social específica, perde-se quando a transição das sociedades pré-capitalistas para as sociedades capitalistas é apresentada como uma extensão ou maturação mais ou menos natural, ainda que muitas vezes distorcida, de

---

<sup>169</sup> Embora essa polêmica seja bastante comentada no âmbito dos estudos marxistas e sobre o marxismo, Sodré não faz referência a nenhum dos autores em FHB.

formas sociais já existentes: como uma transformação mais quantitativa do que qualitativa (WOOD, 2001, p. 17).

De acordo com Ellen Wood, embora tais argumentos se originem da economia política clássica e dos conceitos iluministas de progresso, muitas explicações marxistas seguem a mesma linha, “acrescidas das revoluções burguesas para ajudar a romper os grilhões” (WOOD, 2001, p. 14).<sup>170</sup>

Em FHB, as referências a formas de trabalho e renda “pré-capitalistas” se concentram no último capítulo, quando Sodré avalia as condições das zonas rurais em contraste com a urbanização e a industrialização no presente. Já as menções a “entraves” se encontram desde a crise do feudalismo europeu diante da expansão mercantil (SODRÉ, 1962, p. 11), do monopólio comercial português, que passou a representar “um entrave ao desenvolvimento colonial” (Ibidem, p. 170), até a persistência de “entraves feudais” na atualidade, apesar do avanço do capitalismo nas zonas rurais (Ibidem, p. 356).

Portanto, nota-se que em parte Sodré explica a formação do capitalismo no Brasil conforme a linha exposta acima, embora suas teses sobre o feudalismo procurem avaliar o que havia de específico nesse processo; ao mesmo tempo, há outro aspecto a salientar: a posição de Sodré diante das diretrizes do PCB. O caso de Caio Prado Jr., suas críticas à linha teórica e política do partido e as diferenças de Sodré em relação a ele foi mencionado anteriormente, mas isso não significava que Sodré fosse um mero caudatário dos programas oficiais.<sup>171</sup>

Em FHB, Sodré demonstra dialogar com diversos autores, e suas teses quanto ao feudalismo no Brasil propunham uma interpretação específica para as origens do atraso

---

<sup>170</sup> Embora não fosse um historiador ligado ao marxismo, Marc Bloch também adverte quanto aos riscos de se confundir origens e causas na explicação histórica, como se o estudo das origens elucidasse todas as formas posteriores de um determinado fenômeno. Estudioso da sociedade feudal, Bloch observa que ela não apresentava uma origem específica, fosse em Roma ou na Alemanha, mas resultou de uma combinação de costumes e relações modificados com o tempo: “o feudalismo europeu, em suas instituições características, não foi um arcaico tecido de sobrevivências. Durante certa fase de nosso passado, ele nasceu de todo um clima social” (BLOCH, 2001, p. 59). Guardadas as diferenças, tais observações também se aplicam ao estudo da transição entre o feudalismo e o capitalismo, que, como Marx e seus leitores mais críticos apontam, não se resumiu a uma expansão de forças produtivas anteriores, mas implicou novas relações de produção.

<sup>171</sup> Os debates suscitados no PCB pelo relatório Krushev e o processo de “desestalinização” foram esboçados no primeiro capítulo deste trabalho. Contudo, cabe notar que mesmo nesse período os estudos mais renovadores sobre o marxismo se concentraram nas universidades, de maneira que “o fato de que esta última etapa de revisão teórica não tenha encontrado condições institucionais de ser assimilada pela vida política resultou a convivência, lado a lado, de visões antagônicas sobre nossa história, apesar de inspiradas nas mesmas fontes. Nesse contexto é que foram cunhadas expressões como “linha justa”, “atraso teórico” ou “visão atrasada”, reveladoras de tensões no campo do saber que a prática social não pôde dissipar” (DÓRIA, 1998, p. 204-205).

brasileiro, ainda que suas proposições para superá-lo se combinassem ao programa pecebista.<sup>172</sup> E vistos sob uma perspectiva mais ampla, aqueles debates foram parte de um processo que consolidou uma visão unificada do país, processo que

(...) avançou no bojo das contradições percebidas e discutidas a partir de categorias como o *feudalismo*, sempre politizadas em sua aplicação, quando o pensamento foi se refinando e se apropriando dos aspectos concretos da realidade. Prova disso é que, ao se esquadrihar o desenvolvimento historiográfico brasileiro, não se encontrará, neste século, contribuição importante que não se ocupe do tema, ainda que para negar-lhe cidadania, como é o caso clássico de Caio Prado Jr. (DÓRIA, 1998, p. 239).

Como parte dessa consolidação, certos pressupostos passaram a orientar a intelectualidade brasileira em meados da década de 1950, tanto para caracterizar o país quanto para definir seus projetos de futuro. Pois, se até os anos 1930 os debates giravam em torno da necessidade de se “criar” o Brasil ou um país diferente da República Velha, a defesa de um desenvolvimento baseado na industrialização deu a tônica das principais produções brasileiras desde então:

Consequentemente, na segunda metade da década de cinquenta já não se discute tão apaixonadamente o que é o Brasil, uma vez que todos parecem imaginar ou têm uma ideia do que seja isto. A questão agora é outra, é determinar qual será o lugar do país no mundo. (...) Resumidamente, e de forma um tanto esquemática, pode-se dizer que, se antes se tratava de estabelecer a nação, agora o problema é de determinar qual será o destino dessa nação (RICUPERO, 2000, p. 119).

Nesse sentido, Carlos Alberto Dória considera que as teses feudais expressavam uma compreensão das disparidades socioeconômicas do país, presente mesmo em autores distantes do marxismo como Euclides de Cunha e Capistrano de Abreu, e que nos anos 1950 se inseriam na noção de “dualismo estrutural”. Isso porque a descrição feudal do sertão, cuja economia e sociedade estavam ligadas à pecuária, remete até a autores que visitaram o Brasil no século XIX, como Henry Koster e Vilhena, o que demonstra a persistência desse paradigma interpretativo.<sup>173</sup> Ao citar o caso de Antônio Pedro de Figueiredo, que em 1846 criticava os

<sup>172</sup> Nesse sentido, Bernardo Ricupero (2000, p. 101-102) considera Sodré “um pensador mais independente e sofisticado do que Alberto Passos Guimarães”, intelectual pecebista e autor de *Quatro séculos de latifúndio* (1964), onde se afirma o caráter feudal da colonização brasileira desde o século XVI. Ao mesmo tempo, se Sodré “se distancia em certos momentos do PCB na caracterização do passado colonial do Brasil, o mesmo não ocorre com sua análise da estrutura social contemporânea”.

<sup>173</sup> A noção de dualidade possui uma longa tradição na América Latina, sintetizada na fórmula “civilização ou barbárie” de Domingo Faustino Sarmiento. Através dela, as elites liberais do século XIX “que integraram seus países ao mercado mundial enquanto produtores de matérias-primas (...) criaram uma mitologia segundo a qual



“barões feudais” do interior de Pernambuco, Dória (1998, p. 213) considera que “sob esta maneira de representar a realidade, muitas vezes se escondia a consciência crítica possível, de forma a não se pode atribuir “conservadorismo” ou “passadismo” a toda visão “feudalizante””.

174

Dessa maneira, o marxismo brasileiro não se baseou apenas em suas fontes clássicas para desenvolver a temática do feudalismo, como também reavaliou a historiografia nacional naquele sentido. De uma “fase documental”, exemplificada pelas obras de Varnhagen e Capistrano, o feudalismo e a noção de dualidade deram ensejo à “fase interpretativa” de nossa história, na busca de esquemas que explicassem as disparidades regionais do país com vistas ao desenvolvimento futuro da sociedade. E ao discutir nossa “feudalidade”, o que o marxismo acrescentou à compreensão do Brasil

(...) foi o fato de se recusar a tomá-la como um recurso meramente descritivo, utilizando-a para situar o país no processo amplo de desenvolvimento dos povos e evidenciando que esta *etapa* abria uma perspectiva de futuro e uma direção de luta. Nesse sentido, ele sepultou definitivamente o mote das discussões havidas no começo do século, girando em torno da raça ou do determinismo geográfico, para apresentar o Brasil de modo novo, isto é, como *parte* do mundo em permanente processo de mudanças no qual podem intervir a razão e a vontade humanas (DÓRIA, 1998, p. 214).

A partir dessas considerações, as teses em FHB sobre a história e a sociedade brasileiras têm no conceito de feudalismo sua especificidade mais evidente e dialogam com autores como Caio Prado Jr., José Carlos Mariátegui e Celso Furtado, o que será avaliado a seguir. Sem interpretar essas teses apenas como instrumentos das instituições nas quais Sodré atuava na época, elas tampouco devem ser reduzidas a equívocos cuja essência foi desvelada pelo golpe de 1964. E à luz das reflexões sobre o conceito de “formação”, presente em diversos trabalhos na época, levantam-se as relações de Sodré com a intelectualidade brasileira e os fundamentos do projeto historiográfico sodreano, que em parte se mantiveram nas duas “fases” do autor.

---

tudo o que fosse colonial identificava-se com a estagnação, e tudo o que provinha da Europa com o progresso” (LACLAU, 1978, p. 25). Portanto, a visão dualista se mostra atrelada a um projeto modernizador conforme modelos europeus, ideia que, por diferentes formas, se encontra dos intelectuais autoritários brasileiros aos comunistas e ao pensamento cepalino (RICUPERO, 2000, p. 177).

<sup>174</sup> Outro exemplo significativo está em *Raízes do Brasil*, onde o autor critica a persistência de “uma aristocracia rural e semifeudal”, que importou a forma democrática, e “tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas” (HOLANDA, 1995, p. 160). Além disso, há a obra de Oliveira Viana com suas alusões a uma “nobreza rural”, cujas relações com Sodré foram estudadas no segundo capítulo.

#### 4.2.1 As teses sobre o feudalismo em *Formação histórica do Brasil*

No capítulo de FHB que trata da colonização, Sodré situa Caio Prado Jr. entre uma série de autores que refutam a existência de feudalismo em Portugal no século XVI, de forma que suas instituições jurídicas e regime de produção jamais teriam se estabelecido no Brasil. No caso do historiador paulista, em específico, Sodré (1962, p. 102) comenta em uma nota que “Caio Prado Júnior se despreocupa de caracterizar o sistema de colonização como modo de produção. Descreve amplamente as atividades, situando-as no quadro do surto mercantil da época, e frisando os aspectos peculiares da *plantage*”, ao que se seguem citações de *Formação do Brasil contemporâneo* e da *História econômica do Brasil*.

Por se tratarem de dois historiadores marxistas, as divergências quanto ao uso do conceito de “modo de produção” são fundamentais para se compreender como cada um deles interpretou a colonização. De fato, ao longo de *Formação do Brasil contemporâneo* não se encontram referências ao modo de produção vigente no Brasil, exceto alusões quanto ao “caráter mercantil” e de “empresa comercial” que ditaram nosso “sentido da colonização”, como se lê na passagem mais conhecida do livro (PRADO JR., 2004, p. 31). Contudo, o que poderia ser lido como imprecisão teórica foi uma estratégia deliberada do autor, de acordo com Bernardo Ricupero. Pois, ao contrário do que ocorria na Europa, nas Américas as relações de circulação eram mais relevantes do que as relações de produção para caracterizar as sociedades. Assim, diante do impasse teórico quanto à questão do modo de produção dominante nas colônias, onde se combinavam relações escravistas com produção agroexportadora,

Caio Prado Jr. não chega a resolver o problema; evita, porém, equívocos, como o de considerar o Brasil como capitalista desde sempre ou caracterizar o que existia aqui como um modo de produção específico, mas principalmente chama a atenção para a questão fundamental do período colonial: o peso que têm fatores externos à sociedade então em formação (RICUPERO, 2000, p. 154).

No Brasil e em outros países de origem colonial, a produção e o mercado interno eram desarticulados, pois a produção se voltava sobretudo para o exterior. E essa situação predominava no país até então, a ponto de Caio Prado oferecer “uma interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa” a partir do estudo daquele período (PRADO JR., 2004, p. 12-13). Nesse sentido, Ricupero (2000, p. 157-159) considera que o autor paulista tratou o

“sentido da colonização” como uma totalidade, uma chave para articular incidentes secundários e torná-los inteligíveis entre si, desde um plano mais abstrato para a explicação da vida colonial em seus aspectos mais concretos.<sup>175</sup>

Quanto a Sodré, verifica-se que o autor de FHB tampouco considera o Brasil capitalista desde a colonização, nem afirma a existência de um modo de produção específico para explicar a estrutura econômica e social do país. No entanto, diferente de Caio Prado, Sodré não evita avaliar o modo de produção dominante no período colonial, o que remete às suas novas leituras e reavaliações teóricas levantadas anteriormente. Nesse aspecto, Sodré não assemelha mercantilismo e capitalismo posto que distingue o capitalismo de capital comercial, sendo que este último era muito anterior ao surgimento do capitalismo. Com base em notas de referência a *O capital*, Sodré adverte que:

É indispensável conhecer e distinguir perfeitamente o papel daquilo que se conhece como capital comercial na época dos descobrimentos e daquilo que é o capital comercial hoje, no modo capitalista de produção. Este aparece quando a produção domina o comércio, subordina-o ao seu desenvolvimento; aquele, ao contrário, aparece quando a produção simples de mercadorias alcança um certo desenvolvimento e o dinheiro facilita as trocas (SODRÉ, 1962, p. 23).

O desenvolvimento do comércio por si seria insuficiente para explicar a passagem do feudalismo para o capitalismo, processo que Sodré considera dependente de fatores como a crise da manufatura nas cidades medievais, o que tornou a maioria dos artesões em trabalhadores assalariados enquanto uma minoria se transformou em capitalistas, e a ocorrência de uma “acumulação primitiva”. Em Marx, o conceito de acumulação primitiva avalia como o capitalismo se afirmou historicamente, processo que modificou em primeiro lugar as relações de produção no campo. Seu principal aspecto consistia na expropriação das terras comunais, utilizadas pelos camponeses, por grandes proprietários, o que forçou aquele contingente a se tornar trabalhadores assalariados, pois sem acesso aos próprios meios de produção. E nesse aspecto a análise de Marx se destacava das demais, pois,

---

<sup>175</sup> Contudo, alguns intérpretes consideram que Caio Prado de fato encampou a tese de que o Brasil seria um país capitalista desde a origem, o que gerou críticas de estudiosos marxistas dedicados ao período colonial, como Jacob Gorender (MORAES, 2007b, p. 173). E no debate que a obra de Caio Prado suscitou entre as esquerdas após 1964, Marcos Del Roio (2007, p. 108) aponta que “Caio Prado Jr. se esmera fundamentalmente no debate com o senso comum da cultura política dominante dos comunistas brasileiros. Desse modo são menosprezadas as teorizações de Nelson Werneck Sodré ou mesmo de Ignácio Rangel ou Alberto Passos Guimarães, facilitando a transmissão da falsa percepção de que esses autores se identificassem de plena forma com aquele senso comum”.

Para muitos de seus contemporâneos, o capital era criado pela abstinência, como fonte original da acumulação. A tese de Marx é que a acumulação primitiva não é uma acumulação nesse sentido. A abstinência só pode levar à acumulação do capital se já existirem relações capitalistas de produção. Para Marx, o “segredo” encontra-se na reorganização revolucionária e generalizada das relações de produção existentes e não numa expansão quantitativa da provisão de meios de produção e de subsistência (FINE, 1988, p. 2).

Entre os estudiosos marxistas, as teses e debates quanto às características do feudalismo e suas transformações têm como principal determinante avaliar as origens do capitalismo e as condições para que isso ocorresse. Desse modo, as vertentes mais ortodoxas do marxismo consideravam a história como uma sequência de modos de produção dominantes, substituídos uns pelos outros através das revoluções (HIMMELWEIT, 1988, p. 267), e o próprio Sodré, por vezes, foi interpretado como um autor “etapista” nesse sentido. No entanto, mesmo entre os marxistas mais críticos, prevaleceu certa leitura daquele processo enquanto superação dos entraves à sua expansão, pelo crescimento do comércio ou do poderio das cidades contra a nobreza e o clero concentrados no campo. Nesse sentido, Ellen Wood<sup>176</sup> adverte que tais interpretações:

(...) tendem a naturalizar o capitalismo, a disfarçar sua característica distintiva de ser uma forma social específica com um começo e (sem dúvida) com um fim. (...) Ele requer não uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas uma transformação completa nas práticas e relações humanas mais fundamentais, uma ruptura nos antigos padrões de interação com a natureza na produção das necessidades vitais básicas (WOOD, 2000, p. 13).

Sodré evitou essa tendência ao tratar do período colonial, mas ao mesmo tempo manteve certa leitura do capitalismo como resultado da expansão das forças produtivas contra a persistência de antigas relações de produção. Desse modo, na última parte de FHB, o autor

---

<sup>176</sup> Ao mesmo tempo, Wood aponta que muito dos debates entre historiadores marxistas e não marxistas, quanto à transição do feudalismo para o capitalismo, se deve às ambivalências na obra de Marx onde se encontram duas narrativas a respeito. Uma delas, presente em *A ideologia alemã* e o *Manifesto* de 1848, trata a história como uma sucessão de etapas na divisão do trabalho em que os avanços tecnológicos e a ação das classes burguesas teriam levado o capitalismo a “romper” os grilhões do feudalismo. Contudo, em obras posteriores, o capitalismo “tem mais a ver com a mudança nas relações de propriedade, especialmente na zona rural inglesa: a expropriação dos produtores diretos que deu origem a uma nova forma de exploração e a novas “leis de movimento” sistêmicas” (WOOD, 2001, p. 36). Sodré oscila entre as duas tendências, mas a análise do regime colonial incide mais para a primeira enquanto a defesa da reforma agrária no presente parece compreender a implantação do capitalismo no Brasil nos termos da segunda, que de uma “via prussiana” deveria se orientar em um sentido mais próximo ao que houve nos Estados Unidos, por exemplo.

considera que enfim o país apresentava condições naquele sentido, e esse motivo define o propósito da obra:

Não compreenderíamos como chegou o país à fase em que se pode realizar a sua revolução sem apreciar como se operou aqui a acumulação primitiva que a permite agora. Essa apreciação consumiu toda a parte anterior da exposição histórica aqui apresentada, desde os mais velhos tempos, quando a colonização resultou numa empresa do capital comercial europeu, até a fase próxima, em que a industrialização surgiu da formação das duas camadas antagônicas, a dos que, como donos do capital, podem dispor dos meios de produção, e a dos que dispõem apenas de sua força de trabalho (SODRÉ, 1962, p. 399).

No entanto, a questão quanto ao modo de produção dominante no período colonial persiste. E se não se tratava de capitalismo, Sodr e tampouco considera que o projeto colonizador tenha se dado sob um regime feudal, embora o feudalismo prevalecesse em Portugal no século XVI. Assim, a partir da distin o entre capital comercial e capitalismo levantada acima, Sodr e considera que o grupo mercantil português não correspondia a uma burguesia, apesar de seu apoio   monarquia e de sua participa o nas navega es: “as lutas militares pela expansão do reino enfraqueceram momentaneamente, mas não extinguiram os laços feudais, que logo recrudesceram com as conquistas de terras aos  rabes” (SODR E, 1962, p. 29). E para explicar a peculiaridade do feudalismo em Portugal, Sodr e recorre aos argumentos de Azevedo Amaral,<sup>177</sup> para quem

(...) a unifica o precoce e a centraliza o política em torno da monarquia foram resultados da situa o particular de luta na qual se encontrava a península ibérica: de um lado, os portugueses tiveram de se bater contra os leoneses para não sucumbir   sua domina o; de outro, o processo de expulsão dos  rabes da Europa, a reconquista, exigiu um esforço conjunto da popula o, que emba ou temporariamente as contradi es entre servos e senhores e produziu efeitos peculiares sobre a distribui o da terra. (SILVA, 2006, p. 113)

Por esses aspectos, Marcos Del Roio (2006, p. 181) entende que a leitura de Sodr e sobre o feudalismo e o papel do comércio na transi o ao capitalismo apresenta certas tensões, pois “o comércio age como um dissolvente do feudalismo ao mesmo tempo em que não se relaciona

---

<sup>177</sup> No entanto, a partir dessas condi es, Azevedo Amaral argumentou pela inexistência do feudalismo português, o que Sodr e (1962, p. 52-53) reconhece e refuta em nota: “A tese, inválida a nosso ver, está estreitamente ligada   que defende a existência de um predomínio burguês e, portanto, de uma revolu o burguesa já no século XIV, também inválida, do nosso ponto de vista”. Nesse ponto, a posi o de Sodr e   inversa a que sustentou em FSB, conforme analisada no capítulo anterior.   primeira vista, Sodr e parece se contradizer, mas pode-se interpretar que enquanto Amaral considera esse período como definidor da sociedade portuguesa, Sodr e percebe apenas um efeito temporário, pois o regime de trabalho assalariado não se tornou predominante a partir de então.

com a produção material, que avança para o regime de manufaturas por um ritmo próprio”. Com base nos argumentos de Perry Anderson,<sup>178</sup> Del Roio (2006, p. 185) sustenta que as guerras contra os muçulmanos formaram um “feudalismo de fronteira” em Portugal, onde a nobreza aliou-se à Coroa para a conquista de novas terras e rotas comerciais. Esse processo inflectiu na jurisdição sobre as formas de apropriação da terra e do excedente produzido nas sesmarias, leis de características feudais que não exerceram os mesmos efeitos na colônia.

Dessa forma, apesar de o feudalismo estar vigente em Portugal, no século XVI, Sodr e afirma que o sistema não p ode ser transplantado ao Brasil, onde a população local era rarefeita e organizada em tribos que não se fixavam   terra. Ao mesmo tempo, o papel do comércio em FHB mostra-se ambíguo, pois se “na desintegração do feudalismo, a produção mercantil simples serviu de base ao nascimento da produção capitalista” (SODR E, 1962, p. 20), o autor enfatiza também que o capital mercantil não se relacionava com a esfera da produção, que se alterava apenas conforme a criação de um mercado interno. Segundo Del Roio, Sodr e

Aceita, assim, a ideia generalizada de que a chamada época moderna deve ser identificada como um período de transição caracterizado pelo mercantilismo, que, no entanto,   apenas um conjunto de ideias e políticas, não uma forma produtiva e social específica (DEL ROIO, 2006, p. 181).

A colonização do Brasil não teria sido obra do grupo mercantil, que entrou em declínio após as conquistas no Oriente e a expulsão dos judeus do reino, nem da nobreza, que já possuía os principais títulos e propriedades na metrópole. Diante dos altos custos necessários para aquela empreitada, o regime das capit nias seguiu uma “legislação de circunstância” (SODR E, 1962, p. 67) para distribuir largas faixas de terras conforme algumas condições. Sodr e lista os direitos e deveres atribuídos pela Coroa nas Cartas de Doação e Forais, numa legislação que “trazia evidentes marcas feudais”, mas considera que “a legislação foi uma coisa; a realidade foi outra coisa” (Ibidem, p. 81).

Em relação ao que se verifica na metrópole, “assiste-se, assim, o colonizador, originário de uma área em que domina o modo feudal de produção, regredir ao modo escravista, por imposição da finalidade mesma da produção colonial” (SODR E, 1962, p. 70). O que seria um

---

<sup>178</sup> A partir das teses de Anderson sobre a formação do Estado absolutista, que seria um arranjo da nobreza feudal para reestabelecer seu domínio sobre os camponeses, Del Roio (2006, p. 171) considera que o historiador inglês contribuiu para superar a ideia de que o feudalismo se resumia às relações de exploração servis, “e também para enfatizar que o feudalismo contava com um potencial expansivo presente na convergência de interesses entre as cidades comerciais e a nobreza feudal”. Segundo Del Roio (2006), a falta de discussão sobre essa capacidade expansiva foi um dos limites de Sodr e, o que afetou sua argumentação sobre as características fundamentais da forma social brasileira.

sinal de atraso ou decadência, viabilizou-se por conta da produção monocultora em grande escala, uma produção em “redoma”, fechada tanto pela ausência de mercado interno quanto pelo regime de monopólio comercial. Assim, mesmo com uma produtividade do trabalho inferior ao feudalismo, “a conclusão que leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo escravista de produção” (Ibidem, p. 82).

Tais argumentos mostram uma nova interpretação histórica por parte de Sodré, comparados ao que se verifica em FSB publicada quase vinte anos antes. Contudo, apesar dos pressupostos marxistas mais nítidos, essa mudança não significou uma ruptura completa com certos conceitos anteriores. Nesse ponto, Jorge Grespan (2006, p. 142) alerta que “entre 1958 e 1962, inverteu-se a posição do autor sobre a definição do sistema social predominante em Portugal, mas isso não ocorreu com o conceito do que fosse ‘feudal’”. Pois, se em FSB lê-se que os feudos “constituíam organizações autárquicas, na peculiaridade econômica basilar do tempo, a da produção para consumo imediato” (SODRÉ, 1944, p. 9), em 1962 Sodré afirma que “a fragmentação do poder e o regime dos feudos, que produziam apenas o suficiente para consumo imediato e local, entravaria as trocas só conhecidas na plenitude desse sistema hermético pela atividade dos ambulantes” (SODRÉ, 1962, p. 11).

De acordo com Grespan (2006), Sodré manteve a caracterização clássica de feudalismo, tomada de Henri Pirenne, como economia em unidades autárquicas, “em que cada latifúndio se bastava a si mesmo e constituía normalmente um pequeno mundo fechado” (PIRENNE, 1982, p. 19), mas interpretou a crise desse sistema de maneira um tanto diferente. Pois, ao contrário do historiador belga, Sodré considerava a expansão do comércio e do capital mercantil como aspectos necessários, mas não suficientes em si para dissolver as relações feudais, ponto em que faz uma referência direta a Marx no corpo do texto:

Não cabe a menor dúvida (...) de que nos séculos XVI a XVIII as grandes revoluções que tiveram lugar no comércio, decorrentes das descobertas geográficas, e que intensificaram rapidamente o desenvolvimento do capital comercial, constituem um momento principal no estímulo à passagem da ordem de produção feudal à capitalista. (...) A ordem moderna de produção, todavia, em seu primeiro momento, o da manufatura, somente se desenvolveu onde as condições para a manufatura se tinham criado dentro da Idade Média. Compara-se, por exemplo, a Holanda com Portugal (MARX apud SODRÉ, 1962, p. 24).

No âmbito dos estudos marxistas contemporâneos à FHB, Lígia Osório Silva (2006, p. 111) aponta que “em certas regiões o desenvolvimento do comércio acabou por reforçar em vez

de enfraquecer a servidão, como no leste europeu do século XVI”.<sup>179</sup> Assim, mesmo mantendo o antigo conceito de feudalismo, Sodré não o reduz a um regime simplesmente oposto ao comércio, como na tese de Pirenne, para explicar sua crise. Em vez disso, “Há para ele uma quase justaposição entre o comércio e a produção feudal, que apenas repete as que ocorreram também em outros sistemas, como o escravismo antigo ou o oriental” (GRESPLAN, 2006, p. 143). E as referências em FHB ao “isolamento” da circulação em uma área “absolutamente autônoma” indicam que o capital comercial coexistia com diferentes formas de produção, contanto que elas o abastecessem.

Desse modo, e de volta ao conceito de acumulação primitiva, Sodré (1962, p. 143) afirma que: “o processo de que surge o capitalismo é, pois, endógeno; ele surge de condições internas ao país ou região em que se implanta; não surge de condições externas, não surge do capital comercial, como causa única e necessária”. As condições internas de Portugal teriam mantido o feudalismo enquanto ele declinava em outros países, como na Holanda, e aquele sistema se conciliou tanto com a expansão comercial quanto com a reedição do escravismo nas colônias. Assim, ao considerar o regime escravista uma produção “em redoma”, Sodré procura explicar como um modo de produção de mais baixa produtividade ressurgiu séculos depois:

A expressão “redoma” tem a ver com seu caráter fechado, voltado ao monopólio da metrópole, mas também se refere ao fato de ser uma experiência diferente da metropolitana, “extemporânea”, já que em Portugal predominava o feudalismo. Se lá tal sistema convivia com o capital comercial, aqui este impôs a solução escravista como anomalia histórica (...) Fiel neste momento à sequência consagrada dos modos de produção, Werneck Sodré deve explicar como foi possível uma “regressão”, em especial considerando que o escravismo era tecnicamente mais atrasado, de produtividade mais baixa, que o feudalismo (GRESPLAN, 2006, p. 144).

As interpretações a respeito de FHB neste ponto são controversas, e em parte porque o próprio autor parece hesitar quanto ao papel do comércio diante da ordem feudal. Pois, para explicar porque a colonização “regrediu” ao escravismo naquelas condições, Marcos Del Roio considera que:

---

<sup>179</sup> Sobretudo em *A evolução do capitalismo*, de Maurice Dobb. A obra de Dobb motivou os estudos sobre a “segunda servidão” inclusive na América Latina, como nota Ernesto Laclau (1978, p. 36). Contudo, Sodré não se refere àquele autor em FHB. Em linhas gerais, esses estudos e os debates suscitados mais uma vez remetem à transição do feudalismo ao capitalismo, tema central na obra de Ellen Wood (2001) e que está resumido em Robert J. Holton (1988). Quanto aos debates entre Dobb e Paul Sweezy, sob uma perspectiva mais relacionada à história da historiografia, ver Carla Baute (2018).



Essa confusa e pouco provável fórmula poderia ser simplificada caso Sodré pudesse supor que o absolutismo constitui uma forma feudal tardia dotada de grande capacidade expansiva, tanto do ponto de vista espacial quanto do econômico. (...) Teria de abandonar, porém, a tese do mercado como elemento intrinsecamente dissolvente do feudalismo, assim como repensar a consagrada tese da época moderna como longuíssimo período de “transição” (DEL ROIO, 2006, p. 186).

Segundo Jorge Grespan (2006, p. 140), a ênfase que Sodré confere ao papel dos holandeses na empresa açucareira visava “minimizar a importância dos mercadores portugueses nas navegações e na colonização do Brasil, de modo que se evitassem, assim, os embaraços de afirmar uma convivência no reino entre o feudalismo e o capital comercial”. Por esse viés, o processo colonizador português também se mostrava subordinado ao processo mais amplo do surgimento e expansão do capitalismo, primeiro em relação à Holanda e depois em relação à Inglaterra, argumento que se ampara na leitura de *O capital*:

A história da decadência da Holanda, disse um pesquisador, com a ascensão inglesa, é a história da subordinação do capital comercial ao capital industrial. Ora, a história do declínio da Holanda e da ascensão da Inglaterra assinala também os efeitos profundos das referidas transformações sobre as áreas coloniais e, particularmente, sobre o Brasil (...). Mas, ainda aqui, é necessário distinguir os traços característicos:

- o primado holandês (I e II séculos) processa-se na fase do capital comercial;
- o primado inglês (III e IV séculos) ocorre na fase capitalista (SODRÉ, 1962, p. 141).

Ao mesmo tempo, as controvérsias quanto ao regime socioeconômico vigente na metrópole e na colônia não eram incomuns quando FHB veio a público, e “se havia certo consenso na historiografia quanto ao ‘pioneirismo’ da fundação do Estado nacional português apoiado no mercantilismo, as discordâncias começavam quando à natureza desse Estado” (SILVA, 2007, p. 40).<sup>180</sup>

Além das questões quanto ao papel do comércio, as características da legislação das sesmarias também suscitaram diversas interpretações. Contudo, assim como ocorreu com o conceito de feudalismo, nota-se que Sodré manteve uma leitura das formas jurídicas como um aspecto secundário da colonização. Assim, aquelas leis “não deram lugar senão a semelhanças, identidades formais, nada tendo do essencial do medievalismo” (SODRÉ, 1944, p. 67), enquanto as Cartas de Doação e Forais traziam

---

<sup>180</sup> Entre os autores marxistas estrangeiros, além do debate entre Dobb e Sweezy e de Perry Anderson, Lúcia Silva (2007, p. 67) menciona as posições de Hobsbawm e Poulantzas quanto à natureza do Estado absolutista; entre os marxistas brasileiros, além de Caio Prado, essa discussão motivou as obras posteriores de Ciro Cardoso, Jacob Gorender e Fernando Novais (SILVA, 2007, p. 64).

(...) evidentes marcas feudais. Nem poderia ser de outra maneira, uma vez que a classe dominante em Portugal, na época, era a dos senhores feudais. (...) A legislação foi uma coisa; a realidade foi outra coisa. Do exame da realidade – como a colonização aconteceu, e não como foi planejada – é que derivam as teses novas, de regime capitalista ou de regime escravista, declinando a de regime feudal” (SODRÉ, 1962, p. 81-82).

Nas duas obras, a legislação cede a determinações de ordem econômica, ainda que entre FSB e FHB Sodré modifique suas interpretações quanto ao regime econômico e social vigente na metrópole e na colônia durante o século XVI. Pois, se em FSB o autor afirma que as navegações e a colonização foram uma empresa fundamentalmente capitalista (SODRÉ, 1944, p. 70), em FHB Sodré apresenta um quadro mais complexo, onde o feudalismo se fortalecia em Portugal enquanto o colonizador “regredia” ao uso do trabalho escravo “por imposição da finalidade mesma da produção colonial” (SODRÉ, 1962, p. 70).

Para Jorge Grespan (2006), mais do que forçar uma leitura do desenvolvimento do Brasil conforme a sucessão verificada na economia mundial, as mudanças no pensamento sodreano pretendiam ser coerentes com a categoria de “modo de produção”. Assim, ao afirmar que “o grau de desenvolvimento dos instrumentos de produção indica o poder da sociedade sobre a natureza, o seu grau de desenvolvimento” (SODRÉ, 1962, p. 3), Sodré ressalta o papel das forças produtivas, do aspecto técnico sobre as transformações sociais. Contudo, enquanto os processos históricos europeus se dão como um progresso técnico que se torna incompatível com as relações de produção, forçando-as a mudar, “o processo brasileiro praticamente subverte esta ordem usual (...) por meio da imposição do grande comércio, isto é, da situação colonial de exploração pela metrópole” (GRESPLAN, 2006, p. 145).

Isso explicaria, por exemplo, porque a colonização do Brasil se estabeleceu com base no trabalho escravo, uma vez que “a produtividade inequivocamente baixa do modo escravista aqui estabelecido consegue alinhar-se com a de outros modos e competir ou figurar no mercado com que produz, na realidade, *porque é colonial*” (SODRÉ, 1962, p. 77 – grifos do autor). Para Sodré, isso representava um regresso na medida em que um modo de produção com o menor nível de produtividade era implantado para atender determinações externas. E essa condição se mantinha na passagem entre os ciclos econômicos ao longo de nossa história, do açúcar, nos séculos XVI e XVII, e do ouro, no XVIII, até o ciclo cafeeiro, a partir do século XIX. Enquanto a economia se conservava sob aquele regime produtivo, as mudanças de cunho político pouco representaram, pois “a situação colonial, por isso mesmo, é muito mais caracterizada, no campo econômico – pelo modo de produzir as mercadorias e pela escolha das mercadorias a produzir

–, do que no campo político, pela subordinação à determinada metrópole” (SODRÉ, 1962, p. 188-189).

Assim, ao contrário dos países europeus e dos Estados Unidos,<sup>181</sup> a história do Brasil “marca as etapas por um esforço de adaptação: da produção colonial ao capital comercial; da produção colonial ao capitalismo; da produção semicolonial ao imperialismo” (SODRÉ, 1962, p. 296). E apesar do longo processo de transformações econômicas e sociais ocorrido em quatro séculos, aquela condição afetava o Brasil até a atualidade (Ibidem, p. 351). Embora sem citá-lo, Sodré se aproxima do “sentido da coloniza o” de Caio Prado Jr. nesse ponto, com sua ênfase no “objetivo exterior, voltado para fora do país e sem aten o a considera es que não fossem o interesse daquele comércio, que organizarão a sociedade e a economia brasileiras” (PRADO JR., 2004, p. 32).<sup>182</sup>

Dessa maneira, FHB analisa as transforma es econômicas da época moderna para, através disso, investigar a particularidade do processo histórico brasileiro e porque ele não seguiu o percurso dos países capitalistas centrais. Ao afirmar que Portugal combinou centraliza o política e desenvolvimento do capital mercantil com o predomínio de rela es feudais de produ o, Sodré ressalta que, sem uma revolu o agrária,<sup>183</sup> os demais aspectos seriam insuficientes para desenvolver o capitalismo. Essas condi es ainda surtiam efeitos no Brasil de 1962, o que justificava aquela análise histórica:

O caso do “atraso” português no desenvolvimento do capitalismo servia como objeto de reflexão para a sociedade brasileira contemporânea do ISEB, uma vez que remetia para o fato de que os aspectos econômicos e sociais que não desapareceram com a independência política precisavam ser enfrentados para que se alcançasse a

<sup>181</sup> No caso norte-americano, Sodré (1962, p. 179) considera que sua independência em parte representou uma revolu o burguesa pelo fato do país não ter tido um passado colonial, “um caso específico que não cabe apreciar aqui”. Contudo, em diferentes passagens, Sodré menciona o desenvolvimento do mercado interno na economia daquele país como um fator explicativo. Em *Capitalismo e revolu o burguesa no Brasil*, Sodré (1990a, p. 114) se estende mais sobre o tema, e cita a “ausência de passado feudal” que permitiu aos Estados Unidos conjugar autonomia política e revolu o burguesa, condi es opostas ao que verificava em nossa história.

<sup>182</sup> Embora considere que a história do Brasil não rompeu em definitivo com aquele sentido, Caio Prado não incide no dualismo, segundo Bernardo Ricupero, pois nota que a herança colonial favoreceu a superexplora o da força de trabalho após a Aboli o, por exemplo (RICUPERO, 2000, p. 177-178). Dessa forma, o setor moderno da economia não se opõe, mas se alimenta das sobrevivências do arcaico. Porém, Ricupero avalia que a ênfase nas continuidades entre passado e presente afetou a análise de Caio Prado quanto ao papel da industrializa o e seus efeitos transformadores no país, aspectos a que Sodré confere maior relevância.

<sup>183</sup> Com base no artigo de Ellen Wood (2000), Lígia Silva (2007, p. 67-68) caracteriza a “revolu o agrária” inglesa, ocorrida a partir do século XVI, como “a introdu o de práticas como a maximiza o do valor de troca por meio da redu o de custos e pelo aumento da produtividade, através da especializa o, acumula o e inova o”, em um processo que levou   expropria o de antigas áreas comunais e gerou um contingente de trabalhadores sem-terra.

industrialização integral, se revolucionasse o campo e, finalmente, a tarefa de formar um mercado interno forte e integrado se concluísse. Em outros termos, era preciso liquidar a herança colonial (SILVA, 2006, p. 115)

A avaliação de FHB até o momento permite, portanto, perceber uma trama de congruências e peculiaridades, um conjunto mais complexo que o pensamento etapista muitas vezes atribuído a Sodré. Afinal, nota-se que o autor continuava a considerar o feudalismo como um regime de produção em unidades fechadas, conforme o conceito de Henri Pirenne; ao mesmo tempo, diferente do historiador belga, Sodré não via no crescimento do comércio um aspecto suficiente em si para dissolver aquele sistema ou um sinônimo de capitalismo.<sup>184</sup> Além disso, enquanto recusava as afirmações sobre o caráter capitalista da colonização do Brasil, Sodré tampouco admitia tratar-se de feudalismo, embora tal regime vigorasse em Portugal naquele momento.<sup>185</sup>

Desse modo, Sodré argumenta que o feudalismo surgiu no Brasil séculos depois, por condições características ao regime produtivo colonial. E para explicar tal processo, o autor analisa dois fenômenos, a expansão da atividade pastoril e a crise do escravismo em áreas até então ligadas ao polo mais dinâmico da economia. No primeiro caso, Sodré elenca três fases, de vizinhança, coexistência e separação entre as atividades agrícola e pastoril. Pois, se originalmente a pecuária fornecia carne, couro, transporte e força de tração aos engenhos, ao avançar para o sertão suas relações com o litoral agrícola se atenuaram e deram margem a “relações feudais no pastoreio, pela sua incompatibilidade com o trabalho escravo” (SODRÉ, 1962, p. 123). Por não competir com nenhuma atividade regulada pelo monopólio colonial e distante dos principais centros,

As poucas necessidades da população pastoril são satisfeitas com os recursos próprios. As trocas da área pastoril com a área mineradora e com a área agrícola reduzem-se. (...) Estes traços, conjugando-se aos traços da paisagem física e apenas agravados por eles, geram o “outro Nordeste”. Surge e cresce uma área de relações feudais, paralela à área escravista (SODRÉ, 1962, p. 125).

<sup>184</sup> Pirenne (1982, p. 163) discorre sobre o “caráter capitalista do grande comércio”, e chega a afirmar que “nossas fontes, por deficientes que sejam, não nos permitem duvidar que o capitalismo se firmou desde o século XII”.

<sup>185</sup> Aqui, Sodré se distancia de outros marxistas ligados ao PCB, como Alberto Passos Guimarães e suas considerações quanto ao “feudalismo colonial” em *Quatro séculos de latifúndio* (1964). Argumentação que, apesar das divergências políticas, remete a Oliveira Viana, que sustentava “a tese segundo a qual as instituições feudais portuguesas vieram para cá transplantadas como forma de manutenção do poderio das classes dominantes ibéricas, sem que o mercantilismo lograsse, inicialmente, deslocar o polo de riqueza da sociedade” (DÓRIA, 1998, p. 215).

Nesse sentido, Carlos Alberto Dória destaca que Sodré considera o feudalismo como um regime que se expande no decorrer de nossa história, como em Minas, Goiás e Mato Grosso, após a decadência da mineração. Ao mesmo tempo, na medida em que identifica feudalismo e pecuária, Sodré retoma a distinção que Capistrano de Abreu levanta entre o litoral e a “civilização do couro”,<sup>186</sup> mas procura integrar “a compreensão do sertão ao processo histórico evolutivo em escala mundial” (DÓRIA, 1998, p. 217). A pecuária se desenvolve, assim, como um apêndice em relação à empresa colonial, e que por seu isolamento surge com características feudais.

Além desse setor secundário, Sodré afirma que a decadência de certas regiões agroexportadoras com o fim do trabalho servil levou a uma passagem ao feudalismo. E nesse caso, o autor recorre ao mesmo termo que designava a implantação do modo escravista no século XVI, o de “regressão”. De acordo com Sodré, esse fenômeno tornava-se possível pela disponibilidade de terras, que eram antes “espaços vazios” do que propriedades a conquistar, ocupadas muitas vezes à força. Essa expansão não representava uma “fronteira móvel”, mas uma “invasão formigueira” de pequenos proprietários que produziam para subsistência, ausentes do mercado. Nesse processo, o modo escravista entrou em crise definitiva, mas seus resultados diferiam conforme as regiões do país:

O interessante, entretanto, é que ele não se torna um anacronismo ao mesmo tempo em toda a extensão brasileira. Vai apresentando o seu caráter anacrônico quer nas áreas em que o trabalho escravo evolui para o trabalho livre, quer nas áreas em que o trabalho escravo não encontra condições para evoluir para o trabalho livre e evolui para a servidão. O modo escravista está sendo corroído pelas duas extremidades, portanto. Se não distinguirmos as diferenças entre uma e outra – uma é avanço, a outra é atraso, e ambas tendem a distanciar-se cada vez mais e a levar a uma desigualdade regional clamorosa – não compreenderemos claramente as razões da extinção do regime de trabalho escravo em nosso país (SODRÉ, 1962, p. 248).

Assim, apesar de o modo escravista apresentar o menor nível de produtividade, Sodré justifica que sua passagem ao feudalismo no Brasil foi uma regressão na medida em que foi um produto do declínio econômico em certas regiões (REIS, 2000a, p. 158). Além disso, mesmo nos casos em que o trabalho escravo passou para o trabalho livre, como nas regiões de imigração, isso não consolidou o trabalho assalariado, mas formas como o colonato e outras

---

<sup>186</sup> Ideia que se tornou corrente em nossa historiografia a partir de *Capítulos de história colonial*, embora o projeto de escrever a história do povoamento do sertão permanesse inacabado. Sobre Capistrano, além do artigo de Sérgio Buarque de Holanda (2008), a tese de Rebeca Gontijo (2006) e o livro de Nicodemo, Santos e Pereira (2018) situam o autor em relação à historiografia brasileira e seu processo de legitimação nas primeiras décadas do século XX.

que se baseavam na dependência pessoal do trabalhador em relação ao proprietário de terras (DEL ROIO, 2006, p. 191). Sem apresentar uma passagem unívoca ao feudalismo nesse momento, Sodré “aponta para o surgimento de uma encruzilhada histórica no final do Império, de uma bifurcação no caminho que resulta do fim do escravismo” (GRESPLAN, 2006, p. 146).

Na bibliografia acadêmica em geral, esse é considerado o ponto mais controverso ou frágil da argumentação sodreana. As críticas mais ligeiras tacharam esse aspecto como etapista, dado que Sodré não considerou possível uma passagem do escravismo ao capitalismo sem antes haver relações feudais, ainda que elas representassem uma regressão. Outros autores avaliam que o uso de categorias como o feudalismo era resultado da falta de conceitos disponíveis na época em que FHB foi publicada, pois “o feudalismo no Brasil, como explicitado, é na verdade a caracterização dada pelo autor às formas pré-capitalistas de produção” no campo (CONTE, 2010, p. 96). Além disso, ao afirmar que aquelas formas persistiam até a atualidade, “tende-se a acreditar que o termo feudal obedeça a uma conotação política, e que o mesmo seja resultado de um sinônimo do atraso nas forças produtivas” (DUCATTI, 2003, p. 91), uma justificativa em defesa da reforma agrária.

No entanto, Sodré (1962, p. 248) afirma que o surgimento de lavouras de subsistência nas regiões onde o escravismo se dissolvia “trata-se de um quadro feudal inequívoco”, e nesse trecho faz referência aos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, de José Carlos Mariátegui. Intelectual e fundador do Partido Socialista Peruano,<sup>187</sup> Mariátegui é um autor com quem “dá-se, pela primeira vez, marxismo *a partir* da América Latina, e isto no sentido de uma nova tendência, que descentraliza o marxismo, isto é, o liberta da predominância do eurocentrismo” (FORNET-BETANCOURT, 1995, p. 114-115). Preocupado em elaborar um marxismo de acordo com as condições nacionais em sua época, Mariátegui foi um dos primeiros a colocar a questão indígena como central, cuja solução demandava um conjunto de outras medidas:

Em bases marxistas, Mariátegui não vê a questão indígena como simplesmente étnica, mas também como econômica, já que está diretamente vinculada à estrutura fundiária peruana. Portanto, para resolver o problema do índio, considera necessário também resolver a questão da terra (RICUPERO, 2000, p. 88).

---

<sup>187</sup> Mariátegui (1894-1930) esteve na Europa, onde acompanhou a fundação do Partido Comunista Italiano, e publicou os *Sete ensaios* em 1928. Em suas obras, Mariátegui defendia a formação de um socialismo indo-americano que considerasse a tradição das comunidades indígenas e sua ocupação da terra como bases para a criação de um regime socialista próprio, o que lhe trouxe críticas tanto à direita como “populista” quanto por seus “desvios” do marxismo pelo Comintern (PERICÁS, 2010).

Desse modo, nos *Sete ensaios* o autor analisa a formação peruana em seus diversos aspectos, com destaque para a economia, a questão indígena e o problema da terra, que em sua argumentação se mostram indissociáveis. Afinal, Mariátegui avalia que desde a fundação do vice-reinado espanhol sobre a conquista do Império Inca, a antiga organização coletivista do trabalho foi rompida e a nação dissolvida em comunidades dispersas. Diferente do caso norte-americano, em que os *pioneers* se dirigiram para trabalhar nas novas terras, a colonização espanhola foi uma empresa de caráter sobretudo militar e eclesiástico, cujo principal objetivo consistia em dividir terras e homens entre os conquistadores. Assim,

Sobre as ruínas e os resíduos de uma economia socialista, lançaram as bases de uma economia feudal. (...) Os espanhóis eram insuficientes para a exploração, em larga escala, das riquezas do território. E posto que, para o trabalho nas fazendas litorâneas, recorreu-se à importação de escravos negros; aos elementos e característicos de uma sociedade feudal, acrescentaram-se elementos característicos de uma sociedade escravista (MARIÁTEGUI, 1975, p. 4).

Essa primeira etapa histórica lançou as bases da economia peruana, e muitos de seus aspectos persistiram após a independência. Pois, mesmo com as transformações no regime político, o poder permaneceu em mãos de uma classe latifundiária que se apoiava em uma organização semifeudal do trabalho. Sob um regime formalmente liberal, as comunidades tiveram suas terras espoliadas pelos grandes proprietários, de maneira que a república agravou em vez de elevar a condição do índio (MARIÁTEGUI, 1975, p. 29-30). Desse modo, ao rejeitar a defesa de reformas educacionais ou a imigração como soluções naquele sentido, Mariátegui (1975, p. 21) defende que “a questão indígena emerge de nossa economia. Suas raízes estão no regime de propriedade da terra”. O problema do índio e o problema da terra apresentavam uma origem em comum, que era necessário combater:

O problema agrário apresenta-se principalmente como o problema da extinção do feudalismo no Peru. Esta extinção deveria ter sido realizada pelo regime demoburguês formalmente estabelecido pela revolução de independência. Mas no Peru não tivemos, em cem anos de República, uma verdadeira classe burguesa, uma verdadeira classe capitalista (...). As manifestações do feudalismo sobrevivente são duas: latifúndio e servidão. Manifestações solidárias e consubstanciais, cuja análise nos leva à conclusão de que não é possível acabar com a servidão que pesa sobre a raça indígena sem extinguir o latifúndio (MARIÁTEGUI, 1975, p. 33-34).

Nessa breve apresentação, notam-se afinidades entre a argumentação dos *Sete ensaios* e de FHB quanto ao caráter regressivo de uma economia feudal, cujos efeitos ainda se faziam

notar no presente. Contudo, embora as discussões quanto ao feudalismo não fossem alheias ao marxismo brasileiro nos anos 1960, Mariátegui não era um autor influente nesse sentido. Assim, embora algumas referências esparsas a ele constassem na imprensa, a recepção de sua obra no Brasil levou muito mais tempo do que nos países vizinhos, e, num primeiro momento, se deu mais por seus trabalhos de crítica literária.<sup>188</sup> No entanto, Mariátegui é citado como referência em FHB por outros aspectos, e nesse sentido Sodré pode ser considerado um pioneiro:

Ele foi *possivelmente* o primeiro *marxista* brasileiro a utilizar a obra de Mariátegui sistematicamente. É interessante salientar que Sodré, ao contrário de alguns intelectuais que haviam reivindicado Mariátegui anteriormente usando um viés culturalista, irá utilizar sua obra a partir de uma perspectiva *política* e historiográfica (PERICÁS, 2010, p. 341 – grifos do autor).

Mariátegui considerava que a independência do Peru se inseriu no contexto mais amplo do desenvolvimento do capitalismo, mas esse processo não levou ao poder uma classe capitalista no país, apesar da influência das ideias revolucionárias francesas e da constituição norte-americana nessa época. Afinal, o movimento pela autonomia tinha como objetivo principal “extinguir o monopólio comercial da Espanha, o que atendia muito mais aos interesses das elites locais do que à população indígena” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 5-7). Sodré cita esse trecho em nota quando analisa a independência do Brasil, que aconteceu sob influências e condições muito semelhantes, entre elas a ausência de uma classe burguesa local naquele momento.

Naquele cenário, a república significou a manutenção da “aristocracia latifundiária” no poder, uma casta que “adquiriu no Peru a função de classe burguesa, mesmo sem perder o ranço e os preconceitos aristocráticos e coloniais” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 51). Isso porque, mesmo com a abolição da escravidão dos negros e do sistema de *mitas* e *encomiendas* aos indígenas,<sup>189</sup> o novo regime político e jurídico manteve intocadas as grandes propriedades feudais e

---

<sup>188</sup> Ao que tudo indica, Alberto Guerreiro Ramos foi o primeiro a mencionar Mariátegui no Brasil, através de artigos publicados na revista *Cultura Política*, em 1941, mas sem mencionar sua filiação marxista (PERICÁS, 2010, p. 337-338). Além disso, Luiz Bernardo Pericás menciona que a primeira edição dos *Sete ensaios* em português foi publicada somente em 1975, quando a obra já havia sido lançada em dezenas de países latino-americanos e europeus. A edição utilizada por Sodré em FHB era a chilena, publicada em 1955.

<sup>189</sup> Mariátegui não se estende sobre o sistema de *mitas* e *encomiendas*, provavelmente porque seus significados estavam subentendidos para o público leitor peruano. Em linhas muito gerais, as *mitas* eram um regime de trabalho compulsório determinado pelas autoridades por um prazo limitado, como em obras públicas ou nas minas. Já as *encomiendas* eram uma concessão da Coroa espanhola de um contingente de indígenas a um responsável por sua evangelização e proteção, o *encomendero*, que em troca disso recebia um tributo em trabalho. Uma breve descrição desses sistemas se encontra em Fernando Ribeiro (2020), enquanto o livro de Ciro Cardoso (1983) oferece uma análise mais ampla sob uma perspectiva marxista.



desprotegeu as comunidades indígenas, onde a propriedade da terra e sua produção eram coletivas. Desse modo, o regime liberal acabou por reforçar em vez de abolir privilégios que vinham do período colonial:

Destruir as comunidades não significava converter os indígenas em pequenos proprietários ou sequer em assalariados livres, mas entregar suas terras aos *gamonales* e a seus sequazes. O latifundiário encontrava desta forma, com mais facilidade, o modo de vincular o indígena ao latifúndio (MARIÁTEGUI, 1975, p. 51-52).

Em FHB, a análise de transição do escravismo para o feudalismo apresenta argumentos semelhantes, dado que “a estrutura econômica estava ainda tão profundamente onerada pela herança colonial que se apresentava impreparada para o estabelecimento do trabalho assalariado” (SODRÉ, 1962, p. 252-253). Desse modo, sem alterar a propriedade da terra, a abolição foi mais uma solução política do que econômica, pois a classe dominante livrou-se de um instituto anacrônico enquanto a antiga massa de escravos se dirigiu para áreas de servidão ou semisservidão no campo ou para os grandes centros urbanos. Sodré afirma que aquela herança era comum aos países de colonização ibérica, e nisso faz outra referência a Mariátegui, pois, para o autor peruano, “a Espanha nos trouxe a Idade Média: inquisição, feudalismo etc.”, e embora seu aspecto cultural fosse superado aos poucos,

(...) de seu alicerce econômico, arraigado nos interesses de uma classe cuja hegemonia não suprimiu a revolução da Independência, ainda não nos liberamos. As raízes do feudalismo estão intactas. Sua sobrevivência é responsável, por exemplo, pelo atraso de nosso desenvolvimento capitalista (MARIÁTEGUI, 1975, p. 35).

Dessa forma, Brasil e Peru foram países que se tornaram independentes sem que a autonomia política alterasse seus regimes econômicos, uma vez que as classes dominantes coloniais, ligadas ao campo, mantiveram sua posição. No caso brasileiro, Sodré considerava a lavoura cafeeira um começo de mudança naquele quadro, pois ela deslocava a riqueza para novas regiões, enquanto o Brasil se inseria na divisão internacional do trabalho como exportador de artigos primários (SODRÉ, 1962, p. 253-254). Assim, o país se inseria no processo mais amplo da expansão do capitalismo, embora ele próprio não fosse ainda capitalista, processo semelhante ao que ocorreu no Peru com a produção de algodão e açúcar nas grandes fazendas do litoral:

A organização financeira destas culturas, cujo desenvolvimento e cujas utilidades são dirigidos pelo mercado mundial, não é um resultado da previsão nem da cooperação dos latifundiários. A única coisa que a propriedade fez foi adaptar-se ao impulso que lhe veio de fora. O capitalismo estrangeiro, em sua permanente procura de terras, braços e mercados, financiou e dirigiu o trabalho dos proprietários, emprestando-lhes dinheiro com a garantia de seus produtos e de suas terras (MARIÁTEGUI, 1975, p. 17-18).

Nesse regime, financiado e dirigido para o exterior, “combinavam-se técnicas capitalistas de produção com práticas e princípios feudais na propriedade agrária” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 53).<sup>190</sup> No caso brasileiro, apesar de Sodré apontar transformações dentro da classe dominante entre o setor cafeeiro, ligado à exportação e progressivamente desligado do trabalho escravo, e os produtores de açúcar, em decadência econômica e dependentes do escravismo, o domínio dos senhores de terras ainda era absoluto no Segundo Reinado:

A extensa apropriação territorial, a permanência do trabalho escravo em largas zonas, a transformação do escravo em servo em outras, a continuidade da servidão primitiva em terceiras, representam o suporte da sua força. Contra tudo o que oferece ameaça ao seu domínio, aparece unida, compacta, sólida. A estria liberal com que disfarça, num jogo político de reduzidas proporções, a sua dominação, é a concessão máxima e meramente formal que oferece (SODRÉ, 1962, p. 267).

As referências de FHB aos *Sete ensaios* se concentram quase todas no período imperial, de maneira que Sodré ressalta as permanências de cunho econômico e social sobre o lento processo de mudanças que ocorria naquele sentido. Desse modo, após o excerto acima há uma nota que cita dois trechos distintos, onde Mariátegui (1975, p. 7-8) afirma que “enquanto Brasil e Argentina atraíram capitais e imigrantes europeus, o Peru estagnava por não superar as antigas condições de propriedade da terra”. E, nessas condições, uma política de reformas no ensino se mostrava inócua:

A execução de um programa demoliberal estava, na prática, travada e sabotada pela subsistência de um regime de feudalismo, na maior parte do país. Não é possível democratizar o ensino de um país sem democratizar sua economia e sem democratizar, portanto, sua superestrutura política (MARIÁTEGUI, 1975, p. 83).

---

<sup>190</sup> Apesar de suas críticas às concepções dualistas da sociedade e economia latino-americanas, observa-se que Ernesto Laclau apresenta argumentos semelhantes, embora sua análise se concentre na literatura dos anos 1960 e 1970. Afinal, se o setor “moderno” desses países produzia para o exterior, a coerção extraeconômica foi comum às áreas onde havia uma grande população indígena, como no México e no Peru (LACLAU, 1978, p. 34). Para explicar essas características, Laclau (1978, p. 38) defende o conceito de “sistema econômico”, onde diferentes setores da economia e modos de produção se relacionavam, o que esvaziava os debates quanto ao caráter capitalista ou feudal predominante na região.

Sodré não alude a outros argumentos destacados em Mariátegui, como suas considerações sobre o “comunismo incaico” e a defesa da nacionalização da terra.<sup>191</sup> Contudo, ao escolher o marxista peruano como referência, Sodré pretende salientar as afinidades do processo histórico brasileiro com os países vizinhos, seja pela formação social, seja por situar a América Latina no processo mais amplo de expansão do capitalismo. Assim, a persistência de formas feudais ou semifeudais resultantes de uma regressão socioeconômica sinalizava que o capitalismo ainda não se estabelecera na região, apesar das lentas transformações naquele sentido. Nessa linha, Bernardo Ricupero situa Mariátegui entre os marxistas que analisaram a “modernização conservadora” em seus países, como Gramsci na Itália e Caio Prado no Brasil, pensando esse processo a partir das respectivas realidades nacionais:

Como consequência dessa postura comum, consideram também as classes sociais não só a partir de critérios pretensamente objetivos, mas como refletindo realidades históricas particulares. (...) Veem as classes, portanto, não tanto como dadas, coisas, mas como algo que está permanentemente sendo feito, construído historicamente. Mostram, assim, que mais do que uma questão camponesa em geral, existem questões camponesas particulares, correspondentes a certas condições específicas de diferentes sociedades (RICUPERO, 2000, p. 67).

De maneira semelhante, a burguesia local não se formou como as burguesias europeias, pois era incapaz de realizar sua própria revolução. O passado nacional tornava-se assim um obstáculo, e nesses países diferentes as épocas históricas se sobrepunham. No entanto, o conceito que Sodré apresenta do feudalismo como resultado de uma regressão econômica não se baseia somente nos *Sete ensaios*, como também na obra mais citada ao longo de FHB: a *Formação econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado: “Um verdadeiro best-seller, *Formação econômica* alcançou uma terceira edição em apenas um ano e foi traduzido para sete línguas entre os anos 1960 e 1970” (MANZATTO; SAES, 2019, p. 5), tornando-se obra de referência nos cursos de economia e ciências sociais das universidades brasileiras.

---

<sup>191</sup> Porém, Mariátegui (1975, p. 54) salienta que esse comunismo incaico é diferente do comunismo moderno, pois ambos “constituem a elaboração de civilizações dessemelhantes. A dos incas foi uma civilização agrária. A de Marx e Sorel é uma civilização industrial. (...) É absurdo, portanto, confrontar as formas e as instituições de um e outro comunismo”. Aquele comunismo subsistia nos hábitos de cooperação das comunidades indígenas, base para um socialismo que não seria cópia de modelos externos. Ao mesmo tempo, a busca por incorporar o campesinato na luta classista guarda afinidades com as análises leninistas da Rússia pré-1917, de forma que Leandro Galastri (2015) considera Mariátegui um “tradutor” dos princípios do materialismo histórico às condições concretas da América Latina.

Uma revisão de suas principais teses, assim como da bibliografia produzida sobre essa obra, superaria em muito os limites deste trabalho,<sup>192</sup> mas aqui destacam-se os argumentos a partir dos quais Sodré as utiliza como referência em sua análise histórica. A primeira menção de FHB à *Formação econômica* consta no capítulo sobre a colonização, onde Sodré (1962, p. 81) destaca que Furtado nega seu suposto caráter feudal, “defendendo a tese do escravismo e explicando a fisionomia hermética do regime”. Essa passagem se apoia numa nota com referências a trechos onde Furtado trata da formação de capital na economia açucareira, que exigia grandes investimentos e produção. Desse modo, o autor distingue o que havia de específico no caso brasileiro:

A natureza puramente contábil do fluxo de renda, dentro do setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo semifeudal. O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamento de uma estrutura econômica. (...) Ora, a unidade escravista, cujas características indicamos em suas linhas gerais, pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo. A suposta similitude deriva da existência de pagamentos *in natura* em uma e outra. Mas ainda aqui existe um total equívoco, pois na unidade escravista os pagamentos são todos de natureza monetária, devendo-se ter em conta que o pagamento ao escravo é aquele que se faz no ato de compra deste (FURTADO, 2000, p. 54).

Essa caracterização do feudalismo como atrofia remete à obra de Pirenne, uma das referências para a elaboração de *Formação econômica* (SZMRECSÁNYI, 1999) e que também se verifica em FHB, como já mencionado. Sodré coincide com a avaliação de Furtado nesse aspecto, mas não se encontram outras referências ao feudalismo no decorrer de *Formação econômica*. Portanto, as teses sodreanas incorporam os argumentos de Furtado sobre outros processos históricos e econômicos, ainda que Furtado não os avaliasse da mesma forma.<sup>193</sup>

Em sua análise da economia brasileira no período colonial, Furtado se detém sobre dois setores, o açucareiro e o minerador. No primeiro deles, pelo qual a colonização do país se iniciou, Furtado argumenta que, embora sua produção fosse rentável a ponto de permitir uma expansão autofinanciada, sua renda era revertida em grande parte para o exterior, de maneira

---

<sup>192</sup> Os artigos de Tamás Szmrecsányi (2001; 2004) trazem um apanhado das principais obras de Furtado no campo do pensamento econômico publicadas entre os anos 1950 e 1980, assim como o relacionam com a formação da história econômica no Brasil.

<sup>193</sup> Nesse sentido, Furtado mantinha-se distante do marxismo mais dogmático, pois embora sua preocupação fosse analisar as causas de nosso atraso, elas se explicariam pelas peculiaridades do processo formativo brasileiro. Assim, “não adiantava comparar modelos abstratos nem vestir a realidade com as camisas pré-fabricadas dos “modos de produção”” (FURTADO apud PAULA, 2015, p. 153). O que não impediu Furtado de incorporar o “sentido da colonização” de Caio Prado em sua obra, como João Antonio de Paula demonstra.

que essa economia não fomentava um mercado interno. Desse modo, a dinâmica da economia brasileira era subordinada aos ciclos econômicos internacionais:

O ciclo açucareiro, enquanto a demanda internacional mantinha-se elevada, sem a abertura de produções concorrentes, gerou grandes riquezas para os produtores nacionais; com a reversão do ciclo, inclusive com a disseminação das produções antilhanas, a região produtora entraria numa crise secular (MANZATTO; SAES, 2019, p. 12).

Sodré baseia-se nesses argumentos para caracterizar a sociedade do açúcar, cujo “regime produtivo, voltado para o exterior e em larga escala para ser lucrativo, explicaria porque sua estrutura social se dividida entre senhores de engenho e escravos, sem espaço para o trabalho livre” (SODRÉ, 1962, p. 75).<sup>194</sup> Nessas condições, o crescimento da economia açucareira era apenas extensivo, “com a mera incorporação de novas terras à atividade exportadora, sem a possibilidade de uma alteração significativa da estrutura econômica” (COSTA, 2012, p. 57). Em notas, Sodré traz a estimativa de Furtado quanto aos valores que a exportação do açúcar alcançava, que, embora fossem altos, não costumavam ser aplicados num aumento da produção:

Mas, se a plena capacidade de autofinanciamento da indústria não era utilizada, que destino tomavam os recursos financeiros sobrantes? É óbvio que não eram utilizados dentro da colônia, onde a atividade econômica não-açucareira absorvia ínfimos capitais. (...) A explicação mais plausível para esse fato talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes. Sendo assim, uma parte da renda, que antes atribuímos à classe de proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama renda de não-residentes, e permanecia fora da colônia (FURTADO, 2000, p. 48-49).

Desse modo, deslindava-se uma das questões centrais na obra de Furtado: o fato de o centro econômico do Brasil localizar-se fora do país. Esses “atavismos coloniais” depois se tornaram características do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente que, embora se urbanizasse e industrializasse, continuava periférico em relação aos países mais ricos (PAULA, 2015, p. 157). No entanto, enquanto a economia açucareira não fosse feudal, Furtado tampouco a considerava capitalista, uma vez que a unidade escravista seguia outras leis de funcionamento e se transformou para outras formas (TOPALOV, 1978, p. 39).

---

<sup>194</sup> Contudo, sabe-se que a técnica de fabricação de açúcar dependia de trabalhadores assalariados que geralmente eram pagos em produtos de consumo, o que se nota inclusive na obra de Antonil (1982). Assim, naquele sistema havia espaço para o trabalho livre, embora sua base monetária fosse diminuta. Em FHB há apenas uma nota de referência a Antonil, em um trecho sobre a formação das fazendas de gado pelo sertão, de maneira que a omissão daquelas características, provavelmente, foi uma interpretação deliberada de Sodré.

Após as guerras contra os holandeses e a concorrência antilhana, aquela economia entrou numa “letargia secular”, mas “resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa” (FURTADO, 2000, p. 56). Isso se explicava pela formação de um complexo econômico capaz de crescer sem maiores obstáculos, pois a oferta de terras era ilimitada e a oferta externa de mão de obra era flexível. Sodré se ampara nesses argumentos ao analisar a expansão da pecuária pelo interior, atividade que abastecia os engenhos de carne e couros. Como o pastoreio era uma atividade de baixa rentabilidade e mínimos custos de produção, avançava para o sertão mais distante das zonas açucareiras e adquiria traços feudais nesse processo. Desse modo, as duas atividades econômicas se distanciavam no espaço enquanto suas relações eram complementares:

A alta rentabilidade da produção açucareira, que levou à sua extrema especialização, foi a causa fundamental da expansão pastoril sertaneja que proporcionou, com a carne para alimento e o couro para utensílios, o complemento indispensável à monocultura. Permitiu, ainda, a resistência que o sistema açucareiro de produção sempre apresentou às crises, passando da euforia à fase vegetativa sem autoconsumir-se (SODRÉ, 1962, p. 124).

Logo a seguir, FHB apresenta notas de referência em que Furtado considera a expansão da atividade pastoril “um processo endógeno”, que se desenvolveu mesmo com a lenta decadência econômica do setor açucareiro. Dessa forma, mesmo em um contexto de crise, os dois sistemas mantinham-se funcionais por se basearem numa estrutura de produção comum:

Vimos já que as unidades produtivas, tanto na economia açucareira como na criatória, tendiam a preservar a sua forma original seja nas etapas de expansão seja nas de contração. Por um lado, o crescimento era de caráter puramente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão-de-obra, não implicando modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e portanto na produtividade. Por outro lado, a reduzida expressão dos custos monetários (...) tornava a economia enormemente resistente aos efeitos a curto prazo de uma baixa de preços (FURTADO, 2000, p. 63).

Essas seriam as origens do “complexo econômico nordestino”, resistente a maiores oscilações do mercado, mas também a qualquer mudança em sua estrutura produtiva. Contudo, Julio Cesar Costa (2012, p. 58) aponta que “o preço a pagar por isso foi a regressão a formas econômicas próximas às de subsistência, na qual a divisão do trabalho e a sua produtividade recuam sensivelmente e a propriedade da terra ganha uma dimensão extraordinária”. Esse “processo de involução econômica” apresentava características que persistiam até a atualidade,

como a concentração das terras mais produtivas em poucas mãos e a atrofia do mercado interno (FURTADO, 2000, p. 65-66).

Sodré compreendeu essas características como indícios de feudalismo, conforme o conceito marxista de modo de produção.<sup>195</sup> Porém, enquanto nos países europeus a passagem entre um modo e outro se baseava num desenvolvimento de forças produtivas que se tornavam incompatíveis com as relações de produção existentes, no Brasil a regressão a modos de produtividade mais baixa resultava de nossa condição colonial, cuja produção era sujeita às oscilações do grande comércio no exterior (GRESPLAN, 2006, p. 144-145). Por isso, em obras posteriores, Sodré defendeu-se das acusações de esquemático ao distinguir entre o paradigma daqueles países e a aplicação do método marxista ao ‘caso’ brasileiro:

Em condições normais, isto é, aquelas próximas do modelo teórico (...) o feudalismo representa avanço em relação ao escravismo e, por isso, vem depois no tempo. Claro que o desenvolvimento não é apenas desigual; ele foge, também, à linearidade, isto é, não obedece a processos constantes e ascensoriais, obrigatoriamente. (...) No livro *Formação histórica do Brasil*, levantamos a tese da “regressão feudal”, isto é, a passagem de relações de produção escravistas a feudais, normalmente um avanço, coincide com o declínio econômico e todas as suas consequências. Claro está que isso discrepava fortemente do modelo paradigmático (SODRÉ, 1990a, p. 17-18).

Ademais, Sodré também se baseou nos argumentos de Furtado quanto à análise do ciclo minerador, tanto em suas características quanto nas consequências resultantes de seu declínio. Nas passagens de FHB sobre a expansão aurífera, menciona-se o grande fluxo migratório que a mineração acarretou, sobretudo de Portugal, assim como a formação de uma sociedade distinta do Nordeste açucareiro. Num primeiro momento, o preço da mão de obra escrava aumentou, o que impulsionou o tráfico e atraiu mão de obra especializada para a região das minas. Desse modo,

O próprio regime de trabalho sofre alteração porque a mineração tem características diversas da agricultura: permite, muitas vezes, o trabalho longe do proprietário, o trabalho por tarefa e até o trabalho por conta própria, com uma contribuição ao senhor.

---

<sup>195</sup> Christian Topalov ressalta que Furtado distingue a formação do feudalismo na Europa da “regressão econômica” na economia açucareira, pois no caso europeu a economia permaneceu em um nível técnico herdado do período anterior. Contudo, se na análise de Furtado o sistema escravista no Brasil “não pode ser considerado como feudal durante toda a sua fase de expansão (...), a redução da procura externa, a partir da metade do século XVII, arrastou-o a um processo de involução durante o qual assumiu as principais características da economia feudal” (TOPALOV, 1978, p. 38-39). Por esse motivo, Topalov alinha Furtado entre os autores que forneceram subsídios às teses feudais no Brasil, ponto em que, provavelmente, Furtado discordaria.

Abre-se perspectivas à alforria e há uma sensível ascensão espiritual do escravo, inclusive aparecendo, aqui e ali, o impulso à rebeldia (SODRÉ, 1962, p. 137).

Para abastecer a região, forma-se uma rede de transportes e comércio que, pela primeira vez, estabelece um mercado interno na colônia, o que impulsiona inclusive a atividade pastoril no sul (SODRÉ, 1962, p. 143). E embora não cite esses trechos, aquela caracterização é muito semelhante ao que se verifica em *Formação econômica*, pois mesmo com o trabalho escravo nas minas

(...) a forma como se organiza o trabalho permite que o escravo tenha maior iniciativa e que circule num meio social mais complexo. Muitos escravos chegam mesmo a trabalhar por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que lhes abre a possibilidade de comprar a própria liberdade. Esta simples possibilidade deveria constituir um fator altamente favorável ao seu desenvolvimento mental (FURTADO, 2000, p. 79).

Somado ao crescimento dos sistemas de transporte e de abastecimento, como o mercado de animais de carga e de gado para alimentação, a economia mineira no século XVIII formou “um mercado de proporções superiores ao que havia proporcionado a economia açucareira em sua etapa de máxima prosperidade” (FURTADO, 2000, p. 80). Essas transformações não foram de aspecto apenas material, pois o aumento da urbanização e de uma economia muito mais monetizada que a do açúcar permitiu a formação de “uma sociedade na qual a iniciativa e o mérito individuais sobrepujaram os laços de parentesco e as relações de clientela na definição dos posicionamentos sociais” (COSTA, 2012, p. 63).

Por essas características, a sociedade do ouro fomentou um dinamismo interno até então inédito na colônia, diversificando as atividades econômicas e irradiando seus benefícios em uma área mais extensa. No entanto, esse esboço de sociedade moderna logo entrou em crise com o esgotamento das jazidas, ao que Furtado (2000, p. 84) apontava como causa mais provável “a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável”. Sem conseguir fixar a geração da riqueza em atividades regulares, a queda na produção do ouro levou a uma rápida decadência da região:

Na medida em que se reduzia a produção, as maiores empresas iam se descapitalizando e desagregando. A reposição da mão-de-obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores. (...) A ilusão de que uma nova descoberta poderia vir a qualquer momento induzia o empresário a persistir na lenta destruição de seu ativo, antes que transferir algum saldo liquidável para outra atividade econômica. Todo o sistema se ia assim



atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência (FURTADO, 2000, p. 89).

Sodré cita essa passagem para considerar a mineração um “primeiro abalo” no sistema do trabalho escravo, pois mesmo seu declínio não representou um retorno a formas anteriores. Em vez disso, as relações de trabalho estabelecidas a partir da crise “caracterizarão, ao contrário, a passagem para o quadro feudal, que se generaliza no interior da Colônia, depois do país” (SODRÉ, 1962, p. 137).

Desse modo, o feudalismo é identificado como uma regressão a um regime de subsistência, mais produto do declínio no incipiente mercado interno do que de um conjunto de forças produtivas específicas:

Em extensas áreas, o modo escravista continuava intacto; em outras, implantara-se o modo feudal ou semifeudal que as isolava e estiolava. O fenômeno de regressão que acompanha o declínio minerador e abrange a extensa conquista territorial que o ouro motivara constitui outro aspecto negativo do quadro brasileiro (SODRÉ, 1962, p. 192).

A análise de Furtado quanto à economia mineradora e sua crise “pode ser considerada uma das perspectivas mais corretamente contestadas de *Formação econômica do Brasil*”, à luz de estudos mais recentes (MANZATTO; SAES, 2019, p. 12).<sup>196</sup> No entanto, Sodré fundamentou suas teses sobre o feudalismo com base em parte naqueles argumentos, combinados às considerações de Mariátegui sobre as origens e persistência de formas feudais no Peru. Além disso, as referências de FHB a Mariátegui e Furtado não se explicam somente pelas afinidades teóricas que Sodré estabelece em relação àqueles autores, como pela relevância que eles conferem ao estudo da história em seus aspectos mais estruturais.

No caso de Furtado, sabe-se que ele cogitou se tornar historiador de ofício no início de sua carreira acadêmica (PAULA, 2015, p. 145-146), e *Formação econômica do Brasil* apresenta um viés marcante nesse sentido. E semelhante a Sodré, para Furtado, o estudo da história se justificava para esclarecer os obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, cujo “centro dinâmico” da economia deveria se voltar ao mercado interno. Desse modo, segundo Julio Cesar Costa (2012, p. 52), para Furtado “seria a História o instrumento da percepção dos

---

<sup>196</sup> Nesse sentido, Rômulo Manzatto e Alexandre Saes elencam um conjunto de produções historiográficas a partir das décadas de 1970 e 1980, que mostram que a província de Minas Gerais possuía uma sociedade mais complexa e uma economia mais diversificada, como a produção de alimentos para abastecer a Corte no Rio de Janeiro.

condicionantes estruturais do subdesenvolvimento, que poderiam, e deveriam, ser equacionados e atacados pela ação consistente e racionalizadora do planejamento econômico”. As implicações políticas dessas análises são evidentes, e foram explicitadas em sua trajetória posterior.<sup>197</sup> No entanto, a análise de seus vínculos com o pensamento cepalino e os debates quanto ao conceito de subdesenvolvimento escapariam ao escopo deste trabalho.

Desse modo, nota-se que Sodré não se limitou a aplicar as teorias do marxismo mais ortodoxo ao caso brasileiro, apesar de suas análises e projetos para o país na atualidade (1962) representarem em muito a perspectiva do PCB. Não pretende-se com isso justificar ou apontar possíveis equívocos nas análises do autor, pois tal leitura tende a se tornar mais um balanço político de suas ações do que um balanço teórico de suas teses, como pontuou Daniela Conte (2010, p. 58).<sup>198</sup> E por motivos semelhantes, evita-se examinar porque Sodré afirmava persistirem relações semifeudais no campo quando FHB veio a público, concepção teórica ligada a um projeto de “revolução brasileira” abandonado após 1964 (DEL ROIO, 2007, p. 102).<sup>199</sup>

Assim, por mais criticadas que tenham sido nas décadas seguintes, as teses feudais nada tinham de exóticas no debate entre os marxistas da época, inclusive no exterior (GRESPLAN, 2006, p. 137), de modo que não cabe desqualificá-las enquanto ausência de lastro teórico ou mera subordinação local às diretrizes soviéticas. Através daquelas teses, Sodré pretendia explicar as origens das desigualdades regionais no Brasil e o que havia de específico em nossa estrutura social, cujo desenvolvimento não seguiu os modelos dos países capitalistas centrais. Ao se levar esses aspectos em conta, abre-se espaço para uma crítica mais ponderada quanto às qualidades e fragilidades da interpretação sodreana:

---

<sup>197</sup> Além de idealizar a fundação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) no governo JK, Furtado ocupou o cargo de Ministro do Planejamento no governo Goulart. E por suas posições, foi cassado logo após o golpe de 1964 e exilou-se até a anistia em 1979. O verbete biográfico do CPDOC disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-monteiro-furtado> apresenta maiores informações sobre o percurso do autor.

<sup>198</sup> O que se agravou pelo papel de Sodré enquanto “o grande dirigente *cultural* do PC nesses anos, o que não lhe será perdoado nem pela direita nem pela esquerda, no pós-64” (BRANDÃO, 1997, p. 211). Dessa forma, o autor foi visto “muitas vezes, como o principal símbolo do pensamento corporificado no Partido Comunista Brasileiro”, de maneira que as críticas às suas obras se tornavam uma crítica em torno da linha teórico-política do partido (KONDER, 2006, p. 57).

<sup>199</sup> Ao mesmo tempo, Jorge Gresplan (2006, p. 149) ressalta que, no último capítulo de FHB, Sodré emprega o termo “pré-capitalista” com muito mais frequência do que “semifeudal”, enquanto escreve “servo” entre aspas. Dessa forma, Sodré “não deveria estar pensando no feudalismo na acepção europeia tradicional, e sim usando o termo e seus correlatos para designar uma certa relação social, historicamente intermediária entre a escravidão e o feudalismo”.

Desta forma evita-se a tentação, muito comum, de imaginar que o tema do feudalismo em nosso país apenas expressa o “subdesenvolvimento” da teoria. O “subdesenvolvimento” expressa *atitudes* frente à teoria, não a *ausência* de teoria: de um lado, nasce da aplicação mecânica de leis “universais” a uma realidade que não se comporta bem no figurino; de outro, floresce ali onde houve o abandono de caminhos que não se conseguiu desbravar através da reflexão criativa (DÓRIA, 1998, p. 204).

Após essas considerações, pretende-se levantar um último aspecto na obra de Sodré, pelo qual pode-se perceber certa coerência em seu projeto historiográfico apesar das diferenças de cunho teórico entre as duas “fases” do autor. E isso se verifica a partir dos títulos de seus principais trabalhos, pois entre *Formação da sociedade brasileira* e *Formação histórica do Brasil* persiste o conceito de “formação” enquanto chave explicativa do país.

#### 4.2.2 Uma reescrita historiográfica sob o conceito de formação

Em FSB, viu-se que Sodré afirmava a persistência da heterocronia em nossa organização social e econômica, termo de origem biológica para designar processos evolutivos que ocorriam de modo descontínuo ou em ritmos diferentes. Do mesmo modo, viu-se que esse termo foi criado e divulgado por Haeckel e outros materialistas vulgares, embora a imagem organicista da sociedade e o projeto da criação de um “corpo político” sejam muito anteriores ao período moderno (LÓPEZ, 2016). A expressão foi abandonada nas obras seguintes a partir da revisão teórica a que Sodré se submeteu entre os anos 1940 e o fim dos anos 1950, mas certo padrão interpretativo se manteve nos dois períodos. Dessa forma, o que era concebido como heterocronia passa a ser descrito de outra forma, que Sodré apresenta logo no começo de FHB:

(...) é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos traços específicos do caso brasileiro, mas não privativo desse caso. Coexistem, no Brasil, regimes de produção diferentes, de tal sorte que geram antagonismos por vezes profundos entre regiões do país. Quem percorre o nosso território do litoral para o interior marcha, no tempo, do presente para o passado, conhece, sucessivamente, formas capitalistas de produção e formas feudais ou semif feudais, e pode mesmo conhecer a comunidade primitiva (...). O fato de que tais regimes já não estejam nitidamente caracterizados, e o fato de que o escravismo, a rigor, esteja extinto, não invalidam tais contrastes (SODRÉ, 1962, p. 4).

Além de se basear no conceito marxista de modos de produção, mais uma vez, nota-se aqui o caráter moderno da historiografia sodreana a partir das considerações de Koselleck sobre o tema. Afinal, o autor alemão argumenta que a abertura da história para um novo horizonte de

expectativa, orientado pelo progresso, se inseria em um novo espaço de experiência, cujos efeitos se faziam sentir mesmo no cotidiano. Sendo assim, para se referir a esse conjunto de novas experiências que marcaram a Modernidade europeia, Koselleck cita um termo muito semelhante ao de Sodré:

Menciono a revolução copernicana, o lento desenvolvimento da técnica, o descobrimento do globo terrestre e de suas populações vivendo em diferentes fases de desenvolvimento, e por último a dissolução do mundo feudal pela indústria e o capital. Todas essas experiências remetiam à contemporaneidade do não contemporâneo, ou, inversamente, ao não contemporâneo no contemporâneo (KOSELLECK, 2006, p. 317).

Da antiga hierarquia feudal em estamentos, que permanecia estática, o conceito de progresso passou a abarcar grupos, países ou classes que se percebiam adiantados ou atrasados em relação a um mesmo processo em escala mundial. Nesse sentido, “fazer história” podia se referir tanto ao esforço de um grupo, para alcançar certo nível de desenvolvimento, quanto à superioridade técnica, que permitiria a um povo ou classe social dirigir aquele processo. Voltado para a transformação ativa do mundo, o conceito de progresso se desvinculava da noção de um tempo histórico cíclico ou natural, e dessa diferença surgiu a noção da modernidade como um tempo novo: “O “progresso” é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 320).

No decorrer de FHB, as referências ao progresso se estendem a períodos diferentes e ao próprio tempo em que o livro é publicado. Assim, a Proclamação da República é apresentada como resultado da “composição entre a fração progressista da classe senhorial e grupos ativos da classe média” (SODRÉ, 1962, p. 275), mas seu domínio pelas oligarquias cafeeiras durante a República Velha resultou em “uma política que se reduzia em paralisar justamente o que era novo e progressista, reduzindo, por um sistema de força, o impulso renovador” (SODRÉ, 1962, p. 307). E no último período de FHB, intitulado “Revolução”, Sodré apresenta as contradições externas e internas que impediam o país de progredir:

Nas condições atuais do desenvolvimento brasileiro, já não é possível sem luta o domínio do capital estrangeiro sobre o capital nacional, do capital comercial sobre o capital industrial, do latifúndio sobre o desenvolvimento. Há uma disputa pelo poder entre as forças do progresso e as forças do atraso (SODRÉ, 1962, p. 374).

Dessa forma, observa-se que Sodré percebia essas disparidades de maneira semelhante à contemporaneidade do não contemporâneo mencionada por Koselleck. No entanto, aqui Sodré as descreveu conforme o conceito marxista de modos de produção, como diferenças entre as regiões rurais, onde persistia um modo semifeudal, e áreas onde se implantava o modo capitalista de produção. A industrialização foi assim identificada como progresso, aspecto em que Sodré se aproxima de outros intelectuais brasileiros no período, como os do ISEB (TOLEDO, 2001) e de Celso Furtado.

Sobre novos referenciais teóricos, Sodré manteve o projeto de realizar um diagnóstico do passado para guiar a ação no presente e elaborar um projeto coletivo de futuro, sentido em que sua obra se abre para um tempo histórico que remete às considerações de Koselleck sobre o tema. Nesse campo, o conceito de formação levanta continuidades entre as duas fases da obra sodreana, assim como suas relações com os estudos brasileiros no período. Em balanços dedicados a essa produção, diferentes autores observam que o termo é comum aos títulos de muitas obras fundamentais, de Caio Prado Júnior a Celso Furtado e Antônio Candido, entre outros.<sup>200</sup> Para Leandro Konder (1998, p. 368), “o termo sugeria a busca de um processo que fizesse algum sentido, em meio à fragmentariedade e dispersão dos fatos”, uma forma de analisar os temas enquanto “sistema” em suas conexões internas e vínculos externos.

No âmbito mais específico da historiografia brasileira, o projeto de uma história que se deslocava dos eventos políticos e militares para o estudo de nossa vida social remete a pelo menos Capistrano de Abreu, o qual, através da pesquisa e crítica documental, procurou fundamentar um saber histórico em bases científicas. Com base no que denominava a “sociologia” de sua época, o corpo de doutrinas científicas então em voga, Capistrano sustentava “uma noção de cientificidade marcada pela elaboração de leis e/ou generalizações de amplo alcance” (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 44). Dessa maneira, seria possível interpretar as relações entre os eventos passados e talvez revelar sua evolução orgânica e necessária.

Décadas depois, Sérgio Buarque de Holanda (2008) saudou Capistrano como a principal referência a partir da qual se estabeleceram os estudos históricos brasileiros até então.<sup>201</sup> E

---

<sup>200</sup> *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado, foi publicada em 1942; *Formação econômica do Brasil*, de Furtado, e *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, de Antônio Candido, vieram a público em 1959. Além desses títulos, Henrique Estrada Rodrigues considera que obras como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, adotam uma chave explicativa semelhante para nossa história.

<sup>201</sup> O artigo “O pensamento histórico brasileiro nos últimos 50 anos” foi publicado originalmente no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1951, sob o título “Cultura brasileira”.

apesar das novas teorias e métodos que passaram a orientar a escrita de história, seus principais trabalhos mantiveram uma preocupação com questões contemporâneas, de maneira que:

Uma análise histórica enredada nos problemas do presente e ela própria comprometida com os processos que são seus objetos privilegiados de análise são a marca característica do desenvolvimento de uma ciência social brasileira, desde as primeiras obras “ensaísticas” com forte impregnação ao longo do século XX (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 97-98).

Além das “formações” já mencionadas, os autores se referem à obra de Sérgio Buarque como outro exemplo nesse sentido, onde “o esforço de superação do *telos* nacional (...) e o uso de arcabouço conceitual em favor da aceleração do próprio processo narrado” visavam a uma outra articulação entre o passado e o futuro do país (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 98). No caso de Sodré, apesar das diferenças entre FSB e FHB, em ambas se percebe que persistia o objetivo de superar nossa condição “colonial” através do diagnóstico de suas origens no passado para a adoção de medidas no tempo presente.<sup>202</sup> Além disso, Sodré elaborou FHB como uma nova história geral do Brasil que não incidisse nas limitações comuns às obras do gênero, pois, de acordo com André Moysés Gaio, o autor considerava que nelas havia:

(...) ausência de um método, o que resultava numa compilação de fatos sem qualquer preocupação interpretativa; ausência da percepção de que a história do Brasil não poderia ser desvinculada de transformações importantes operadas em nível internacional; e o fato de que tais obras se circunscreviam apenas ao período colonial, deixando de lado as mudanças ocorridas no quadro histórico do país (GAIO, 2008, p. 110).

Em um contexto diferente, percebe-se que o conceito de formação continha o projeto de escrever a história como “sistema” e não mais como “agregado”, que Koselleck observa na experiência do tempo e da história moderna. Compreendida como um processo que abarcava as diversas histórias individuais, o sentido da História escapava à experiência individual direta. E a partir da Europa no final do século XVIII, “A simultaneidade daquilo que não é contemporâneo entre si, de início uma experiência surgida da expansão para o ultramar, passou a ser o padrão básico” pelo qual a história veio a ser interpretada como progresso, a ser realizado no futuro através da ação humana planejada (KOSELLECK, 2006, p. 293).

---

<sup>202</sup> Embora este trabalho não se concentre nos ideários políticos de Sodré, vale notar que outros autores também identificaram certa continuidade em suas posições. Assim, Paulo Ribeiro da Cunha (2001, p. 299) considera “que o autor tenha encontrado no PCB a continuidade do projeto nacionalista da esquerda tenentista”, enquanto Helio Cannone (2018, p. 106) avalia que Sodré “era um autor nacionalista e marxista, tendo o segundo elemento entrado depois e contribuído para a complexidade do primeiro”. E ainda que com grandes diferenças entre as duas “fases”, a questão do desenvolvimento nacional norteou a produção sodreana ao longo de seis décadas.

De volta ao cenário brasileiro, Henrique Estrada Rodrigues identifica o predomínio do paradigma de formação em nossa historiografia entre os anos 1920 e 1950, e procura os motivos pelos quais aquele conceito foi utilizado como chave explicativa em trabalhos tão distintos entre si. Rodrigues remete ao gênero do “romance de formação” e sua genealogia para considerar que, em vez de um personagem, aqueles autores narravam o sentido de uma individualidade histórica, a nação e seus problemas de formação. O que não implicava em ausência de método ou num viés ficcional, mas em uma escrita que buscava representar a tensão entre a realidade histórica e os modelos estrangeiros em que a nação se baseava:

Particularmente, os autores aqui em questão pareciam representar uma sensibilidade histórica atenta não apenas às raízes da nação, mas também – e sobretudo – a uma realidade movente, capaz ora de dissolver referências tradicionais, ora de recompô-las em termos nunca inteiramente idênticos aos anteriores. O fato é que nesses intercâmbios entre o novo e o velho, entre o moderno e o tradicional, os intérpretes sobre a formação do Brasil atentavam-se para uma experiência própria de mundo, para as incertezas de uma formação dificilmente interpretadas sob a chave de veneráveis tradições adventícias (RODRIGUES, 2015, p. 260).

Dessa maneira, Rodrigues considera o conceito de formação como “forma simbólica” de uma estrutura narrativa, aspecto em que se apoia nas análises de Paulo Arantes sobre a obra de Antônio Candido. Pois, de acordo com Arantes, o conceito de formação representa “a cifra de uma experiência intelectual básica”, um foco em comum entre aqueles autores

(...) na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele *corpus* de ensaios sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução (ARANTES, 1997, p. 12-13).

Rodrigues alude que essa escrita era ao mesmo tempo descritiva, em busca das linhas mestras de nossa evolução histórica, e normativa, pois a partir disso se fazia a crítica das heranças legadas por nosso passado. E embora Sodré não esteja entre os exemplos citados pelos autores, considera-se que FHB apresenta essas características. Abarcando desde o fim do feudalismo europeu até o início dos anos 1960 em pouco mais de quatrocentas páginas, sua dimensão descritiva é ao mesmo tempo uma síntese histórica do país, a exemplo das “Formações” antes citadas. Em sua dimensão normativa, Sodré critica a “herança colonial” cujos efeitos ainda se faziam sentir, e a partir da qual pretendia intervir nos debates sobre os rumos do Brasil. No entanto, Henrique Rodrigues (2015, p. 273) identifica um declínio do conceito de formação a partir dos anos 1960, causado tanto pelo fim do chamado “cronótopo

historicista”, ou seja, “ao fim da convicção de que a análise dos feitos passados poderia identificar as regras da transformação histórica e orientar as ações rumo ao futuro” quanto pela crescente profissionalização da pesquisa nas universidades, onde as obras de síntese histórica com acentos ensaísticos caíram em desuso.<sup>203</sup>

Nesse sentido, a nação passou a ser analisada enquanto construção histórica, de maneira que a história do Brasil passou a ser avaliada enquanto historiografia do Brasil. Sobretudo a partir da historiografia uspiana, “a missão do historiador passou a ser desvendar o vir a ser da nação em sua historicidade e não projetando a nação como dado ou realidade transcendental” (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 136), projeto que se tornou hegemônico a ponto de excluir autores como Sodré de seu cânone.<sup>204</sup>

Contudo, apesar das perseguições e censura que sofreu, Sodré continuou a produzir e publicar após o golpe de 1964, de modo que não cabe considerá-lo um autor que “caiu em esquecimento” desde então.<sup>205</sup> Além disso, “não foram apenas as teses de Sodré, mas toda a esquerda brasileira que “caiu em desgraça”” (MORAES, 2006, p. 152) naquele momento, embora o autor analisado tenha sido um de seus principais alvos de críticas. Ao mesmo tempo, avalia-se que suas principais teses quanto à economia, cultura e sociedade brasileiras foram elaboradas até aquele marco, a ponto de certos autores considerarem o período entre meados dos anos 1950 e 1960 como definitivo no pensamento e posições políticas de Sodré (GAIO, 2000, p. 1; CONTE, 2010, p. 23).

A análise das principais obras de Sodré publicadas naquele ínterim ocupou todo o presente capítulo, mas, sem negar sua relevância quanto àqueles aspectos, pretende-se antes apresentar o cunho teórico das reescritas da história efetuadas pelo autor. Assim, a imagem de um autor marxista “ortodoxo”, que “sempre foi comunista”, relativiza-se como produto de um período específico e com um diagnóstico e projeto de Brasil específicos, que disputavam espaço

---

<sup>203</sup> Por um viés mais político, Helio Cannone traz uma avaliação semelhante, ao afirmar que o horizonte de expectativas dos isebianos, entre os quais estava Sodré, foi encerrado com o golpe de 1964. Desse modo, “Se o conceito de desenvolvimento era polissêmico e tinha sua derivação à esquerda na obra de autores como Nelson Werneck Sodré, a partir de 1964 os militares o deram sentido completamente distinto, afastado do povo e da democracia como meios para a conclusão da revolução brasileira” (2018, p. 106). Portanto, além do conceito de formação, a ideia de “fazer a história” também entrou em crise nesse período, o que ressalta os vínculos existentes entre atividade teórica e prática.

<sup>204</sup> Os autores também mencionam os nomes de Pedro Calmon e, em certa medida, de José Honório Rodrigues como outros exemplos nesse sentido. E talvez o principal caso no sentido oposto tenha sido o de Sérgio Buarque de Holanda, que do ensaísmo de *Raízes do Brasil* nos anos 1930, especializou-se a ponto de se tornar professor de história na USP ao fim dos anos 1950.

<sup>205</sup> João Quartim de Moraes (2006) menciona que Sodré publicou trinta e oito obras de 1964 em diante, conjunto que não se limitava à historiografia.



com outros na época. As teses feudais, há muito consideradas superadas pela academia, surgem como reflexões a respeito das desigualdades regionais, a que Sodré “agregou a defesa feita pelo seu partido à discussão já existente sobre o latifúndio no pensamento político brasileiro” (CANNONE, 2018, p. 96).

Ao mesmo tempo, através do conceito de formação, evidencia-se que a passagem de Sodré ao marxismo não implicou uma ruptura completa com certos pressupostos, ainda que sobre novos fundamentos.<sup>206</sup> Permanecia a busca pelas grandes linhas explicativas de nossa sociedade, assim como o projeto de uma história geral que orientasse aqueles condicionantes no sentido de sua transformação. E apesar das várias citações a *O capital* presentes em FHB, observa-se que esse projeto remete mais à historiografia e ao ensaísmo brasileiros, entre o final do século XIX e a primeira metade do XX, do que à produção universitária posterior – um dos motivos pelos quais as obras de Sodré perderam espaço nos meios especializados.

Por fim, através das reflexões de Reinhart Koselleck sobre a experiência moderna do tempo e da história, procurou-se abordar a historiografia sodreana em seu movimento de elaboração, cuja obra de maturidade não se reduzia a uma aplicação de fórmulas e categorias soviéticas ao caso brasileiro. Nesse sentido, as referências em FHB a Mariátegui e Celso Furtado mostram que Sodré não estava alheio aos principais autores dedicados a pensar as questões do desenvolvimento em seus países, mas antes interpretava as especificidades do caso brasileiro e suas relações históricas com as demais sociedades latino-americanas. Desse modo, as teses de nosso autor sobre o feudalismo no Brasil apresentam uma historicidade e uma relação com o meio social que explicitam “o caráter formativo e pragmático da constituição e do uso das ideias na História” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 115), aspectos do fazer historiográfico que se observam a partir da obra do historiador alemão.

---

<sup>206</sup> Nas notas de referência de FHB, há duas citações à *Formação da sociedade brasileira* e uma ao *Panorama do Segundo Império*.

## 5 BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto original deste trabalho tinha como objeto de estudo a *História nova do Brasil*, uma coleção de livros didáticos coordenada por Sodré e produzida com um grupo de autores reunidos no ISEB, entre 1963 e 1964. Produzida sob encomenda do Ministério da Educação e Cultura (MEC), ela visava “reformular, na essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa história” (SANTOS et al., 1993, p. 115), plano que se relacionava com o programa das reformas de base sustentadas pelo governo João Goulart. Com o golpe de 1964, seus autores foram presos e os exemplares apreendidos, com a coleção chegando a ser alvo de um Inquérito Policial-Militar (IPM) específico (CZAJKA, 2012).

Desse modo, num primeiro momento, pretendia-se analisar a historiografia utilizada na *História nova*, que, além de Sodré, incluía autores como Caio Prado Jr., Celso Furtado e Roberto Simonsen, entre outros. E dado o papel fundamental de Sodré na realização da obra, avaliar em que medida a coleção era uma história do Brasil a nível didático, sob uma perspectiva marxista, talvez a primeira iniciativa do gênero no país. Além disso, também se avaliaria o papel dos demais autores no projeto, pois eles eram egressos da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) do Rio de Janeiro, que publicava uma das primeiras revistas acadêmicas de história do Brasil. Assim, a partir da coleção, se passaria para a análise das diferentes histórias do Brasil em disputa naquele momento, permeadas que estavam pela polarização política do período.

No entanto, esse estudo da *História nova* a partir de seus referenciais levaria a pesquisa para outros caminhos, caso tivesse seguido adiante. Um primeiro viés, no qual o trabalho de Vanessa Clemente Cardoso (2013) já se inseria, consistia em levantar o papel das instituições com as quais a *História nova* se relacionava, sobretudo o ISEB, o que fatalmente levaria a uma análise de seu ideário nacionalista e as questões quanto à ideologia do desenvolvimento, por exemplo. Outra abordagem consistiria em situar a *História nova* no campo da história da educação, mas em ambas pareceu haver o risco de tomar a coleção como exemplo de ideias e produto de instituições pré-existentes, enquanto a obra ficaria em segundo plano.

Por esses motivos, a presente pesquisa passou a se voltar aos trabalhos específicos de Sodré sobre história do Brasil, publicados antes da *História Nova*, onde se observa que o aspecto pelo qual o autor é mais conhecido, sua filiação marxista, foi resultado de um processo ocorrido em uma época e conjuntura específicas. No entanto, essa abordagem poderia se tornar uma simples descrição das referências e procedimentos de Sodré, caso as reflexões de Koselleck

não tivessem auxiliado a compreender que o historiador transforma o tempo em tempo histórico, ou seja, relaciona determinadas experiências do passado com a projeção de expectativas de futuro, numa relação tensa que caracteriza a história a partir da modernidade. E aqui verifica-se que Sodré era consciente das relações que estabelecia entre aqueles dois polos, sem identificar a história com suas fontes ou com o mero relato de eventos.

A partir da *Formação histórica do Brasil* e das novas edições de *Introdução à revolução brasileira*, publicadas no início dos anos 1960, pode-se considerar que Sodré alcançou sua maturidade intelectual, pois elas apresentam as teses e proposições mais características do autor. Desse modo, seria possível delinear a evolução do pensamento sodreano ao longo das obras analisadas no decorrer deste trabalho, evolução essa entendida como as “adaptações da teoria e da prática às condições socioculturais do país”, semelhante ao que afirma João Quartim de Moraes sobre o marxismo brasileiro (MORAES, 2007a, p. 62). E por discutíveis que tenham sido seus resultados, constata-se o movimento de Sodré naquele sentido, de maneira que o autor não se limitou a aplicar um marxismo oficial, soviético, ao caso brasileiro.<sup>207</sup>

Quanto às teses sobre o feudalismo no Brasil, observa-se que Sodré não as modificou nas décadas seguintes, mesmo após as transformações socioeconômicas ocorridas no país e as críticas de outros autores. No entanto, o que poderia ser lido apenas como um indício das posições ortodoxas do autor é mais uma preocupação com um problema fundamental no universo do marxismo, o de como se deu a transição da sociedade brasileira ao capitalismo. Assim, Sodré criticava tanto aqueles que afirmavam a existência de um capitalismo local desde o século XVI quanto os que não se preocupavam em definir qual o modo de produção vigente naquele momento:

Não tendo aqui existido a comunidade gentílica dos povos ditos bárbaros, nem conhecendo nós o colonato, claro está que a transição mencionada foi inteiramente diversa aqui. O fato de ter sido diversa não significa que não tenha ocorrido. Negar a existência de feudalismo, inclusive, é uma forma mais ou menos cômoda de tergiversar o problema da transição, ignorando-o (SODRÉ, 1990a, p. 24-25).

---

<sup>207</sup> Ponto que em se discorda de José Carlos Reis quando ele considera Sodré o principal expoente de uma primeira fase do marxismo no Brasil, doutrinário e pré-crítico, em contraste com Caio Prado Júnior. Pois, embora Sodré fosse “o que há de melhor da primeira fase, de mais elaborado e argumentado, mais lúcido”, ainda seria “um intelectual típico dos anos 1920-50, quando o PCB procurava agitar as massas e se articular com os seus líderes burgueses populistas” (REIS, 2000a, p. 150-151). Por esse viés, Sodré seria um autor pouco mais sofisticado que Octávio Brandão ou Astrojildo Pereira, membros fundadores do PCB que atuaram num contexto de precária formação teórica e grande sectarismo político, sobretudo a partir do Comintern. Ao mesmo tempo, essa leitura diminui a relevância da atuação política de Caio Prado, aspecto levantado em diferentes passagens por Gildo Marçal Brandão (1997).

Comparado aos exemplos inglês e francês, Sodré avaliava o avanço do capitalismo no Brasil como movimentos de uma “roda quadrada”, sem episódios de destaque, pois aqui a burguesia transigia com as relações econômicas e políticas mais atrasadas. Persistia a “heterocronia”, a “contemporaneidade do não coetâneo”, em um país que apresentava regiões em diferentes etapas de desenvolvimento ao mesmo tempo (SODRÉ, 1990a, p. 31;10). Contudo, neste ponto, Sodré discorre sobre as diferenças existentes a partir do conceito marxista de “modo de produção”, categoria que o autor incorporou às suas análises desde FHB (GRESPLAN, 2006).

Por sua vez, as teses feudais se relacionavam com os debates sobre a revolução brasileira, que, em linhas gerais, equivalia ao processo de capitalização do país. Através do levantamento das classes que deveriam conduzir aquele processo e de seus obstáculos, e que, grosso modo, remetiam à condição colonial, nota-se que aquele conceito estava ligado ao programa pecebista da época, do qual Sodré não se afastou. Ao mesmo tempo, através de Koselleck (2006), compreende-se que a revolução não representava somente um programa político do momento, mas um conceito de tempo histórico voltado para o futuro, da história como singular coletivo a ser realizada pela ação humana planejada no presente.

Contudo, apesar das revisões teóricas e mesmo da “censura” que Sodré impôs às suas obras anteriores, o projeto de uma escrita da história que superasse a compilação de datas e eventos de cunho político e militar já se encontrava em seus primeiros trabalhos. Em *Panorama do segundo império*, os “panoramas” político, econômico e da escravidão visavam avaliar as condições estruturais em que ocorriam os eventos, de modo que a bibliografia oitocentista era analisada à luz das considerações de Oliveira Viana, sobre a formação da aristocracia rural, e de Azevedo Amaral, na crítica à centralização política do Império, por exemplo. Em *Formação da sociedade brasileira*, uma obra de síntese que apresentava no conceito de “formação” seu fio condutor, a “heterocronia” econômica e social entre as diversas regiões era explicada pela “estrutura eivada de desvios e erros coloniais” (SODRÉ, 1944, p. 7) ainda presente no país.

O paradigma da “formação” era comum à historiografia brasileira até os anos 1950 e também marcou *Formação histórica do Brasil*, conforme examinado. Por esse conceito, nota-se que certa concepção do fazer histórico e de sua possível utilidade persistiu ao longo da produção sodreana, apesar das diferenças entre as “fases” do autor. No entanto, tal paradigma entrou em declínio conforme a historiografia acadêmica, marcada pela especialização, se consolidava (RODRIGUES, 2015; NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018).

Assim, talvez se possa considerar Sodré um autor “excluído” do cânone historiográfico brasileiro nem tanto por seus laços com o PCB, mas por permanecer distante daquele processo. Em outra perspectiva, o período que abarca a bibliografia analisada neste trabalho pode ser avaliado como o esboço de uma *intelligentsia* e seu declínio com a profissionalização do trabalho intelectual, muitas vezes absorvido por instituições de Estado (BRANDÃO, 1997, p. 27).

Por esses motivos, seria simplista relegar Sodré e suas produções como “obsoletos” mesmo em comparação a outros marxistas brasileiros, dos quais Caio Prado Jr. é o exemplo mais notório. Afinal, mesmo com as diferenças entre ambos, Sodré também concebeu nossa formação econômico-social como a de um país onde o tempo se projeta no espaço (RICUPERO, 2000, p. 174), embora o debate quanto ao feudalismo afastasse os autores. Além disso, as críticas mais comuns a Sodré costumam se inserir na linha do que Bernardo Ricupero chama “crítica da cópia”, neste caso, do marxismo soviético. Assim, por mais tributário de Lenin e outros que Sodré possa ter sido, Ricupero (2000, p. 206) alerta que mesmo a cópia contém certo grau de escolha, e a recepção ao bolchevismo na América Latina se explicava em parte pelo fato da região já possuir uma cultura política não participativa, semelhante ao que ocorria na Rússia.

Portanto, em vez de legitimar ou descrever as práticas historiográficas de Sodré, buscou-se analisar sua historicidade, realçando as escolhas do autor e os horizontes temporais inscritos em suas obras. Dessa forma, apreendeu-se como Sodré transformou o tempo em tempo histórico, o que implica certa tensão entre as condições estruturais e os eventos descritos ao longo de sua historiografia. Pois, ao desnaturalizar as representações e objetos históricos, se adverte ao historiador “que nossa relação com o passado, embora necessariamente mediada por representações reificadas, tem outra fonte mais fundamental, a própria experiência da história” (ARAÚJO, 2013, p. 42). Assim, mesmo em seus limites, constata-se que Sodré revisou suas práticas a partir de suas experiências, numa perspectiva crítica que orienta a melhor produção historiográfica em geral.

**FONTES**

- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: INEP, 1960.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Fundamentos do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de produção no Brasil. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 133-156.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado: do tenentismo ao Estado novo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da história nova*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado: do Estado Novo à ditadura militar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990a.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A luta pela cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990b.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial (1500-1800) e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Unb, 1982.
- AMARAL, Azevedo. *O estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: UNB, 1981.
- ANDERSON, Perry. Modernidade e revolução. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 14, p. 2-15, fev. 1986.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982
- ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 7-66.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 12, p. 34-44, ago. 2013.
- BARROS, José D'Assunção. Revisitando uma polêmica: as teses de Henri Pirenne sobre a Economia Medieval. *Economia e Desenvolvimento*, Santa Maria, v. 26, n. 2, p. 43-55, jul./dez. 2014.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Nelson Werneck Sodré: um perfil intelectual*. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFAL, 2011.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti et al. *Arquivo Nelson Werneck Sodré: catálogo da obra*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2012.
- BARROS, Rodrigo Carrilho do Rêgo. *Os processos heterocrônicos nos vertebrados: o exemplo dos Rhynchosauria (Reptilia, Archosauromorpha) do estado do Rio Grande do Sul, Brasil*. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BAUTE, Carla. O debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy. In: VARELLA, Flávia Florentino; ANHEZINI, Karina (Orgs.). *Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia: 2016*. Mariana: SBTHH, 2018, p. 65-133.
- BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Dimensões*, Vitória, v. 24, p. 114-134, 2010.
- BERTOLINI, João Luis da Silva. Passeata contra o Livro de História único: Curitiba, 24 de março de 1964. In: ABUD, Kátia; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). *50 anos da ditadura militar: capítulos sobre o ensino de história no Brasil*. Curitiba: W&A, 2014, p. 83-105.
- BHASKAR, Roy. Teoria do conhecimento. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 374-380.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOTTOMORE, Tom. Classe. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 61-64.
- BOTTOMORE, Tom. Classe média. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 65-66.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva – as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Populações meridionais do Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2002, p. 299-325.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O chame da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Um possível diálogo entre (e com) os intérpretes do Brasil. In: SOIHET, Rachel [et al.]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 161-183.

CALÓGERAS, Pandiá. Verbete biográfico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-pandia-calogeras>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 169-196.

CANNONE, Helio Maurício Pirajá. O conceito de história na organização da história do pensamento social e político brasileiro em Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré. *Em Tese*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 99-113, jan./jun.2017.

CANNONE, Helio. Codinome “Vermelho” – o marxismo nacionalista de Nelson Werneck Sodré. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, n. 78, p. 56-68, jul./ago./set. 2017.

CANNONE, Helio Maurício Pirajá. *Passado, desenvolvimento e futuro: a relação entre história e política na obra de três intelectuais do ISEB*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, Vanessa Clemente. *História nova do Brasil (1963-1965): uma nação “imaginada”*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2013.

CARDOSO, Vanessa Clemente. A polêmica história nova do Brasil: um projeto de vanguarda derrotado politicamente. *História & Ensino*, v. 22, n. 1, p. 127-154, jan./jun. 2016.

CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

CARVER, Terell. Darwinismo. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 97.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. Depoimento. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 367-388.

CAVENAGHI, Airton José. Panorama do Segundo Império. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008, p. 305-310.

CHAUÍ, Marilena. *Seminários: o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.



CINTRA, Wendel Antunes. Entre vanguarda e participação: a democracia no programa político da esquerda brasileira (1930-1935). *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 29, p. 38-65, 2014.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

COMINFORM. Verbete. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/cominform.htm>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CONTE, Daniela. *Nelson Werneck Sodré e as interpretações do Brasil Moderno: análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSTA, Julio Cesar Zorzenon. O moderno e o tradicional em Formação econômica do Brasil, de Celso Furtado. *Expedições: Teoria da História & Historiografia, Morrinhos (Goiás)*, ano 3, n. 4, p. 49-70, 2012.

COSTA, Octavio. Vida e obra de Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 17-30.

COSTA PINTO, João Alberto da. A origem e o sentido do projeto História Nova do Brasil (1963-1965). In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 343-357.

COSTA PINTO, João Alberto da. O percurso intelectual de Nelson Werneck Sodré, historiador do Brasil (1911-1999). *Revista de História Actual, Cádiz (Espanha)*, v. 9, n. 9, p.169-180, 2011.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

CZAJKA, Rodrigo. *Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão (1958-1968)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

CZAJKA, Rodrigo. Livros da subversão: imprensa comunista e a coleção História Nova do Brasil. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo – Dossiê*, p. 298-312, 2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: LTr, 2011.

DEL ROIO, Marcos. Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 165-193.

DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim; ROIO, Marcos Del (Orgs.). *História do marxismo no Brasil, v.4. Visões do Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007, p. 73-134.

DOBB, Maurice Herbert. *A evolução do capitalismo*. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DORE, Elizabeth. Burguesia nacional. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988a, p. 39-40.

DORE, Elizabeth. Campesinato. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988b, p. 42-43.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil*, v.3. Teorias. Interpretações. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998, p. 201-244.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências do Brasil (O futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

DUCATTI, Ivan. *Os “restos feudais” no Brasil como metáfora política: uma leitura de Nelson Werneck Sodré*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.

EDGLEY, Roy. Materialismo dialético. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 258-259.

FALCON, Francisco. Depoimento. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 271-310.

FERREIRA Jr., Amarílio. História Nova do Brasil: uma filosofia da história? *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 12, n. 24, p. 143-157, jul./dez. 1998.

FERREIRA, Delson. *Nacionalismo, política e democracia na obra de Nelson Werneck Sodré*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, 2001.

FERREIRA, Gabriela Nunes. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 37, p. 229-254, 1996.

FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (Org.). *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Coimbra: Imprensa da Universidade; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 147-181.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino de história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 611-636, abr./jun. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 32-37, out./dez. 2014.

FETSCHER, Iring. Consciência de classe. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 76-77.

FETSCHER, Iring. Marxismo, evolução do. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 243-245.

FINE, Ben. Acumulação primitiva. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 2-3.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995.

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel [et al.]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-160.

FREDERICO, Celso. Presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil*, v.2. Os influxos teóricos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007, p. 187-228.

FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA. Verbetes temáticos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-parlamentar-nacionalista-fpn>. Acesso em: 11 dez. 2018.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2000.

FURTADO, Celso. Verbetes biográficos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-monteiro-furtado>. Acesso em: 06 abr. 2019.

GAIO, André Moysés. *Uma teoria da independência: história e revolução na obra de Nelson Werneck Sodré*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

GAIO, André Moysés. *Modernismo e ensaio histórico*. São Paulo: Cortez, 2004.

GAIO, André Moysés. Formação Histórica do Brasil. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008, p. 110-114.

GALASTRI, Leandro. Mariátegui e a tradução latino-americana do leninismo. In: DEO, Anderson; MAZZEO, Antonio Carlos; DEL ROIO, Marcos (Orgs.). *Lênin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 281-298.

GEERTZ, Clifford. A ideologia como sistema cultural. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONTIJO, Rebeca. O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. O marxismo de Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, EDUSC; São Paulo, FAPESP, 2001, p. 93-115.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 135-150.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, Lúcia; LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da história pátria: o projeto da História Nova do Brasil. *Revista de História USP*, São Paulo, n. 149, p.235-251, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005.

HARRIS, Laurence. Forças produtivas e relações de produção. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 157-159.

HARVEY, David. *Para entender O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HIMMELWEIT, Susan. Modo de produção. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 267-268.

HOBBSBAWM, Eric. O que os historiadores devem a Karl Marx? In: HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 155-170.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico do Brasil nos últimos 50 anos. In: EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 601-615.

HOLTON, Robert J. Transição do feudalismo para o capitalismo. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 387-388.

KAREPOVS *et al.*, Dainis. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil*, v.2. Os influxos teóricos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007, p. 229-254.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 355-374.

KONDER, Leandro. Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 53-58.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LACOMBE *et al.*, Américo Jacobina. História Nova (Parecer). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 263, p. 283-302, abril-junho 1964.

LAMOUNIER, Bolivar. Introdução. In: AMARAL, Azevedo. *O estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: UNB, 1981.

- LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LARRAIN, Jorge. Base e superestrutura. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 27-29.
- LARRAIN, Jorge. Ideologia. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 183-186.
- LEÃO, Igor Zanon Constant Carneiro; OGAMA, Danilo Ferraz de Oliveira. Relendo “os dois Brasis”, de Jacques Lambert: o desenvolvimento econômico e sua apologia. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 38, n. 133, p. 245-258, jul./dez. 2017.
- LÊNIN, Vladimir. *A doença infantil do ‘esquerdismo’ no comunismo*. Rio de Janeiro: Vitória, 1960.
- LÊNIN, Vladimir. *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*. São Paulo: Livramento, 1975.
- LÊNIN, Vladimir. *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907*. São Paulo: Lech, 1980.
- LÊNIN, Vladimir. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.
- LÓPEZ, Daniel J. García. Fragmentos de la metáfora orgânica en el pensamiento político moderno. *Pensamiento*, v. 72, n. 272, p. 735-760, 2016. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/pensamiento/article/view/7650>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- LOURENÇO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 385-406, 2008.
- LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos Cadernos do Povo Brasileiro. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 313-326.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LUKÁCS, Georg. O que é o marxismo ortodoxo? In: LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 63-104.
- LUKÁCS, Georg. *Lênin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MADUREIRA, Maria da Anunciação. A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré: seu lastro filosófico. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 215-244.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil, v.2. Os influxos teóricos*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007, p. 103-125.

MANZATTO, Rômulo Felipe; SAES, Alexandre Macchione. *Os sessenta anos de Formação econômica do Brasil: pensamento, história e historiografia*. 2019. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2019/submissao/files\\_I/i1-e6503675bfaccbb6fbb3284a396d14fc.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2019/submissao/files_I/i1-e6503675bfaccbb6fbb3284a396d14fc.pdf). Acesso em: 24 abr. 2020.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARTINS, Marisângela. Os intelectuais comunistas no Brasil: uma breve reflexão. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Dos intelectuais na política à política dos intelectuais: pensadores, escritores e militantes no diálogo com o poder*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 67-88.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira, v. VII. 1933-1960*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

MARX, Karl. *O capital*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friderich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friderich. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2016.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. *A experiência da história nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de História no Brasil nos anos 1960*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 1990.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. *Werneck Sodré, História Nova: contribuição pioneira ao ensino de História no Brasil*. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 327-342.

MORAES, João Quartim de. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crisações (1944-1965). In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil, v.3. Teorias. Interpretações*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998, p. 161-199.

MORAES, João Quartim de. Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático. In: SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, SP: EDUSC; FAPESP, 2001, p. 25-39.

MORAES, João Quartim. Sodré, Caio Prado e a luta pela terra. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 151-164.

MORAES, João Quartim de. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil, v.2. Os influxos teóricos*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007a, p. 43-102.

MORAES, João Quartim de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, João Quartim; ROIO, Marcos Del (Orgs.). *História do marxismo no Brasil, v.4. Visões do Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007b, p. 161-227.

MORAES, João Quartim de. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. In: SILVA, Marcos (Org.), *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008, p. 23-28.

MORAIS, Rodrigo de Paula. *Nelson Werneck Sodré, história e utopia nos tempos do ISEB: um estudo da narrativa como instrumento na luta política*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

MURARI, Luciana. Messianismo e catástrofe: algumas inflexões políticas do debate raciológico brasileiro nas obras de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*, n. 108, p. 103-128, 2013. Disponível em: <https://a.gal/Agalia/108.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

NAPOLITANO, Marcos. A breve primavera antes do longo inverno: uma cartografia histórica da cultura brasileira antes do golpe de Estado de 1964. *História Unisinos*, v. 18, n. 3, p. 418-428, set./dez. 2014.

NETTO, José Paulo. Nelson Werneck Sodré. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992, p. 7-39.

NETTO, José Paulo. História da literatura brasileira. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008, p. 179-184.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *PCB: vinte anos de política - 1958-1979 - documentos*. São Paulo: Lech, 1980.

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – POLÍTICA OPERÁRIA (POLOP). Verbete temático. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/organizacao-revolucionaria-marxista-politica-operaria-polop>. Acesso em: 12 dez. 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Revolução de 1930: uma bibliografia comentada. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 95-116, 1978.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A redescoberta do Brasil nos anos 1950: entre o projeto político e o rigor acadêmico. In: MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza (Orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2001, p. 139-161.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, Declaração sobre a política do PCB (março de 1958). In: CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 176-196.

PAULA, João Antonio de. Celso Furtado, a história e a historiografia. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, p. 144-165, jul./dez. 2015.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Porto Alegre: Globo, 1962.

PEREIRA, Daniel Mesquita. *Boletim de História: uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia – 1958/1963*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

PERICÁS, Luiz Bernardo. José Carlos Mariátegui e o Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 335-361, 2010.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. 6. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

- PIRENNE, Henri. Do método comparativo em História, discurso de abertura do V Congresso Internacional das Ciências Históricas. In: *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 17, p. 308-316, abr. 2015.
- PLEKHANOV, G. *A concepção materialista da história*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v.5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1950. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007, p. 73-108.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000a.
- REIS, José Carlos. História e verdade: posições. *Síntese – Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 27, n. 89, p. 321-348, 2000b.
- RIBEIRO, Fernando Victor Aguiar. Práticas jurídicas nas fronteiras da América Hispânica. As dinâmicas dos poderes locais na construção de um modelo de *encomienda* no Paraguai em meados do século XVII. *Tempo*, Niterói, v. 26, n. 2, p. 268-291, maio/ago. 2020.
- RICOEUR, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo/Fapesp; Editora 34, 2000.
- RICÚPERO, Rodrigo. Formação histórica do Brasil. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008, p. 120-127.
- RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira. In: MEDEIROS, Bruno Franco et al. (Orgs.). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 253-275.
- RODRIGUES, José Honório. *Vida e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: GOMES, Ângela Maria de Castro et al. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 361-443.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques de. O pensamento político de Virgínio Santa Rosa: um esboço interpretativo. *Revista de História USP*, São Paulo, n. 161, p. 145-163, 2009.
- SALLES, Ricardo. Panorama do Segundo Império. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008, p. 310-315.
- SANTOS, Joel Rufino dos et al. *História Nova do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1965, v.4.



SANTOS, Joel Rufino dos et al. *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Assim foi (se me parece): livros, polêmicas e alguma memória*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno do PCB dos anos 50. In: FILHO, Daniel Aarão Reis et al. *História do marxismo no Brasil, v.1. O impacto das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 133-156.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A práxis liberal no Brasil. In: SANTOS, Wanderley Guilherme. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 9-61.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEGATTO, José Antonio. A revolução brasileira. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 271-275.

O SEMANÁRIO – um jornal que vale por um livro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-semanario-um-jornal-que-vale-por-um-livro/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da; TORRES, Andréa Reis Ferreira. “Do método comparativo em história”, de Henri Pirenne. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 17, p. 297-307, abr. 2015.

SILVA, João Manuel Pereira da. Verbete biográfico. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/j-m-pereira-da-silva/biografia>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SILVA, Lígia Osório. A “herança colonial” e as lições da história em Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 103-134.

SILVA, Lígia Osório. Feudalismo, capital mercantil, colonização. In: MORAES, João Quartim; ROIO, Marcos Del (Orgs.). *História do marxismo no Brasil, v.4. Visões do Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007, p. 11-72.

SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, n. 20, p. 238-269, jul./dez. 2008.

SILVA, Ricardo Oliveira da. História & revolução na obra de Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Júnior. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; SILVA, Ricardo Oliveira da (Org.). *Diálogos: estudos sobre teoria da história e historiografia: vol. III*. Criciúma: EDIUNESC, 2018, p. 123-151.

SILVEIRA, Éder da Silva. Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, jul. 2013.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500/1820*. 7. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. Apresentação. Disponível em: <http://www.sbthh.org.br/pb/sobre/>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SWEEZY, Paul Marlor. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da Formação econômica do Brasil, de Celso Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 207-214, 1999.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Celso Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 347-362, 2001.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova economia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 11-37, jan./abr. 2004.

TALARICO, Fernando. Formação da sociedade brasileira. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008, p. 127-132.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

TOLEDO, Caio Navarro de. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001, p. 41-53.

TOPALOV, Christian. *Estruturas agrárias brasileiras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

ÚLTIMA HORA. Verbetes temáticos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>. Acesso em: 04 jan. 2019.

VENÂNCIO, Gisele Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 436-463.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

VIANA, Oliveira. Verbetes biográficos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>. Acesso em: 22 jul. 2020.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Repesando o Brasil. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006, p. 265-270.

VILAR, Pierre. Marx e a história. In: HOBBSAWM et al., Eric. *História do marxismo I: o marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VINHAS, Moisés. *O Partidão – a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEEKS, John. Imperialismo e mercado mundial. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 187-190.

WITTER, José Sebastião. Resenha de Formação Histórica do Brasil. *Revista de História USP*, São Paulo, v. 29, n. 60, p. 491-493, 1964.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, v. 1, n. 10, p. 12-29, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZADÁN, Michel. O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista. In: FILHO, Daniel Aarão Reis et al. *História do marxismo no Brasil, v.1. O impacto das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 89-104.